RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014

AUMENTAR A CAPACIDADE GLOBAL E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2014

Índice

Introdução 7

Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2014 – Aumentar a capacidade global e promover o desenvolvimento sustentável 11

1. Aceleramento da construção de mecanismos eficientes de longo prazo e impulsionamento dos projectos relacionados com a qualidade de vida da população 12
   - (1) Aumento do investimento de recursos e aperfeiçoamento da regulamentação 12
   - (2) Implementação de medidas diversificadas para o bem-estar da população 19
2. Concretização empenhada do grande plano de desenvolvimento e promoção contínua da diversificação adequada da economia 22
   - (1) Apoio ao crescimento de indústrias e desenvolvimento de uma economia diversificada 23
   - (2) Reforço da cooperação regional numa perspectiva de complementaridade das vantagens e de ganho mútuo 24
   - (3) Construção de uma cidade com condições ideais de vida e melhoria dos espaços urbanos e de lazer 26
3. Elevação do desempenho da Administração Pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados 29

Conclusão 33

Apêndice 1: Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2014 37

Apêndice 2: Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2014 39

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2014 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

——— Síntese ———

Área da Administração e Justiça 199

Área da Economia e Finanças 237

Área da Segurança 257

Área dos Assuntos Sociais e Cultura 273

Área de Transportes e Obras Públicas 299

Comissariado contra a Corrupção 317

Comissariado da Auditoria 325

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2014

——— Síntese ———

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2014 (Síntese) 331

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2014

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2014

Chefe do Executivo CHUI SAI ON
12 de Novembro de 2013

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2014.

A Região Administrativa Especial de Macau vai celebrar, em breve, o seu 14.º aniversário. Fazendo uma retrospectiva da primeira década da RAEM, constatamos que, com o forte apoio do Governo Central e em comunhão de esforços com a população, Macau conseguiu superar inseguranças, a sua economia encaminhou-se para a prosperidade, a qualidade de vida da população tem melhorado gradualmente e os diversos sectores obtiveram resultados positivos em níveis e fases diferentes.

Este é o quarto ano de governação do terceiro mandato do Governo da RAEM e, ao longo destes quatro anos, o Governo tem prosseguido, plenamente, a Lei Básica de Macau e cumprido, escrupulosamente, os princípios orientadores "um País, dois sistemas" e "Macau governado pelas suas gentes" com alto grau de autonomia, mantendo a estabilidade da sociedade e o desenvolvimento da economia.

Nestes quatro anos a conjuntura macro internacional tem sido complexa e extremamente mutável. O desenvolvimento da RAEM enfrentou vários acontecimentos imprevistos, que constituíram grandes desafios. Reconhecemos que do nosso processo de desenvolvimento decorrem problemas estruturais, que existem ainda certas insuficiências e que há espaço para melhorias. O Governo da RAEM irá efectuar o balanço das suas experiências

de governação, procurando sempre aperfeiçoar a sua actuação, com vista a elevar a eficiência governativa. Com o forte apoio do Governo Central e contando com a união e a confiança da população, superámos dificuldades, conseguindo manter um bom cenário de desenvolvimento estável da economia global, assente nos frutos do desenvolvimento da RAEM dos passados 10 anos. Entre 2010 e 2012 a economia local cresceu, em média, 19,5%, e até ao fim do primeiro semestre deste ano a taxa do crescimento real da economia foi de 10,5%, prevendo-se que durante o ano se mantenha a tendência de crescimento moderado da economia. A situação de emprego dos residentes tem sido favorável e a taxa de desemprego situava-se em 1,9% no terceiro trimestre do corrente ano. A implementação do Regime Jurídico da Reserva Financeira promoveu a estabilidade do sistema financeiro e das finanças públicas. Até Setembro de 2013 a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 111.921 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 55.414 milhões de patacas, prevendo-se que, findo o processo de liquidação do orçamento financeiro do ano 2012, o montante global da reserva extraordinária atinja os 128.175 milhões de patacas. Por outro lado, a reserva cambial atingiu o montante de 130.281 milhões de patacas.

O Governo da RAEM tem envidado esforços na construção de mecanismos eficientes de governação de longo prazo, colocando como prioridades da acção governativa as matérias relacionadas com a elevação do nível da qualidade de vida dos cidadãos. Quanto às áreas relacionadas com os interesses dos cidadãos, nomeadamente a segurança social, saúde, habitação, entre outras, reforçámos a sua regulamentação e mecanismos de funcionamento, aumentámos os recursos a elas alocados, alargámos, de forma eficaz, o âmbito de cobertura da segurança social e promovemos, de forma pragmática, os cuidados de saúde primários e os cuidados médicos especializados.

O Governo da RAEM atribui grande importância à causa educativa. Foi implementada a política de escolaridade gratuita de 15 anos, concluída a construção do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, reforçadas as bolsas de mérito e de estudo e os subsídios para a educação contínua, e envidados esforços na formação de quadros qualificados da RAEM. A implementação do "Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior" permitiu elevar com eficácia o estatuto profissional dos professores, promovendo o seu desenvolvimento profissional. Em Macau a percentagem da população activa detentora de habilitações literárias superiores tem vindo a aumentar continuamente, passando de 22,9% no ano de 2009, para 27% no ano de 2012.

O Governo da RAEM tem cumprido as suas promessas e tem-se empenhado na concretização do projecto de construção das 19 mil habitações públicas e no planeamento do projecto pós 19 mil habitações, como forma de responder às necessidades de habitação dos cidadãos. Paralelamente, foram lançadas várias políticas e medidas no sentido de cimentar bases para o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

Demos, igualmente, grande atenção à segurança alimentar, tendo sido reforçados os trabalhos relacionados, designadamente, com a produção legislativa, a prevenção e a educação. Do mesmo modo, foi intensificada a gestão da segurança da RAEM e dado um

tratamento prudente e célere às situações de emergência, protegendo a segurança da vida e dos bens dos cidadãos.

Empenhámo-nos na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, impulsionámos a diversificação adequada da economia e continuámos a ajustar o ritmo do desenvolvimento do sector do jogo, promovendo o seu desenvolvimento ordenado. O desenvolvimento do turismo integrado tem revelado resultados encorajadores, fruto da comunhão de esforços do Governo da RAEM e do sector. Várias indústrias têm registado progressos satisfatórios, nomeadamente a venda a retalho, a hotelaria e a restauração. Novas indústrias, tais como a de exposições e convenções, culturais e criativas e da medicina tradicional chinesa, têm sido fortemente apoiadas. Através da optimização do apoio financeiro, do reforço da formação técnica de gestão, da realização de estudos sobre o investimento externo, entre outras medidas, demos maiores apoios às pequenas e médias empresas para concretização da sua valorização e reconversão empresarial, bem como para a expansão das suas operações. Por outro lado, permanecemos empenhados na promoção da construção das grandes infra-estruturas, impulsionando os trabalhos relacionados com o planeamento urbanístico, a protecção ambiental, o fomento da cultura, entre outros, tornando Macau numa cidade dinâmica.

Ao longo dos últimos quatro anos, o Governo da RAEM tem impulsionado fortemente a cooperação regional e reforçado a interacção e as relações de intercâmbio internacional. O papel de Plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa para promoção, designadamente, da cooperação nos âmbitos da economia, do comércio e da cultura entre a China e os países de língua portuguesa, tem vindo a produzir resultados assinaláveis. O mesmo se diga da implementação, de forma ordenada, do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", que tem permitido que as duas partes, Guangdong e Macau, atingissem os objectivos previstos no contexto das relações de complementaridade e de cooperação nos vários domínios, nomeadamente no desenvolvimento económico e no melhoramento das condições de vida da população.

O Governo da RAEM tem cumprido a promessa governativa de tomar decisões de forma científica e transparente. O Governo reforçou, por sua iniciativa, a auscultação da opinião pública, desenvolvendo o papel dos diversos organismos consultivos. Com a criação do Gabinete de Estudos das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau foi reforçado o estudo e a investigação das políticas públicas, e com a criação do sistema de Porta-voz do Governo foi elevada a transparência governativa. Continuámos a impulsionar a construção de uma sociedade íntegra. Intensificámos, de forma plena, a fiscalização interna exercida conjuntamente pelo Comissariado contra a Corrupção e pelo Comissariado da Auditoria, bem como continuámos a dar a maior atenção às opiniões dos diversos sectores da sociedade. Através da implementação e execução rigorosa de um conjunto de diplomas legais, tais como o "Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau" e o "Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses", e do reforço de acções promocionais e de sensibilização contribuiu-se para a integridade da sociedade.

O Governo da RAEM tem promovido, de forma pragmática, o desenvolvimento do sistema político e, em cumprimento rigoroso da Lei Básica de Macau e das Decisões do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, tem procurado consolidar os frutos do desenvolvimento do sistema político. Durante este ano, sob a atenção da sociedade e contando com a participação dos residentes e, ainda, nos termos da "Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa" revista, foram concluídos com sucesso os trabalhos de eleição da Quinta Assembleia Legislativa, tendo sido eleitos e nomeados os deputados para a nova Assembleia.

Entrando no novo ano, com vista a concretizar os diversos objectivos governativos, continuaremos a aprofundar a governação científica, envidando os maiores esforços na defesa da justiça, da integridade e da harmonia da sociedade, e promovendo o desenvolvimento sustentável dos diversos sectores da RAEM.

Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2014 — Aumentar a capacidade global e promover o desenvolvimento sustentável

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passo agora à apresentação das prioridades da acção governativa para o ano 2014.

"Ter por base a população" tem sido sempre o lema de governação do Governo da RAEM. Promover o desenvolvimento coordenado entre a economia e a sociedade e melhorar o bem-estar da população são prioridades da acção governativa do Governo da RAEM. Assentes no presente, iremos planear um futuro a longo prazo, para, em comunhão de esforços com os residentes, construirmos um lar feliz.

1. Aceleramento da construção de mecanismos eficientes de longo prazo e impulsionamento dos projectos relacionados com a qualidade de vida da população

A construção de mecanismos eficientes de governação a longo prazo é uma missão complexa que se projecta no tempo. Teremos de ser pragmáticos e ser capazes de superar dificuldades, bem como de coordenar os planos de curto, médio e longo prazo, com vista a desenvolver mecanismos eficientes de longo prazo e a optimizar, continuadamente, os projectos relacionados com a qualidade de vida da população.

(1) Aumento do investimento de recursos e aperfeiçoamento da regulamentação

O Governo da RAEM está actualmente empenhado na construção de quatro mecanismos eficientes de longo prazo, nomeadamente para a educação, sistema de segurança social, saúde e habitação. A par disso, atendendo à exigência urgente do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, e para assegurar o desenvolvimento sustentável da RAEM, o Governo, empenhado no investimento de recursos, no estabelecimento de plataformas e na criação de oportunidades, irá envidar esforços para a construção de um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos.

Mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos

O Governo da RAEM, orientado pelo conceito básico de "Construir Macau através da formação de talentos", pretende traçar um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos locais. O Governo empenhar-se-á na promoção do desenvolvimento educativo, fundamental para a formação de talentos, colocando, como primeira prioridade da acção governativa, a formação de talentos locais, indispensável ao desenvolvimento socio-económico de Macau. O Governo, em articulação com a implementação de políticas de curta, média e longa duração, acrescida do aumento do investimento em recursos,

continuará a impulsionar a cooperação entre a família, a escola, o Governo e a sociedade, proporcionando, assim, um sistema social de formação de talentos que promova, junto da população, uma segunda oportunidade de educação e a formação de elites.

Estamos profundamente cientes que a sabedoria faz o sonho e a tecnologia gera forças. Os talentos são o motor do progresso social. Com a promoção da construção do mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos, o Governo pretende criar as melhores condições para a construção de um "Centro" e de uma "Plataforma", acelerando o planeamento da estratégia da formação de talentos para garantir a reserva de talentos, capaz de responder ao desenvolvimento rápido da sociedade e da economia, promovendo, assim, a elevação geral da qualidade dos cidadãos de Macau, em prol da implementação contínua da política "um País, dois sistemas".

No âmbito da construção de regimes e sistemas, para além de reforçar o aperfeiçoamento da legislação relativa à área da educação, o Governo pretende promover a construção faseada dos diversos sistemas de formação de talentos, criando-se, assim, um mecanismo eficiente de longo prazo.

Quanto à construção do regime de coordenação e planeamento da formação de talentos, será considerada a criação, sob directa dependência do Chefe do Executivo, de uma comissão de desenvolvimento da formação de talentos, que terá como objectivo o planeamento científico da promoção da formação de talentos a longo prazo.

Relativamente ao aperfeiçoamento da base de dados de talentos e à criação do sistema de avaliação de talentos, vamos classificar as características dos vários grupos de talentos e determinar o objectivo da sua formação, em função do tipo e do nível em que se enquadram os talentos, proporcionando, assim, fundamentos para a selecção eficaz e a colocação adequada de talentos.

No âmbito da aceleração da regulamentação da acreditação profissional e da avaliação da capacidade profissional, já foram submetidas à apreciação da Assembleia Legislativa as propostas de lei sobre o "Regime jurídico de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo" e o "Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil". No próximo ano o Governo continuará a promover o regime de acreditação profissional dos vários sectores, designadamente dos sectores da assistência social, administração predial e turismo, com vista a promover um maior desenvolvimento das carreiras profissionais dos trabalhadores destes sectores.

Na construção do sistema de selecção de talentos, **orientado pelos princípios da imparcialidade**, **da justiça e da transparência**, as acções governativas continuarão a promover a busca, a avaliação, a selecção e a colocação adequada de talentos. Daremos a maior atenção ao reforço da formação dos talentos jovens, promovendo a implementação de mecanismos e de medidas privilegiadas favoráveis ao desenvolvimento da vida profissional dos jovens de excelência de Macau, permitindo-lhes, assim, que contribuam para o desenvolvimento social da RAEM.

Quanto ao reforço da optimização do regime de incentivos e de prémios, e com vista a promover a concorrência e o desenvolvimento profissional dos talentos, serão reforçados os prémios a atribuir às instituições e empresas, especialmente às pequenas e médias empresas que se distingam pela eficácia na formação de talentos locais, bem como os prémios a atribuir aos profissionais ou técnicos especializados que prestem contributos notáveis.

No âmbito da implementação de medidas e investimento de recursos, e tendo por referência o produto interno bruto de Macau, o Governo irá investir no aumento da percentagem das despesas públicas, em particular as destinadas à formação de talentos, com vista à implementação de um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos locais. Para tal, o Governo irá estudar a adopção das seguintes medidas:

A par do aperfeiçoamento dos programas de subsídio ao prosseguimento de estudos, de estágios e de formação específica, já existentes, o Governo vai equacionar a criação e implementação do "Programa da formação de elites", do "Programa de estímulo aos quadros qualificados e especializados" e do "Programa de incentivo aos quadros técnico-profissionais".

O "**Programa da formação de elites**" visa seleccionar talentos de topo em vários sectores sociais e facilitar-lhes a frequência de cursos, de acções de formação e de estágios, entre outros, em universidades de renome, instituições públicas ou empresas modernas do Interior da China, ou do exterior, através de planos de cooperação e intercâmbio entre estas e Macau, com vista ao enriquecimento da experiência e capacidade profissional das elites locais, promovendo, assim, a formação e a reserva de quadros altamente qualificados para o desenvolvimento presente e futuro de Macau.

O "**Programa de estímulo aos quadros qualificados e especializados**" terá como objectivo prestar apoio aos quadros especializados que já tenham uma formação ou experiência sólidas, ou, ainda, que demonstrem um desempenho de relevo na sua especialidade profissional. Estes quadros, com base nas suas próprias opções e necessidades de desenvolvimento profissional, poderão optar pela formação profissional, pelo prosseguimento de estudos ou pelo aprofundamento, em postos de trabalho, da sua experiência profissional, progredindo assim de forma rápida e contribuindo ainda mais para o desenvolvimento social de Macau.

O "**Programa de incentivo aos quadros técnico-profissionais**" terá como alvo talentos técnicos dos diversos domínios, em relação aos quais se regista uma procura emergente, designadamente os quadros técnico-profissionais e os talentos das várias indústrias e visa facultar-lhes uma formação mais aprofundada, ao nível de diversas especialidades aplicadas, essencial à promoção da diversificação adequada da economia de Macau e em prol do desenvolvimento acelerado e diversificado da RAEM.

Relativamente à elevação da percentagem de trabalhadores locais em cargos de direcção nas grandes empresas, o Governo irá advogar, junto destas empresas, especialmente junto das concessionárias de jogos, o aumento da percentagem dos trabalhadores locais em cargos de direcção, em vários níveis. O Governo pretende ainda apoiar a autovalorização dos trabalhadores não especializados destas empresas, com vista à sua mobilidade ascendente.

Quanto ao incentivo ao regresso de talentos a Macau, pretendemos construir um mecanismo de ligação com os talentos de Macau que frequentem cursos no exterior de Macau, ou que ali tenham fundado negócios, e estudar a concessão de incentivos privilegiados para estimular o seu regresso a Macau, para aqui prestarem serviços e desenvolverem a sua carreira profissional.

Já na formação de talentos para a sociedade e para o sector dos serviços públicos, o Governo irá aumentar o investimento nos recursos destinados a apoiar as associações civis, designadamente as associações de juventude, para que estas promovam a organização de várias actividades. Envidaremos esforços para a sensibilização, junto dos jovens, para a importância e consequente aumento do sentido de responsabilidade social, espírito de missão e sentido de compromisso, bem como para o reforço do treino e formação de talentos necessários à construção da RAEM.

A construção do mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos é uma obra complexa e de grande envergadura, que depende não só de ajustamentos regulamentares e de uma distribuição razoável de recursos, de acordo com a realidade social, como depende da participação de toda a sociedade na materialização desta meta.

Quatro mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a qualidade de vida da população

No âmbito da educação, e tendo por base o regime e os recursos existentes, iremos estabelecer uma rede de educação destinada a toda a população, que interligue o ensino não superior, o ensino superior, o ensino técnico-profissional, o ensino especial, o aperfeiçoamento contínuo e a aprendizagem permanente, assegurando aos cidadãos a conclusão do ensino não superior, proporcionando-lhes oportunidades para acesso a cursos superiores e elevando a sua competitividade, permitindo-lhes, assim, a promoção a cargos superiores, com o objectivo de concretizar o lema "Promover a prosperidade de Macau através da Educação" e elevar a qualidade dos cidadãos em geral.

Para alcançar os melhores resultados na sociedade, e no sentido de promover a educação contínua e a aprendizagem permanente, em articulação com as estratégias de desenvolvimento da diversificação adequada da economia, o Governo está a planear a construção, em Coloane, de um centro prático de ensino técnico-profissional em Seac Pai Van, com espaços didácticos e de práticas para o ensino secundário complementar técnico-profissional, destinados às instituições que ministram cursos técnico-profissionais e que promovem os respectivos estágios profissionais, bem como a construção de um "centro de

formação de línguas", para elevar o plurilinguismo dos estudantes de Macau. Prevê-se que os dois centros entrem em funcionamento em 2016.

No próximo ano, o Governo da RAEM irá aumentar os apoios financeiros para o ensino especial, com vista a aliviar a pressão dos encarregados de educação na prestação de cuidados aos seus filhos, a melhorar de forma contínua as condições de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e a fomentar o desenvolvimento do ensino especial.

O Governo irá continuar a promover o progresso geral do ensino superior, concretizando a edificação de regimes e investindo ainda mais recursos nesta área. A inauguração e a entrada em funcionamento do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin permitiram a introdução de novos elementos e de uma nova dinâmica no desenvolvimento do ensino superior local. O Governo irá acelerar a concepção de um macro plano de desenvolvimento de médio e longo prazo do ensino superior, e elaborar os correspondentes diplomas legais, entrando-se assim numa nova fase de desenvolvimento deste nível de ensino.

O Governo da RAEM para além de aumentar, significativamente, o número e o montante de bolsas de mérito destinadas a premiar os alunos que obtêm excelente aproveitamento escolar, pretende ainda proporcionar aos estudantes uma plataforma de serviços polivalentes através do recém-criado "Centro dos Estudantes do Ensino Superior". Continuaremos a apoiar o intercâmbio com o exterior, promovido pelas instituições do ensino superior, com vista a alargar a visão do mundo e a facultar novas experiências de vida aos estudantes.

No âmbito do sistema de segurança social, que abrange o regime de segurança social com contribuições, a assistência social sem contribuição dos beneficiados e o apoio social para toda a população, o Governo da RAEM mediante o ajustamento das medidas de curto, médio e longo prazo, e orientando a afectação de recursos, pretende estabelecer um sistema de segurança social abrangente e multi-nível, de modo a assegurar as condições básicas de vida da população, a apoiar os cidadãos na elevação da sua competitividade, a concretizar a justiça social e a promover a estabilidade social.

O Governo irá lançar uma consulta pública sobre o regime de previdência central não obrigatório e, no próximo ano, será concretizado o respectivo processo legislativo, criando-se, assim, um regime de segurança social de dois níveis.

"Respeitar e proteger os idosos" é uma boa tradição do povo chinês, pelo que o Governo da RAEM tem sempre proporcionado aos residentes garantias de segurança na terceira idade. Concluíram-se, este ano, os estudos de viabilidade de agregação do subsídio para idosos à pensão para idosos e estamos actualmente a desenvolver trabalhos que visam a simplificação de formalidades. Além disso, no próximo ano, iremos proceder ao enquadramento das políticas do sistema de segurança social para os idosos e definir o "Programa de desenvolvimento do serviço de apoio a idosos nos próximos 10 anos", de 2016 a 2025, consolidando e aperfeiçoando assim o sistema de segurança social para os

idosos. Para reforçar o apoio prestado aos idosos, quer ao nível familiar, quer comunitário, e para além de se manter o investimento na melhoria dos serviços existentes, pretendemos acelerar as obras de ampliação e construção de lares para idosos e solucionar o problema da escassez de recursos humanos desta área.

Após a concretização, em 2013, da injecção extra de capital no Fundo de Segurança Social, no valor de 5 mil milhões de patacas, e do aumento da percentagem da dotação das receitas brutas do jogo das concessionárias para o Fundo de Segurança Social, de 60% para 75%, o Governo irá, no próximo ano, injectar no Fundo uma verba adicional de 5 mil milhões de patacas e, até 2016, está programada uma injecção de capital no valor total de 37 mil milhões de patacas. Uma gestão de recursos activa, mas cuidadosa, permitiu a criação de condições para a concessão de regalias e de subsídios, bem como para o aumento do respectivo montante, e assegurou, ainda, o funcionamento sustentável do regime de segurança social num futuro próximo.

O valor do índice mínimo de subsistência, que foi ajustado para 3.450 patacas, será novamente ajustado em Janeiro de 2014, de acordo com o mecanismo existente. Com o objectivo de promover o desenvolvimento dos serviços de reabilitação a longo prazo, o Governo tem intenção de definir o respectivo quadro político para o próximo decénio, quadro esse que tomará em consideração os trabalhos relativos à avaliação das deficiências, à atribuição de subsídios a pessoas portadoras de deficiência, ao aperfeiçoamento das instalação de reabilitação, ao reforço dos serviços de cuidados domiciliários, bem como ao reforço do apoio físico e psicológico aos portadores de deficiência e aos seus familiares ou cuidadores.

No âmbito dos serviços sociais, o Governo procura sempre encontrar um equilíbrio entre as medidas de apoio provisórias e flexíveis e os mecanismos de carácter permanente, cooperando activamente com as associações civis na expansão dos serviços sociais e na elevação do seu nível.

No âmbito da saúde, o Governo da RAEM esforçar-se-á em estabelecer regimes regulamentares e estáveis, com medidas complementares, e empenhar-se-á em aproveitar plenamente os recursos existentes para assegurar a prestação de serviços de cuidados de saúde primários aos cidadãos, bem como aumentar a eficiência das consultas e tratamentos especializados e a qualidade dos serviços médicos, elevando assim o nível de saúde da população.

Para assegurar os direitos e os interesses dos prestadores de cuidados médicos e dos utentes dos cuidados de saúde, a proposta de lei sobre o "Regime jurídico de tratamento de litígios decorrentes de erro médico" já foi concluída e entregue para apreciação da Assembleia Legislativa, tendo o Conselho para os Assuntos Médicos sido criado e entrado já em funcionamento. Continuamos empenhados em implementar o "Projecto de Melhoramento das Infra-Estruturas do Sistema de Saúde", estando concluídos os trabalhos preliminares do planeamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, tendo-se já iniciado as obras de tratamento do terreno. Com a entrada em funcionamento do Edifício

do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, local onde funcionam serviços de consultas externas de 24 horas e onde existe uma zona de serviço destinada exclusivamente a idosos, registam-se melhorias ao nível do ambiente das consultas e dos serviços médicos.

Os recursos das instituições médicas públicas e privadas são sempre cuidadosamente coordenados e reforçaram-se os serviços de cuidados de saúde, tratamento e reabilitação destinados aos idosos. No corrente ano foi instalada, no Serviço de Medicina Interna do hospital público, uma zona destinada a doentes idosos, que integra grupos de trabalho no âmbito da geriatria que prestam serviços de tratamento complexos. Planeamos, ainda, criar zonas de cuidados de saúde destinadas aos idosos em todos os centros de saúde de Macau. Com base na premissa da protecção da privacidade dos doentes, e em benefício dos utentes, iremos testar em 2014, nos 3 hospitais e nos centros de saúde, o sistema electrónico universal de processos clínicos de Macau, procurando assim optimizar o mecanismo de transferência de informações entre diferentes instituições médicas.

O Governo da RAEM, para além de construir novos centros de saúde e ampliar os já existentes, irá criar mais instalações médicas para responder às necessidades decorrentes da construção de habitações públicas de grande escala e pretende prolongar, gradualmente, o horário de funcionamento dos centros de saúde, bem como coordenar a sua actuação com instituições médicas sem fins lucrativos, com vista a proporcionar aos cidadãos a prestação de serviços nocturnos e durante os dias feriados, fornecendo deste modo serviços médicos acrescidos à população.

Com a entrada em vigor da lei intitulada "Regime de prevenção e controlo do tabagismo" atingiram-se resultados assinaláveis no controlo do tabagismo. O Governo irá, de acordo com a lei, reforçar o controlo do tabagismo nos casinos. Irá, também, cooperar com instituições médicas de outras regiões no sentido de reforçar as medidas de prevenção e controlo das doenças infecciosas.

No âmbito das medidas destinadas a assegurar a habitação, iremos avançar com o estabelecimento de mecanismos eficientes de longo prazo e, com base nos regimes e recursos existentes, pretendemos promover um equilíbrio entre o desenvolvimento da habitação pública e o desenvolvimento do mercado imobiliário, visando concretizar o princípio "habitação para todos, bem-estar para todos"

A conclusão sucessiva das 19 mil fracções de habitação pública leva à formação gradual de novas comunidades, pelo que o Governo está a acelerar a construção de instalações complementares para transporte, serviços médicos, educação e serviços comunitários, entre outros, de modo a facilitar a vida e as deslocações dos cidadãos. Atenta a escassez dos recursos de solos de Macau, o Governo da RAEM, tendo em consideração os interesses particulares e os interesses gerais da sociedade, irá acelerar a concretização da construção de habitação pública após o projecto das 19 mil fracções e aumentar a reserva de terrenos para a construção de habitação pública. No planeamento dos novos aterros será contemplada a reserva de terrenos destinados a habitação, com vista a assegurar a

existência de condições que permitam satisfazer as necessidades de habitação da população. O Governo da RAEM já iniciou os procedimentos relativos a 28 casos de declaração de caducidade de concessão de terrenos. A forma de proporcionar habitação sob o conceito de "terra de Macau destinada a residentes de Macau" está a ser estudada, prevendo-se a sua conclusão em 2014, após o que serão lançadas consultas públicas.

Para satisfazer as necessidades de desenvolvimento a longo prazo, o Governo da RAEM vai rever o regime jurídico da construção urbana e aperfeiçoar o regime da habitação social e o regime jurídico relativo à administração de condomínios. Continuaremos a analisar as necessidades de habitação da população e a consequente afectação de recursos, a implementar adequadamente planos habitacionais de médio e longo prazo, a acelerar o processo de aprovação e apreciação dos projectos de edifícios privados destinados a habitação, a promover o aumento da oferta no mercado imobiliário e a envidar esforços no sentido de assegurar o direito à habitação da população de Macau.

(2) Implementação de medidas diversificadas para o bem-estar da população

As medidas lançadas pelo Governo da RAEM em benefício do bem-estar da população constituem uma parte vital dos mecanismos eficientes de longo prazo. No decurso do novo ano, o Governo da RAEM, atendendo às influências causadas pelas mudanças do ambiente económico na vida da população, continuará a aplicar os recursos públicos de forma cabal, a prestar pleno apoio às camadas mais vulneráveis da população, aos idosos e às crianças, atenuando a pressão de vida dos residentes originada pela inflação. Iremos, uma vez mais, adoptar medidas flexíveis de curto prazo e reforçar a partilha dos frutos do desenvolvimento económico.

De acordo com a lei que regula as "Contas Individuais de Previdência", cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas, injectada pelo Governo na sua conta individual, e propomo-nos, no próximo ano, injectar na conta individual de cada residente qualificado uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental, como forma de reforçar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis.

Relativamente ao Plano de Comparticipação Pecuniária, propomo-nos atribuir, no próximo ano, o montante de 9.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 5.400 patacas a cada residente não permanente. Para além disso, no próximo ano, propomo-nos elevar, uma vez mais, o montante do Subsídio para Idosos, que ascenderá a 7.000 patacas.

O Governo da RAEM continuará a reforçar as medidas de apoio às famílias e aos grupos em situação vulnerável. Pretendemos continuar a assegurar o apoio financeiro às famílias com dificuldades e iremos atribuir às famílias beneficiárias do subsídio uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio. Iremos,

também, aumentar o montante do subsídio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável, e elevando o montante do apoio especial, nomeadamente, o apoio para actividades de aprendizagem dos filhos de famílias monoparentais, o apoio para cuidados médicos específicos e o apoio de invalidez. Iremos, ainda, elevar o montante do limite máximo dos rendimentos para atribuição de subsídio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável para 1,8 vezes do valor do índice mínimo de subsistência, aumentando assim o número de famílias beneficiadas.

O Governo, entre outras medidas, irá, uma vez mais, reforçar o Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo, prolongando o período de apoio de oito para dez semanas; irá, também, elevar o montante do limite máximo de rendimentos, passando de 1,7 vezes para 1,8 vezes do valor do índice mínimo de subsistência; as famílias que beneficiem, pela primeira vez, do apoio económico ver-lhes-ão atribuído, de uma única vez, um apoio alimentar. Estas medidas visam reforçar o apoio prestado aos grupos de pessoas com baixos rendimentos.

No próximo ano será novamente reforçado o apoio às pessoas portadoras de deficiência, passando os montantes do subsídio de invalidez de 6.600 patacas e de 13.200 patacas para 7.000 patacas e 14.000 patacas, respectivamente.

O Governo irá isentar, por mais um ano, as famílias arrendatárias de habitações sociais que preencham os requisitos, do pagamento da renda, e dará continuidade ao plano provisório de atribuição de abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social.

A prorrogação da concessão da subvenção de rendimentos permite aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixo rendimento e que reúnam os requisitos, receber um montante até 4.700 patacas por mês. Por outro lado, e com vista a aumentar a competitividade dos residentes no mercado laboral, o Governo dará continuidade ao reforço e à reorganização da formação profissional, seja ela a formação inicial, seja a de aperfeiçoamento profissional. Continuaremos a dinamizar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, e serão reforçados os serviços de colocação profissional e de visita de apoio domiciliário, o que contribuirá para a elevação do nível de independência dos indivíduos em situação vulnerável.

Pretendemos, também, manter o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde para cada residente permanente de Macau com o valor de 600 patacas. Daremos continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês para cada unidade habitacional.

Continuaremos a aumentar o investimento na educação. Com vista a atenuar os encargos dos pais e encarregados de educação com a aquisição de manuais escolares, especialmente para os estudantes do ensino secundário, propomo-nos, para ano lectivo 2014/2015, elevar o montante do subsídio para aquisição de manuais escolares para o ensino secundário, de 2.400 patacas para 2.800 patacas, mantendo-se o montante do

subsídio concedido aos estudantes do ensino primário e do ensino infantil, em 2.400 patacas e 2.000 patacas, respectivamente. Iremos continuar a conceder o "subsídio de alimentação" e o "subsídio para aquisição de material escolar" aos estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas, mas propomo-nos elevar o montante destes subsídios de 2.600 patacas para 3.000 patacas, e de 1.700 patacas e 2.200 patacas para 2.000 patacas e 2.500 patacas, respectivamente.

Além disso, continuaremos a conceder o subsídio no montante de 3.000 patacas, ao abrigo do Programa de Subsídio de Aquisição de Material Escolar aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior ou de pós-graduação, dentro ou fora de Macau, com vista a incentivar a leitura e o estudo diligente.

A primeira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo reuniu o acolhimento geral da população. Com vista a continuar a encorajar os cidadãos a adquirirem novos conhecimentos e a elevarem a sua capacidade profissional, no próximo ano o Governo irá lançar a segunda fase deste Programa, devidamente aperfeiçoado, e a cada residente de Macau, que tenha completado 15 anos de idade, será atribuído um subsídio máximo que será aumentado de 5.000 patacas para 6.000 patacas, utilizável ao longo de três anos.

Com a aplicação das subvenções e das comparticipações, o Governo prevê despesas na ordem dos 11.313 milhões de patacas.

No próximo ano continuarão a ser adoptadas medidas de redução e de isenção fiscal, que incluem:

A elevação, a partir do próximo ano, do valor para 300.000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (que anteriormente era de 200.000 patacas), com vista a atenuar os encargos fiscais das pequenas e médias empresas; a redução de 30% no imposto profissional da população activa, com o limite de isenção em 144.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a isenção da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas; e a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade.

O grupo social com rendimentos médios constitui um núcleo fundamental do desenvolvimento social, e as aspirações deste grupo têm vindo a ser valorizadas pelo

Governo. Na sequência de um estudo geral, decidimos a prorrogação da devolução de 60% do imposto profissional referente ao ano de 2013 aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 12.000 patacas, de modo a aliviar o encargo do grupo social com rendimentos médios. O imposto do ano 2012 será devolvido em 2014 e o de 2013 no ano de 2015.

Com a manutenção destas medidas de redução e de isenção fiscal, acrescidas da medida de devolução de imposto, o Governo deixará de receber receitas fiscais num valor aproximado de 1.980 milhões de patacas.

2. Concretização empenhada do grande plano de desenvolvimento e promoção contínua da diversificação adequada da economia

Para promover sistematicamente "um centro" e "uma plataforma", devemos ter em consideração as tendências da evolução económica internacional e as perspectivas económicas de Macau. Observando os vários factores de análise, estamos cautelosamente optimistas quando à economia de Macau no próximo ano. Embora a economia mundial tenha registado melhorias, mantém-se a complexidade da conjuntura económica. O Governo da RAEM irá prestar a maior atenção às mutações dos mercados internacionais e ao fluxo de capital e implementar, de forma contínua, políticas financeiras equilibradas, adoptando oportuna e proporcionadamente políticas mais estratégicas, específicas e flexíveis.

O Governo da RAEM continua a atribuir a maior importância à optimização do sistema financeiro e ao aperfeiçoamento contínuo do mecanismo de fiscalização da actividade financeira. As despesas globais do Governo orçamentadas para o próximo ano não serão superiores às orçamentadas para o corrente ano. O Governo irá acelerar os trabalhos de alteração da lei de enquadramento orçamental, em observância do princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, consagrado na Lei Básica da RAEM, e da necessidade imperativa em manter um equilíbrio entre as receitas e as despesas, além do que pretende adoptar medidas que considerem a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto local, adaptando-se, tanto quanto possível, às necessidades reais do desenvolvimento social e às solicitações decorrentes do progresso da sociedade. Empenhar-nos-emos em gerir adequadamente os recursos públicos, em assegurar o nível da segurança do capital da reserva financeira e a liquidez dos activos da RAEM e em optimizar a afectação da reserva financeira em investimentos, para assim atingir um crescimento estável em valores.

Para alcançar um desenvolvimento social pleno é imperativa a definição de uma política demográfica estratégica e científica. O Governo irá estudar e analisar em pormenores as opiniões e sugestões recolhidas nas consultas públicas sobre o quadro da política demográfica, e prevê que em 2014 estejam finalizados os estudos da política demográfica.

(1) Apoio ao crescimento de indústrias e desenvolvimento de uma economia diversificada

Decidida a construção de um centro mundial de turismo e lazer, iremos lançar em 2014 estudos sobre o plano de desenvolvimento do sector do turismo a médio e longo prazo, pretendemos consolidar as actuais fontes de turistas, explorar novos mercados, promover um turismo integrado, enriquecer o conteúdo do turismo cultural, melhorar as capacidades globais do sector do turismo, promover um turismo multi-destinos e envidar esforços em tornar Macau como um famoso destino de turismo e lazer, mundialmente reconhecido.

Continuaremos a reforçar a fiscalização da indústria do jogo, no sentido de assegurar um saudável desenvolvimento do sector. O Governo da RAEM prosseguirá com firmeza a execução da medida de não permitir a importação de *croupiers* do exterior e, a par do reforço da formação para trabalhadores residentes, promoverá a colaboração dos operadores do jogo para a incorporação de mais trabalhadores residentes nas suas equipas de gestão, por forma a favorecer a ascensão profissional dos trabalhadores residentes. Paralelamente, iremos levar a cabo iniciativas que permitam impulsionar a integração de elementos não associados com a indústria do jogo no sector, reforçando a sua orientação para um desenvolvimento rumo à indústria de lazer, de modo a elevar a competitividade do sector.

Iremos continuar a intensificar esforços no desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições, de cultura e criatividade, de medicina tradicional chinesa, de tecnologia informática e de logística. No próximo ano o Governo da RAEM irá apresentar o novo Plano de Apoio às Convenções e Exposições Profissionais, que pretende atrair para Macau a organização de convenções internacionais e de exposições profissionais, aumentando assim a qualidade das actividades de convenções e exposições e os espaços de desenvolvimento de Macau. O recém-criado Fundo das Indústrias Culturais visa a concessão programada de apoio às indústrias culturais locais, desde a concepção à produção dos produtos culturais e criativos, proporcionando aos profissionais destas áreas oportunidades para mostrar sua criatividade e talento.

Mais de noventa por cento das empresas de Macau são pequenas e médias empresas (PMEs), que, constituindo elemento indispensável para impulsionar a diversificação adequada da economia, desempenham um papel dinâmico na promoção da estabilidade social. O Governo da RAEM considera prioritários os apoios às PMEs, e para além de atenuar os encargos fiscais das PMEs através do aumento do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos, no próximo ano pretende reforçar as medidas de apoio às PMEs, mediante a implementação de um novo projecto intitulado "Apoio às PMEs na criação do seu Website Empresarial", que visa a valorização da sua imagem e a promoção e divulgação dos seus produtos.

Continuaremos a apoiar a realização do projecto de apoio à preservação das características dos estabelecimentos de comidas de Macau, que já vai na sua quarta edição,

e a flexibilizar as condições para apresentação de requerimentos, por forma a apoiar um maior número de indústrias tradicionais de restauração e bebidas, com vista a melhorarem as suas condições de negócio e preservarem as características próprias da sua cultura alimentar.

Daremos continuidade à implementação do Plano de Apoio à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, iremos aumentar o limite máximo do montante de apoio de 500 mil para 1 milhão de patacas, no sentido de apoiar e incentivar as empresas, associações e escolas a adquirirem produtos e equipamentos que visem a protecção ambiental, a ajudar as PMEs a diminuírem os custos de exploração e, ainda, a desenvolverem acções destinadas a sensibilizar a sociedade para a poupança de recursos.

Tendo sempre em consideração a diversificação adequada da economia, iremos adoptar iniciativas destinadas a valorizar os recursos humanos através da formação profissional e da certificação de aptidões profissionais, bem como a promover o emprego e a ascensão profissional dos trabalhadores residentes através da recolocação profissional. A par disso, iremos fiscalizar rigorosamente a aplicação dos diplomas legais relativos ao trabalho, no sentido de garantir os direitos e interesses de emprego dos trabalhadores residentes. Iremos submeter à apreciação da Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Garantia de Créditos Emergentes das Relações de Trabalho" e na sequência da sua aprovação será publicado um regulamento administrativo respeitante ao Fundo de Garantia de Créditos Laborais. No próximo ano iremos proceder à actualização do limite máximo do montante de indemnização em caso de cessação da relação de trabalho sem justa causa e iremos rever a "Lei das Relações de Trabalho".

(2) Reforço da cooperação regional numa perspectiva de complementaridade das vantagens e de ganho mútuo

Em articulação com a implementação do 12.º Plano Quinquenal do País e a concretização das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, no próximo ano o Governo pretende aproveitar as vantagens próprias da RAEM para reforçar o intercâmbio e a cooperação com o Interior da China e outras regiões, procurando aumentar os espaços de desenvolvimento de Macau, por forma a promover um desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia da RAEM e uma melhoria constante da qualidade de vida da população.

O Governo da RAEM irá promover a capitalização das vantagens das políticas preferenciais definidas no Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) e nos respectivos suplementos, incentivando os respectivos sectores e profissionais a aproveitarem atempadamente as oportunidades resultantes da liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau, a implementar no próximo ano.

Iremos continuar a aprofundar a implementação do CEPA e desenvolver uma estreita cooperação com Guangdong, a todos os níveis. O Governo da RAEM irá dar prioridade à intensificação da cooperação com as regiões de maior relevância como Hengqin e Nansha, e desenvolver, posteriormente e de forma ordenada, a cooperação com Zhongshan, Shenzhen e outras cidades. Competirá à Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no âmbito do Desenvolvimento de Hengqin apreciar e recomendar os projectos para investimento no Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, apresentados por empresas de diversas dimensões, enquanto que o "Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa" se responsabilizará por desenvolver os trabalhos para angariação de negócios e atracção de investimentos. Será criada no Parque Aquático de Chime-Long, com o apoio do Governo da RAEM, uma zona reservada à participação e operação das PMEs de Macau. No que respeita à cooperação com Nansha, iremos participar activamente na criação da "Área de Demonstração Global" no âmbito do projecto-piloto do CEPA, por forma a promover as viagens individuais em barcos de recreio, as acções de formação profissional em turismo e a cooperação na construção de um porto de cruzeiros em Nansha, bem como a acelerar o processo de abastecimento de produtos frescos e de animais vivos a Macau.

Daremos continuidade ao desenvolvimento e aprofundamento do nosso papel no mecanismo de cooperação com o Interior da China, nomeadamente no âmbito da cooperação Fujian-Macau, Beijing-Macau e da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. No próximo ano, será comemorado o 10.º aniversário da cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, e o Governo da RAEM irá assumir novamente, com Guangdong e Hong Kong, a organização deste evento, e desempenhará condignamente o seu papel de anfitrião.

O Governo da RAEM irá envidar os maiores esforços no desempenho do seu papel de plataforma de serviços na cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, prestando serviços de qualidade na cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa e na formação de pessoal originário desses países. Daremos maiores apoios às empresas de Macau, às PMEs do Interior da China e a empresas dos países de língua portuguesa, concretizando, assim, uma cooperação multilateral e de ganhos mútuos.

O Governo da RAEM irá aumentar a eficácia da cooperação com o Interior da China nos domínios do bem-estar da população, como sejam a segurança alimentar e a protecção ambiental; vai desenvolver de forma gradual relações de cooperação na nova área da protecção na terceira idade e promover a elevação do nível da gestão urbanística. Continuará a reivindicar o prolongamento do horário de funcionamento das alfândegas, por forma a criar condições mais favoráveis à passagem alfandegária dos residentes e turistas.

Continuaremos a participar na construção da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e na organização e construção de infra-estruturas para circulação transfronteiriça, como o projecto de obras da extensão do metro ligeiro de Macau para Hengqin e Zhuhai, por forma a melhorar as condições de participação da RAEM na cooperação regional. Face à necessidade de acelerar, no próximo ano, o ritmo da implementação do projecto de construção do novo acesso entre Guangdong e Macau, serão executadas, de acordo com o

programado, as obras da primeira fase e serão efectuados estudos sobre os novos modelos de controlo fronteiriço.

O Governo da RAEM irá intensificar ainda mais o já estreito diálogo que mantém com Hong Kong, procurando desenvolver a cooperação numa perspectiva de complementaridade. A Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan continuará a desempenhar seu papel na promoção do intercâmbio e da cooperação entre Macau e Taiwan nas áreas do turismo, comércio e cultura, com vista a disponibilizar serviços de comunicação e informações aos residentes de Macau em Taiwan, sobretudo aos jovens e aos estudantes.

Com a aprovação, pelo Governo Central, da medida de importação para Macau de trabalhadores domésticos provenientes do Interior da China, está previsto em 300 o número do primeiro grupo de trabalhadores oriundos de Guangdong e de Fujian, e com a concretização da respectiva medida, este número será gradualmente aumentado para 1.500.

(3) Construção de uma cidade com condições ideais de vida e melhoria dos espaços urbanos e de lazer

Considerando que é desejo comum da população de Macau ter um ambiente agradável para viver, iremos criar, com o mais profundo sentido de responsabilidade e em colaboração com a população de Macau, uma cidade segura, civilizada, saudável, tolerante e harmoniosa. Iremos desenvolver esforços no sentido de fortalecer e desenvolver os espaços de lazer existentes, coordenar com seriedade o equilíbrio das relações entre o desenvolvimento urbano e a preservação do património histórico e proteger o nosso património cultural tangível e intangível. Iremos reforçar as actividades de sensibilização relativas à nossa herança cultural e fomentar a construção de instalações culturais, promovendo acções que contribuam para a generalização do acesso à cultura e acções na área da educação artística. O enriquecimento da vida cultural dos residentes contribui, também, para a promoção do intercâmbio cultural com o exterior e permite mostrar aos turistas provenientes de todo o mundo os encantos de Macau, caracterizados pela sua diversidade cultural.

Ao longo dos tempos, os macaenses e os portugueses residentes em Macau têm desempenhado um papel vital na promoção do intercâmbio entre as culturas oriental e ocidental e no desenvolvimento da RAEM. Respeitando a pluralidade de culturas, costumes e hábitos, o Governo da RAEM tem sempre vindo a promover a coexistência harmoniosa das diferentes etnias, religiões e culturas em Macau.

O Governo da RAEM tem prestado a maior atenção ao melhoramento da condição física dos residentes e, face aos resultados da "Avaliação da condição física da população de Macau", que registaram um ligeiro decréscimo do nível da condição física global da população infantil e jovem, continuará a reforçar os apoios ao desporto para todos e ao desporto escolar. A par disso, para assegurar um melhor desenvolvimento do desporto local, as instalações desportivas serão aperfeiçoadas, com vista a elevar os níveis do desporto de rendimento.

O planeamento urbanístico constitui um importante suporte para o processo de urbanização e para a gestão urbanística. A "Lei de Terras", a "Lei do planeamento urbanístico" e a "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", aprovadas pela Assembleia Legislativa, e que entram em vigor em Março do próximo ano, contribuirão para a definição do futuro plano director e dos planos de pormenor da cidade.

Em articulação com a estratégia global do Estado na área da protecção ambiental, o Governo da RAEM continuará a aprofundar a educação e a desenvolver actividades no âmbito da protecção ambiental, bem como a reforçar a legislação e a fiscalização da execução da lei na defesa do ambiente. Iremos acelerar a criação do regime de avaliação do impacto ambiental e em 2014 proceder-se-á à respectiva auscultação pública. Continuaremos a impulsionar a exploração e a utilização do gás natural liquefeito e de água reciclada, e vamos promover a instalação, em Coloane, de uma estação para reciclagem de água. Além disso, empenhar-nos-emos na elevação da capacidade de resposta nas intervenções conjuntas e regionais para defesa do ambiente, procurando criar conjuntamente uma zona com qualidade de vida.

Este ano entrou em vigor a "Lei de Segurança Alimentar". O recém-criado Centro de Segurança Alimentar irá responsabilizar-se pelo reforço da fiscalização da segurança alimentar através da adopção de medidas tendentes à melhoria da gestão dos riscos de segurança alimentar. A par disso, iremos recorrer a diferentes meios de sensibilização para aumentar a consciência dos cidadãos para a segurança alimentar.

Em articulação com o desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer, o Governo irá aperfeiçoar continuadamente a gestão das condições de software e hardware nos postos fronteiriços, elevando, assim, a nossa capacidade de recepção e a qualidade dos serviços prestados. Iremos aperfeiçoar o sistema de informação turística, outra medida destinada a facilitar a estadia dos turistas em Macau.

O aumento das necessidades de transporte é uma consequência natural do processo de urbanização. Enquanto eixo principal dos meios de transporte colectivos, o metro ligeiro contribui para aliviar a pressão do trânsito e melhorar o tráfego rodoviário da cidade. Atento às opiniões apresentadas pela população, relativas ao percurso do troço do metro ligeiro nos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE), e após avaliação da situação, o Governo constatou que o projecto de planeamento do NAPE coloca limitações objectivas à optimização da concepção de percursos do metro ligeiro, limitações essas que obrigam à busca de ideias e soluções inovadoras. Assim, o Governo da RAEM apresentou ao Governo Central um requerimento, que foi recentemente aprovado, no sentido de aumentar a área do terreno sito na zona da Avenida do Dr. Sun Yat mediante pequenos ajustamentos em algumas partes do NAPE, sem que se altere a sua área total, viabilizando assim o novo plano para integrar na Avenida do Dr. Sun Yat o percurso de circulação do metro ligeiro do NAPE e a faixa de rodagem circundante já existente. Os trabalhos a realizar envolvem a contratação de consultores especializados que proponham soluções destinadas a resolver dificuldades técnicas, após o que se dará início à execução das obras com a brevidade possível.

A qualidade do serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros tem merecido grande atenção por parte do Governo da RAEM e, para salvaguardar a estabilidade na prestação destes serviços, iremos preconizar a revisão e a optimização da rede pública de itinerários dos autocarros e o aperfeiçoamento no mecanismo de fiscalização, e adoptaremos as medidas adequadas na exploração da Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A., tomada através de sequestro, de forma a assegurar o normal funcionamento deste serviço público durante o período transitório estabelecido. Atendendo à situação do trânsito em Macau, o Governo irá aperfeiçoar a rede rodoviária, a fim de criar condições para melhorar a circulação do tráfego. Além disso, para satisfazer as necessidades sociais, iremos ainda conceder mais 200 alvarás de licenças de exploração de táxis.

O envelhecimento das zonas antigas coloca desafios inevitáveis à criação de uma cidade com condições ideais de vida e de habitação. Com o intuito de elevar a qualidade global de vida da população e valorizar a imagem da cidade, o Governo empenhar-se-á em optimizar as condições de vida e melhorar as condições de negócio, e pretende, ainda, adoptar medidas destinadas a reanimar as zonas antigas e históricas de Macau.

O problema das inundações em Macau deve-se, por um lado, a razões históricas e, por outro, ao desenvolvimento acelerado da economia e da sociedade. O Governo da RAEM irá proceder a uma avaliação global do sistema de drenagem das águas pluviais, que incidirá em particular sobre as zonas mais afectadas pelas inundações, e procurará executar da melhor forma as obras de aumento da capacidade e da triagem do sistema existente, tendo em vista a optimização das redes de esgotos, de modo a elevar a capacidade de drenagem. Os serviços públicos competentes vão, entre si, intensificar a articulação e a coordenação bem como aperfeiçoar o mecanismo de informação, esforçando-se conjuntamente em minimizar ao máximo as inconveniências e os prejuízos económicos que as chuvas torrenciais podem causar à população e aos comerciantes.

O Governo tem vindo a envidar esforços para impulsionar um desenvolvimento saudável do sector das telecomunicações, procurando criar um ambiente justo de concorrência. O "Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição" verá o seu prazo expirado em breve, pelo que o Governo irá ponderar a adopção de um modelo diversificado de desenvolvimento do mercado dos serviços televisivos, empenhando-se em assegurar que a população usufrua de uma prestação de serviços da melhor qualidade e de acordo com a lei.

A segurança em Macau mantém-se estável e continuam a ser reforçados os mecanismos existentes na área da segurança. No próximo ano, o Governo irá prosseguir o aperfeiçoamento dos recursos humanos, aprofundar o uso das tecnologias e intensificar o policiamento e a cooperação entre a polícia e a população, e no prosseguimento da execução da lei, recorrerá a diversos meios de divulgação, no sentido de promover a sensibilização da população para os conceitos de segurança e de cumprimento da lei. O Governo prosseguirá o desenvolvimento continuado de acções que visam a elevação da capacidade de resposta das forças policiais em situações de contingência, bem como a

prevenção e o combate da criminalidade, salvaguardando, assim, a segurança e a ordem pública da RAEM.

3. Elevação do desempenho da Administração Pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados

Este ano o Governo da RAEM iniciou os trabalhos preliminares de optimização da estrutura orgânica e do funcionamento dos organismos públicos, tendo posto em execução o sistema de relatório trimestral sobre o estado de execução das políticas e o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção. No decurso do novo ano, o Governo irá, de forma sistemática, impulsionar diversos tipos de reformas, visando sempre a elevação do nível de desempenho da Administração Pública.

Os trabalhadores dos serviços públicos, ao permanecerem nos seus postos de trabalho, têm vindo a servir a população com dedicação, envidando os seus esforços e contributos na promoção do desenvolvimento sustentável da economia e de toda a sociedade. A fim de acompanharem o desenvolvimento da sociedade, e de modo a aumentarem a eficiência dos serviços prestados, os trabalhadores devem elevar as suas capacidades, a todos os níveis. Dando a maior atenção aos trabalhadores de base da Administração Pública, e recorrendo aos mecanismos existentes, adoptaram-se medidas complementares de apoio, como a atribuição de abono para sobrevivência e, a par disso, o Governo já iniciou trabalhos que visam a melhoria das regalias de todos os trabalhadores da Administração.

No próximo ano, o Governo irá rever os diplomas relativos à organização e funcionamento do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto, no sentido de os adaptar à transferência de atribuições actualmente cometidas ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Nessa sequência, serão ajustadas as atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais noutras áreas, com vista a uma maior integração e aperfeiçoamento da estrutura da Administração.

O nível de desempenho da Administração Pública é um indicador directo da capacidade do Governo na execução das acções governativas. No ano transacto, o Gabinete de Estudo de Políticas e os demais serviços públicos iniciaram estudos aprofundados e sistemáticos sobre o sistema de gestão de desempenho do Governo, tendo sido elaborada já uma proposta preliminar sobre esta matéria. Nessa conformidade, o Governo da RAEM já começou a implementar o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e, no próximo ano, irá aprofundar a sua execução, aperfeiçoar o respectivo mecanismo e estudar a viabilidade de criação de uma entidade independente de apreciação. O Governo atribui grande importância à "responsabilização dos titulares de cargos" que, conjugada com a gestão do desempenho da Administração Pública, designadamente com o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção em vigor, permite a existência de um sistema de apreciação a três níveis distintos, nomeadamente da gestão de desempenho, da apreciação do desempenho do pessoal de direcção e da responsabilização dos titulares

de cargos. Este sistema permite que o Governo, além de ser sujeito a fiscalização, se possa auto-fiscalizar e auto-aperfeiçoar. Em tempo oportuno, o Governo irá ponderar a criação de uma comissão especializada encarregue de coordenar e dirigir os trabalhos de gestão de desempenho.

O Governo da RAEM finalizou, conforme planeado, os trabalhos de recensão e de adaptação da legislação anteriormente vigente em Macau, tendo feito a adaptação jurídica de diplomas que ainda estão em vigor, e pretende estreitar o diálogo com a Assembleia Legislativa, com vista a concertar os procedimentos legislativos que se vierem a revelar necessários.

Com vista a aperfeiçoar o mecanismo de coordenação da produção legislativa, e assim elevar continuadamente a sua qualidade e eficiência, o Governo irá proceder a revisões a nível de regimes e procedimentos e irá reavaliar os mecanismos de articulação inter-serviços.

O Governo da RAEM continuará a envidar esforços na consolidação do sistema de Estado de Direito e para tal reforçará o intercâmbio e os contactos jurídicos a nível regional e com outros países e regiões, no sentido de assegurar os direitos e interesses legítimos dos residentes de Macau.

O Governo irá rever as matérias relativas aos organismos consultivos existentes e pretende limitar o número de organismos consultivos para os quais a mesma pessoa pode ser nomeada como membro, bem como regulamentar a duração dos mandatos. Pretende-se garantir a continuidade das actividades desenvolvidas pelos organismos consultivos, mas pretende-se igualmente aumentar a transparência do seu funcionamento e garantir a diversidade da sua composição.

Continuaremos a ter, como sempre, o maior respeito pelas liberdades de imprensa e de edição, que constituem uma pedra angular dos valores nucleares defendidos pela RAEM, e persistimos na auscultação do sector da comunicação social, atribuindo importância às suas opiniões e sugestões. A par disso, será mantido o apoio às acções de formação e de aperfeiçoamento dos operadores de comunicação social locais, proporcionando-lhes melhores condições e garantias no trabalho.

No próximo ano o Governo da RAEM continuará a intensificar os trabalhos de protecção de dados pessoais e de salvaguarda da segurança da rede informática, reforçando as correspondentes acções de sensibilização.

O Governo da RAEM aguarda a apresentação, pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Quinta Assembleia Legislativa, do relatório final sobre as actividades eleitorais, após o que iniciará, no próximo ano, o processo de revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, no sentido de promover o aperfeiçoamento contínuo do regime eleitoral da RAEM. A par disso, irá organizar e fiscalizar as acções para a eleição, em 2014, do quarto mandato do Chefe do Executivo e assegurar a sua boa realização em estrito cumprimento

da Lei Básica de Macau, da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e do regime jurídico aplicável.

O Comissariado contra a Corrupção continuará a persistir com determinação no cumprimento justo e imparcial das suas atribuições de combate à corrupção e de fiscalização, a optimizar a sua estrutura orgânica e a dotação de pessoal, a aperfeiçoar o sistema comunitário íntegro e a tratar activamente dos assuntos da provedoria de justiça, empenhando-se plenamente na promoção de construção de um governo íntegro e na prevenção e combate a todos os tipos de abuso de poder e de corrupção, a fim de defender firmemente a integridade e a justiça na sociedade.

Este ano, o Comissariado da Auditoria alargou a cobertura da auditoria apoiada nas tecnologias de informação e comunicação, tendo sido optimizados os processos de trabalho e os recursos humanos. No próximo ano o Comissariado da Auditoria continuará a exercer uma rigorosa supervisão de auditoria, intensificando as auditorias concomitantes e aperfeiçoando continuadamente os diversos tipos de auditoria, de modo a apoiar e promover os trabalhos de gestão de desempenho do Governo.

Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Entraremos em breve no último ano do terceiro mandato do Governo da RAEM, que assinalará também o 15.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. No próximo ano continuaremos a cumprir fielmente a missão que nos é incumbida pela Lei Básica de Macau e a persistir na grande concretização dos princípios orientadores "um País, dois sistemas" e "Macau governado pelas suas gentes" com alto grau de autonomia, empenhando-nos plenamente na realização do objectivo de assegurar a prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo. Continuaremos a enfrentar activamente os desafios e a avançar destemidamente para ultrapassar dificuldades, tendo por base, em última instância, os interesses globais do País e da RAEM. Estamos profundamente cientes que, face ao desenvolvimento acelerado da sociedade, nos deparamos ainda com deficiências relacionadas com o funcionamento do mecanismo de coordenação da produção legislativa e com a optimização da estrutura da Administração, pelo que envidaremos todos os esforços para aperfeiçoarmos e melhorarmos o nosso trabalho, de forma a encontrarmos as melhores soluções. Dedicar-nos-emos sempre com todo o zelo e empenho para o desenvolvimento da RAEM e para servir bem os nossos cidadãos.

No próximo ano, o Governo da RAEM irá persistir em concretizar a promessa de promover a continuidade e a inovação para, em comunhão de esforços com a população, construir uma sociedade harmoniosa, consolidando e fomentando os resultados do desenvolvimento da RAEM, e fazendo com que a população em geral sinta profundamente a alegria de, em conjunto, promovermos o desenvolvimento e compartilharmos dos seus frutos. Iremos impulsionar, de forma pragmática, o progresso equilibrado em todas as áreas e elevar continuadamente a capacidade integral da sociedade. Promoveremos o espírito de abertura e de inovação, bases do estabelecimento de uma sociedade tolerante, harmoniosa e racional, criando condições para um progresso coordenado a todos os níveis.

Paralelamente ao reforço dado na construção de uma cidade turística, concentraremos também esforços para construir uma cidade de lazer, procurando equilibrar a relação entre o homem e o ambiente e entre o desenvolvimento e a protecção ambiental, bem como para consolidar o planeamento urbanístico e elevar o nível de gestão urbana, tudo e sempre no sentido de construir uma cidade segura e saudável e assegurar o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau.

A nossa acção governativa para o próximo ano continuará a pautar-se pela tomada de medidas vocacionadas para o desenvolvimento da economia e que proporcionem garantias e condições de vida aos cidadãos. Iremos promover activa e adequadamente a diversificação do desenvolvimento económico, fomentar o crescimento de um sector industrial diversificado, apoiar a valorização e reconversão das pequenas e médias empresas, manter um crescimento económico estável, assegurar a segurança das finanças públicas e do sistema financeiro e efectuar um planeamento global da formação de quadros

locais qualificados, procurando elevar de forma efectiva o nível da qualidade global de vida dos cidadãos.

Continuaremos a reforçar a construção de regimes, a concretizar com rigor o planeamento da produção legislativa e a aperfeiçoar os diversos tipos de diplomas legais, fortalecendo na nossa sociedade os valores da igualdade e da justiça e implementando o espírito do Estado de Direito. Pondo em prática os princípios de governação íntegra e de definição de políticas com base em estudos científicos, prosseguiremos uma administração e governação em observância da lei, aprofundando o melhoramento do desempenho da Administração Pública. Ao mesmo tempo em que persistimos na prossecução dos objectivos das acções governativas, pretendemos assegurar que a eleição para o quarto mandato do Chefe do Executivo decorre sem incidentes, criando-se uma conjuntura ideal para que a RAEM entre numa nova fase de desenvolvimento, dando assim um maior esforço e contributo para a realização do sonho comum de um grande renascimento da nação chinesa.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, à equipa de trabalhadores da Administração Pública e a todos os cidadãos pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio na governação da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice 1:

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2014

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2014

N.º	Designação de diploma
1	Alteração à Lei n.º 5/2003 relativa à autorização para a contracção de dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau
2	Prevenção e controlo do ruído ambiental
3	Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho
4	Eliminação das acções ao portador e alterações ao Código Comercial
5	Alteração ao regime aplicável à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais
6	Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos
7	Regime de Previdência Central Não Obrigatório

Apêndice 2:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2014

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2014 (Domínio da Administração Pública)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Aperfeiçoamento do regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e promoção do sistema de gestão de desempenho do Governo				
1.	Aperfeiçoamento do regime de responsabilização dos titulares de cargos	Dar cumprimento rigoroso às normas e regras de conduta sobre a responsabilização dos titulares de cargos, continuar a realizar acções de formação específica concernentes, e consolidar a consciência de responsabilização.	Acção permanente	Acção permanente
2.	Regime de apreciação do desempenho dos quadros dirigentes da Administração	1. Acompanhar a implementação dos critérios a aplicar ao regime de apreciação do desempenho dos quadros dirigentes da Administração, bem como efectuar a avaliação do seu estado de execução e proceder ao aperfeiçoamento.	2014	Acção permanente
		2. Efectuar um estudo sobre a apreciação do desempenho do pessoal de direcção, conjugado com o reconhecimento da Carta de Qualidade e o inquérito sobre o grau de satisfação dos cidadãos; e proceder à extensão do conteúdo da apreciação do desempenho à avaliação dos organismos concernentes e seus serviços. (Tal estudo será concluído em 2014, dando lugar à implementação gradual em 2015)	2014	2015

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
II Intensificação da promoção da integridade e utilização correcta dos recursos públicos				
3.	Promoção da integridade e auditoria	1. Adaptar-se às acções fiscalizadoras do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria, melhorar o funcionamento administrativo e financeiro, e aumentar a eficiência de trabalho.	Acção permanente	Acção permanente
		2. Prosseguir com a realização do Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, para além de elevar as qualidades a nível de integridade e correcção e assegurar o desempenho de funções de acordo com a lei.		
III Reforço da edificação do corpo de funcionários públicos e optimização do regime da função pública e das acções de formação				
Gestão centralizada do pessoal				
4.	Plataforma de gestão dos funcionários públicos	Intensificar as funções da plataforma de gestão dos funcionários públicos, efectuar o estudo e desenvolvimento das funções relativas ao processamento dos dados estatísticos na tomada de decisões de gestão, à emissão de despacho nos pedidos e à gestão de pessoal; e reforçar a informatização nas acções de recrutamento centralizado, acesso, formação, necessidades a nível de pessoal, bem como gestão corrente.	2013	Acção permanente
5.	Concursos centralizados de ingresso	Organizar os concursos centralizados de ingresso na carreira de adjunto-técnico, de técnico superior na área de informática e de técnico superior na área de Direito;	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		e realizar, após as várias fases do processo de selecção, os processos de afectação subsequentes para preencher as vagas existentes nos diversos organismos públicos. Também serão desenvolvidos gradualmente os concursos de ingresso na carreira de técnico superior nas restantes áreas.		
Regime da função pública				
6.	Regime de contratos	Efectuar a revisão do regime do contrato de trabalho nos serviços públicos, e integrar o contrato administrativo de provimento.	Já iniciado	Entrada em procedimento legislativo em 2014
7.	Resolução de queixas e conciliação	Impulsionar o regime centralizado de conciliação dos funcionários públicos.	2014	Acção permanente
8.	Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública	1. Com base no mecanismo de actualização regular das remunerações previamente acordado, será efectuada a revisão periódica e a análise das matérias relativas às remunerações dos funcionários públicos, sendo apresentadas as devidas opiniões ao Governo.	2014	Acção permanente
		2. Efectuar um estudo sobre a necessidade e viabilidade da análise específica das tendências e do nível das remunerações praticadas no mercado privado, e proceder ao estudo da política de actualização das remunerações dos funcionários públicos nas diferentes categorias.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
9.	Regime de regalias	Prosseguir com a adopção de medidas para atenuar a pressão sentida pelos funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas, aperfeiçoando o regime de regalias dos trabalhadores da Administração Pública.	Acção permanente	Acção permanente
10.	Saúde física e psicológica e expressão de atenção e carinho	1. Continuar a realizar diversas actividades culturais, recreativas e desportivas e cursos e colóquios de assistência psicológica para aliviar o *stress*, assim como realizar visitas domiciliárias aos necessitados e visitas aos enfermos.	2014	Acção permanente
		2. Promover a prestação de serviços de relaxamento psicológico aos trabalhadores.		
		3. Impulsionar a constituição de grupos de funcionários públicos destinados a divulgar as acções de expressão de atenção e carinho a outras pessoas, organizando actividades de visita domiciliária aos debilitados e visitas aos doentes, prestando apoio aos carenciados.		
11.	Novas oportunidades, estruturas e estratégias de investimento para o regime de previdência	Concretizar, em 2014, as acções relativas ao desenvolvimento de curto prazo no âmbito das novas oportunidades, estruturas e estratégias de investimento para o regime de previdência dos funcionários públicos - propostas de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo (2013 – 2020), e continuar a efectuar o planeamento das propostas de médio prazo.	Já iniciado	Conclusão das propostas de curto prazo em 2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
12.	Revisão das estratégias de investimento para o regime de aposentação e de sobrevivência	Impulsionar os modelos de estrutura relativos aos activos e passivos, e bem assim, seleccionar a distribuição adequada à situação dos activos e passivos do regime de aposentação e de sobrevivência, apresentando deste modo as propostas necessárias para garantir a sustentabilidade desse regime.	Já iniciado	2014
Planeamento das acções de formação				
13.	Formação de pessoal	Continuar a organizar cursos diversificados articulando-os com as categorias dos trabalhadores, a natureza das suas funções e o desenvolvimento da sua carreira profissional, de acordo com o plano de formação dos funcionários públicos para efeitos de acesso em 2014.	Acção permanente	Acção permanente
14.	Colaboração com o Instituto Politécnico de Macau, a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia e a Universidade de Lisboa para a realização do 2.º Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências	1. Fase de preparação (Janeiro a Agosto de 2014) 2. Abertura do curso (Setembro de 2014 a Junho de 2016)	2014	2016
15.	Colaboração com a Comissão Europeia para a organização de dois Programas de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa	1.º Programa 1. Primeira Parte: Aprendizagem em contexto real de trabalho, estudos teóricos, teorias de interpretação/ estudos práticos (Março de 2013 a Janeiro de 2014)	Março de 2013	Março de 2015

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Segunda Parte: Formação prática em contexto real de trabalho (Março de 2014 a Março de 2015)		
		2.º Programa 1. Primeira Parte: Aprendizagem em contexto real de trabalho, estudos teóricos, teorias de interpretação/ estudos práticos (Março de 2014 a Janeiro de 2015)	Março de 2014	Março de 2016
		2. Segunda Parte: Formação prática em contexto real de trabalho (Março de 2015 a Março de 2016)		
16.	Prioridades na organização de cursos	1. Dar prioridade à organização de actividades de formação diversificadas, nomeadamente no âmbito da Lei Básica, do Direito Internacional Público, da produção legislativa, aprofundamento dos conhecimentos sobre administração pública, bem como aperfeiçoamento da linguagem jurídica.	2014	Acção permanente
		2. Organizar cursos de formação contínua no âmbito de regime jurídico da função pública, direito disciplinar e sancionatório, procedimento administrativo, processo administrativo contencioso, regime jurídico dos contratos administrativos, regime de aquisição de bens e serviços, regime jurídico das empreitadas de obras públicas, regime de gestão financeira pública, entre outros.		
17.	Articulação das acções de formação com a reforma jurídica	Organizar acções de formação para difundir de forma ampla a nova legislação, e exigir uma implementação eficaz dessa legislação pelos executores da lei.	2014	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
IV Optimização das estruturas funcionais e dos mecanismos de consulta e elevação dos valores de mérito e eficácia do funcionamento administrativo				
Ajustamento das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto, bem como das funções que envolvem a área dos transportes e obras públicas				
18.	Transferência das funções culturais e desportivas do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Criar grupo de trabalho interdepartamental para realizar as propostas de execução relativas à transferência das funções culturais e desportivas do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, concretizando deste modo a respectiva transferência funcional e de pessoal.	2014	2014
19.	Funções transferidas do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais que envolvem a área dos transportes e obras públicas	Desenvolver a reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais que envolvem a área dos transportes e obras públicas, assim como efectuar a distribuição do respectivo pessoal.	2014	Acção permanente
20.	Reestruturação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Desenvolver as acções de reestruturação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.	Após a conclusão do ajustamento das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, bem como das	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
			funções que envolvem as áreas cultural, desportiva, dos transportes e das obras públicas	
Mecanismos de consulta				
21.	Consultas políticas	Fortalecer a normalização e coordenação das consultas políticas.	Acção permanente	Acção permanente
22.	Rede de consultas	1. Desenvolver de forma plena as funções dos organismos de consulta, e reforçar a interacção com a sociedade civil.	Acção permanente	Acção permanente
		2. Tirar um maior proveito da orgânica entre os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários e os Centros de Prestação de Serviços ao Público nos diversos bairros, desenvolvendo a função de cooperação interactiva desses Conselhos com o Governo.		
23.	Colóquios comunitários	Elevar o nível dos colóquios comunitários, alargando a participação dos organismos públicos e fortalecendo a descrição de políticas, bem como a interacção e o intercâmbio com os cidadãos, com vista a aumentar a eficiência das acções de consulta comunitária.	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
Certificação Internacional de Gestão ISO/Gestão de Qualidade				
24.	Certificação de Gestão de Qualidade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá obter a certificação de gestão de qualidade para duas áreas novas, nomeadamente os trabalhos de fiscalização da higiene ambiental efectuados pela Divisão de Fiscalização Administrativa e Ambiental e os trabalhos de fiscalização dos vendilhões desencadeados pela Divisão de Vendilhões, de maneira a que ambas sejam objecto de candidatura à certificação para o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001.	2014	2014
25.	Gestão de qualidade	A Direcção dos Serviços de Identificação constituiu, em 2013, grupos de trabalho para promover a sedimentação de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo, estando prevista a conclusão da 3.ª fase dos trabalhos inerentes à gestão de qualidade para 2014.	Já iniciado	2014
V Optimização da eficiência do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau e aprofundamento do desenvolvimento dos serviços electrónicos				
Serviços integrados e avaliação da sua qualidade				
26.	Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau	1. O Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau irá realizar o 3.° inquérito sobre o grau de satisfação dos cidadãos.	2014	2014
		2. Efectuar um estudo sobre a informatização do circuito dos procedimentos de trabalho, com base nos casos tratados pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública no Centro de Serviços da Região	2014	2015

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		Administrativa Especial de Macau que servirão de fundamento para impulsionar a prestação de serviços públicos electrónicos.		
27.	Regime de reconhecimento da Carta de Qualidade/Prémio de Serviço de Alta Qualidade	1. Realizar o estudo relativo à optimização do funcionamento do regime de reconhecimento da Carta de Qualidade, bem como do Prémio de Serviço de Alta Qualidade.	2014	Acção permanente
		2. Publicar os resultados da 2.ª edição da actividade "Prémio de Serviço de Alta Qualidade".		
Serviços electrónicos				
28.	Segurança informática e gestão de situações de risco	Criar um sistema de segurança informática e mecanismos de gestão de situações de risco.	2014	2015
29.	Sistema de comutação de dados	Efectuar um estudo sobre a definição do sistema de comutação de dados, o qual poderá ser utilizado por técnicos de informática dos diversos organismos públicos no desenvolvimento dos sistemas de aplicação referentes aos modelos de comutação de dados electrónicos, assim como reforçar a intercomunicabilidade dos dados entre organismos públicos.	2014	2014
30.	Uniformização das normas sobre as páginas electrónicas dos organismos públicos	1. Lançar as orientações sobre as páginas electrónicas dos organismos públicos, de forma a regular a sua concepção básica, conteúdo e funções, visando estabelecer os fundamentos orientadores para a criação da página electrónica de cada organismo público.	2014	2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Realizar sessões de esclarecimento relativas às orientações sobre as páginas electrónicas dos organismos públicos, de modo a auscultar opiniões e proceder ao aperfeiçoamento.		
31.	Aperfeiçoamento das funções da plataforma de aplicações do Governo Electrónico	1. Intensificar as funções do sistema de circuito da plataforma de aplicações do Governo Electrónico, reforçar as aplicações de gestão dos documentos a nível interno, e desenvolver os componentes funcionais de utilização comum.	2014	Acção permanente
		2. Efectuar um estudo sobre a utilização das funções de identificação e de gestão dos direitos, assim como reforçar a integração, interligação e intercomunicação dos dados entre a plataforma e outros sistemas, impulsionando deste modo a informatização da gestão dos circuitos internos.		

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2014 (Domínio da Justiça)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Intensificação do diálogo com a Assembleia Legislativa e implementação do plano de produção legislativa				
1.	Impulso dos projectos do plano de produção legislativa para 2014	Supervisionar a implementação dos projectos de produção legislativa para 2014, recorrendo aos meios electrónicos do sistema de coordenação do plano de produção legislativa, e dar continuidade ao aprofundamento das acções de coordenação da produção legislativa nas várias vertentes, nomeadamente na normalização dos procedimentos de produção e no aperfeiçoamento do regime de elaboração do plano legislativo, bem como do regime de apreciação das propostas de lei.	2.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
2.	Reconhecimento jurídico dos trabalhos técnicos concluídos pelo Governo relativamente à recensão e adaptação legislativa	Aprofundar o diálogo com a Assembleia Legislativa, no sentido de estudar a forma de submeter a versão mais actualizada dos diplomas legais previamente vigentes a procedimento legislativo, e organizar as acções de produção legislativa e respectivo calendário para a conclusão da recensão e adaptação legislativa.	4.º trimestre de 2013	Calendário de trabalho a definir em função do diálogo com a Assembleia Legislativa
3.	Elaboração do projecto relativo ao Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio	Elaborar o relatório de resultados das consultas, e produzir a respectiva proposta de lei.	3.º trimestre de 2010	Ao longo do ano de 2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
4.	Revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária	Aperfeiçoar cada vez mais o funcionamento do sistema judiciário, nomeadamente no que se refere à actualização das competências do tribunal colectivo, bem como das alçadas do Tribunal de Segunda Instância e do tribunal colectivo dos tribunais de primeira instância, à definição da forma de acumulação de funções pelos magistrados judiciais e à criação de um regime de destacamento de magistrados judiciais.	Acção permanente	Ao longo do ano de 2014
II	**Aprofundamento da divulgação da Lei Básica e acções de difusão e pedagógicas sobre a generalização da noção de Direito**			
5.	Intensificação das acções de divulgação da Lei Básica, bem como de difusão das actividades pedagógicas sobre a generalização do Direito	1. Fortalecer a cooperação entre os organismos públicos e as associações, desenvolver diversos componentes favoráveis às acções de divulgação, integrar a rede de recursos governamentais e populares, e continuar a organizar actividades diversificadas sobre a Lei Básica.	Acção permanente	Ao longo do ano de 2014
		2. O Pavilhão de Exposição sobre a Lei Básica irá aperfeiçoar o seu acervo e criar novas facilidades interactivas, assim como serão envidados esforços para transformar este pavilhão numa base para a aprendizagem e divulgação da Lei Básica.		
		3. Conceber e desenvolver, após a conclusão da construção do Centro de Generalização do Direito, facilidades e acções destinadas à promoção da Lei Básica, com vista a divulgar de uma forma interessante a Lei Básica junto dos jovens.		
		4. Realizar colóquios sobre a Lei Básica nas escolas primárias e secundárias.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		5. Continuar a organizar uma série de actividades destinadas à divulgação jurídica. As acções de divulgação vão incidir sobre os seguintes temas prioritários: delinquência juvenil, direitos da mulher, direitos da criança, relações de trabalho, administração dos condomínios, segurança de trânsito, entre outros.		
		6. Intensificar a divulgação dos diplomas legais recém-publicados, adoptando-se, de acordo com o respectivo conteúdo e as características dos seus destinatários, meios de divulgação adequados e eficazes.		
		7. Conceber uma rede comunitária de divulgação jurídica para desenvolver as acções concernentes nos diversos bairros, com vista à difusão dos conhecimentos sobre a legislação relacionada com a vida quotidiana dos cidadãos.		
		8. Aumentar a dinâmica dos cidadãos na aprendizagem do Direito, através da sua participação nos jogos de perguntas e respostas na *internet*.		
III Articulação com as acções dos órgãos judiciais				
6.	Acções de formação para magistrados	1. Realizar o concurso de admissão ao Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, e efectuar a preparação do Quinto Curso de Formação para Acesso à Carreira de Magistrados, em resposta às solicitações do Conselho de Magistrados Judiciais e do Procurador do Ministério Público.	Meados de 2013	Ao longo do ano de 2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Continuar a organizar actividades de formação contínua e de reciclagem destinadas aos magistrados, em colaboração com o Instituto Nacional de Formação de Juízes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público do Interior da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura de França, entre outros.	Acção permanente	Acção permanente
7.	Acções de formação para oficiais de justiça	1. Realizar as acções relativas ao processo de afectação no ingresso nas carreiras de oficial de justiça judicial e oficial de justiça do Ministério Público, em colaboração com os júris respeitantes.	Acção permanente	Ao longo do ano de 2014
		2. Organizar o curso de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público especialista e o curso de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público adjunto iniciados em 2013, estando prevista a sua conclusão para o mês de Fevereiro de 2014.	Já iniciado	1.º trimestre de 2014
IV Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e consolidação das relações de cooperação com o exterior				
8.	Cooperação bilateral no âmbito do Direito Regional e Justiça	Continuar a desenvolver as negociações relativas à cooperação judiciária regional em matéria penal, dando prioridade ao impulso das discussões sobre o Acordo de	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		Cooperação no Âmbito de Processos Penais com a Região Administrativa Especial de Hong Kong.		
9.	Cooperação bilateral no âmbito do Direito Internacional e Justiça	1. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau continuará a efectuar as negociações relativas ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga com o Governo da Coreia, bem como ao Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária com o Governo de Cabo Verde.	Já iniciado	Acção permanente
		2. Acompanhar as discussões relativas aos assuntos propostos pelo Governo da Mongólia sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial.		
		3. Acompanhar os trabalhos preparatórios de discussão e negociação com os países lusófonos, incluindo a elaboração do modelo do Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga, do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas e do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.		

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para 2014 (Domínio dos Assuntos Eleitorais)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
1.	Eleição do Chefe do Executivo	1. Prestar apoio ao desenvolvimento das acções para a eleição do quarto mandato do Chefe do Executivo, observando com rigor as normas constantes da Lei Básica e do regime jurídico da Lei Eleitoral de Macau.	2014	2014
		2. Efectuar um estudo mais profundo sobre a proposta de aplicação do sistema electrónico na contagem de votos para a eleição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo em 2014.		
		3. Aperfeiçoar os sistemas informáticos a utilizar na eleição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, bem como na eleição do Chefe do Executivo.		
2.	Recenseamento eleitoral	1. Encorajar mais cidadãos com capacidade eleitoral a inscreverem-se no recenseamento eleitoral, em colaboração activa com as associações e escolas.	2014	Acção permanente
		2. Divulgar os quiosques de serviços automáticos de recenseamento eleitoral.		
		3. Efectuar um estudo sobre a optimização da inscrição de eleitores de pessoas singulares no recenseamento eleitoral, desenvolvendo os sistemas informáticos e os procedimentos da inscrição.		

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2014 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Intensificação da cooperação interdepartamental e elevação do desempenho do Centro de Segurança Alimentar				
1.	Âmbito da gestão de situações de risco	1. Recorrer ao programa de fiscalização da segurança dos géneros alimentícios colocados no circuito comercial, nomeadamente à realização de inquéritos regulares e inquéritos ocasionais sobre géneros alimentícios, para efectuar a avaliação das situações de risco dos produtos alimentares e adoptar as respectivas medidas de prevenção e controlo.	Já iniciado	Acção permanente
		2. Concretizar a execução do programa de fiscalização do mercado comercial, através do mecanismo de mobilização inter-serviços.		
		3. Criar uma base de dados uniformizados sobre a indústria alimentar, de forma a recolher as informações sobre os estabelecimentos de comidas existentes em Macau e optimizar cada vez mais a fiscalização deste sector de actividade.		
		4. Pôr em funcionamento o mecanismo de resposta a emergências para dar uma resolução rápida aos eventuais problemas.		
2.	Âmbito da avaliação de situações de risco	1. Criar uma base de dados respeitantes à avaliação de situações de risco e um sistema de identificação de fontes.	Já iniciado	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		2. Continuar a realizar inquéritos específicos sobre géneros alimentícios em circulação em Macau, determinando os temas dos inquéritos através da integração de diversos factores de ponderação, nomeadamente o nível de risco alimentar, a preocupação social, os hábitos alimentares da população, os incidentes relacionados com géneros alimentares, entre outros, visando fiscalizar a segurança e higiene dos alimentos vendidos no circuito comercial de Macau.		
		3. Desenvolver os trabalhos de padronização de segurança alimentar local, tendo em consideração a gravidade e a premência das necessidades sociais, e proceder numa fase seguinte à preparação da lista de substâncias proíbidas, bem como dos critérios sobre substâncias radioactivas.		
3.	Âmbito da comunicação de situações de risco	1. Continuar a recorrer ao mecanismo de divulgação de informações no âmbito da segurança alimentar, e prosseguir com o reforço das acções de divulgação pedagógica e aprofundar a cooperação entre o Governo, os operadores do sector e os cidadãos na salvaguarda da segurança alimentar.	Já iniciado	Acção permanente
		2. Iremos optimizar os canais de comunicação, aumentar os efeitos de promoção da segurança dos alimentos, e elevar o nível dos conhecimentos sobre a segurança alimentar.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Proceder à organização de colóquios temáticos convidando especialistas das regiões adjacentes para neles participarem, com vista a adaptar-se às operações reais do sector de restauração local e elevar o nível de conhecimentos dos seus operadores sobre a produção dos alimentos em condições de higiene.		
4.	Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau	1. Continuar a manter uma ligação estreita e um diálogo permanente com os organismos competentes do Interior da China e das regiões adjacentes, participar no alargamento da cooperação em estudo e formação específica sobre técnicas de inspecção sanitária dos produtos alimentares importados, e aprofundar os conhecimentos sobre os métodos de fiscalização e controlo dos géneros alimentícios frescos e vivos transportados do Interior da China para Macau, para além da respectiva segurança a nível de higiene e qualidade.	Acção permanente	Acção permanente
		2. Aumentar cada vez mais os conhecimentos sobre a dinâmica internacional no âmbito da segurança alimentar, e intensificar a edificação da rede de segurança alimentar a um nível internacional, através de estudos de investigação e intercâmbios técnicos sobre a segurança alimentar.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Continuar a enviar técnicos para receber formação e participar em programas de intercâmbio com organismos de análise e inspecção sanitária e entidades de fiscalização do Interior da China e de Hong Kong, e bem assim, elevar as capacidades técnicas do pessoal de inspecção e sua experiência profissional.		
II Recolha, reciclagem e aproveitamento de resíduos vegetais das zonas verdes				
5.	Resíduos vegetais das zonas verdes	1. Efectuar a reciclagem dos resíduos vegetais das zonas verdes locais e seu aproveitamento, de modo a reduzir quer os custos de aquisição de adubos, quer a pressão relativa ao transporte de lixo para os locais de aterro existentes em Macau.	Já iniciado	Acção permanente
		2. Em 2014 será alargado o plano de compostagem, de forma a efectuar a recolha adequada de diversos materiais encontrados no tratamento diário das zonas verdes, nomeadamente os restos de plantas mortas e os excrementos de animais, os quais são tratados para servirem como produtos de melhoramento dos solos para as zonas verdes de vias públicas, áreas florestais, campos agrícolas, acções de enverdecimento tridimensional, com vista à elevação da eficiência dos resultados de trabalho nas zonas verdes de Macau.		
		3. Prevê-se que metade dos resíduos vegetais produzidos mensalmente nas zonas verdes locais possa ser		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		aproveitada de forma eficaz em finais de 2014, prosseguindo-se gradualmente para alcançar a sua reciclagem e aproveitamento total.		
III Coordenação e preparação das acções relativas à mudança das instalações do Mercado Abastecedor				
6.	Edificação do novo Mercado Abastecedor	1. As facilidades de transporte nas áreas limítrofes do novo Mercado Abastecedor também serão aperfeiçoadas para melhor satisfazer as necessidades dos exploradores.	Já iniciado	4.º trimestre de 2015
		2. Com vista à optimização plena das condições de funcionamento do novo Mercado Abastecedor, para além de aumentar o número de lojas para uma maior atracção de concorrentes, está planeado integrar conjuntamente o Centro de Segurança Alimentar responsável pela inspecção sanitária dos géneros alimentícios, os laboratórios de análise e os serviços de fiscalização sanitária, de modo a permitir uma maior facilidade e conveniência na execução das acções relativas à supervisão das condições de higiene, à inspecção e análises.		
		3. Em função da política de abertura dos postos fronteiriços no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, o novo Mercado Abastecedor irá adaptar-se ao horário		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		de funcionamento dos organismos de inspecção sanitária do Interior da China nos postos de migração, desenvolvendo as suas funções com maior eficácia.		
		4. Os procedimentos das obras de concessão relativas à construção do novo Mercado Abastecedor serão acompanhados pelos organismos competentes da área das obras públicas, estando prevista a preparação do início das obras de construção e da mudança de instalações para 2014, com um prazo de realização de cerca de dois anos.		
		5. Efectuar a devida articulação com a coordenação das acções de mudança de instalações do Mercado Abastecedor, e bem assim, continuar a proceder ao diálogo com a sociedade de gestão do Mercado e com o sector, efectuando o acompanhamento necessário em função das opiniões por ele apresentadas.		
IV Optimização das instalações municipais e das relacionadas com a vida da população e elevação da qualidade de vida				
7.	Resolução do problema das inundações	1. Continuar a optimizar e melhorar as condutas de esgotos existentes em Macau, e efectuar um estudo sobre a renovação integral e o aumento da capacidade da rede de esgotos.	Já iniciado	Ao longo do ano de 2014
		2. Desenvolver as acções de optimização e alargamento da capacidade do sistema de esgotos na zona urbana da Ilha da Taipa, substituindo as condutas de esgotos que não correspondam às condições de utilização, em		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		colaboração com os organismos da área das obras públicas. E efectuar as obras relativas à construção de novas estações elevatórias para águas residuais na Rotunda do Ouvidor Arriaga, na Taipa, com vista a atenuar as inundações nas zonas baixas.		
		3. Planear a construção de estações elevatórias para águas pluviais no Porto Interior, devido às inundações naquela zona. Deste modo, estão previstas a conclusão da concepção e a realização do concurso para a sua construção em 2014, articulando-as com os organismos competentes da área das obras públicas.		
8.	Embelezamento dos bairros comunitários e optimização dos espaços ambientais	1. Continuar a realizar, em 2014, as obras de aperfeiçoamento das condições físicas à volta do centro histórico, no qual se ligam os monumentos classificados como património mundial às ruas e bairros antigos com características singulares.	Já iniciado	Ao longo do ano de 2014
		2. Planear a realização de repavimentação, embelezamento e melhoramento das ruas e passeios na zona de aterro da Areia Preta e na zona da Colina da Penha, aumentar componentes de enverdecimento e instalações para descanso temporário dos cidadãos nas vias pedonais com condições favoráveis, melhorando deste modo a qualidade de vida.		
		3. Optimizar os espaços de jardim e de lazer mais desgastados, aumentar os espaços dedicados ao exercício físico, e edificar uma cidade saudável.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		4. Continuar o melhoramento da ciclo-via junto da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa e infra-estruturas na Praia de Hac-Sá.		
		5. Prosseguir com a instalação de contentores de compressão de lixo e depósitos de lixo nas várias zonas de Macau, com vista a melhorar as condições de salubridade dos bairros.		
		6. Promover o plano de separação de resíduos sólidos recicláveis e a sua recolha e aumentar os pontos de recolha do lixo reciclável e de garrafas de vidro, alargando o número de aderentes à recolha dos resíduos provenientes de estabelecimentos de restauração, com vista à concretização das metas de protecção ambiental.		
		7. Planear, em 2014, a construção de um centro de actividades junto ao aglomerado de habitações públicas de Seac Pai Van, prestando os serviços necessários aos residentes e às associações comunitárias do bairro.		
9.	Elaboração do planeamento geral do Parque de Seac Pai Van	1. Iniciar as acções de estudo e elaboração do planeamento geral referentes ao Parque de Seac Pai Van, para que se torne num espaço de lazer mais adequado aos residentes.	Acção permanente	Acção permanente
		2. Construir um pavilhão para o panda pequeno e outros animais raros, efectuando um estudo sobre a integração desses animais.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		3. Planear a construção de bacias hidrográficas nas zonas de retenção de água que apresentem condições favoráveis e estejam localizadas nas montanhas florestais de Coloane, de maneira a aumentar o período de retenção de água natural, melhorar as condições de crescimento das montanhas florestais e elevar os valores ecológicos.		
		4. Continuar a aperfeiçoar a gestão e conservação das espécies arbóreas mais antigas, com base nas acções actualmente desenvolvidas.		
		5. Proceder à criação local dos rebentos das árvores típicas do mangal, e visar a formação de zonas verdes e do "arco de jade" na zona costeira de Macau, estando prevista a possibilidade de plantação de 4 000 árvores anualmente.		
		6. Prosseguir com o desenvolvimento das acções de enverdecimento tridimensional das passagens para peões, dos viadutos, praças, parques municipais, depósitos de lixo, instalações sanitárias públicas, estações elevatórias de águas residuais e parques de estacionamento.		
		7. Organizar exposições florais de grande dimensão e actividades afins, nomeadamente a Semana Verde, a		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		exposição de orquídeas, a festividade da flor de lótus, a exposição de plantas de *Bonsai* e uma exposição de flores para celebrar o Retorno de Macau à Pátria.		
10.	Enriquecimento das actividades de ocupação de tempos livres dos cidadãos e elevação da qualidade de vida	1. Organizar actividades de característica singular nas festividades tradicionais e dias especiais, com vista a proporcionar à população e aos visitantes uma gama variada e rica de ofertas culturais e recreativas.	Início do ano de 2014	Ao longo do ano de 2014
		2. Planear a realização da remodelação do espaço vazio à frente dos estabelecimentos comerciais situados na zona E do Lago Nam Van, de forma estabelecer um centro de artes e culturas.		
		3. Continuar a organizar actividades diversificadas que tiram proveito das características singulares dos recintos temáticos disponibilizados nas bibliotecas comunitárias, no Museu da História da Taipa e Coloane e na Casa Cultural de Chá.		
		4. O Centro Cultural de Macau irá continuar a realizar uma gama variada de actividades e espectáculos artísticos e culturais de alta qualidade, com um conteúdo criativo e inspirador. Estes eventos permitirão alargar a visão artística dos espectadores e reforçar a imagem de Macau como cidade turística cultural.		

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
V Fortalecimento das acções de educação cívica e elevação das qualidades humanas da população				
11.	Acções de educação cívica	1. A prioridade das acções de educação cívica consiste em incentivar as pessoas a respeitarem-se mutuamente, desenvolvendo laços de tolerância entre pessoas com e sem deficiências, e solidariedade e auxílio mútuo entre os vizinhos, cultivando deste modo boas qualidades humanas da população.	Acção permanente	Acção permanente
		2. Utilizar canais de divulgação diferentes, entre os quais meios de comunicação social, materiais publicitários, materiais didácticos, *workshops* e jogos, para difundir informações sobre educação cívica aos cidadãos, aos trabalhadores não-residentes e aos turistas.		
		3. Continuar a organizar o "Convívio de Educação Cívica", e efectuar uma análise específica sobre os assuntos relativos ao cumprimento das leis e regulamentos.		
		4. Promover a consciência de carinho e ajuda mútua entre as pessoas e criar um bom ambiente social, impulsionar o espírito de entre-ajuda e auxílio mútuo entre os vizinhos a partir dos bairros comunitários onde os residentes vivem, recorrer às mais variadas formas para incutir na população as noções de consciência cívica, de respeito pelo Regulamento Geral para os Espaços Públicos, de salubridade urbana, das boas relações de vizinhança, entre outros.		

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2014 (Outros domínios)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Bilhete de identidade de residente do tipo cartão inteligente e documentos de viagem				
1.	Bilhete de identidade de residente do tipo cartão inteligente	1. Entre 2014 e 2017 decorrerá o período auge de renovação do bilhete de identidade de residente, pelo que será procedido, em finais de 2013, à utilização a título experimental dos quiosques de serviços automáticos para a renovação dos bilhetes de identidade, estando prevista a sua entrada em funcionamento pleno para 2014.	2014 (Início do período auge de renovação)	2017 (Fim do período auge dos pedidos de renovação)
		2. Numa fase inicial, serão instalados os quiosques de serviços automáticos de renovação do bilhete de identidade na secção de atendimento à entrada da Direcção dos Serviços de Identificação, assim como serão aumentados posteriormente os locais de instalação, entre os quais o edifício do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, para além de serem facultadas áreas de prestação de serviços electrónicos aos cidadãos.		
II Acções de reinserção social e do Instituto de Menores				
2.	Serviços de reabilitação	1. Em 2014 será lançado um programa específico de combate à droga destinado aos jovens, no sentido de introduzir vários componentes novos, nomeadamente treinos de aventura *Ricky* e experiências de	Início do ano de 2014	Ao longo do ano de 2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		aprendizagem no internato, para ajudar os jovens a abandonar o vício e a retomar uma vida saudável.		
		2. Salientar o contributo de algumas famílias escolhidas que tenham prestado um apoio activo no acolhimento dos reabilitados, e bem assim, recorrer a entrevistas efectuadas nos meios de comunicação para divulgar à população em geral as informações sobre a aceitação dos reabilitados e sua reintegração na sociedade.		
3.	Acções de reeducação social dos jovens infractores	1. Estabelecer mecanismos de atribuição de prémios e avaliação para incentivar os jovens a submeter-se voluntariamente ao teste de droga, assim como iremos premiar e atribuir menções àqueles que passarem no teste, para além de comunicar ao tribunal o seu bom comportamento, o que contribuirá para terminar antecipadamente as medidas judiciais aplicadas.	Início do ano de 2014	Ao longo do ano de 2014
		2. Através da atribuição de prémios e fiscalização das medidas judiciais, será exercido um controlo duplo para evitar o abuso de drogas pelos jovens e ajudar-lhes a abandonar o vício.		
4.	Acções de reabilitação de menores	1. Dedicar-se à concepção de um modelo de orientação e correcção complementares para as jovens internadas, o qual terá em conta o estado emocional específico e as necessidades pessoais na perspectiva das jovens. Com recurso a orientação individual ou em grupo, será proporcionado o apoio às jovens internadas na	Início do ano de 2014	Ao longo do ano de 2014

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		aprendizagem de formas eficazes para lidar com o seu estado emocional, dando-lhe a conhecer as técnicas de resolução dos problemas de relações humanas. Esta aprendizagem permitirá elevar a sua auto-confiança e fortalecer o seu mecanismo de mudança, o que irá ajudar-lhes a adquirir uma atitude de vida positiva e activa.		
		2. Desenvolver uma série de cursos educativos multidireccionais sobre os valores morais, aprofundando o conteúdo dos programas de estudo sobre o valor das virtudes humanas. Tais cursos irão centrar-se nas normas relativas à moralidade, ética e qualidades humanas mais importantes, pelo que será possível elevar, através desses programas sistematizados, a consciência de normas sociais e ética, aumentar os valores morais e a formação pessoal, favorecer a criação de hábitos e atitudes de vida correctos, e formar gradualmente membros sociais que têm disciplina e auto-estima e que se preocupam com a comunidade em geral.		

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Reforço do apoio ao sector das convenções e exposições				
1.	Lançamento da "Medida de Apoio Financeiro às Convenções Internacionais e Exposições Profissionais"	Criar, no âmbito do "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições", uma medida que visa a prestação de apoio financeiro à realização das convenções internacionais e exposições profissionais, para atrair a vinda e realização em Macau dessas actvidades, elevando, assim, a qualidade das convenções e exposições organizadas neste território.	Já iniciado	Primeiro semestre de 2014
2.	Continuação dos trabalhos para atrair a vinda e realização em Macau, de feiras de marcas famosas do exterior	A DSE irá cooperar com a Associação dos Empreiteiros Internacionais da China, para a realização conjunta em Macau do "5.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas", no sentido de promover a elevação do nível de internacionalização das conferências e feiras realizadas em Macau.	Já iniciado	Primeiro semestre de 2014
3.	Continuação da valorização eficaz do papel das entidades responsáveis pelo sector de convenções e exposições	Continuar a reforçar os serviços de apoio administrativo e técnico prestados à Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e aos grupos de trabalho subordinados, nomeadamente o "Grupo para a Política e Investigação do Desenvolvimento de Convenções e Exposições" e o "Grupo para o Desenvolvimento da Cooperação Externa", com prioridade dada à prestação de	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		apoio à Comissão no acompanhamento dos trabalhos de estudo do Plano para o Desenvolvimento da Indústria de Convenções e Exposições de Macau.		
4.	Empenho na formação de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições	Continuar a prestar apoio na organização de cursos de formação teórico-práticos, particularmente os reconhecidos internacionalmente e os profissionais. Efectuar estudos sobre a organização de outros cursos necessários para o sector, consoante as suas reais necessidades, no sentido de elevar o conhecimento e nível profissionais dos seus trabalhadores, reforçando a respectiva competitividade global, proporcionando uma sólida base para o desenvolvimento sustentável da indústria de convenções e exposições de Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
5.	Continuação da prestação de apoio para a realização da "Semana Dinâmica de Macau"	Prestar apoio para a realização, em 2014, da série de actividades no âmbito da "Semana Dinâmica de Macau" nas cidades de Hangzhou (Zhejiang), Chengdu (Sichuan), e Changsha (Hunan) ou Shenyang (Liaoning).	Já iniciado	Em Abril (Hangzhou), Julho (Chengdu), Setembro (Changsha ou Shenyang)
6.	Criação da marca de Macau no âmbito do sector das convenções e exposições	Privilegiar a realização da MIF, do MIECF, da "Feira dos Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" e da MFE, continuando a prestar apoio ao sector empresarial na realização da *"China (Macau) International Automobile Exposition"*, da *"China (Macau) International Yacht Import & Export Fair"* e demais feiras e exposições.	Já iniciado	Em Março, Julho, Agosto e Outubro de 2014.

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
7.	Implementação do "Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio"	Empenhar-se no reforço da publicidade sobre as vantagens do sector de convenções e exposições de Macau para atrair a vinda de mais entidades organizativas do sector, tanto nacionais como estrangeiras, para a realização de eventos em Macau, apoiando-as nas licitações de conferências de grande envergadura para serem introduzidas em Macau. Valorizar, efectivamente, o papel desempenhado pelos Gabinetes de Ligação do IPIM no Interior da China, estimulando as empresas continentais para a realização de feiras, exposições e conferências anuais em Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
8.	Reforço da cooperação regional na área de convenções e exposições	Promover a parceria com os operadores do sector de convenções e exposições do Interior da China, alargando a cooperação com as regiões circundantes no tocante à realização conjunta e participação mútua em conferências e feiras, cultivando, de mãos dadas, marcas de qualidade na área de convenções e exposições a nível regional e internacional. Prestar apoio aos operadores do sector de convenções e exposições na cooperação com organismos e empresas congéneres da China Continental, consolidando a parceria bilateral nas áreas de formação profissional, investigação, intercâmbio e troca de informações, prestando ainda apoio aos operadores do sector para realizarem visitas de estudo aos países e regiões famosos no âmbito da organização de conferências e feiras.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Fomento da reconversão e valorização industrial				
9.	Apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado	Proporcionar serviços de apoio técnico e em *design*, realizar o "Festival do Vestuário de Macau" e prestar assistência às actividades de *design* de vestuário locais para criação de marcas próprias, encorajando a exibição de produtos com *designs* e marcas locais próprias em exposições e feiras e participação em actividades de intercâmbio na China Continental e no exterior, por forma a promover a penetração dos produtos de vestuário locais nos mercados interno e externo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
10.	Aumento da competitividade dos produtos industriais	Apoiar as empresas na utilização de formas e métodos de concepção *(designs)*, produções, gestão técnica e logística adequada para a realização da resposta rápida, promovendo as empresas para a elevação da qualidade e segurança dos seus produtos. Empenhar-se em prestar, de forma mais ampla, os "Serviços de envio de produtos ao exterior para testes e análises", através do aumento dos tipos de produtos industriais abrangidos por esse plano de serviços, ajudando as empresas locais na identificação de espaços da expansão quer nos mercados local e da China Continental, quer no mercado internacional.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
11.	Fomento das empresas industriais para alteração da sua forma de gestão adoptada	Organizar cursos de formação destinados às empresas locais, relativos a esta matéria, apoiando-as na modernização dos modelos de gestão respectivos, reforçando os seus	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		conhecimentos quanto à gestão do fornecimento em cadeia, gestão de marcas, sistemas de gestão e normas sobre técnicas de produção.		
Promoção da diversificação adequada da economia: Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e de medicina tradicional chinesa				
12.	Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno	Participar nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, promovendo a definição de políticas estratégicas e medidas vocacionadas para o fomento dessas actividades. Reforçar os conhecimentos das empresas dedicadas ao comércio externo e às actividades logísticas sobre a gestão de riscos e do fornecimento em cadeia, prestando às empresas logísticas informações sobre normas de operação a nível regional e internacional, organizando cursos em matérias de gestão e funcionamento logísticos, de diversos níveis, para ajudar a elevar as qualificações dos profissionais do sector.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
13.	Coordenação no impulso ao desenvolvimento da indústria cultural e criativa	Continuar a instalar, na MIF, o "Pavilhão da Criatividade de Macau" e a zona de exposição temática sobre a indústria cultural e criativa, programando as respectivas actividades. Valorizar as funções do "Macao Ideas", reforçando os serviços das bolsas de contacto, ajudando o sector cultural e criativo local na industrialização das suas actividades e desenvolvimento de mercados. Facultar acções de formação e de aconselhamento nas áreas de criação e exploração de	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		negócios, marca de qualidade, vendas e financiamento, a favor de empresários ou profissionais da indústria cultural e criativa, reforçando a formação de pessoal qualificado respectivo e de estilistas de vestuário jovens. Desenvolver outras actividades ou cursos de formação inerentes às indústrias criativas e culturais, tais como, desenhos de animação, produções cinematográficas e televisivas, gestão de actividades culturais criativas, etc., fomentando o bom aproveitamento da "Galeria de Moda de Macau" para promover as obras dos estilistas de vestuário locais.		
14.	Promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa	Promover a construção do Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Cooperação Guangdong-Macau, através da *Guangdong-Macau Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co*. Concluir, em 2014, as obras de construção das infra-estruturas do Parque, dando início à construção do edifício principal, acelerando a introdução dos projectos de investimento no Parque e facultando apoio às PMEs de Macau na sua entrada e desenvolvimento naquela zona.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
15.	Apoio ao desenvolvimento do sector dos serviços, nomeadamente a venda a retalho, serviços turísticos, restauração, entre outros	Ajudar o sector na criação de um sistema de gestão de qualidade e na elevação da qualificação dos seus profissionais, facultando ao sector de venda a retalho cursos de formação abertos ao público ou de formação interna por encomenda de empresas, dando apoio às empresas	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		de prestação de serviços na introdução ou criação de um modelo de gestão sistematizada que melhor adapte às suas necessidades.		
Promoção da diversificação adequada da economia: Reforço de outras políticas e medidas implementadas				
16.	Valorização do papel do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC)	Para efeitos da diversificação adequada da economia, lançar atempadamente planos de apoio, com vista a promover o desenvolvimento sustentável da economia.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
17.	Captação, através da prestação de serviços aos investidores, de mais projectos favoráveis à diversificação adequada da economia local	Aperfeiçoar os trabalhos da prestação de serviços aos investidores, com destaque para o reforço e melhoramento do "Serviço *one-stop*" aos investidores, dos serviços *offshore* e de fixação de residência por investimento, simplificando os procedimentos, elevando a eficiência e reduzindo os custos de investimento, de modo a facilitar a rápida concretização dos projectos de investimento em Macau realizados pelas empresas nacionais e estrangeiras interessadas.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
18.	Promoção do impulso proporcionado pela indústria de jogo no fomento do desenvolvimento dos sectores relacionados	Empenhar-se na fiscalização do cumprimento dos contratos por parte das operadoras de jogo, no âmbito da promoção da expansão de outras actividades a que dizem respeito, encorajando e promovendo, mediante os recursos de jogo disponibilizados, o progresso dos sectores além do jogo e respectivos projectos, com vista à criação de um novo foco de crescimento económico.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs): Implementação eficaz das medidas de apoio				
19.	Continuação da implementação eficaz dos diversos planos de apoio às PMEs	Dar continuidade à implementação eficaz dos diversos planos de apoio às PMEs e demais medidas de incentivos financeiros, incluindo o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico", a "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial", os "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial" e o "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores", entre outros. Continuar a optimizar os processos de apreciação de pedidos e serviços relacionados para que todas as medidas possam ser concretizadas com eficácia, reforçando as respectivas divulgação e propaganda junto das empresas, com o intuito de permitir beneficiar um maior número de empresas locais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
20.	Continuidade de apoio ao desenvolvimento das PMEs através do FDIC	Reforçar os trabalhos de análise dos pedidos de apoio financeiro apresentados ao FDIC. Através da utilização eficaz dos recursos do FDIC, prestar apoio financeiro às actividades que contribuam para a elevação do nível de operações empresariais e o aumento da competitividade das PMEs, ajudando-as na exploração dos mercados interno e externo e na procura de oportunidades de cooperação comercial.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
21.	Concessão de apoio financeiro às PMEs para criação da sua *website* empresarial	Proceder-se ao estudo para a criação de um plano de apoio financeiro a favor das PMEs para a construção do seu *website* empresarial, no âmbito do FDIC, no sentido de apoiá-las no aproveitamento das redes electrónicas para a divulgação e publicitação das suas actividades.	Primeiro semestre de 2014	Trabalho com continuidade
22.	Empenho na atenuação eficaz das dificuldades de falta de recursos humanos sentidas pelas PMEs	Estudar a optimização das formalidades dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes (TNRs), especialmente, para acelerar o processo da sua apreciação, analisando e apreciando, com pragmatismo e rigor, todos os pedidos, por forma a atenuar atempadamente as dificuldades de falta de mão-de-obra sentidas pelas PMEs locais, dando assim apoio ao seu desenvolvimento.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs): Fomento da competitividade empresarial				
23.	Impulsionamento da modernização da gestão empresarial	Facultar às empresas cursos de formação sobre criação de negócios e capacidade empresarial, promovendo a reforma e a reconversão das mesmas. Continuar a implementar o "Programa de Incentivos para a Certificação/Acreditação de Sistemas Internacionais de Gestão", prestando apoio às empresas para a implementação do modelo de gestão sistemática e a obtenção da respectiva certificação internacional. Intensificar os serviços de "consultadoria e informação sobre sistemas de gestão" prestados, incentivando as empresas/instituições para encorajar os seus trabalhadores a obter a certificação de qualificação,	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		dando assistência às mesmas na criação de um sistema de contabilidade perfeito, além do melhoramento dos seus modelos de gestão financeira. Disponibilizar às PMEs cursos de formação, por forma a elevar o nível de gestão operacional das empresas e a qualificação dos seus gestores e trabalhadores, fomentando ainda a aplicação das tecnologias de informação (IT) para o aumento da produtividade empresarial.		
24.	Apoio às PMEs para a elevação da competitividade das suas actividades	Organizar eventos temáticos, cursos de formação da respectiva área e visitas de estudo ao exterior, realizando actividades de treinos e visitas de estudo sob tema de comércio *franchise*/lojas em cadeia. Reforçar a cooperação entre as câmaras/associações comerciais locais e de outras regiões na organização de cursos de formação, procurando desta forma ajudar as PMEs a elevarem a competitividade das suas actividades.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
25.	Apoio às PMEs na conquista de novos mercados	Proporcionar apoio às PMEs no reforço da cooperação externa, na criação de plataformas de cooperação e na prospecção de parceria empresarial, ajudando as empresas no aproveitamento das oportunidades de expansão económica, derivadas das "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" e do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", para identificarem espaços de expansão	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		nos mercados do Interior da China. Aproveitar as vantagens provenientes do estabelecimento da Delegação Económica e Cultural do Governo da RAEM em Taipei, prestando assim apoio no desenvolvimento de intercâmbio e cooperação económica e comercial entre as PMEs de Macau e as empresas de Taiwan.		
26.	Apoio às PMEs para a participação no desenvolvimento de Hengqin (Ilha da Montanha)	Promover e apoiar, de forma dinâmica, a participação do sector empresarial no desenvolvimento de Hengqin, apresentando às empresas locais, o ambiente de investimento e as diversas políticas preferenciais adoptadas em Hengqin, organizando ainda delegações para visitas de estudo e intercâmbio e ajudando os potenciais investidores empresariais na coordenação e diálogo com as entidades de Zhuhai, com o intuito de prestar apoio administrativo e serviços para a participação das PMEs nos projectos de desenvolvimento de Hengqin.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
27.	Apoio às PMEs na exploração e desenvolvimento dos produtos e serviços de marca de Macau	Valorizar as funções do "Macao Ideas" para atrair a adesão de mais empresas de Macau, reforçando a divulgação do "Macao Ideas" a nível local e internacional através da página electrónica, publicações e da instalação do "Macao Ideas" nas feiras e exposições no exterior, promovendo, designadamente, as funções do "Macao Ideas" como centro de aquisição dos produtos e serviços de marca de Macau. Efectuar, em regime experimental, a exibição e promoção dos	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		produtos de Macau de curta duração em zonas comerciais de determinadas cidades do Continente Chinês, sob a forma e imagem de "Macao Ideas", visando divulgar os produtos, serviços e oportunidades de negócios de Macau e facilitar a penetração dos produtos e serviços de marca de Macau nos mercados nacional e estrangeiro.		
28.	Apoio às PMEs na exploração do mercado do Interior da China através da realização da "Semana Dinâmica de Macau"	Dinamizar a publicidade no Interior da China dos produtos, serviços e especialidades de Macau e artigos dos Países de Língua Portuguesa através da realização da "Semana Dinâmica de Macau", procurando criar uma plataforma de intercâmbio e cooperação entre o Interior da China e as PMEs de Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs): Reforço e aperfeiçoamento dos serviços de apoio empresarial				
29.	Optimização dos serviços destinados às PMEs	Prestar assistência às PMEs locais na elevação da sua capacidade empresarial através da prestação de uma série de serviços, nomeadamente a realização de *workshops* para os respectivos sectores e prestação de serviços de consultadoria de natureza económica e comercial. Dar continuidade aos trabalhos nos âmbitos de re-embalagem de produtos empresariais e de marcação de entrevistas a empresários, para o estabelecimento gradual da marca e imagem dos seus produtos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
30.	Valorização das funções do MBSC e do SMEC	Promover a integração dos serviços e recursos do MBSC e do SMEC, em função das necessidades de desenvolvimento empresarial, optimizando os serviços destinados às PMEs.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
31.	Melhoramento dos serviços de bolsas de contacto	Aperfeiçoar os serviços de bolsas de contacto e reforçar a sua publicidade, com vista a alargar a rede de contactos das PMEs, fomentando a cooperação empresarial.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
32.	Promoção da aplicação do comércio electrónico	Incentivar as PMEs para a aplicação do comércio electrónico, ajudando-as no alargamento da sua rede de publicidade.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs): Elevação da qualificação dos recursos humanos				
33.	Continuação da realização de cursos de formação profissional diversificada	Realizar cursos de formação profissional para a população de diferentes sectores e camadas, dando apoio à formação de mais pessoal qualificado para os diversos sectores e criação de uma bolsa de pessoal qualificado de reserva, tendo em conta as necessidades de recursos humanos e a diversificação adequada da economia, com atenção focada particularmente no reforço da formação em diversos sectores, nomeadamente o de exposições e convenções, venda a retalho, serviços domésticos, entre outros. A DSAL planeia realizar em 2014 cerca de 400 cursos, disponibilizando cerca de 10.000 vagas de formação.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
34.	Realização de cursos de formação profissional especializada	Realizar cursos de formação profissional especializada, desenvolvendo cursos de formação sobre gestão supervisional e gestão avançada, alinhando-os às séries de formação de certificação profissional, facultando ao pessoal do nível médio, um meio de formação para a sua ascensão profissional. Desenvolver apoios e modelos de aprendizagem diversificados, para assistir os formandos a realizarem a sua	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		formação contínua, de acordo com a progressão na sua carreira profissional e as necessidades de desenvolvimento das empresas e da economia em geral. O CPTTM planeia realizar cerca de 900 cursos, disponibilizando vagas de formação em quantidade não inferior a 20.000, incluindo cursos abertos ao público e por encomenda das empresas.		
35.	Reforço da formação para os indivíduos de meia-idade	Continuar a implementação do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a Indivíduos de Meia-idade", a fim de elevar a competitividade no emprego dos indivíduos de meia-idade, aumentar as escolhas de emprego dos indivíduos empregados e o respectivo espaço de desenvolvimento.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
36.	Continuação da implementação das "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional"	Organizar acções que incluem três níveis de formação independentes mas interligados, nomeadamente básico, intermédio e avançado, para incentivar os cidadãos para adquirirem novas técnicas e conhecimentos para efeitos da elevação contínua da sua empregabilidade.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
37.	Reforço das acções de formação profissional destinadas às classes mais carenciadas	Organizar cursos de formação contínua de acordo com as necessidades das classes mais carenciadas e, planear a organização ou co-organização com empresas sociais de cursos de formação profissional especializada para indivíduos com deficiência.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
38.	Apoio aos residentes locais na obtenção de certificação nacional ou internacional	Co-organizar com associações e instituições profissionais, locais ou do exterior, cursos para a certificação de qualificação profissional, prestando assistência aos	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		formandos para a obtenção de certificação de qualificação profissional, com reconhecimento local, internacional ou do Interior da China. Empenhar-se em encorajar os residentes para a obtenção de certificação de qualificação vocacional de nível nacional, intensificando a prestação de serviços de informação e de apoio aos exames. Proceder-se à introdução, promoção e organização de exames públicos profissionais e vocacionais, a nível nacional e internacional, com incidência focada prioritariamente nas áreas da gestão da segurança alimentar, comércio, profissionais de beleza, em conformidade com as necessidades do desenvolvimento da economia local, implementando o "Programa de elevação do nível de Inglês para a trabalho", com vista à facultação aos profissionais dos diferentes sectores de testes de avaliação do nível de Inglês comercial apropriados.		
39.	Aumento das capacidades de emprego dos jovens e dos indivíduos de meia idade	Empenhar-se no fortalecimento da cooperação com as instituições escolares e organismos correspondentes, prestando apoio aos estudantes secundários e universitários que vão terminar os seus estudos para aumentar as suas capacidades de integração no mercado laboral. Lançar uma série de planos de formação contínua em prol dos trabalhadores activos, nomeadamente a "Série de formação sobre empregabilidade fundamental", a "Série de formação de capacidade de administração e gestão" e a "Série de formação de capacidade de desenvolvimento sectorial/	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		profissional", entre outros. Continuar a organizar diversas competições de habilidades vocacionais para os jovens, estando a planear a organização da "Competição geral de habilidades sobre o *software* de multi-média Adobe para estudantes secundários de Macau" a realizar no segundo trimestre do próximo ano. Dar continuidade à realização dos "Cursos de Aprendizagem" e "Plano de formação de técnicos estagiários", disponibilizando aos jovens uma formação inicial que une a aprendizagem na escola com o estágio em empresas.		
40.	Reforço do desenvolvimento e da cooperação com a Província de Guangdong na área da avaliação técnico-profissional	Formar, em colaboração com Guangdong, pessoal de Macau para desempenhar funções de júri dos testes de técnicas, aditando testes de técnicas de diferentes níveis aos actualmente existentes, proporcionando mais escolhas aos trabalhadores que pretendem obter, por meio de exame, o certificado de técnicas profissionais. Continuar a aprofundar a cooperação com Guangdong na área de testes de técnicas dos modelos "1 teste 2 certificados" e "1 teste vários certificados".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
41.	Promoção plena de testes de técnicas profissionais para o sector da construção	Formar, em cooperação estreita com instituições envolvidas de Hong Kong, técnicos de Macau para aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento dos testes de técnicas do sector da construção, no sentido de permitir a implementação de testes de técnicas para diferentes tipos de trabalho para o sector, promovendo o respectivo desenvolvimento profissionalizado.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação regional: Aprofundamento da implementação do CEPA				
42.	Promoção da implementação dos conteúdos do CEPA e seus suplementos	Reforçar a divulgação e promoção do conteúdo do Suplemento X ao Acordo CEPA relativamente à liberalização de novos itens, convidando elementos das entidades competentes envolvidas do Interior da China para vir e fazer sessões de esclarecimento em Macau sobre a implementação do CEPA, os novos sectores de serviços liberalizados e respectivos diplomas legais vigentes. Actualizar atempadamente o conteúdo do *website* do CEPA, sobretudo os dados sobre os novos diplomas e regulamentos legais aplicados no Interior da China, nas áreas económica e comercial. Proceder-se à produção periódica da revista intitulada "Boletim Informativo do CEPA".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
43.	Apoio ao sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais estabelecidas no CEPA	Incentivar o sector empresarial para melhor aproveitar as políticas do CEPA no desenvolvimento e promoção dos produtos e serviços de marca de Macau, com vista à conquista dos mercados nacionais e estrangeiros. Dinamizar a publicidade no Interior da China de serviços e produtos *"Made in Macao"* e de "Marca de Macau", ajudando as empresas titulares de marcas de Macau na exploração dos mercados do Interior da China.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
44.	Continuação da implementação, com eficácia, das medidas relacionadas com o comércio de mercadorias consagradas no CEPA	Proceder-se atempadamente à avaliação da aplicabilidade do actual critério de origem, continuando a manter comunicação e cooperação estreitas com a Administração Geral de Alfândega da China, promovendo negociações sobre matérias relacionadas com os pedidos de importação de mercadorias com critério de origem, assegurando o processo de desalfandegamento facilitado das mercadorias ao abrigo do estipulado no Acordo CEPA.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
45.	Captação de investimentos através do CEPA	Apoiar o sector empresarial local no aproveitamento das medidas preferenciais proporcionadas pelo CEPA e das oportunidades de negócios no Interior da China, para impulsionar a reconversão e valorização das indústrias de Macau e a promoção da diversificação adequada da economia local.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
46.	Reforço da cooperação com o Interior da China no domínio da protecção da propriedade intelectual	Continuar a trocar opiniões com a Direcção Nacional da Propriedade Intelectual durante as visitas mútuas de intercâmbio a realizar entre as duas partes, em matéria relacionada com os trabalhos de verificação eficaz da Patente de Invenção e da Patente de Utilidade, para promover o aperfeiçoamento contínuo dos respectivos procedimentos. Continuar a co-organização do "Simpósio sobre a Propriedade Intelectual no Interior da China, RAEHK e RAEM ", com a Direcção Nacional da Propriedade Intelectual e o Departamento da Propriedade Intelectual do Governo	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		da RAEHK, para impulsionar o intercâmbio e cooperação tripartido na área em questão, encorajando a participação dos residentes locais no "Exame Nacional da Qualificação de Agentes de Patentes".		
47.	Reforço da cooperação com o Interior da China na implementação do CEPA	Reforçar a cooperação com o Ministério do Comércio do Estado, em temos da promoção e formação no âmbito do Acordo CEPA, aperfeiçoamento dos diversos mecanismos para a sua implementação, promoção da cooperação bilateral no domínio do sector dos serviços, entre outros. Valorizar o papel de impulsionamento e promoção desempenhado pelas "Cidades Exemplares para a Implementação do CEPA".	Já iniciado	Trabalho com continuidade
48.	Estreitamento da cooperação com o Interior da China na área da segurança de produtos	Empenhar-se na implementação do "Acordo de Cooperação nos domínios da Segurança e do Origem dos Produtos", reforçando a comunicação com a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspecção e Quarentena da República Popular da China, procurando intensificar a cooperação com o Interior da China nos vários aspectos relacionados com a segurança de produtos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
49.	Promoção do intercâmbio e cooperação entre as empresas de Macau e do Interior da China	Organizar ou apoiar, proactivamente, as delegações empresariais e as câmaras de comércio/associações locais para visitas de estudo ao Interior da China e participação nas diversas feiras e exposições, incluindo a instalação do "Pavilhão de Macau" *in loco*, de modo a facilitar a divulgação do ambiente de investimento e dos produtos de marca de	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Macau. Facultar apoio a mais empresas das províncias e municípios do Interior da China para a participação nas actividades de intercâmbio económico e comercial em Macau, nomeadamente feiras e exposições, sessões de apresentação e captação de investimentos, impulsionando, assim, a cooperação empresarial entre a China Continental e Macau.		
Aprofundamento da cooperação regional: Promoção da cooperação económica e comercial Guangdong- Macau em todos os níveis				
50.	Coordenação com os trabalhos visados à promoção da liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau	Em coordenação com a Província de Guangdong, promover a concretização dos projectos-piloto e das medidas de liberalização do comércio de serviços, previstos no CEPA, fomentando, de forma pro-activa, a liberalização desse tipo de comércio entre Guangdong e Macau, esforçando-se para que esta meta possa ser concretizada, praticamente e de forma pioneira, até finais de 2014.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
51.	Empenho activo na promoção da participação do sector empresarial na exploração de Hengqin (Ilha da Montanha)	Promover, através da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A., a participação do sector empresarial na construção da Zona do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau. A Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin irá esforçar-se por introduzir os projectos interessados no Parque Industrial Guangdong-Macau, durante o primeiro trimestre de 2014. Os serviços públicos envolvidos, por seu turno, irão concretizar os serviços prestados da sua responsabilidade, prestando apoio às empresas locais na realização dos seus projectos de investimento no referido Parque.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
52.	Promoção da cooperação entre Guangzhou e Macau	Sob o mecanismo do grupo de trabalho especializado na cooperação Guangzhou-Macau, e tendo em conta a Zona Integrada de Nansha para a Implementação Piloto do CEPA, representando esta como uma plataforma e suporte de relevância, irá empenhar-se no impulsionamento da cooperação bilateral, com foco no maior intercâmbio e cooperação nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, turismo, educação e cultura, procurando, através do apoio às empresas e associações comerciais na realização de visitas de estudo *in-loco*; e dos serviços de encaminhamento e bolsas de contacto prestados, entre outros, alargar o âmbito da cooperação bilateral. Continuar a realizar actividades conjuntas no âmbito das convenções e exposições, promovendo marcas, produtos e serviços de qualidade das duas partes, dando continuidade à organização e apoio a favor do sector empresarial de Macau para visitas de estudo ao Distrito de Nansha, ajudando a implementação dos seus projectos de investimento no mesmo distrito.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
53.	Fortalecimento da cooperação Guangdong-Macau na área de convenções e exposições	Dar continuidade à organização conjunta da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau", da "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou" e demais eventos, apoiando os operadores do sector dos dois territórios na participação mútua nas conferências e feiras, especialmente naqueles eventos de grande envergadura.	Já iniciado	Janeiro e Julho de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
54.	Desenvolvimento conjunto dos mercados dos Países de Língua Portuguesa e de outras regiões ultramarinas	Dar continuidade à organização das actividades de captação de investimentos conjuntas nos Países de Língua Portuguesa e outras regiões ultramarinas, em colaboração com os serviços de coordenação económica da Província de Guangdong, nomeadamente as sessões de apresentação do ambiente de investimento do Grande-Delta do Rio das Pérolas realizadas nos Países de Língua Portuguesa, ajudando, desse modo, as empresas de Guangdong no desenvolvimento dos mercados dos Países Lusófonos, da União Europeia e de outras regiões ultramarinas, através da plataforma de serviços comerciais de Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
55.	Impulso à cooperação entre Macau e as cidades de segundo nível e zonas montanhosas de Guangdong	Em colaboração com os serviços competentes da Província de Guangdong, proceder-se ao estudo da organização de delegações empresariais de Macau para visita de estudo às cidades de segundo nível e zonas montanhosas de Guangdong. Planear, após realizadas as actividades de exibição dos produtos de Macau, de curta duração, em zonas comerciais de Foshan em 2013, organizar actividades de promoção da imagem económica e comercial de Macau, bem como os seus produtos e serviços em centros comerciais considerados adequados localizados em outras regiões de Guangdong.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
56.	Promoção do avanço, em todos os níveis, da cooperação e intercâmbio económico e comercial entre Guangdong e Macau	Dar prioridade em promover a cooperação bilateral nas áreas de convenções e exposições, pequenas e médias empresas, entre outras, tendo em conta os planos de cooperação anuais elaborados em colaboração com a Comissão de Economia e Informatização da Província de Guangdong no princípio de cada ano. Organizar, em parceria com a entidade competente atrás citada, acções promocionais sobre as políticas económica e comercial em Guangdong, actividades de cooperação e intercâmbio das duas partes no domínio de serviços, entre outras, proporcionando às empresas locais meios para conhecerem o ambiente de negócios em Guangdong e respectivas políticas e medidas preferenciais promovidas, procurando assim aprofundar a cooperação Guangdong-Macau nas vertentes económico e comercial. E, em coordenação com o Governo Provincial de Guangdong, promover a reconversão e valorização das empresas com capital macaense estabelecidas na mesma província.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
57.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau no domínio de propriedade intelectual	Implementar os projectos de cooperação previstos no "Memorando de Cooperação Guangdong-Macau no Domínio da Propriedade Intelectual" para o ano de 2014, relativamente à partilha de informações e recursos, divulgação e formação, intercâmbio e visitas mútuas, entre outras.	Janeiro a Dezembro de 2014	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
58.	Reforço da cooperação Guangdong-Macau em matéria de critérios	Iniciar a formação do pessoal dos serviços competentes sobre testes com recurso a aparelhos de medição e organizar delegações empresariais para visitas de estudo às entidades da supervisão da qualidade da Província de Guangdong e aos centros de testes a nível nacional, a fim de reforçar os conhecimentos dos operadores do sector quanto ao funcionamento dos testes no Interior da China.	Primeiro semestre	Segundo trimestre
59.	Reforço da cooperação financeira	Continuar a incentivar a cooperação financeira entre Guangdong e Macau, no sentido de tentar alcançar maiores resultados no que respeita às seguintes matérias: constituição transfronteiriça de instituições, operações em Renminbi, regularização de fundos, liquidação de despesas (incluindo a compatibilização dos cartões financeiros com IC e interconexão dos sistemas de liquidação de despesas em tempo real – *Real Time Gross Settlement*), cooperação em área de produtos de seguros e sua articulação e, promoção de Macau para desempenhar funções de plataforma de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, quer nas áreas económica e comercial quer na de liquidação de despesas de operações comerciais em Renminbi.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
60.	Intensificação da cooperação e intercâmbio no domínio de pessoal qualificado	Impulsionar a partilha de recursos e informações sobre pessoal qualificado, a criação de mecanismos de comunicação entre serviços congéneres e de páginas electrónicas específicas e o aditamento de uma plataforma	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		interactiva de informações sobre serviços de emprego do Interior da China. Aprofundar a cooperação entre as duas regiões no desenvolvimento de recursos humanos, alargando os tipos de trabalho do modelo "1 teste 2 certificados" e optimizando os seus procedimentos de funcionamento, além da implementação dos testes de técnicas segundo o modelo "1 teste 3 certificados".		
Aprofundamento da cooperação regional: Fortalecimento da cooperação Hong Kong-Macau no domínio económico e comercial				
61.	Fortalecimento da cooperação Hong Kong-Macau no domínio económico e comercial	Reforçar, com prioridade, a cooperação bilateral nas áreas financeira, da protecção ambiental, do turismo, entre outras. Promover a cooperação sectorial no domínio financeiro, a integração das infra-estruturas financeiras, o aperfeiçoamento do mecanismo de intercâmbio existente, bem como a intensificação da parceria no âmbito da fiscalização, entre outros.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação regional: Valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperacão económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa				
62.	Boa execução e com eficácia dos trabalhos de apoio pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países	Concentrar-se na prestação activa de assistência ao Secretariado Permanente na efectivação dos diversos trabalhos agendados para o ano de 2014. Os principais trabalhos são: acompanhar os trabalhos plasmados nos "Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" assinados nas Conferências Ministeriais do Fórum de Macau;	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
	de Língua Portuguesa, em coordenação com o funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau	fomentar o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre o Interior da China e os Países de Língua Portuguesa.		
63.	Promoção do intercâmbio e da cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa	Continuar a organizar delegações empresariais de Macau para participarem no "Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", e deslocarem-se aos Países de Língua Portuguesa para visitas de estudos e intercâmbio, e participações em feiras e conferências. Convidar as empresas dos Países de Língua Portuguesa para participarem nas importantes actividades económicas e comerciais do Interior da China, prestando-lhes apoio na exploração dos seus negócios no mercado chinês, desenvolvendo esforços para a concretização das acções agendadas para incentivar as deslocações das empresas de Macau e do Interior da China aos Países de Língua Portuguesa para captação de investimentos e intercâmbio económico e comercial, e proporcionando apoio na realização de bolsas de contactos entre as empresas de Macau, do Interior da China e dos Países de Língua Portuguesa.	Já iniciado	Organizar delegações empresariais em Fevereiro, Maio, Junho, Julho e Agosto para visitas de estudo aos países lusófonos e participação nas feiras e exposições a realizar naqueles países

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
64.	Acompanhamento dos projectos de investimento e de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	Prestar serviços de informação para as empresas do Interior da China, de Macau e dos Países de Língua Portuguesa, estimulando a criação de relações de cooperação e contactos entre empresas. E em coordenação com o funcionamento do "Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países da Língua Portuguesa", promover o reforço da cooperação entre as empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Aprofundamento da cooperação regional: Participação activa na cooperação económica e comercial da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas				
65.	Organização do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e Feira para a Cooperação Económica e Comercial	Organizar, em conjunto com a Província de Guangdong e Hong Kong, a 10.ª edição do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e Feira para a Cooperação Económica e Comercial a realizar em 2014, empenhando-se ainda na organização de missões empresariais para a participação nas respectivas actividades.	Já iniciado	Terceiro trimestre de 2014
66.	Participação e desenvolvimento, com dinamismo, das acções económicas e comerciais no âmbito do "Protocolo-Quadro de Cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas"	Organizar delegações de representantes de Macau para participar nas actividades relevantes de natureza económica e comercial realizadas nas províncias e regiões da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Convidar, em contrapartida, a vinda para Macau das delegações compostas por representantes das províncias e regiões da Região, a fim de participarem na "Feira Internacional de Macau (MIF) e demais eventos significativas a nível económico e comercial, com	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		vista ao reforço e aprofundamento contínuo da cooperação económica e comercial entre Macau e Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Valorizar, em pleno, o papel de Macau como plataforma de serviços comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, providenciando apoio à Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas no reforço das relações económicas e comerciais com a Lusofonia e os Países da União Europeia.		
67.	Reforço da cooperação no âmbito da propriedade intelectual	Participar e colaborar com os projectos de cooperação definidos pela "Conferência Conjunta sobre a Cooperação na Área de Propriedade Intelectual da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas", bem como as acções de intercâmbio organizadas pelos membros da região em causa, propondo outros projectos de cooperação da Região no domínio da propriedade intelectual e respectivas opiniões.	Março, Outubro a Novembro de 2014	Trabalho com continuidade
68.	Consolidação contínua da plataforma de cooperação entre as indústrias de protecção ambiental da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e do mundo	Continuar a promoção do intercâmbio e cooperação entre as indústrias de Macau, da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e de regiões ultramarinas, da área de protecção ambiental, através do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2014" (MIECEF).	Já iniciado	Março de 2014
69.	Continuação da promoção da cooperação com as províncias e regiões da	Continuar a promover o avanço da cooperação com as províncias e regiões da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, nas áreas industrial, financeira, de formação	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
	Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, em diversos níveis	profissional, de avaliação profissional, da defesa dos direitos dos consumidores, entre outras.		
Aprofundamento da cooperação regional: Promoção da cooperação económica e comercial com outras províncias e municípios do Interior da China				
70.	Promoção da cooperação Fujian-Macau	Continuar a organização de delegações empresariais para participarem nas actividades de promoção económica e comercial de grande envergadura na Província de Fujian. Prestar apoio a Fujian na organização de delegações empresariais para participarem nas conferências e feiras em Macau, bem como na organização conjunta de delegações para visitas de estudo aos Países de Língua Portuguesa, permitindo, assim, às empresas fujianesas explorarem os mercados dos Países de Lusófonos e de outras regiões ultramarinas através da plataforma de Macau. Facultar apoio aos empresários de Macau para visitas de estudo à Zona de Experimentação Integrada de Pingtan, ao Novo Distrito de Wuyi e a outras zonas de desenvolvimento chave na Província de Fujian, impulsionando a participação das empresas macaenses no desenvolvimento e construção da Zona Económica da Costa Oeste do Estreito de Taiwan.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
71.	Valorização do papel desempenhado pelos Gabinetes de Ligação do IPIM no Interior da China	Dinamizar as funções dos Gabinetes de Ligação do IPIM nas cidades chinesas de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou, intensificando as ligações com os serviços de coordenação económica, câmaras de comércio, associações e organismos de promoção comercial locais. Os Gabinetes de Ligação irão organizar delegações de representantes do sector empresarial de Macau para visitas de estudo *in loco*, apoiando-as na identificação de oportunidades de negócio e marcação de bolsas de contacto, prestando ainda apoio às empresas macaenses para a aplicação, *in loco*, do seu investimento, e ajudando as empresas chinesas para se deslocarem a Macau para visitas de estudo e participação em feiras e exposições realizadas no território.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
72.	Apoio ao intercâmbio e cooperação económica e comercial com outras províncias e municípios do Interior da China	Organizar delegações empresariais de Macau para se deslocarem a outras províncias e municípios da China Continental para acções de intercâmbio, procurando, ao mesmo tempo, atrair empresas de mais províncias e municípios chinesas para realização de acções de intercâmbio e participação em feiras e exposições de relevância em Macau. Proporcionar apoio e assistência às províncias e municípios do Interior da China para se deslocarem a Macau, para a realização de acções de promoção económica e comercial e de captação de investimentos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Aprofundamento da cooperação regional: Promoção da cooperação económica e comercial com o exterior				
73.	Impulso à cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan	Organizar delegações empresariais de Macau para participarem nas actividades de natureza económica e comercial, em Taiwan, tais como a *"Taipei International Chain and Franchise Spring Exhibition" (TICFE)* e a *"Taipei International Food Show"*. Convidar entidades de coordenação económica e comercial e empresas de Taiwan para participarem na MIF, na Cimeira dos Empresários Chineses do Mundo e noutras actividades em Macau, fomentando a cooperação empresarial Macau-Taiwan. Promover a cooperação no comércio e investimento entre Macau e Taiwan, bem como entre essas duas regiões e outras partes do mundo (como, por exemplo, os Países de Língua Portuguesa).	Já iniciado	Trabalho com continuidade
74.	Reforço das ligações económicas e comerciais entre Macau e os países emergentes e outras regiões do mundo	Reforçar as relações comerciais com os países membros da ASEAN, prosseguindo a organização de delegações empresariais de Macau para visitas de estudo e intercâmbio e participação em feiras e exposições realizadas nos países membros da ASEAN, desempenhando, da melhor forma, o papel de Macau no âmbito das associações comerciais da ASEAN, no sentido de impulsionar o intercâmbio e cooperação bilateral a nível da sociedade civil. Continuar a prestar apoio na instalação do Pavilhão da ASEAN na MIF, reforçando continuamente as ligações e intercâmbio com as	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		organizações de empresários chineses das diversas partes do mundo, particularmente da Europa, desempenhando, com eficácia, o papel de Macau enquanto Plataforma de Cooperação e Rede Global de Empresários Chineses.		
75.	Continuidade na expansão da rede de cooperação e ligações económicas e comerciais internacionais	Acompanhar a evolução das negociações no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e cumprir as respectivas obrigações. Preparar para pôr em execução as decisões resultantes das negociações na Ronda de Doha, nomeadamente as relacionadas com a facilitação do comércio. Participar activamente nas actividades da iniciativa da UNESCAP e da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC).	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Melhoramento contínuo da qualidade de vida da população : Promoção do emprego dos residentes				
76.	Continuação da optimização do serviço de colocação profissional, simplificando os procedimentos administrativos, elevando a eficácia do serviço de colocação profissional	Rever periodicamente os procedimentos de trabalho da primeira linha, nomeadamente o atendimento ao público e o registo de oferta e procura de emprego. Proceder-se à revisão e ao aperfeiçoamento da "auto-conjugação do emprego" e do "serviço de conjugação imediata do emprego e de aconselhamento", criando páginas electrónicas respectivas, procurando enriquecer gradualmente o conteúdo das informações sobre o emprego. Implementar as medidas de electronização e aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho dos serviços de emprego, através do desenvolvimento de aplicações para telemóveis (Apps).	Já iniciado Segundo e terceiro trimestres de 2014	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
77.	Reforço da comunicação e da cooperação entre as partes laboral e patronal e promoção activa da concertação entre oferta e procura de recursos humanos	Continuar a coordenar e acompanhar a fiscalização das diversas acções de recrutamento de grande envergadura, intensificando a colaboração com departamentos de recursos humanos das empresas do sector do jogo, preparando a conjugação do emprego para os diversos empreendimentos que serão gradual e sucessivamente concluídos antes e depois de 2016, principalmente os que não pertencem ao sector do jogo.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
78.	Reforço do serviço de aconselhamento profissional dos jovens	Cooperar com instituições de ensino e associações, prestando aos jovens serviços com alvos definidos, como o de planeamento da sua carreira profissional ou o de aconselhamento profissional, alargando o serviço de "*Workshop* de simulação de entrevistas", passando a incluir também jovens de Macau que não frequentam instituições do ensino superior. Continuar a proporcionar oportunidades de estágio em empresas a alunos locais com o ensino superior.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
79.	Reforço do aconselhamento profissional, fomentando a integração e reintegração laboral, promovendo a ascensão profissional da mão-de-obra	Continuar a acompanhar e apoiar a integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade, prestando, de forma contínua, incentivo aos empregadores para a contratação de indivíduos com deficiência e reforçando os serviços de aconselhamento e de colocação profissional de indivíduos com deficiência. Co-organizar cursos de formação com empresas, apoiando	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		os indivíduos com baixos rendimentos ou desempregados para conseguirem um trabalho com melhores rendimentos, promovendo a ascensão profissional da mão-de-obra. Proceder-se ao estudo da criação de um Fundo de Protecção no Desemprego.		
Melhoramento contínuo da qualidade de vida da população : Garantia do direito ao emprego dos residentes				
80.	Apreciação rigorosa dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes (TNR's), nos termos da lei	Aplicar a norma legal quanto à contratação prioritária de trabalhadores residentes (TR's) por parte de entidades patronais, concretizando as políticas e medidas de importação de mão-de-obra não residente estipuladas pelo Governo da RAEM, fazendo cumprir com firmeza o princípio da contratação de TNR's apenas para suprir, por igual custo e eficácia, a inexistência ou insuficiência de TR's adequados.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
81.	Coordenação com os serviços competentes para combater, com eficácia, o trabalho ilegal	Reforçar a fiscalização da situação da execução do regime de autorização de contratação de TNRs, mantendo uma comunicação estreita com os serviços competentes, participando os casos de infracções e os resultados da aplicação das respectivas sanções administrativas, para que os serviços competentes tomem medidas eficazes para dar melhor acompanhamento.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
82.	Fiscalização da situação de utilização de pessoal nas empresas	Em relação às entidades empregadoras que procederam à importação de mão-de-obra não residente, continuar a proceder à fiscalização quanto à existência ou não de TR's ao seu serviço em quantidade correspondente à estipulada nas	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		respectivas autorizações de contratação de TNR's entretanto emitidas. Promover, de forma contínua, a inspecção das autorizações de contratação e de permanência junto dos TNRs, verificando ainda o cumprimento ou não das condições e encargos constantes nos despachos daquelas autorizações.		
83.	Aperfeiçoamento dos procedimentos da divulgação dos dados sobre TNRs importados, efectuando ajustamento atempado da respectiva quantidade	Continuar a desencadear esforços para que sejam proporcionados aos cidadãos dados mais actualizados sobre TNRs. Proceder-se ao ajustamento atempado do número de TNRs, em conformidade com a evolução do ambiente económico e a situação de procura e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Empenhar-se na intensificação do estudo sobre o mercado de emprego de Macau e no melhoramento contínuo do conteúdo da base de dados de TNRs, a par de, em articulação com os estudos da política demográfica, prestar colaboração às instituições académicas e de investigação na realização de estudos na área de recursos humanos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Melhoramento contínuo da qualidade de vida da população : Atenuação das dificuldades de sobrevivência dos residentes				
84.	Implementação atempada de cursos destinados à atenuação de dificuldades	Lançar, em tempo oportuno, cursos, em conformidade com a situação no emprego dos trabalhadores de diversos sectores, a fim de diminuir os prejuízos decorrentes de factores económicos externos e demais factores.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
85.	Implementação eficaz e estudo de promoção atempada de medidas que visam aliviar as pressões sobre a vida da população local	Implementar, com eficácia, as medidas de devolução do imposto profissional, e de redução e isenção fiscal, procedendo-se à restituição de 60% do imposto profissional cobrado em 2012, para aliviar os encargos do grupo social de rendimentos médios. Dar continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, entre outras, minimizando os efeitos da inflação, procurando, desta forma, garantir a estabilidade das condições de vida da população em geral.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
Melhoramento contínuo da qualidade de vida da população : Manutenção da estabilidade da oferta de produtos no mercado				
86.	Exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares	Incentivar e apoiar o sector na exploração de mais canais de abastecimento de produtos alimentares a Macau, por forma a alargar as fontes de abastecimento e facultar mais opções à população. Empenhar-se, ainda, em estreitar a comunicação e a ligação com o Ministério do Comércio do Estado, procurando explorar mais canais de abastecimento desses produtos através de identificação de novas origens adequadas para esse efeito. Organizar também delegações para efectuarem compras em zonas do Interior da China, adequadas para o abastecimento de produtos alimentares a Macau.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
87.	Garantia da quantidade de armazenamento, da oferta e da estabilidade dos preços de mercado dos artigos de primeira necessidade	Manter um estreito diálogo com o sector para assegurar uma oferta suficiente de cereais e dos produtos derivados e uma quantidade de armazenamento estável. Aprofundar os conhecimentos das lojas sobre os respectivos diplomas legais e combater acções ilegais de açambarcamento de produtos para fins lucrativos que criem perturbações no mercado, assegurando, assim, uma quantidade de armazenamento e abastecimento estável dos produtos da primeira necessidade, com repercussões reflectidas na estabilização dos preços dos respectivos produtos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
88.	Reforço no controlo da segurança dos produtos, com destaque para a segurança alimentar	Continuar a recolher periodicamente no mercado produtos para que sejam enviados às entidades competentes para efeitos de teste da sua qualidade. Tendo em conta os diversos tipos de informação provenientes do mercado, enviar, por iniciativa própria, funcionários a efectuar vistoria no mercado para verificar a situação de circulação no mercado destes produtos, tomando, de imediato, a medida de bloqueio no caso de verificação da circulação no mercado dos produtos com problemas, sendo exigida a recolha e destruição dos produtos não aprovados por parte das entidades fornecedoras. Continuar a reforçar a ligação com a Administração Geral de Qualidade, Supervisão, Inspecção e Quarentena do Interior da China, no sentido de informar a circulação no mercado local de produtos não aprovados, actualizando e reconhecendo gradualmente os critérios dos	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		produtos, através do apoio técnico prestado pelo pessoal das entidades de testes. Convidar peritos do Interior da China a deslocar-se a Macau para realizarem seminários sobre a segurança dos produtos, de forma a aumentar a consciência do sector quanto à segurança de produtos, a par de proporcionar cursos de formação específica para os inspectores, no intuito de elevar a sua capacidade na execução da lei. Continuar a realizar, nos termos do mecanismo já estabelecido, acções de inspecção ao conteúdo da rotulagem dos produtos alimentares pré-embalados, dando particular atenção aos casos de produtos fora do prazo e punindo os que violaram as normas reguladoras de rotulagem. Coadunar com os trabalhos desencadeados pelo Centro de Segurança Alimentar, tratando e dando resposta, em conjunto, aos eventuais problemas ligados à segurança alimentar ou graves incidentes desta natureza.		
89.	Reforço na monitorização do mercado	Continuar a desenvolver acções tendentes à valorização do papel de fiscalização mediante o acompanhamento da variação dos preços dos produtos alimentares à venda no mercado, com maior atenção prestada na verificação da existência ou não de anormalidades ou de aumentos irrazoáveis de preços praticados. Continuar a empenhar-se na consolidação do mecanismo interdepartamental da divulgação de informações sobre produtos alimentares; no desenvolvimento de acções de vistoria direccionadas aos	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		mercados e promoção das legislações relacionadas vigentes; na fiscalização dos preços de combustíveis, procurando tomar conhecimento sobre as evoluções da procura e oferta dos produtos combustíveis locais em tempos distintos, e respectivos preços; e no reforço da execução e fiscalização do cumprimento da lei da actividade publicitária no que diz respeito à proibição de toda a actividade supracitada relacionada com jogos de fortuna ou azar.		
90.	Protecção efectiva dos direitos e interesses dos consumidores, e criação de um mercado de consumo regulamentado, ordenado, seguro e credível	Aperfeiçoar os serviços prestados no domínio de defesa dos direitos e interesses dos consumidores e elevar a eficácia dos trabalhos de tratamento das reclamações apresentadas. Dar continuidade à optimização das leis e regulamentos de defesa dos direitos e interesses dos consumidores, procedendo-se, através da criação de um grupo de trabalho especializado, à revisão e alteração do actual regime legal sobre a defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Aprofundar o desenvolvimento de tarefas concernentes à investigação de preços dos produtos postos à venda no mercado local, através do aumento do número de tipos de produtos e locais de venda a retalho sujeitos à recolha de preços. Reforçar ainda o desenvolvimento das tarefas de investigação específica, elevando a frequência da disseminação de informações, e optimizando a plataforma de divulgação das informações relativas aos preços dos produtos. Elevar a eficácia administrativa e a taxa de utilização do Centro de	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Arbitragem de Conflitos de Consumo e atrair a adesão de mais empresas para serem "lojas aderentes", optimizando o sistema de supervisão e avaliação das "lojas certificadas", procurando criar, de forma progressiva, uma marca de renome a nível internacional a favor das "lojas certificadas" do território. Fortalecer os trabalhos de educação para a generalização dos conhecimentos sobre a defesa dos direitos e interesses do consumidor, para elevar a consciência dos cidadãos quanto a esta matéria.		
Continuidade no reforço da governação científica				
91.	Continuação do reforço da monitorização do sector do jogo	Continuar a proceder ao ajustamento e controlo da dimensão do desenvolvimento do sector de jogo cujas acções incluem, entre outras, o seguinte: aplicação rigorosa das normas legais sobre as comissões pagas aos promotores de jogo não superiores a 1,25% do montante total das apostas efectuadas; reforço da monitorização dos casinos; intensificação da fiscalização da situação quanto ao cumprimento do contrato por parte das operadoras do jogo, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos previstos nos contratos de concessão; prosseguimento dos trabalhos de consolidação e aperfeiçoamento da base de dados sobre os promotores de jogo e seus colaboradores, assegurando a eficiência dos procedimentos de registo dos respectivos profissionais; continuidade da realização	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		de auditoria prevista nos "Requisitos Mínimos de Controlo Interno (RMCI); aperfeiçoamento da administração das máquinas de jogo; fortalecimento dos laços estabelecidos com os departamentos reguladores do jogo e organizações da mesma natureza das outras regiões; promoção do jogo responsável no sentido de prevenir os problemas de jogo patológico e de jogo problemático.		
92.	Administração científica das finanças públicas	Continuar a melhorar o regime de administração financeira da RAEM, procedendo-se à mobilização do erário público de acordo com a lei e fiscalizando rigorosamente o seu uso. Aperfeiçoar o sistema fiscal vigente, com prioridade focada no reforço da cooperação internacional para prevenir a evasão fiscal, melhorando continuamente o respectivo sistema. Alargar a área abrangida pelo serviço das declarações fiscais por via electrónica e procedendo-se à integração dos dados dos contribuintes, a fim de elevar a eficácia da cobrança e da administração fiscais. Reforçar a gestão patrimonial, intensificando a fiscalização do sector contabilístico, gerindo e aplicando eficientemente os saldos orçamentais.	Já iniciado	Trabalho com continuidade
93.	Reforço da supervisão financeira	Gerir efectivamente a Reserva Financeira ao abrigo da lei. Acompanhar a implementação do regime de garantia de depósitos, de modo a estabelecer o "sistema de cálculo e atribuição de compensação". Implementar, por etapas,	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		o "Novo Acordo de Capital" determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB), criando e implementando, a título experimental, o sistema de avaliação CAMELS. Continuar a integração dos modelos dos mapas bancários, no sentido de permitir a sua compatibilização com o sistema analítico das inspecções "*off-site*". Reforçar os estudos em matéria de protecção aos consumidores financeiros e de implementação do plano de desenvolvimento profissional para os mediadores de seguros.		
94.	Prosseguimento dos trabalhos de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, nos termos da lei	Acompanhar a implementação das 40 novas recomendações do Financial Action Task Force (FATF); continuar a promover o avanço do processo de revisão das leis e regulamentos administrativos vigentes na área do combate ao branqueamento de capitais, bem como da legislação relativa ao congelamento de bens; acompanhar os mais recentes desenvolvimentos dos trabalhos efectuados pelas organizações internacionais, no domínio do combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (AML/CFT); continuar a reforçar a recolha e análise periódica das informações contidas nos Relatórios de Transacções Suspeitas, participando os casos de risco elevado ao Ministério Público e reforçando a comunicação e cooperação entre os serviços envolvidos.	Já iniciado	Trabalho com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
95.	Reforço dos trabalhos de produção estatística	Divulgar os resultados do "Inquérito aos Orçamentos dos Agregados Familiares 2012/2013", revendo o período base do índice de preços no consumidor e publicando o índice de preços no consumidor com novo período base de 2013/2014, bem como o Indicador da Conta Satélite do Turismo.	Já iniciado	Em 2014
		Lançar os Intercensos 2016 (inquérito-piloto), procedendo-se ao estudo sobre a aplicação da tecnologia informática, organização dos recursos humanos e procedimentos de recolha de informação e seu tratamento. Intensificar os trabalhos de divulgação e promoção estatísticas.	Já iniciado	Em 2015
96.	Revisão, alteração ou elaboração, em tempo oportuno, dos diplomas e regulamentos legais da área da economia e finanças	Área económica e comercial: Elaborar a "Lei para execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção" (CITES).	Já iniciado	Trabalho com continuidade
		Área de apoio às PMEs: Rever a "Lei de autorização para a contracção de dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau".		
		Área das finanças públicas: Prosseguir os trabalhos de alteração da Lei de Enquadramento Orçamental, procedendo-se à elaboração da respectiva proposta de alteração; efectuar uma revisão integral da legislação em vigor sobre fiscalidade e estudos sobre a alteração ou não das normas respeitantes à isenção de imposto sobre veículos de turismo previstas		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		no "Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados"; elaborar as "Normas de Desempenho Profissional dos Contabilistas" e rever as "Normas de Contabilidade".		
		Área das actividades financeiras: Elaborar o regime jurídico da intermediação financeira; efectuar estudo sobre a revisão do diploma legal das bases gerais da emissão monetária; proceder-se à alteração do quadro legal da actividade seguradora e aperfeiçoar o regime jurídico do exercício da actividade de mediação de seguros.		
		Área sobre o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo: Proceder-se à revisão da Lei sobre a "Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais" e do diploma legal sobre as "Medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo", por forma a cumprir os mais recentes requisitos internacionais na área AML/CFT do FATF.		
		Área do trabalho: Acompanhar a produção legislativa sobre a fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem funções de segurança e limpeza no sector de administração de propriedades, bem como sobre o aumento do limite máximo da remuneração de base mensal em caso de indemnização rescisória sem justa causa, previsto na "Lei das Relações de Trabalho"; rever o "Regime Jurídico da		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Reparação por Danos provocados por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais; continuar o acompanhamento da produção legislativa da proposta de lei sobre a "Garantia de Créditos Emergentes das Relações de Trabalho", do projecto de regulamento administrativo sobre o "Fundo de Garantia de Créditos Laborais" e da proposta de lei sobre o "Regime do Cartão de Segurança Ocupacional na Construção Civil"; continuar a discussão e elaboração da proposta de lei do "Regime do Trabalho a Tempo Parcial"; acompanhar o trabalho sobre a revisão geral e a alteração dos actuais diplomas sobre o regime de formação profissional e também da alteração ou elaboração de minutas sobre diplomas ou regulamentos legais do domínio da segurança e saúde ocupacional; prosseguir as acções de acompanhamento da revisão e alteração da "Lei das Relações de Trabalho" e da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes"; continuar a participar em grupos interdepartamentais no sentido de analisar detalhadamente o projecto sobre o regime de gestão de empreitadas de obras na construção civil.		

Calendário dos trabalhos principais a desenvolver na área de segurança para o ano 2014

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Serviços de Polícia Unitários				
1.	Gestão dos recursos humanos e planos	Apoio técnico e administrativo.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Gestão de recursos financeiros.		
		Gestão de recursos materiais e bens.		
		Gestão de recursos humanos.		
		Apoio de informações e tecnologia de comunicação.		
2.	Modernização e desenvolvimento dos organismos	Modernização administrativa: Rever e optimizar o sistema de gestão interna, informatizando o trabalho de administração, regulando e publicando os documentos electrónicos, regularizando o documento destinado ao uso interno, elaborando e divulgando as regras específicas.	Ano inteiro	Ano inteiro
		As actividades de planeamento e controle: Elaborar/publicar o plano de acção anual, o relatório do plano de acção anual, bem como relatórios de informações, de operações, e de técnica; analisar a técnica e a teoria actuais.		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Formação e treinamento policiais: abordar as necessidades de formação profissional; elaborar/publicar o plano de formação interna e externa; organizar cursos de análise de informações (Hong Kong), de combate ao branqueamento de capitais, de investigação criminal (Hong Kong e China), de gestão de crises, de anti-terrorismo (Hong Kong e China) e de treino policial (Cantão/China).		
3.	Planeamento e coordenação dos trabalhos de informações e de segurança	Processamento de informações: Processar as informações policias políticas e operacionais, bem como as estratégicas, elaborar o estudo/relatório de situação de informações, estabelecer e manter o sistema de informações.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Investigação criminal: actividades no ambito técnico operacionais (Jogo, etc.), gerir o sistema de integração de informações, coordenar e cooperar com o órgão judicial, elaborar o estudo/relatório sobre o crime e infracções.		
		Medidas sobre a seguranças: definir e classificar os documentos e os equipamentos, coordenar operações contra informações, elaborar directivas e propostas, definir regras de execução permanente.		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Intercâmbio de informações e cooperação: Manter a comunicação com as autoridades e órgão judiciais, com o Interpol, e a cooperação inter-departamental com os serviços públicos, ligar com os órgãos policiais por cada duas semanas, com a companhia de segurança privada, elaborar relatório de informações, organizar e participar em encontro periódico.		
		Participação no grupo de trabalho e comissão especializada: reuniões especializadas, elaborar parecer e estudo, coordenar o encontro periódico inter-regional, continuar a implementar o plano de vigilância electrónica.		
4.	Planeamento das operações e a sua coordenação	Controle de planos de emergência, contingência e de operações:	Ano inteiro	Ano inteiro
		Controle e coordenação de operações policiais:		
		Realização de exercícios e inspecção: estudar e organizar exercícios sectoriais/conjuntas, participar nos exercícios locais/regionais e internacionais, controlar e avaliar os órgãos policiais(PJ e CPSP).		
		Trabalhos de apoios nos eventos e festivais.	Durante os eventos e festivais	Durante os eventos e festivais

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Segurança do pessoal, documentos e instalações: no que respeita à execução das regras de sigilo, classificação e reconhecimento do pessoal, documentos e recursos materiais, guardar os documentos, protecção e segurança das instalações importantes, elaborar e publicar as regras especiais.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Planeamento e coordenação de segurança: planeamento de segurança em geral, planear as matérias anti-terroristas e semelhantes, planeamento de segurança de actividades de grande envergadura e segurança rodoviária.		
5.	Informação e comunicação	Desenvolvimento e programação de informática: optimizar e elevar o sistema de comunicação e de rede interna dos SPU, desenvolver e actualizar o sistema de comunicação e "*software*" para o centro de análise de informações e o centro de planeamento operacional, efectuar a manutenção e a actualização da rede dos SPU, integrar os bases de dados criminais das FSM e da PJ no sistema de integração de informações, efectuar a manutenção da rede virtual privada da linha própria do *E-mail* criptografado e a ligação da rede própria dos SPU	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Apoio técnico: salvaguardar a rede, o sistema e os equipamentos, fornecer apoio técnico, avaliar e actualizar os equipamentos informáticos, participar no plano de videovigilância (CCTV).		
6.	Publicação e relações	Etiqueta diplomática e comunicação social: elaborar e coordenar a etiqueta diplomática dos SPU, ligação com o exterior, elaborar e plublicar as notas de imprensa, definir as regras para a ligação com os meios de comunicação social.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Divulgação de documento de informações: criar, melhorar e manter a imagem dos SPU, divulgar panfletos temáticos e técnico.		
		Informação interna e externa: apoiar e coordenar a organização de reuniões, elaborar e apresentar o relatório em sumário, analisar as notícias, divulgar o sumário das notícias, publicar revista anual sobre o relatório das actividades dos SPU, actividade de sensibilização junto à população.		
		Visita e encontro a nível académica e cultural, planear e coordenar as actividades de visita, seminários, palestras, reuniões periódicas, etc..		

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
7.	Cooperação e relação com o exterior	Intercâmbio e coordenação com os organismos congéneres: Hong Kong, Portugal, Estados Unidos da América, Inglaterra e Singapura; interpol.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Participar nas reuniões, fórum, seminários, palestras, comissões e nos grupos de trabalho: planear actividade regional, do interior e internacional, apoiar o grupo de trabalho transterritorial do Gabinete de Informação Financeira (âmbito do branqueamento de capitais), Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfego de Pessoas, planear a organização dos seminários, etc..		
8.	Outras actividades	Continuar a coordenação e o planeamento das instalações do sistema de videovigilância em espaços públicos.	Ano inteiro	Ano inteiro
Serviços de Alfândega				
9.	Uso comum do documento de declaração alfandegária entre os Serviços Alfandegários de dois lugares	Abordar os pormenores da execução com os Serviços Alfandegária de Guangdong, iniciar a título experimental na Zona Fronteiriça Indústrial Zhuhai – Macau.	1.º metade do ano	2.º metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
10.	Combate ao contrabando pelos veículos com matrículas da China e de Macau	Desenvolver os *"hardware e software"*do sistema de avaliação de risco, analisar de forma integrada os veículos de alto risco.	1.º metade do ano	2.º metade do ano
11.	Combate ao tráfico de droga transfronteiriço	Manter a troca de informações e cooperação de investigação com os serviços policiais e alfandegários de Macau e das regiões vizinhas.	Ano inteiro	Ano inteiro
12.	Combate à violação/ infracção de direitos de propriedade intelectual	Desenvolver o sistema electrónica de investigação de documentos falsos, e intensificar a cooperação e o intercâmbio a nível técnico com os serviços alfandegários das regiões vizinhas.	Ano inteiro	Ano inteiro
13.	Sistema de declaração migratória dos numerários e demais títulos financeiros negociáveis	Estudar e elaborar projecto de lei com os respectivos serviços, acrescentar as vias alfandegárias vermelhas e verdes e promover uma série de actividade de sensibilização e de trabalho de concretização.	1.º metade do ano	2.º metade do ano
14.	Intensificar a manutenção de segurança e a tranquilidade na zona aquática do Ponte Zhuhai-HongKong- Macau e da fase de aterros (Zona A)	Coordenar a força policial com a equipa transfronteiriça dos Serviços de Segurança de Zhuhai e intensificar os navios de patrulha e o patrulhamento pelos agentes alfandegários nas costas aquáticas.	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
15.	Desenvolver o sistema de gestão múltipla e de investigação, bem como efectuar a manutenção, a actualização e a optimização do sistema actual	Efectuar o procedimento de aquisição após um estudo e análise e se haver plano de execução anual.	Ano inteiro	Ano inteiro
16.	Recrutamento, promoção e formação profissional	Após elaborar o plano, efectuar o respectivo procedimento de abertura de concurso, e desenvolver as actividades de formações em coordenação com os respectivos serviços.	Ano inteiro	Ano inteiro
17.	Reconstrução do posto de patrulha alfandegária das Ilhas, recepção das instalações alfandegárias do novo terminal marítimo de Pac-On e das reinstalações alfandegárias em conciliação das obras de remodelação do terminal marítimo do Porto Exterior	Estudar e coordenar o andamento das obras e o procedimento de recepção com os respectivos serviços.	Ano inteiro	Ano inteiro
18.	Concluir a substituição das novas embarcações dos SA e renovação continua dos seus veículos	Acompanhar e fiscalizar a eficácia do funcionamento de patrulha das novas embarcações, iniciar o estudo sobre a potência de reserva das embarcações.	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Corpo de Polícia de Segurança Pública				
19.	Acção policial e segurança	Garantir a ordem pública e a tranquilidade da sociedade; prevenir, investigar e combater a criminalidade; proteger os bens públicos e particulares.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Impedir a entrada clandestina; manter os serviços migratórios; responsabilizar pela saída e entrada, permanência e fixação de residência do território, tratar os documentos emitidos pelo CPSP.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Fiscalizar os veículos e peões, escoar o trânsito.	Ano inteiro	Ano inteiro
20.	Promoção do pessoal e acções formativas	Treino anual de Atiro.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Competições desportivas internas.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Exame físico anual.	Março, Setembro	Dezembro
		Curso de Aperfeiçoamento para os agentes policiais.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso de Formação para os formadores.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso de Código penal e de Código do Processo Penal.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Curso técnico para recolha de provas no local de sinistro.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso de identificação de falso documento e do carimbo migratório falsificado.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso da técnica de atendimento ao público.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso da técnica de atendimento às tefefonemas.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Curso de mandarim, de português e de inglês.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Coordenação de jogos desportivos tripartidos das polícias de Província Guangdong, de Hong Kong e de Macau.	2.º metade do ano	2.º metade do ano
		Organizar 13.º. , 14.º e 15.º Cursos de Intervenção policial para choque.	Ano inteiro	Ano inteiro
21.	Sensibilização e trabalho do policiamento comunitário	Participar na organização a actividade"Novo ambiente no bairro comunitário".	Antes do ano novo lunar	Antes do ano novo lunar
		Jantar de Primavera para os jornalistas.	Antes do ano novo lunar	Antes do ano novo lunar

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Uma série de actividades de Cerimónia comemorativa do 323.º aniversário do CPSP.	Março	Março
		Participar na organização a actividade "Segurança Rodoviária".	2.º metade do ano	2.º metade do ano
		"Carnaval de canídeo policial".	2.º metade do ano	2.º metade do ano
		"Apresentação da Banda da PSP nas escolas", "Apresentação da Banda da PSP ao ar livre" e Palestra sobre a "Prevenção da Delinquência Juvenil".	Ano inteiro	Ano inteiro
		Palestra sobre a delinquência juvenil.	Ano lectivo inteiro	Ano lectivo inteiro
		Palestra sobre a prevenção de burla aos idosos.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Palestra sobre a segurança residencial.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Distribuição ao ar livre dos materiais de sensibilização.	Não periódico	Ano inteiro
		Visita e encontro com as organizações cívicas.		
22.	Operações policiais de grande envergadura	A desenvolver segundo o trabalho policial em concreto.	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
23.	Infra-estruturas e equipamentos	Planear em construir um lugar de treino complexo, propor a ser construído junto do depósito do metro ligeiro de COTAI(futuro centro de detenção de veículos), terrenos de uso não residencial, lugar este pode fornecer um uso em conjunto dos respectivos serviços das FSM.	A coordenar	Trabalho contínuo
		Edifício policial e Escola de Polícia de Coloane já foi autorizada a nova construção, e entregado à DSOPT mediante a DSFSM os dados do novo projecto relativo à revisão de função do referido edifício para ser estudado e acompanhado.	A coordenar	Trabalho contínuo
		Sobre a reconstrução do edifíco do comissariado policial das Ilhas situado na Rua de Tai Lin de Taipa, já foi aceitado o projecto do edifício com uma altura de 18 pisos, e já entregou à DSOPT mediante a DSFSM os dados do novo projecto relativo à revisão de função do referido edifício para ser estudado e acompanhado.	A coordenar	Trabalho contínuo
		O novo edifício de UTIP vai ser construído na zona E1 dos novos aterros de NAPE, esta corporação já enviou à DSOPT mediante o GSS os dados relativos à área de concepção do edifício e ao número de utilizadores para ser acompanhado.	A coordenar	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
24.	Medidas para facilitar os cidadãos	Fornecer um serviço de marcação online aos trabalhadores não residentes para o pedido de autorização de residência e da sua renovação, o pedido de tipo especializado e doméstico. O requerente pode efectuar uma marcação online sobre a hora do tratamento, no sentido de evitar o tempo de espera no local de tratamento.	Em curso	Início do ano 2014
		Criar um sistema para consulta do andamento do pedido de autorização de residência, fornecendo aos requerentes mais vias para tomar conhecimento do seu pedido e das demais informações.	Em curso	Início do ano 2014
25.	Sistema informático interno	Sistema de base de dados sobre impressos digitais electrónicos, a Divisão de Informática da DSFSM encontra-se em plano de criar um base de dados de impressos electrónicos para as respectivas entidades do CPSP que se incluem a este Departamento e o Departamento de Informações.	2.º semestre do ano 2013	Início do ano 2014
		Sistema de impressos digitais electrónicos(recolha de impressos digitais a seres vivos), a fim de conciliar o serviço governamental electrónico e de aperfeiçoar em sucessivo o base de dados de impressos digitais electrónicos, o Serviço de Migração irá efectuar a recolha de impressos digitais electrónicos (dez dedos) aos indivíduos em tratamento de trabalhador não residente, bem como das suas famílias, de título de residência especial, de fixação de residência, do excesso de permanência, de entrada ilegal e de infracção penal.	2.º semestre do ano 2013	Início do ano 2014

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Polícia Judiciária				
26.	Prevenir e combater o crime grave	Incrementar o pessoal para patrulha nas diversas zonas nos períodos antes e depois do ano novo lunar, especialmente nos lugares/estabelecimentos com maior concentração de pessoas, reforçar a prevenção e a repressão dos diversos crimes durante os períodos do ano novo lunar.	1.ª parte do mês de Janeiro	1.ª parte do mês de Fevereiro
		Prevenir e combater o crime de tráfico de pessoas e de exploração sexual, reforçar a patrulha nas habitações privadas a título de massagem, e combater a prostituição nos hotéis de grande envergadura, mantindo ligação íntima com os respectivos serviços.	Fevereiro	Junho
		Incrementar mais agentes de patrulha nas diferentes zonas durante os feriados importantes ou antes e depois das actividades de grande envergadura, a semana de "ouro" do Interior e as férias de Verão, efectuar patrulhamento nos cyber-bares, karaokes, saunas, clubes nocturnos, etc. e nos lugares/estabelecimentos com maior concentração de pessoas, reforçar a prevenção e a repressão dos diversos tipos de crimes.	Não periódica	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Manter o mecanismo de comunicação com as escolas de Macau, intervir de imediato nas questões em causa, impedindo a infiltração das seitas nas escolas.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Face às numerosas actividades de celebração organizadas no período antes e depois do dia comemorativo do retorno de Macau à Pátria, conforme as experências da execução, existe frequentemente reuniões/manifestações organizadas pelas organizações cívicas ou determinadas individualidades nesse período, assim, conforme a análise das informações, efectue um planeamento e elabore medidas para enfrentar os diferentes riscos, concentrando a força policial para garantir a ordem da sociedade e a segurança da população naquele período de tempo.	Dezembro	Dezembro
		No que respeita ao crime de fogo posto, ao mesmo tempo em face do aumento do crime de fogo posto praticado pelos jovens registado nos recentes anos, irá intensificar a ligação com as companhias de gestão mediante o policiamento comunitário, elevando a consciência da prevenção do crime por parte da população, e conciliando com os demais serviços em recolherem as respectivas informações e dados no sentido de prevenir o crime de fogo posto praticado pelos jovens.	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Efectuar fiscalização relampago em grupos contra criminalidade nos diferentes lugares durante os feriados de festivais ou actividades de grande envergadura, bem como operações de combate à criminalidade de grande envergadura.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Operações conjunta com a DSTE para combater os trabalhadores ilegais nos casinos.	Não periódica	Trabalho contínuo
27.	Prevenir e combater o crime económico	Em relação à fraude na rua, reforçar a operação de patrulha.	Janeiro	Trabalho contínuo
		Face ao crime de fraude, organizando em conjunto com as organizações cívicas os seminários de prevenção do crime.	Janeiro	Antes do ano novo lunar
		No que respeita ao crime de fraude transfronteiriço, intensificar as trocas de informações com a Polícia do Interior e de Hong Kong, coordenando na investigação do crime.	Janeiro	Trabalho contínuo
		Relativamente ao penhor de objectos falsos e à fraude como produto falsificado, apelar a consciência de prevenção do sector de penhor e de jóia, bem como da sua profissionalidade na verificação.	Janeiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Em relação ao crime de falso ou abuso do cartão de crédito, reforçar o contacto com organismo e sector bancário de cartão Visa e Master.	Véspera dos feriados prolongados	Trabalho contínuo
		Em relação ao crime de documento falsificado, comunicar com os responsáveis das empresas e casinos no sentido de elevar a consciência do pessoal em serviço no reforço da prevenção de documento falsificado.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Para casamentos fictícios e pedido da quota de trabalhador não residente com informações falsas, contactar activamente com os serviços responsáveis pela autorização para tomar conhecimento de anomalia de pedidos.	Segundo o trimestre	Trabalho contínuo
28.	Crime na Internet	Reforçar a fiscalização na internet, combater as actividades de burla efectuadas na internet.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
29.	Prevenir e combater o crime de branqueamento de capitais	- Inspeccionar os bancos escondidos - *apoior o trabalho de inspecção periódica da Autoridade Monetária de Macau*	- Não periódica -Na altura de recepção do pedido	- Trabalho contínuo -Não fixo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		- fornecer ao Gabinete de Informação Financeira os dados estatísticos relativos à recepção de caso - incrementar o mecanismo de comunicação com os SA - reforçar a comunicação com o sector financeiro e os devidos serviços - acompanhar o trabalho de revisão sobre a legislação do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo - projecto de lei sobre o congelamento de recursos criminais	- Ano inteiro - Ano inteiro - Ano inteiro - Ano inteiro - Ano inteiro	- Trabalho contínuo - Trabalho contínuo - Trabalho contínuo - Trabalho contínuo - Trabalho contínuo
		- avaliação do risco relativa ao crime de branqueamento de capitais em Macau - efectuar a estatística dos dados de avaliação da reunião anual das organizações contra o branqueamento de capitais Ásia Pacífica	- Ano inteiro - mensal	- Trabalho contínuo - Trabalho contínuo
		- participar nos cursos de formação ou seminários locais e no exterior - participar no curso de investigação financeira organizado pelo secção de investigação de drogas de Polícia de Hong Kong	- Ano inteiro -cerca do mês de Novembro	- Trabalho contínuo -cerca do mês de Novembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		- participar na reunião anual da organização contra branqueamento de capitais da Ásia Pacífica(APG) - participar no seminário da organização contra branqueamento de capitais da Ásia Pacífica(APG)	- cerca do mês de Julho - cerca do mês de Dezembro	- cerca do mês de Julho - cerca do mês de Dezembro
30.	Prevenir e combater o crime de droga	Intensificar o patrulhamento nos períodos de feriados de eventos importantes ou na véspera e no perídodo de efectuar actividade de grande envergadura.	Não periódica	Trabalho contínuo
		Intensificar a actividade de sensibilização sobre a prevenção do crime de droga.	Não periódica	Trabalho contínuo
31.	Policiamento comunitário	Reforçar a sensibilização comunitária, prevenir a burla, o roubo nos estabelecimentos, o assalto, o crime informático, o crime de drogas, etc..	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aprofundar a educação civica, sensibilizar e dando informações junto dos estudantes sobre a recusa da droga, o crime informático, a artimanha na procura de emprego e a prevenção de burla, bem como os demais tipos de crimes frequentes nas escolas.	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Intercâmbio e encontro periódico com as organizações e organismos cívicos e recolhendo as opiniões e as informações da criminalidade.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Patrulha nos edifícios de habitações e comerciais, prevenindo e combatendo a criminalidade.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Patrulha especial nos edifícios de habitações e comerciais, no sentido de avaliar as medidas de segurança.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Estudo dos métodos da prática de crimes, prevenindo e combatendo a criminalidade.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Elaborar em cada trimestre o relatório de análise sobre os casos de furtos nos edifícios de habitações, publicando à sociedade as características desse crime e as estratégicas para a sua prevenção.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Sensibilização para a prevenção de crime nos feriados de eventos importantes e nos períodos de pico de fluxo de passageiros.	Não periódica	Trabalho contínuo
		sensibilização para a prevenção criminal na época de Inverno.	Dezembro	Janeiro do ano 2015
		Publicar a revista mensal "A Mensagem da PJ", a revista trimestral "Investigação Criminal e Sistema Jurídico" e o relatório anual dos trabalhos efectuados.	Periódica	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
32.	Técnica criminalística	Estabelecer base de dados de amostra para confirmação de documentos.	1.º metade do ano	2.º metade do ano
		Base de dados sobre vestígios de balas criminais.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Base de dados sobre vestígios de armas de fogo de uso policial.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Trabalho para uma gestão informático.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Trabalho para confirmação interna.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
33.	Informações criminais	Reforçar a recolha de informações sobre crime, defesa de segurança nacional e regional.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Fortalecer a troca de informações e mecanismo mútuo com os departamentos de informações estrangeiros.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aproveitar a plataforma de informações no internet, e a coordenação com os demais serviços técnicos e de investigação criminal desta directoria, reforçando a análise do crime e a avaliação da segurança.	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Actualizar o actual sistema de análise de informações criminais e equipamentos, elaborando os programas informáricos e aumentando o sistema informático.	Em andamento	Final do ano 2014
		Avaliar os pontos de maior ocorrência de crimes mediante os dados da criminalidade, analizar métodos viáveis para serem aplicados na prevenção e no combate à criminalidade.	Em andamento	Final do ano 2014
34.	Intercâmbio policial	Assistir às diversas reuniões anuais e de trabalhos a realizar pela Interpol.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Destacar pessoal para assistir às reuniões regionais e internacionais, às diversas acções formativas, no sentido de aprender a técnica de investigação criminal avançada, tomando conhecimento sobre a mais recente tendência de criminalidade dos diferentes lugares.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Planear a deslocação dos representantes policiais do Interior da China, dos demais Países/Territórios a Macau para efectuarem o intercâmbio ou o apoio na investigação de crime.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Continuar a assistir na operação SOGA, combater as apostas ilegais durante o peíodo de Futebol Mundial 2014.	2.º trimestre	Julho

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
35.	Prevenir a delinquência juvenil	Reforçar os trabalhos de sensibilização sobre a prevenção da deliquência juvenil, deslocar aos lugares em que os jovens costumam concentrar para divulgar mensagens de prevenção de crime e recolher as respectivas informações criminais.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aprofundar o plano da rede de segurança escolar, deslocar periodicamente às escolas para divulgar as mensagens de prevenção do crime e recolher as informações criminais junto das escolas e dos arredores.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Pesquisa e discussão sobre o problema dos crimes juvenis, analisar a causa da delinquência juvenil.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Acompanhar a situação do projecto "Jovem Pioneiro Anti-crime", introduzindo aos estudantes participados a consciência da prevenção do crime e do cumprimento das leis e dando a eles conhecimento mais aprofundado sobre os trabalhos desta directoria.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
36.	Sistema e equipamento de informática, telecomunicação e de *informática forense*	Actualizar os equipamentos, expandir a capacidade.	Abril	Dezembro
		Aperfeiçoar o sistema de rádio de comunicação.	Março	Outubro
		Colocação de rede de fibra óptica.	Junho	Novembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Actualizar o sistema de CCTV.	Março	Outubro
		Tornar intelegente o sistema de denúncia 993.	Março	Setembro
37.	Recrutamento e formação do pessoal	Trabalho de selecção ao 18.º curso de formação para os estagiários de investigação criminal.	Agosto do ano 2013	Agosto do ano 2014
		Provas para promoção do pessoal de carreira especial.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Abertura de concurso de promoção para pessoal desta directoria.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Estágio e provas para os estagiários de 16.º curso de investigação criminal.	Em curso	2014年4月
		O 17.º curso de formação para os estagiários de investigação criminal, estágio e provas.	Outubro de 2013	2015
		O 18.º curso de formação para os estagiários de investigação criminal, estágio e provas.	Outubro de 2014	2016
		Curso profissional para os investigadores criminal a promover.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Destacar pessoal ao Interior da China e demais territórios para formação.	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Convidar as especialistas de Macau, Hong Kong e Interior da China para organizar cursos e seminários.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Convidar individualidades dos demais sectores para organizar palestras e seminários temáticos.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Efectuar formações física e de tiro periódicamente.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Organizar curso de formação linguística.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Apoiar os demais serviços em organizar curso de formação e seminários.	Ano inteiro	Trabalho contínuo
38.	Aperfeiçoar o sistema de gestão do pessoal	- Criação e compilação de base de dados sobre os cursos de formação frequentados pelo pessoal - Enriquecer o base de dados do sistema de gestão do pessoal - Aperfeiçoar o referido sistema para conciliar as necessidades dos diversos procedimentos administrativos electrónicos	Janeiro	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Corpo de Bombeiros				
39.	Trabalho de estudo preliminar em conciliação com o ponte Hong Kong-Zuhai-Macau	O ponte Hong Kong-Zuhai-Macau encontra-se em obra de construção, devido a que o funcionamento do referido ponte se envolve a cooperação dos governos de 3 lugares, Hong Kong, Zhuhai e Macau, assim esta corporação irá conciliar activamente com o planeamento do serviço competente, fornecendo pareceres no âmbito de serviço de incêndio, no sentido de efectuar uma preparação antes do futuro funcionamento do referido ponte de 3 lugares.	1.º trimestre	4.º trimestre
40.	Segurança contra incêndio face aos patrimónios mundiais, apoiando o Instituto Cultural em promover a consciência de conservação	O CB prepare em convidar no próximo ano a entidade de serviço de incêndio de Tibete e o Instituto Cultural da RAEM para um seminário, integrando as respectivas experiências e métodos em apoiar o Instituto Cultural na elaboração da medida de gestão de segurança contra incêndio aos edifícios antigos do território de Macau, bem como a sua promoção, no sentido de aperfeiçoar o estado de segurança contra incêndiodos edifícios antigos existentes em Macau. Iremos continuar periodicamente em conjunto com o Instituto Cultural de efectuar trabalhos de sensibilização contra incêndio aos pontos históricos de património mundial e aos edifícios antigos, promovendo aos respectivos agentes o conhecimento de gestão sobre a segurança contra incêndio, efectuando em vários vertentes o trabalho contra incêndio nas construções classificadas por património mundial.	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
41.	Medidas de contingência para a obra das Ilhas	Face às diversas obras em curso na Taipa e no Coloane, como do Metro Ligeiro e de habitação pública, etc.. Conforme o andamento das obras, a habitação pública de Seak Pai Van e o campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha vão muito em breve concluir e entrar em funcionamento, assim emcontra-se previsto que o trânsito rodoviário das Ilhas vai ser mais pesado, O CB irá fiscalizar em contínuo a situação, ajustando o planeamento das suas operações.		
		No que respeita ao planeamento das operações, na situação de congestionamento de tráfego, o CB adopta pelo motociclo de combate ao incêndio e de salvamento como força inicial, acelerando a velocidade da resposta e efectuando o tratamento de imediato no local de sinistro. Por outro lado, devido a que o centro de emergência médica e o posto operacional de Coloane ainda não foi construído, assim, a fim de responder as necessidades dos residentes da habitação pública de Seak Pai Van, e de elevar a eficiência de salvamento na altura de incêndio, vai continuar o destacamento de viatura de auto-escada até ao Centro de lavagem de Coloane.	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
42.	Manobra sobre o combate ao incêndio ou contra emergência	Exercícios para salvamento e evacuação no tabuleiro inferior da Ponte Sai Van, nos tanques de combustíveis do aeroporto, de Ka-O, na central térmica de Coloane, articular-se com exercícios a realizar por outros serviços, por exemplo, exercício perante a chuva intensa, protecção civil.	1.º trimestre	4.º trimestre
43.	Trabalho de segurança	Destacar o pessoal para apoiar a inspecção de hotel ilegal, despejo de terrenos, e assegurar o trabalho de segurança nos eventos relevantes.	1.º trimestre	4.º trimestre
44.	Trabalho de recepção da Universidade de Macau em Hengqin	Em conciliação com o planeamento dos serviços competentes, acompanhar os trabalhos de recepção da Universidade de Macau em Hengqin.	1.º trimestre	4.º trimestre
45.	Acompanhar e avaliar a situação de doenças infecciosas	Realizar em tempo oportuno reuniões com serviços de saúde, fazendo avaliação mensalmente.	1.º trimestre	4.º trimestre
46.	Articulação e acompanhamento de obras de construção de metro ligeiro	Emitir parecer em articulação com a política de transporte público do Governo e efectuar trabalhos preparativos para salvameto durante o período de obras.	1.º trimestre	4.º trimestre
47.	Seminário profissional sobre os serviços de bombeiro	Realizar em Macau seminário/palestra profissional sobre os serviços de bombeiro.	1.º trimestre	2.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
48.	Sensibilização de prevenção do fogo	Mediante seminários e a distribuição de panfletos de prevenção do fogo para aumentar a consciência dos cidadãos na prevenção do fogo, fortalecer em contínuo a educação de prevenção de incêndios junto da população, escolas e associações, a fim de elevar a consciência pública de segurança contra incêndio.	1.º trimestre	4.º trimestre
49.	Infra-estruturas	Acompanhar as obras de *novo Centro de salvamento e Posto Operacional de Coloane e as obras de melhoria do Posto Operacional do Lago Sai Van.*	1.º trimestre	4.º trimestre
50.	Melhoria de equipamentos de serviços de bombeiros	Avaliar em contínuo os benefícios e os defeitos dos equipamentos de salvamento existentes, procurando equipamentos avançados do mundo no sentido de conciliar com os trabalhos do CB.	1.º trimestre	4.º trimestre
51.	Política sobre comunicação social	Aperfeiçoar o regime do porta-voz da comunicação social, fortalecer as relações públicas e uma boa comunicação entre o coordenador e os média.	1.º trimestre	4.º trimestre
52.	Formação de tripulantes de ambulância	reforçar a equipa profissional no curso de formação de ambulância, optimizando a tecnologia de cuidados de emergência pré-hospitalar.	1.º trimestre	4.º trimestre
53.	Formação interna	Continuar em efectuar curso de formação interna *de combate ao incêndio real/salvamento, de operações de busca em gaiola de fogo.*	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
54.	Formação no exterior	Destacar o pessoal para fazer intercâmbio no exterior no sentido de aprender novos conhecimentos sobre serviços de bombeiros.	1.º trimestre	4.º trimestre
Escola Superior das Forças de Segurança de Macau				
55.	Ensino superior	31 estagiários do 12.º Curso de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros.	Setembro de 2013	Março de 2014
		13.º Curso de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros e 14.º Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros.	Segundo o horário do ano lectivo 2013/2014	
56.	Curso de promoção (fase conjunta)	Curso de Promoção para a categoria de Chefe e de Chefe de Bombeiros.	Março	Junho
		Curso de Promoção para a categoria de Subchefe/ Subchefe de Bombeiros.	Julho	Agosto
		Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/ bombeiro principal.	Novembro	Dezembro
57.	Curso de Formação de Instruendos (fase de instrução)	20.º Curso de Formação de Instruendos.	Maio	Julho
		21.º Curso de Formação de Instruendos.	A determinar	A determinar

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
58.	Curso de Conhecimentos e Técnicas	Os cursos que serão organizados segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: cursos de formação para condutores, de Mandarim, de aplicação de software destinado ao escritório, de técnica na recolha de provas no local de sinistro, de diferentes níveis de inglês para CPSP, de elaboração de nota de imprensa, de nota de resposta e de discurso, de técnica de atendimento ao público e à chamada telefónica, de língua portuguesa, de gestão de EQ, de Código Penal e Código de Processo Penal, de instrução de processo disciplinar, de avançamento de serviço de qualidade, de técnica de comunicação com os meio de comunicação social, de procedimento administrativo.	(trabalho contínuo) Janeiro	(trabalho contínuo) Dezembro
59.	Colaboração dos organismos exteriores na formação	A disciplina de"balística"do 13.º Curso de Formação de Oficiais vai ser dada pelas especialistas que vêm do Interior da China.	Entre Janeiro a Junho Segundo o horário do curso	
		Curso de uso de força destinado aos formadores(deslocar à escola de polícia de Hong Kong).	Maio e Agosto	
		Curso de actualização de uso de força destinado aos formadores(deslocar à escola de polícia de Hong Kong).	Janeiro	Janeiro
		Curso de investigação criminal e examinação local(deslocar à escola de oficiais de Cantão).	Maio	Maio

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Curso de aperfeiçoamento para oficiais do CB(deslocar à escola de polícia armada da RPC).	Junho	Junho
		Curso de protecção a altas entidades(deslocar à escola de polícia armada da RPC).	Setembro	Setembro
		Curso de Formação dos Oficiais Superiores das FSM e dos serviços de segurança (a ser dada no Interior da China).	Maio ou Outubro	Maio ou Outubro
		Formação profissional a curto prazo em Hong Kong para os alunos dos Cursos de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros.	Julho	Julho
		Curso de formação de oficiais de Macau (Universidade de Segurança Pública de Pequim).	Setembro	Setembro
		Curso de Formação de Agentes Policiais do CPSP (a frequenter na escola de oficiais de segurança de Guangdong).	Setembro	Setembro
		Curso de aprendizagem complexo(a formar na Universidade de Segurança Pública de Pequim e visitar o Serviço de Gestão Migratório do Serviço de Segurança Pública da Província de Zhejiang).	Setembro	Setembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
60.	Seminário/palestra	Os seminários/palestras que serão organizadas segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: Palestras de gestão emocional, de relação pessoal, de auditoria, de alívio de stress psicológica, de direitos humanos, de integridade, de Lei Básica e de lei de segurança nacional, de transfusão de sangue, de saúde, de assuntos policiais.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
61.	Intercâmbio e visita de estudo no exterior	Destacar pessoal às diferentes províncias/cidades do Interior da China e Hong Kong para efectuar os seguintes intercâmbios de diversos níveis: visita do pessoal da direcção da ESFSM, encontro de trabalho policial entre Hong Kong e Macau, intercâmbio entre oficiais femininas, visita profissional e intercâmbio académico, participação nas ceremónias convidadas, etc..	(Trabalho contínuo) Janeiro	(Trabalho contínuo) Dezembro
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau				
62.	Aperfeiçoar e elevar a capacidade do sistema de rádio	Actualizar os equipamentos do sistema relativa do centro de controlo, os diversos canais das corporações, bem como acrescentar a estação de rádio.	Janeiro	Junho de 2015
63.	Concepção dos *Software* aplicados nos telemóveis inteligente	Renovar o website das FSM, a fim de conciliar a visita do website pelos telemóveis inteligente; concepção dos Software aplicados na plataforma do telemóvel inteligente, apoiando a execução de serviço dos agentes de linha de frente.	Setembro de 2013	Dezembro de 2014

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
614.	Aumentar em permanente as vias de passagem automática nas fronteiras	Mudar as vias de passagem automática do terminal provisório da Taipa para as restantes fronteiras.	Setembro	Dezembro
65.	Continuar a instalação dos equipamentos de comunicação no novo edifício do terminal marítimo de Taipa	Efectuar a instalação dos equipamentos migratórios e os testes globais.	Janeiro	Março
66.	Articular a utilização de passagem automática ao salvo-conduto electrónico para Hong Kong e Macau	Ajustar o sistema de passagem automática para conciliar os portadores do salvo-conduto electrónico para HK e Macau no uso do referido sistema.	Outubro de 2013	Junho de 2014
67.	Aprofundar o sistema de aplicação de "software", a rede informática e os equipamentos dos utentes feitos pelas forças de seguranca	Renovar em continuo os aparelhos antigos, como "server", equipamentos de rede informático, computadores de mesa, impressores, poder na uilização de "software", e ainda efectuar uma revisão ao sistema de aplicação de "software" com vista a conciliar as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos.	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
68.	Obras de ampliamento do edifício da DSFSM	Demolir e resconstruir a oficina de reparação, a cantina, a Divisão Informática, no sentido de aumentar as instalações de serviço da Direcção dos Serviços. A planta de concepção encontra-se concluida e na 1a. semestre do ano 2013 efectuou a abertura pública(responsável pela DSSOPT).	Já iniciado	indeter-minado
69.	Edifício policial de Coloane e Escola de Polícia do CPSP	Construir na zona COTAI um novo edifício complexo policial que se inclui: 1) Comissariado Policial de Coloane, 2) Comissariado Policial de Trânsito nas Ilhas, 3) Escola de Polícia. A concepção encontra-se basicamente concluída e encontra nessa altura na concepção aprofundada da planta pela companhia de assessoria de concepção (responsável pela DSSOPT).	Já iniciado	indeter-minado
70.	Obras de alteração nas partes do Departamento de Trânsito do CPSP	Demolir e reconstruir as instalações ao lado do edifício principal, no sentido de aumentar as instalações de serviço do mesmo Departamento e os lugares de estacionamentos. A planta de construção encontra-se basicamente concluída e actualmete encontra na concepção aprofundada da planta pela companhia de assessoria de concepção (responsável pela DSSOPT).	Já iniciado	indeter-minado

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
71.	Obras de reconstrução do Departamento Policial das Ilhas do CPSP	Em articulação das necessidades dos serviços policiais da Taipa, encontra-se planeado em reconstruir o edifício do Departamento Policial das Ilhas, actualmente já encontra-se definido as necessidades das instalações do novo edifício, e nessa altura encontra na concepção aprofundada da planta pela companhia de assessoria de concepção (responsável pela DSSOPT).	Já iniciado	indeter-minado
72.	*Posto Operacional de Coloane e Centro de treinamento de ambulância*	Construir na zona COTAI um novo edifício complexo e encontra nessa altura na concepção aprofundada da planta pela companhia de assessoria de concepção (responsável pela DSSOPT).	Já iniciado	indeter-minado
73.	*Revisão do Regulamento Administrativo n.º 13/2002 que regulamenta o regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau*	Recolher os pareceres das corporações/ organismos, Júri e comité dos exames fisicos, no sentido de estudar as devidas revisões acerca da respectiva legislação.	Ano inteiro	Ano inteiro
74.	Recrutamento dos instruen-dos	- 22.º curso de Formação de Instruendos das FSM - 23.º curso de Formação de Instruendos das FSM	Março Setembro	Abril de 2015 Setembro de 2015

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
75.	Plano de recrutamento do pessoal civil dos anos 2014 a 2016	Definir a necessidade do pessoal civil das FSM dos anos 2014 a 2016.	Janeiro	Março
76.	Desenvolver os diversos procedimentos acerca do recrutamento de pessoal civil do ano 2014	Para além do concurso comum a efectuar pelo SAFP para a carreira do técnico superior e do adjunto técnico, no ano 2014, esta Direcção dos Serviços irá efectuar, em diferentes fases, sucessivamente, a abertura de concurso para o pessoal civil.	Ano inteiro	Ano inteiro
77.	Acompanhar os trabalhos posteriores após a revisão do regulamento de uniforme das Forças e Serviços de Segurança de Macau	Acompanhar nos trabalhos constantes nas figuras em anexos e nos documentos anexados do regulamento revisto.	Ano inteiro	Ano inteiro
78.	Efectuar a revisão e o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos fardamentais	Conciliar com o teor do regulamento de uniforme revisto, alterar as exigências técnicas dos respectivos materiais fardamentais, no sentido de aperfeiçoar a qualidade dos mesmos.	Ano inteiro	Ano inteiro
79.	Promoção permanente sobre saúde mental	Promover o concurso de fotografias e de composição curta, criando nas corporações uma psicologia positiva, enfrentando activamente a sua vida, no sentido de promover um saudável espírito de psicologia.	Setembro	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Estabelecimento Prisional de Macau				
80.	Melhoria da eficiência e optimização administrativa	Criar lista dos produtos de aquisição e a base de dados dos fornecedores.	1.º trimestre	4.º trimestre
81..	Reforçar a segurança com recurso à tecnologia	Aperfeiçoar as medidas de prisão separada para as prisioneiras menores com as prisioneiras maiores.	1.º trimestre	3.º trimestre
		Aumentar os dispositivos de imagem térmicos.	1.º trimestre	4.º trimestre
		Testar o equipamento para detecção de telemóvel.	1.º trimestre	4.º trimestre
		Mediante as diferentes medidas como o ajustamento do posto de segurança e o estudo na introdução de tecnologia avançada, elevando a eficiência do serviço e reforçando a capacidade na fiscalização dos produtos proibidos.	3.º trimestre	4.º trimestre
		Testar o novo sistema de leitura dos impressos digitais.	1.º trimestre	4.º trimestre
82.	Reserva dos talentos e formação sucessiva	Efectuar a abertura de concurso para o pessoal do corpo prisional e para o pessoal civil.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Previsto a ser organizado para o pessoal do EPM no total de 36 cursos de formações.	Ano inteiro	Ano inteiro
83.	Infra-estruturas sólidas, garantindo com força	Acompanhar as obras da nova cadeia.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
84.	Integração na comunidade, reabilitação	Organizar no total de 8 palestras para os reclusos e actividade de aconselhamento em pequeno grupo.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Organizar no total de 11 cursos de formações profissionais para os reclusos.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Promover em contínuo o regime de emprego para facilitar os reclusos pre-libertados.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Promover em contínuo o plano de serviço de assistência social.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Reforçar a sensibilidade da prevenção das doenças infecciosas.	1.º trimestre	3.º trimestre
		Organizar programas de familiarização com filhos no dia de criança.	1.º trimestre	2.º trimestre
		Organizar para os reclusos festa de convívio.	1.º trimestre	1.º trimestre
		Organizar 11 actividades culturais e recreativas para os reclusos.	Ano inteiro	Ano inteiro
		Competição de cor para veículos do EPM.	1.º trimestre	4.º trimestre
		Organizar actividade de tema "Nova Chance".	1.º trimestre	3.º trimestre
		Organizar o anual Exposição de Artesanato dos reclusos.	2.º trimestre	3.º trimestre
85.	Redução de energia e de emissão, promovendo a protecção ambiental	Planeado em introduzir um sistema de ar-condicionado de veículo a funcionar através da energia solar.	1.º trimestre	4.º trimestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Gabinete Coordenador de Segurança				
86.	Exercício contra Tufão (Posto de Comando)	Fortalecer a estrutura de protecção civil, reforçando a coordenação mediante o exercício e elevando a capacidade de resposta: Antes do exercício, elaborar a simulação dos incidentes e apresentar aos serviços/organismos da estrutura de Protecção Civil; efectuar a reunião da estrutura de Protecção Civil. Depois do exercício, após a recepção dos relatórios de conclusão dos supracitados serviços/organismos, avaliando-os e elaborando relatório.	Março	Meado do Abril
87.	Obras de construção de metro ligeiro de Macau	Manter a ligação com o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, garantindo que as obras de metro ligeiro não vão influênciar o trânsito rodoviário no tabuleiro inferior de Ponte Sai Van durante o periodo de tufão de sinal no. 8(ou superior).	Ano inteiro	Ano inteiro
88.	Continuar o acompanhamento dos trabalhos do Grupo de trabalho terrestre da Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada	Garantir na altura da ocorrência de epidemia em Macau em adoptar uma série de medidas para prevenir, proteger e controlar a divulgação das doenças mediante as fronteiras de entrada terrestre.	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
89.	Continuar o acompanhamento de trabalhos do Mecanismo de notificação dos incidentes entre Guangdong e Macau e Grupo de trabalho para compartilhamento de informações	Continuar em manter uma ligação íntima com a Divisão de Comunicações da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e o Serviço de construção de plataforma de emergência da Província de Guangdong.	Ano inteiro	Ano inteiro
90.	Participar nas reuniões regionais no estrangeiro	Relatar e compartilhar experiências em nome de Macau os prejuízos provocados a Macau pelas calamidades naturais e as medidas de aperfeiçoamento elaboradas pelos diversos serviços governamentais.	Ano inteiro	Ano inteiro
91.	Planear os encontros periódicos e as reuniões	O 17.º Encontro de Trabalhos sobre a Cooperação entre os Orgãos de Segurança Pública do Interior e as Autoridades Policiais da RAEM.	1º trimestre	1º trimestre
		12.ª Conferência de Trabalho sobre a Ligação Policial entre Guangdong e Macau (a organizar em Macau).	Janeiro	Janeiro
		17.º Encontro de Trabalhos Policiais entre Guangdong e Macau (a organizar na Privíncia de Guangdong).	Março	Março

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Assistir no 20.º Encontro de Trabalho entre Responsáveis das Polícias de Investigação Criminal de Guangdong, HongKong e Macau (a organizar em Hong Kong).	2.º trimestre	2.º trimestre
92.	Relatórios estatísticos	• Elaborar o relatório periódico mensal do estado da criminalidade • Efectuar o balanço dos dados relativos às infracções e transgressões de lei envolventes aos residentes do Interior da China durante a sua permanência a Macau • Efectuar o balanço do estado das infracções dos residentes de Hong Kong durante a sua estadia em Macau • Efecturar a estatística sobre os casos do tráfico de pessoas e entrega à Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas • Outros: Fornecer os dados estatísticos aos demais serviços governamentais, aos deputados à Assembleia Legislativa e aos jornalistas, etc.	Mensal	Mensal
		• Elaborar o relatório trimestral sobre as actividades criminosas		
		• Elaborar a lista nominativa dos indivíduos transferidos ao Ministério Público pela Polícia • Balanço trimestral sobre o estado da criminalidade, para fim de conferência de imprensa	Trimestral	Trimestral

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		• Estatístico sobre o estado disciplinar das forças e serviços de segurança • Face aos casos do tráfico de pessoas, efectuar a ligação mútua com o Ministério Público e o Tribunal Judicial de Base, elaborando os respectivos dados no sentido de entregar à Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas		
		• Elaborar o relatório anual sobre o estado da criminalidade • Relatório do Conselho de Segurança • Relatório geral do sector de segurança privada • Recolher a lista da situação sobre o pessoal militarizado e civil dos organismos e corporações de segurança (efectuar a estatística em cada 6 meses) • Elaborar os dados no âmbito de segurança para o relatório das Linhas de Acção Governativa (Janeiro a Setembro)	Ano inteiro	Ano inteiro
93.	Conciliar nos trabalhos de combate ao tráfico de pessoas	Conforme os dados estatísticos relativos ao crime de tráfico de pessoas, e face às novas tendências do crime, fornecer parecer e proposta construtiva à Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas.	Ano inteiro	Ano inteiro

Calendário das principais acções governativas da área da Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Saúde				
1.	Entrada em funcionamento do Conselho para os Assuntos Médicos	A fim de impulsionar o desenvolvimento das actividades profissionais de prestação de cuidados de saúde em Macau, o Conselho para os Assuntos Médicos desenvolverá sucessivamente os trabalhos dentro da sua área de competência, designadamente, a aprovação do "Regulamento de funcionamento do Conselho para os Assuntos Médicos", a emissão de pareceres sobre o "Regime de registo de profissionais de saúde", o "Código geral de deontologia para profissionais de saúde registados", a educação contínua de profissionais de saúde de Macau e o exame de qualificação para o exercício da profissão.	2.º semestre de 2013	Todo o ano de 2014
2.	Preparação e implementação dos trabalhos de propaganda relativos à 3.ª fase de controlo do tabagismo	Ao abrigo da Lei n.º 5/2011 relativa ao "Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo", a partir de 2015, proibir-se-á completamente o fumo nos bares, salas de dança, estabelecimentos de saunas e de massagens, motivo pelo qual os Serviços de Saúde prepararão e desenvolverão um conjunto de actividades de propaganda para o exterior.	1.º semestre de 2014	2.º semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
3.	Criação do Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau(1.ª fase)	Para o compartilhamento de informações clínicas de doentes entre diversas instituições médicas, continuar-se-ão os trabalhos preparatórios para a criação do Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau, acompanhar-se-ão os procedimentos de concurso e, em seguida, intensificar-se-ão os trabalhos de estruturação e desenvolvimento do sistema, e iniciar-se-á, a título experimental, o seu funcionamento.	1.º semestre de 2012	2.º semestre de 2014
4.	Implementação do serviço de apoio pós--hospitalização abrangente a doentes da terceira idade	A fim de se reforçarem os cuidados destinados a idosos, com base no serviço de acompanhamento pós-hospitalização já existente, através de seguimento telefónico ou visita domiciliária, prestar-se-á apoio a idosos com alto risco de re-hospitalização a curto prazo, detectando-se precocemente a mudança da situação da doença e adiantando-se as consultas marcadas, no intuito de reduzir a necessidade de recorrer ao Serviço de Urgência.	2.º semestre de 2013	2.º semestre de 2014
5.	Alargamento do trabalho de prevenção de escaras para fora do CHCSJ	Visto que o trabalho de prevenção de escaras desenvolvido pelo Centro Hospitalar Conde de São Januário foi acreditado com excelência pelo órgão de acreditação, planeia-se alargar a aplicação da ferramenta de avaliação de escaras para as instituições de cooperação, no sentido de que o trabalho preventivo atinja a cobertura de 80% dos idosos com risco de as sofrer.	2.º semestre de 2013	2.º semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Realização regular de cursos de auto-gestão de doença crónica	A fim de elevar a capacidade de auto-cuidados de doentes crónicos, diminuir a incidência de doenças crónicas e a oportunidade de complicações, realizar-se-ão cursos de auto--gestão de doenças crónicas mensalmente nos Centros de Saúde e reforçar-se-ão os trabalhos relativos à auto-gestão das doenças crónicas tais como diabetes e hipertensão.	1.º semestre de 2014	2.º semestre de 2014
7.	Centro de Saúde da Nossa Senhora do Carmo (Lote TN27)	A fim de colaborar com a construção de habitações públicas de grande escala e o crescimento da população, as obras de construção do Centro de Saúde da Nossa Senhora do Carmo na Taipa serão concluídas e a sua instalação entrará em serviço com maior a brevidade possível, visando satisfazer a procura de cuidados de saúde primários.	2.º semestre de 2011	1.º semestre de 2014 (Conclusão das obras)
8.	Centro de Saúde de Seac Pai Van, Coloane (Lote CN6d)	A fim de colaborar com a construção de habitações públicas de grande escala e o crescimento da população, criar-se-á um centro de saúde no Seac Pai Van, em Coloane, promovendo e aperfeiçoando sustentadamente a rede de cuidados de saúde primários de Macau. . De acordo com o plano de construção do edifício de instalações públicas elaborado pelos Serviços de Obras, está previsto o início das obras no 2.º semestre, com a duração de 2 anos e meio.	2.º semestre de 2012	2017 (Conclusão das obras)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
9.	Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde (Lote 3)	A fim de colaborar com a construção de habitações públicas de grande escala e o crescimento da população, criar-se-á um centro de saúde no Bairro da Ilha Verde, promovendo e aperfeiçoando sustentadamente a rede de cuidados de saúde primários de Macau.	1.º semestre de 2013	2016 (Conclusão das obras)
No domínio do Ensino Superior				
10.	Alargamento da área do estudo da Base de Dados sobre Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior, relativo à necessidade de quadros qualificados em certos sectores	Encarregar as entidades académicas e as organizações profissionais de procederem a investigação e estudos, no que diz respeito à necessidade futura de quadros qualificados do Ensino Superior nas áreas de Contabilidade, Tradução e Engenharia, entre outras. Comparação, após a conclusão dos respectivos estudos, entre o resultado e as informações respeitantes à realidade destes quadros em Macau, para previsão de dados sobre a oferta e a procura dos mesmos quadros nessas áreas.	Outubro de 2013	Setembro de 2014
11.	Construção de uma plataforma para a prestação de serviços polivalentes aos estudantes do ensino superior	Planeamento e ampliação gradual dos serviços e funções do "Centro dos Estudantes do Ensino Superior", que poderá realizar diversas actividades para promover o desenvolvimento geral dos estudantes do ensino superior; divulgar diversas informações úteis e, em especial, informações sobre o prosseguimento dos estudos e emprego; reforço do apoio às associações de ensino superior, através desse Centro; concentração gradual do trabalho de atendimento e pedidos de serviços do ensino superior neste Centro. Alargamento constante do âmbito dos serviços, através da comunicação com diferentes serviços, entidades e associações.	Junho de 2013	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
12.	Mudança da Universidade de Macau para o novo *campus*	Acompanhamento e coordenação do próximo trabalho da Universidade de Macau após a entrega do novo *campus*; definição e implementação simultânea do plano concreto de mudança. A UM vai transferir-se gradualmente para o novo *campus*, prevendo-se que esta instituição funcione ali, em pleno, a partir do ano de 2014.	Já começou	Prevê-se no ano lectivo de 2013/2014
13.	Revisão dos Estatutos da Universidade de Macau	Accompanhar a revisão dos seguintes diplomas legais: 1.ª fase: Concentrar-se na revisão dos Estatutos e do Estatuto do Pessoal da UM, em articulação com as necessidades do funcionamento da UM no novo *campus*;	Concluídas as propostas de revisão, a UM está a solicitar opiniões jurídicas, junto dos departamentos competentes do Governo.	Prevê-se no ano lectivo de 2013/2014
		2.ª fase: Avançar com a revisão do Regime Jurídico da UM e promover mais uma revisão dos Estatutos e do Estatuto do Pessoal da UM, tendo em conta o futuro desenvolvimento da instituição.	A proposta de revisão do Regime Jurídico da UM está acabada.	Prevê-se no ano lectivo de 2014/2015

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
14.	Implementação do sistema dos colégios residenciais	Proceder aos preparativos para o estabelecimento de oito colégios residenciais no novo *campus*, incluindo a definição das respectivas políticas, o recrutamento de pessoal e a melhoria das instalações e de equipamentos.	Já iniciado	Prevê-se no ano lectivo de 2014/2015
15.	Acompanhamento do Instituto Politécnico de Macau das sugestões resultantes da avaliação académica	O Instituto Politécnico de Macau analisa as sugestões resultantes do relatório de avaliação académica, de acordo com o sistema de salvaguarda dos padrões de qualidade em universidades e faculdades do Reino Unido – "Quality Assurance Agency for Higher Education (QAA)" e elabora um plano de aperfeiçoamento, para elevação dos níveis de ensino e de administração deste Instituto.	2012	Março de 2014
16.	Realização gradual dos trabalhos de avaliação académica em relação aos cursos do Instituto Politécnico de Macau	Após o reconhecimento a ser concedido aos cursos de licenciatura em "informática" e "contabilidade", será realizada periódica e sistematicamente, conforme o respectivo programa, a avaliação académica em relação aos outros cursos do Instituto Politécnico de Macau.	2011	2015

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
17.	Alteração dos Estatutos do Instituto Politécnico de Macau	Um grupo específico continuará a desenvolver os trabalhos referentes ao estudo da alteração dos estatutos, à consulta e à elaboração dos projectos de minutas dos respectivos diplomas.	2011	Os trabalhos da alteração dos Estatutos do Instituto Politécnico de Macau estarão concluídos nos seis meses seguintes à publicação do novo regime do ensino superior de Macau.
18.	Acompanhamento da alteração ao Decreto--Lei n.º 45/95/M (Organização e o funcionamento do Instituto de Formação Turística) e ao Estatuto do Pessoal Docente e do Pessoal de Formação Profissional de Hotelaria do Instituto de Formação Turística, aprovado pela Portaria n.º 477/99/M	Elaboração da minuta do projecto legal; formulação dos documentos de consulta para iniciar a consulta pública (junto dos departamentos governamentais, sectores da indústria e público em geral); organização e análise das opiniões recolhidas na consulta, elaboração do respectivo relatório e de propostas de alteração, em chinês e português.	2.º trimestre de 2011	A concluir dentro de 6 meses após a publicação da nova lei do regime do ensino superior

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
19.	Realização de cursos de formação na área das indústrias culturais e criativas	Realização de cursos dos níveis básico, intermédio e de gestão para a área das artes criativas, proporcionando uma formação mais diversificada em articulação com a política do governo no desenvolvimento da área das indústrias culturais e criativas.	2010	Implementação contínua
No domínios do Ensino não Superior e da Juventude				
20.	Promoção da segunda fase do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo"	Em conformidade com os princípios da concretização e o quadro geral do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo" estabelecidos na primeira fase, será promovida a segunda fase, com a duração de três anos, bem como será reforçado, adequadamente, o financiamento, subsidiando-se, com prioridade, os projectos favoráveis à diversificação adequada da economia de Macau e ao aumento da capacidade de emprego dos cidadãos, em articulação com as necessidades dos recursos humanos de Macau.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
21.	Maior reforço do corpo docente	Concretizando o disposto no "Quadro geral", serão aumentadas, a partir do ano lectivo de 2014/2015, as exigências das habilitações académicas, para o exercício de funções do novo pessoal docente dos ensinos infantil e primário; serão seleccionadas as candidaturas a "Professor Distinto" e atribuída a respectiva menção. As escolas serão apoiadas na criação de grupos de investigação educativa; reforçar-se-á o apoio financeiro aos alunos distintos para que frequentem cursos superiores na área da Educação, criando condições para cultivar e preparar docentes distintos. Iniciar-se-á a revisão do regime de desenvolvimento profissional do pessoal docente, estudando--se a definição das normas profissionais aplicáveis a este pessoal.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014
22.	Preparação da criação de um centro prático de ensino técnico-profissional e de um centro de formação de línguas	Em articulação com os objectivos previstos no "Planeamento Decenal", criar-se-á, em Seac Pai Van (no lote CN6a), um centro prático de ensino técnico-profissional, visando desenvolver a competência profissional e a capacidade de prática dos alunos; prepara-se, ainda, um centro de formação de línguas, para disponibilizar aos alunos dos ensinos primário e secundário e aos professores, novas instalações e ambiente de aprendizagem de línguas.	Já iniciado	3.º trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
23.	Lançamento do projecto de um prémio de classificação distinta	Em cooperação com a Fundação Macau, será criado um prémio de classificação distinta que será concedido por ano de escolaridade e por escola, para incentivar os alunos dos ensinos primário e secundário com a melhor classificação, em cada área de aprendizagem ou nos cursos do ensino técnico-profissional.	Iniciado o trabalho preparatório	2.º trimestre de 2014
24.	Promulgação e implementação ordenada do regulamento administrativo do "Quadro da organização curricular da educação regular"	Com a promulgação do regulamento administrativo do "Quadro da organização curricular da educação regular", aumentar-se-á, de forma adequada, o número de dias das actividades educativas, para cada nível de ensino, acrescentando a racionalidade da organização dos planos curriculares; pondo em plena prática a reforma curricular do ensino infantil, desenvolvendo um sistema curricular abrangente no ensino infantil e uma pedagogia baseada na vida quotidiana.	Já iniciado	2.º trimestre de 2015
25.	Revisão da Lei do "Estatuto das escolas particulares"	Será iniciada a segunda fase da consulta do "Estatuto das escolas particulares", elaborando-se as versões chinesa e portuguesa do anteprojecto do diploma legal e dos documentos relacionados, para se dar início ao processo legislativo.	Já iniciado	Continuamente

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
26.	Elaboração do regulamento administrativo de "Organização e desenvolvimento da Educação Contínua"	As versões chinesa e portuguesa do anteprojecto do diploma legal e dos documentos relacionados serão concluídas para dar início ao processo legislativo.	Já iniciado	Continuamente
27.	Revisão da Lei do "Regime da escolaridade obrigatória"	Continuar-se-á a promover o processo legislativo.	Já iniciado	Continuamente
28.	Execução ordenada da "Política da Juventude de Macau"	Será impulsionada a divulgação da "Política da Juventude de Macau", promovendo, nos jovens, a compreensão desta política, fortalecendo a coordenação inter-áreas dos trabalhos de jovens; em cooperação com as instituições educativas, associações juvenis e instituições de serviços sociais particulares, alargar-se-ão os serviços que correspondam ao desenvolvimento diversificado dos jovens.	1.º trimestre de 2014	Continuamente
29.	Incentivo aos jovens para participarem no trabalho voluntário	Será promovido o "Plano de incentivo aos jovens voluntários" e criada uma "Plataforma *online* com informações sobre o trabalho voluntário dos jovens", para reforçar a equipa de trabalho voluntário. Será optimizado o sistema de registo *online* do "Registo do trabalho voluntário", apoiando as escolas no registo da participação dos alunos no trabalho voluntário no seu certificado de classificações.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio da Acção Social				
30.	Planeamento dos Serviços prestados pelos Equipamentos de Apoio Social às Famílias e Comunidade	Para corresponder ao aumento dos equipamentos de apoio social às famílias e à comunidade, registado nos últimos anos, serão mobilizados e optimizados, faseadamente, os recursos para se reforçar as funções e os serviços prestados por esses equipamentos, com vista à criação de uma rede de serviços diversos com maior cobertura na comunidade que possa reforçar as funções de prevenção, apoio e tratamento crítico dos problemas dos indivíduos e da família.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2016
31.	Projecto de Desenvolvimento da Rede do "Serviço de Apoio Urgente durante 24 horas"	Criação de um mecanismo do serviço de apoio prestado pelos assistentes sociais durante 24 horas, com melhoramento gradual, que possa não só assegurar o sistema de funcionamento entre o serviço da linha da frente e o de apoio logístico como, também, alargar gradualmente a plataforma cooperante de diversos serviços prestados pelos assistentes sociais de equipamentos sociais, com vista a uma intervenção oportuna nos casos de risco, fazendo com que sejam tratados e acompanhados de forma adequada.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2014
32.	Programa de "Ama Comunitária" (continuação do trabalho de 2013)	Subsidiar a contratação pelas instituições particulares de amas comunitárias para a prestação do serviço de cuidados às crianças necessitadas.	4.° trimestre de 2013	2.° trimestre de 2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
33.	Programa de Desenvolvimento do Serviço de Apoio a Idosos nos Próximos 10 Anos	Realizar, de forma contínua, a elaboração do "Sistema da Segurança Social para os Idosos de Macau" e o "Programa de Desenvolvimento do Serviço de Apoio a Idosos nos Próximos 10 Anos".	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2015
34.	Programa de Desenvolvimento do Serviço de Reabilitação nos Próximos 10 Anos	Encarregar instituições de consultadoria de estudar e elaborar um programa de desenvolvimento do serviço de reabilitação para o período de 2016 a 2025, em articulação com os resultados de investigação, tais como a Base de Dados de Avaliação da Deficiência, o resultado do estudo do IAS e as Bases de Planeamento da Nova Zona Urbana.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2015
35.	Estudo sobre o Serviço de Autocarro da Reabilitação	Revisão da situação actual do serviço prestado pelo Autocarro da Reabilitação e planeamento do desenvolvimento alargado desse serviço.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2014
36.	Linha Aberta de 24 horas para o Serviço de Aconselhamento para a Problemática do Jogo	Criação da linha aberta de 24 horas para o serviço de aconselhamento para a problemática do jogo e o serviço de informação e aconselhamento *online*, com vista a proporcionar aos cidadãos necessitados um serviço oportuno e adequado de aconselhamento para a resolução dos seus problemas.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
37.	Criação de Equipamentos Sociais de Valências Diversas em 2014	Para responder às necessidades dos diversos serviços, criar-se-ão, em 2014, 7 equipamentos sociais de valências diversas, que incluirão equipamentos do serviço de apoio a jovens e crianças, equipamentos do serviço de apoio a idosos, equipamentos do serviço de reabilitação e equipamentos do serviço de prevenção da toxicodependência.	1.° trimestre de 2014	4.° trimestre de 2014
38.	Criação de uma base de dados com informações sobre as mulheres	Para compreender e acompanhar de perto as necessidades das mulheres de Macau e o seu desenvolvimento, numa base permanente, a CAM está a criar uma base de dados sistemática com informações sobre as mulheres, a fim de colocar à disposição dos investigadores científicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência.	2.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
No domínio da Segurança Social				
39.	Constituição do regime de previdência central não obrigatório	Depois de se proceder a consulta pública sobre a proposta de regime de previdência central não obrigatório, proceder-se-á à organização e análise das opiniões recolhidas, submetendo-se a proposta à discussão do Conselho Permanente de Concertação Social e iniciando-se o trabalho de produção jurídica.	Realização contínua a partir do 4.º trimestre de 2012	1.º trimestre de 2015

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
40.	Acompanhamento sobre a concretização da integração do subsídio para idosos no âmbito da segurança social	Apresentação da respectiva proposta ao Conselho de Acção Social e à Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior, para recolher as suas opiniões, procedendo-se ao trabalho legislativo subsequente.	Realização contínua a partir do 4.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
41.	Introdução das informações de segurança social na comunidade	Reforço da apresentação do regime de segurança social de dois níveis e de serviços do FSS junto dos cidadãos, incluindo a realização de *workshops* para pais e filhos sobre gestão financeira, palestra relativa a gestão financeira para os adultos e idosos, carnavais atinentes à segurança social, etc., de modo a dar a conhecer as informações de segurança social à comunidade.	Realização contínua	Realização contínua
No domínio do Turismo				
42.	Lançamento do "Plano Geral de Desenvolvimento da Indústria do Turismo"	Elaboração de políticas e estratégias específicas e projecto de actuação para a indústria turística de Macau poder alcançar a posição de "Centro Mundial de Turismo e Lazer."	Todo o ano	Todo o ano
43.	Optimização do enquadramento jurídico associado ao turismo	Acompanhamento do trabalho de revisão legislativa do diploma que regula os hotéis e os estabelecimentos de restauração e articulação com o procedimento legislativo da lei que regula as actividades das agências de viagens e dos guias turísticos.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
44.	Impulso à concretização do turismo de qualidade	Defender-se a disciplina do mercado através de acções sustentadas de fiscalização específica. Aumentar-se a competitividade de Macau como destino turístico, através do aumento da consciência dos parceiros turísticos de observância da lei e da prestação de serviços de qualidade, através da divulgação de orientações e recomendações.	Todo o ano	Todo o ano
45.	Optimização do processo de licenciamento	Optimização da colaboração com o sector no estímulo à concretização dos diversos projectos de infra-estruturas turísticas e dar tratamento prioritário aos pedidos de licenciamento dos estabelecimentos hoteleiros económicos através da criação de um grupo de trabalho para acompanhar o assunto. Optimização da utilização de formulários pré-definidos no processo de apreciação para encurtar o tempo dispensado nessa apreciação, aumentando-se assim a eficiência administrativa em geral.	Todo o ano	Todo o ano
46.	Acções contínuas de combate à prestação ilegal de alojamento	Atenção sustentada à evolução do fenómeno e colaboração estreita com o Grupo de Trabalho Interdepartamental nas acções de combate. Através da criação de uma plataforma de interajuda com os condomínios e as associações comunitárias, estimular o intercâmbio e a troca de informações sobre a situação da prestação ilegal de alojamento.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
47.	Programa para Serviços de Qualidade em Turismo	Organização da atribuição do "Prémio para Serviços de Qualidade em Turismo", com o objectivo de reconhecer e incentivar os prestadores e distribuidores de serviços de qualidade; convidar representantes experientes do sector do turismo para participarem e definirem as normas pertinentes para a implementação do programa.	Todo o ano	Todo o ano
48.	Plano do Turismo Comunitário	Através da cooperação entre as diversas entidades governamentais e associações locais, dar continuidade ao Plano do Turismo Comunitário para se descobrirem os recursos locais, em destaque, do turismo de base comunitária, bem como a elaboração de roteiros turísticos para itinerários do turismo comunitário com temas diferentes.	Todo o ano	Todo o ano
49.	Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau	Através da cooperação com as associações locais, organizar diferentes tipos de actividades educativas, interactivas e promocionais da Campanha de Sensibilização para o Turismo.	Todo o ano	Todo o ano
50.	26.º CIFAM	Continuação da organização do Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício de Macau; estudo e exploração de novos elementos.	Todo o ano	Todo o ano
51.	Parada de Celebração do Ano Novo Lunar	Continuação da organização da Parada de Celebração do Ano Novo Lunar; aumento do número de carros alegóricos e convite a artistas internacionais para participarem.	Todo o ano	Fevereiro de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
52.	Promoções particulares de turismo	Realização de uma série de promoções turísticas, incluindo a organização, nos mercados exteriores, de exposições de fotografia, de pintura, mostras culinárias, degustações gastronómicas e *roadshows* de grande escala, para apresentar os produtos e itinerários turísticos específicos de Macau.	Todo o ano	Todo o ano
53.	Promoção, no Interior da China, do plano de visita a Macau no comboio de alta velocidade	Desenvolver, activamente, os mercados geradores turísticos entre as cidades servidas pelo caminho-de-ferro de alta-velocidade, e organizar actividades promocionais nas principais cidades da linha de Wuhan a Guangzhou.	Todo o ano	Todo o ano
54.	Preparação e produção de um novo vídeo promocional	Preparação e produção de um novo vídeo para a promoção turística de Macau e desenvolvimento do trabalho relativo ao respectivo concurso público.	2.º semestre de 2014	Final de 2014
55.	Trabalhos de renovação dos balcões de informações	Após a conclusão dos trabalhos de renovação do balcão de informação do Terminal Marítimo do Porto Exterior, serão realizados, progressivamente, os trabalhos de renovação de outros balções de informações, incluindo o do Novo Terminal Marítimo de Passageiros de Pac On – Taipa.	Todo o ano	Final de 2015
56.	Reforço do apoio à formação do sector do Turismo	Em cooperação com o sector do turismo, instituições de ensino superior e organizações de formação locais e estrangeiras, apoiar-se, gradualmente, o sector do turismo na condução de acções de formação profissional. Será estudada a viabilidade da cooperação com organizações internacionais para a realização de cursos de formação e seminários destinados a gestores do sector do Turismo.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
57.	Estabelecimento de um Plano de Comunicação	Estudo da viabilidade do desenvolvimento de uma "Plataforma Electrónica sobre Informações de Turismo", para uso da comunicação social local e estrangeira, operadores turísticos, funcionários dos Serviços de Turismo e representantes no exterior, entre outros.	Todo o ano	Todo o ano
58.	Construção do novo Centro do Grande Prémio	Demolição do Edifício do Grande Prémio existente, construção de um novo Centro do Grande Prémio.	Final de 2013	Novembro de 2014
No domínio da Cultura				
59.	Divulgação da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural"	Actividades de divulgação, após a publicação da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", planeando acções de promoção direccionadas ao público em geral, às indústrias e associações.	Janeiro de 2014	Implementação contínua
60.	Levantamento do património arquitectónico de toda a cidade	Lançar, oficialmente, após entrada em vigor da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", o levantamento do património arquitectónico de toda a cidade, empenhando-se com maior profundidade na exploração e ordenação dos recursos patrimoniais do território, de modo a fornecer plena preparação para a revisão da actual lista do património.	Janeiro de 2014	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
61.	"Revitalização do n.º 80 da Rua das Estalagens"	Para aprofundar os conhecimentos da população sobre as realizações de Sun Yat-Sen em Macau, dar a conhecer a história moderna do território, elevar o amor dos cidadãos pela pátria e promover a revitalização dos bairros antigos, o n.º 80 da Rua das Estalagens tornar-se-á num local permanente de exposições sobre a história da indústria médica ocidental em Macau, a história da relação entre Macau e a Revolução de Xinhai bem como a cultura e história da Rua das Estalagens, entre outros.	Iniciado em 2012	1.º trimestre de 2015
62.	Publicação do "Panorama Literário – Viagem Literária pelo Centro Histórico de Macau"	Tendo como rota o Centro Histórico de Macau e baseando-se em obras literárias e históricas, este programa visa convidar individualidades a redigirem artigos breves que incorporem literatura e história e que sirvam de guias para o Centro Histórico.	1.º trimestre de 2014	4.º trimestre de 2014
63.	Plano de Espectáculos em Sítios do Património "Cenas do Património Mundial"	Actuações diversas de dança, música e teatro em sítios do património, em associação com várias actividades comemorativas, atraindo o público a estes espectáculos, visando aumentar o entusiasmo da população por este tipo de eventos e reforçar os seus conhecimentos sobre a história e cultura locais.	Iniciado em Janeiro de 2013	Dezembro de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
64.	"Fórum Cultural"	Palestras sobre temas culturais em diferentes áreas, destinadas ao ensino secundário, que se realizarão a partir de 2014 e incidirão em tópicos como património cultural, artes visuais, artes performativas, literatura, estética, etc., alargando os horizontes dos estudantes, elevando o pensamento criativo e a percepção estética e promovendo a aprendizagem de conhecimentos em várias áreas da cultura. As escolas podem escolher os seus próprios temas, de acordo com as suas especificidades e o interesse dos alunos, aumentando o seu nível de conhecimentos em várias áreas.	Outubro de 2013	Dezembro de 2014
65.	Projecto "Semear as Artes"	Projecto de longo prazo destinado às escolas primárias e secundárias, incindindo sobretudo nas artes visuais e nas artes performativas, que irá reunir, no próximo ano, profissionais das artes locais que orientarão oficinas e aulas de formação nas escolas, aproveitando os talentos profissionais dos artistas, fomentando, assim, desde cedo, os interesses dos estudantes e aumentando os seus conhecimentos sobre artes e cultura.	4.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014
66.	"Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura"	O Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura foi lançado especialmente para encorajar estudantes com potencial nas áreas cultural e artística a frequentarem cursos de licenciatura e mestrado no estrangeiro, especializando-se nas áreas das artes e cultura e das indústrias culturais, aumentando as suas competências profissionais e habilitações artísticas, alargando os seus horizontes e adquirindo experiências, fornecendo posteriormente bases sólidas para promover o desenvolvimento cultural da cidade.	Candidaturas anuais desde 2013	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
67.	"Programa de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-Metragens 2014"	De modo a proporcionar apoio profissional e financeiro aos profissionais de cinema locais, este programa tem como finalidade incentivar estes talentos a dedicar-se à produção de longas-metragens, gerando, assim, mais obras cinematográficas criativas locais.	Iniciado em Setembro de 2013	Dezembro de 2014
68.	"Plano de Financiamento para a Produção de Álbuns de Música *Pop* 2014"	Destinado a oferecer aos profissionais de música *pop* locais financiamento para a produção de álbuns, com vista à formação de profissionais qualificados na produção e criação de música *pop* e a estimulá-los a produzir mais obras de qualidade.	Fevereiro de 2014	Dezembro de 2014
69.	Entrada em funcionamento de bibliotecas em duas áreas comunitárias	Para um desenvolvimento equilibrado das instalações culturais nas áreas comunitárias, deu-se, em 2012, início à construção das Bibliotecas da Taipa e do Patane. As obras da Biblioteca da Taipa entraram, em 2013, na sua última fase, prevendo-se que entre em funcionamento na primeira metade de 2014. Os trabalhos na Biblioteca do Patane entrarão na sua última fase em 2014, prevendo-se a sua abertura ao público na segunda metade desse ano.	Iniciado em 2012	2.º trimestre de 2014 (Biblioteca da Taipa) 4.º trimestre de 2014 (Biblioteca do Patane)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
70.	"Plano de Revitalização dos edifícios da Travessa da Paixão n.os 9-13 e da Associação Hó Sông-I-Tong	De modo a reforçar os recursos turísticos e culturais da zona das Ruínas de S. Paulo, enriquecer a vida cultural dos cidadãos e moldar e aprofundar gradualmente a atmosfera artística desta zona, os n.os 9 a 11 da Travessa da Paixão serão transformados no "Museu sobre os Costumes de Casamento de Macau", para mostrar a cultura do casamento nas comunidades chinesa e portuguesa. O n.º 13 da Travessa será convertido no "Cinema de Arte". O 1.º andar do edifício da Associação Hó Sông-I-Tong continuará a servir para gabinetes administrativos da Associação e Salão Memorial da Família Ho, enquanto o 2.º andar servirá para dar a conhecer a história da Associação e expor objectos comemorativos relacionados; as restantes instalações serão destinadas ao público.	Iniciado em 2012	1.º trimestre de 2014
71.	Plano de construção das "Oficinas Navais"	Realizar-se-ão obras de manutenção e consolidação dos dois edifícios com valor histórico junto ao Templo de A-Ma, as "Oficinas Navais", convertendo-os em espaços de exposição de arte contemporânea, oferecendo condições para o seu desenvolvimento em Macau, servindo como plataforma de intercâmbio artístico entre artistas locais e estrangeiros e ainda como espaço de exibição e comercialização de produtos criativos de Macau.	Iniciado em 2012	1.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
72.	"Comemoração do 15.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China"	Realizar-se-á a "Comemoração do 15.º aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China", planeando-se convidar artistas de topo do Interior da China e do estrangeiro para *performances* com artistas e organizações locais.	1.º trimestre de 2014	4.º trimestre de 2014
73.	"Desfile por Macau, Cidade Latina" em comemoração do 15.º aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China	Realizar-se-á o "Desfile por Macau, Cidade Latina", planeando-se convidar grupos artísticos internacionais e de alto nível para oferecer espectáculos maravilhosos, de forma a dar a conhecer o Centro Histórico único de Macau aos visitantes e divulgar o seu estilo rico em características locais.	1.º trimestre de 2014	4.º trimestre de 2014
74.	Apoio financeiro aos projectos industriais pelo Fundo das Indústrias Culturais	Dar melhor apoio financeiro aos projectos relacionados com estas indústrias. As formas do apoio dividir-se-ão em subsídios a fundo perdido e empréstimos sem juros consoante a natureza dos projectos apresentados.	1.º trimestre de 2014	Implementação contínua
75.	Ajustamento de funções	Conclusão do ajustamento de funções e revisão legal da orgânica e funcionamento dos departamentos competentes, em prol de uma atribuição racional dos recursos, uma divisão clara de tarefas e uma simplificação da estrutura governamental.	1.º trimestre de 2014	4.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio do Desporto				
76.	Prestação de apoio às associações desportivas para a implementação dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo	1. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas, apoiando-as na elaboração dos planos preparatórios e de formação dos atletas.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Elaboração dos planos preparatórios e de formação dos atletas para os grandes eventos desportivos abaixo indicados:		
		2.1 Jogos Internacionais de Crianças da Austrália 2014;	Implementação contínua	Agosto de 2014
		2.2 Jogos Asiáticos de Incheon 2014;	Implementação contínua	Outubro de 2014
		2.3 Jogos Parasiáticos de Incheon 2014.	Implementação contínua	Novembro de 2014
		3. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas, concessão de apoios financeiros e prestação de assistência técnica no âmbito da contratação de treinadores especializados, da implementação da formação de treinadores e juízes e da formação de gestores desportivos.	Implementação contínua	Implementação contínua
		4. Organização de um conjunto de acções de formação para treinadores, proporcionando formação sistemática e contínua aos treinadores locais com vista a actualizar os conhecimentos e as técnicas do desporto de rendimento, elevando e desenvolvendo o seu nível de treino.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
77.	Melhoramento do plano de apoio financeiro para a formação de talentos do desporto e do plano de apoio financeiro para formação de talentos do desporto após o fim da carreira desportiva	1. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas, prestação de apoio na execução dos planos de formação das equipas estagiárias e na análise do plano concreto e da situação de formação das equipas estagiárias, com vista à execução do plano de apoio financeiro para a formação de talentos do desporto e do plano de apoio financeiro para formação de talentos do desporto após o fim da carreira desportiva.	Implementação contínua	Implementação contínua
		2. Criação de uma base de dados de informações sobre a formação desportiva e recolha de informação relacionada com os treinos e as competições dos atletas, com vista à preparação para a formação especializada de atletas e para a entrada em funcionamento do Centro de Estágio Polivalente.	Janeiro de 2014	Implementação contínua
78.	Despertar o interesse dos jovens para a prática desportiva	Intensificação do conhecimento dos jovens sobre as vantagens da prática desportiva, proporcionando-lhes mais oportunidades de participação no desporto, cooperação com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude para a promoção dos conhecimentos do desporto e de saúde nas escolas e organização da "Exposição Itinerante da Escola Dinâmica, Saudável e Desportiva".	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
79.	Promoção da formação juvenil	1. Organização de mais escolas juvenis desportivas, cativando novos talentos do desporto. 2. Intensificação da cooperação com as associações desportivas, promovendo o estabelecimento de um quadro de jovens atletas. 3. Com base no já celebrado "Acordo de Cooperação e do Intercâmbio Desportivos entre Guangdong, Hong Kong e Macau", proceder-se-á ao desenvolvimento de intercâmbio desportivo juvenil e da formação de talentos suplementares do desporto das três regiões. 4. Com base na "Carta de Intenções de Cooperação e do Intercâmbio Desportivos entre Pequim e Macau", na "Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Sichuan e Macau" e na "Carta de Intenções de Cooperação e de Intercâmbio Desportivos entre Fujian e Macau", proceder-se-á à coordenação com o Departamento do Desporto das províncias e cidades do Interior da China na organização dos intercâmbios desportivos para jovens.	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
80.	Promoção do desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência de Macau	Com base no "Protocolo de Cooperação para a Promoção Conjunta de Projectos de Desenvolvimento Desportivo para Pessoas com Deficiência", celebrado com a Federação de Deficientes da China e a Fundação para os Deficientes do Interior da China, é dada continuidade à cooperação com os respectivos organismos de indivíduos portadores de deficiências e à concretização do projecto de cooperação específica do desporto para pessoas com deficiência entre Macau e o Interior da China.	Implementação contínua	Implementação contínua
81.	Divulgação do conceito da aplicação dos dados científicos à prática desportiva	1. Lançamento do *website* "Conhecimento científico do desporto".	1.º trimestre de 2014	2.º trimestre de 2014
		2. Implementação, a título experimental, do "Projecto de redução sem stress do peso" integrado no posto de informação de saúde desportiva, actualização contínua do conteúdo do *website* "Condição física e saúde da população de Macau" e "Informações do desporto e da nutrição" e dos trabalhos de educação e sensibilização da ciência desportiva através da organização, entre outros, de seminários e da distribuição de folhetos.	1.º trimestre de 2014	Implementação contínua
		3. Preparação da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2015.	4.º trimestre de 2013	4.º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
82.	Reconstrução do Pavilhão de Mong-Há (Em articulação com o GDI)	1. Continuação da elaboração dos projectos e da empreitada da cave já desenvolvida em 2011.	2011	Junho de 2014
		2. Após a conclusão dos projectos e da empreitada da cave, está previsto o início da empreitada de construção no 3.º trimestre de 2014.	Julho de 2014	2016
83.	Construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas	1. Continuação da elaboração dos projectos desenvolvidos em 2011.	Setembro de 2011	2014
		2. Lançamento do processo do concurso público da empreitada e das respectivas obras de construção.	Dezembro de 2014	2017
84.	Implementação gradual do sistema da designada "gestão verde" das instalações desportivas	Através da instalação de equipamentos de poupança de energia, da implementação de protecção ambiental e poupança de energia na gestão corrente e da organização de formação e conferências, será proporcionado, de forma contínua, ao pessoal das instalações desportivas o conhecimento da "gestão verde" das instalações desportivas.	2013	Implementação contínua
85.	Promoção, a título experimental, do reconhecimento da "gestão verde" das instalações desportivas	Continuar-se-á a promover, a título experimental, o reconhecimento da "gestão verde" das instalações desportivas do Centro Desportivo Olímpico. Após a obtenção da certificação verde qualificada, será promovido o gradual melhoramento das instalações do Centro com vista a corresponder aos respectivos requisitos.	Setembro de 2012	2014
86.	Ajustamento das funções do Instituto do Desporto	Ajustamento das instalações desportivas e funções de diferentes serviços.	Outubro de 2013	2014

Calendário das principais acções governativas da área dos Transportes e Obras Públicas para o ano de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Gestão de Solos e Planeamento Urbanístico				
1.	Acompanhamento das medidas complementares à Lei do Planeamento Urbanístico	Dinamizar a elaboração dos diplomas complementares e criar o Conselho de Planeamento Urbanístico, em articulação com a implementação da Lei do Planeamento Urbanístico.	Já iniciado	2014
2.	Iniciação dos trabalhos da 1ª. fase da elaboração do Plano Director Urbanístico	Iniciar estudos sobre a elaboração de planos.	3.º trimestre 2014	2016
3.	Iniciação da 3ª. fase da auscultação pública sobre o planeamento das novas zonas urbanas	Realizar a 3ª. fase da auscultação pública do plano director das novas zonas urbanas, no sentido de elaborar, em conjunto, o plano de desenvolvimento das novas zonas urbanas.	2014	2015
4.	Elaboração dos diplomas complementares à nova Lei de Terras	Acelerar a revisão dos diplomas complementares à Lei de Terras, como por exemplo: "a forma de fixação dos prémios dos terrenos de concessão", "a renda", "a constituição e função da Comissão de Terras", e proceder ao adequado ajustamento dos procedimentos administrativos vigentes.	Já iniciado	Tarefa contínua
Habitação				
5.	Acompanhamento da apreciação das candidaturas à habitação económica e à habitação social	Acelerar o tratamento das candidaturas à habitação económica e à habitação social, organizar a atribuição e a ocupação das habitações, de forma ordenada, pelos agregados familiares.	Já iniciado	Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Reforço do trabalho de regulação da actividade de mediação imobiliária	Acompanhar a apreciação e emissão das licenças de mediador e agente imobiliário, melhorar o funcionamento das actividades de mediação imobiliário, e reforçar a divulgação e promoção da legislação.	2013	Tarefa contínua
7.	Elaboração da "Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro"	Proceder-se à análise sobre o conteúdo dos pormenores do projecto da "Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro", de modo a que seja elevado o nível profissional dos serviços da administração dos edifícios.	Já iniciado	2014
Infra-estruturas de Grande Envergadura e Urbanização				
8.	Acompanhamento dos trabalhos preliminares da construção do Novo Acesso entre Guangdong e Macau	Realizar, faseadamente, as obras de construção do novo mercado abastecedor.	Já iniciado	2016
9.	Estudo aprofundado da 4.ª Ligação Rodoviária Macau – Taipa	O Governo continua a estudar viabilidade da 4.ª Ligação Rodoviária Macau – Taipa e o aprofundar os trabalhos de concepção, em coordenação com o desenvolvimento do trânsito e dos transportes regionais e com o aperfeiçoamento das infra-estruturas dos novos aterros urbanos.	Já iniciado	2015
10.	Acompanhamento da construção do Túnel de Ká Hó	Continuar a obra de construção, concluir o troço exterior sul (zona 1) no 1.º. Trimestre do próximo ano e iniciar a execução da do túnel no 2.º. Trimestre.	Já iniciado	2016

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
11.	Acompanhamento da concepção da construção do Túnel da Colina de Taipa Grande	Continuar o acompanhamento dos trabalhos do projecto pormenorizado, e concluir a sua elaboração em 2014.	Já iniciado	2014
12.	Criar um ambiente pedonal humanizado, confortável e relaxante	Realizar o planeamento de ordenamento das vias e obras de construção, com vista a melhorar as instalações para peões, nomeadamente: embelezamento da Rua da Encosta e o acesso pedonal, sistema de circulação pedonal da Rua da Surpresa, passagem superior pedonal na Rotunda do Istmo, passagem superior para peões da Rotunda Ouvidor Arriaga da Taipa. Proceder a estudos sobre as passagens desniveladas para peões na Avenida Doutor Mário Soares a Avenida de D. João IV etc.	Já iniciado	Tarefa contínua
13.	Elevar a capacidade de escoamento das drenagens	Continua os planos de reordenamento das redes de drenagem de todo o Macau, a curto e a longo prazo, incumbir uma companhia de consultadoria técnica para realizar uma análise sobre a rede de drenagem de Macau. Paralelamente iniciar as obras de reordenamento da rede de drenagem incluindo as duas medidas provisórias sobre o controlo das inundações e dos escoamentos no Porto Interior, e as obras na zona da Avenida Marginal do Patane de Macau e na Avenida de Kwong Tung na Taipa etc..	Já iniciado	Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Transportes terrestres				
14.	Continuar a melhoria do serviço de autocarros	Melhorar a rede dos itinerários dos autocarros, fortalecer as condições de ligação entre a nova zona urbana e os bairros antigos, concretizar a construção de paragens para autocarros de grandes dimensões e o planeamento do centro modal rodoviário. Optimizar a qualidade de serviço dos autocarros.	Já iniciado	Tarefa contínua
15.	Rever e optimizar os serviços de táxis especiais	Proceder à revisão e análise profunda sobre o modo de exploração dos táxis especiais, prazo de validade da licença e mecanismo de controlo, etc..	2014	2014
16.	Elevar a técnica de inspecção de veículos	Proceder ao um estreito acompanhamento da construção do centro de inspecção e da dotação dos respectivos equipamentos de inspecção.	Já iniciado	1.º. semestre de 2015
Sistema do Metro Ligeiro				
17.	Acompanhar o fabrico das carruagens e do sistema do comboio do Metro Ligeiro	No 1.º. semestre de 2014, o fornecedor dos comboios vai concluir os exames e os ensaios de rotina do primeiro e do segundo comboios fabricados em oficina, e contratar uma terceira entidade independente, para proceder à inspecção das carruagens e do sistema.	Já iniciado	No final de 2014
18.	Construção civil da estrutura principal do Metro Ligeiro	Promover ordenadamente as obras de construção civil dos segmentos na Taipa/Cotai.	Já iniciado	2015

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
19.	Concurso público para a operação e manutenção da 1.ª fase do Metro Ligeiro	Abrir um concurso público para seleccionar uma entidade operacional adequada à preparação dos serviços de operação e manutenção do futuro Sistema do Metro Ligeiro.	2014	2015
Assuntos portuários e aéreos				
20.	Expansão das infra-estruturas do Aeroporto Internacional de Macau	Em articulação com o futuro desenvolvimento do Aeroporto, a CAM vai realizar a construção de um novo hangar de aviação de negócios, para melhorar as infra-estruturas já saturadas de apoio à aviação de negócios.	2013	2015
21.	Continuar a promover o Programa de Segurança Operacional da RAEM (SSP)	Desenvolver os trabalhos de fiscalização da segurança aérea. Rever a legislação e regulamentação vigentes. Fortalecer a comunicação com a indústria e avaliar, regularmente, a eficiência de segurança operacional da indústria.	2013	Tarefa contínua
22.	Funcionamento a título experimental do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa	Coordenar com os serviços e entidades envolvidas para proceder aos preparativos para a sua entrada em funcionamento e realizar ensaios antes da entrada em operação.	Início de 2014	No final de 2014
23.	Optimização dos espaços do Terminal Marítimo do Porto Exterior, aperfeiçoamento da gestão de funcionamento dos terminais marítimos de passageiros	Executar a "Empreitada da optimização dos espaços" do Terminal Marítimo do Porto Exterior, para melhorar as instalações e espaços do dito terminal.	Já iniciado	No final de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
24.	Criação de um posto de vigilância para reforçar o controlo do tráfego no mar	Criar um posto de vigilância na zona costeira do canal de acesso ao Porto Interior equipado com radar, para tornar mais rápido o controlo em tempo real, por VTS, sobre o tráfego no Porto Interior.	Início de 2014	No final de 2015
Protecção do ambiente, Energia e Recursos Hídricos				
25.	Melhorar a monitorização da qualidade do ar do Grande Delta do Rio das Pérolas, construir conjuntamente um cíclo de qualidade de vida na Região	Planeamento da recolha em grande escala e a longo prazo de amostras dos poluentes do ar nas zonas de Guangdong, Hong Kong e Macau, e proceder a investigação quimíca sobre as partículas recolhidas no ar poluente. Em 2014 vão iniciar-se os trabalhos permiliares.	1.º Trimestre de 2014	4.º Trimestre de 2014
26.	Criar o regime de avaliação de impacto ambiental	Acompanhar a execução em concreta da "Lista classificativa de projectos de construção que precisam de ser sujeitos a avaliação de impacto ambiental". Vai ser concluído no 4.º. Trimestre de 2014 a elaboração do projecto de legislação de regime de avaliação de impacto ambiental e os trabalhos de consulta de opiniões.	4.º Trimestre de 2013	4.º Trimestre de 2014
27.	Acompanhamento contínuo dos trabalhos do controlo da poluição do ar	Elaborar proposta de lei sobre os critérios para a emissão de gases de escape dos veículos e o projecto do Regulamento Administrativo – «Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Gasóleo Leve para Veículos». Estudar e estabelecer normas de emissão de poluentes dos principais estabelecimentos industriais de Macau e apresentar a respectiva proposta de estratégia de controlo de poluição, procedendo à recolha de opiniões.	4.º Trimestre de 2013	2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
28.	Elaborar a «Lei de Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental» e rever a «Norma sobre Acústica»	Em articulação com a nova versão da «Lei de Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental», proceder à revisão da «Norma sobre Acústica», realizar actividades de divulgação e aplicação da Lei.	2011	1.º. Semestre de 2014
29.	Lançamento do plano de apoio financeiro à eliminação de veículos altamente poluidores, implementar a política de eco-veículos	Concretização da 1ª. fase do plano de apoio financeiro à eliminação de veículos altamente poluidores e abrir a respectiva candidatura. Em articulação com as políticas de eco-veículos a curto prazo, promover a introdução prioritária aquisição de eco-veículos pelos serviços públicos da Administração.	2014	Tarefa contínua
30.	Impulsionar medidas de redução do uso de sacos de plástico	Impulsionar a voluntariedade na redução do uso de sacos de plástico, procedendo aos preparativos de pré-fase visando a aplicação de medidas obrigatórias na cobrança de taxa de uso de sacos de plástico na próxima fase.	Já iniciado	Tarefa contínua
31.	Ajustar o mecanismo de tarifas de água canalizada	Tendo em conta o resultado do "Inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada", em conjugação com o preço da água bruta fornecida a Macau, o desenvolvimento socioeconómico de Macau, o encargo a ser prestado pela população, reforçar e promover a eficiência na poupança da água, realizar planos adequados no ajustamento do mecanismo de tarifas de água canalizada.	2014	2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
32.	Concretização progressiva do Plano Director de Desenvolvimento de Água Reciclada de Macau	De acordo com as políticas e medidas definidas no Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada de Macau (2013-2022), concretizar a construção, exploração e utilização da rede pública de água reciclada em de forma ordenada, criar o regime de gestão de água reciclada.	2014	Tarefa contínua
33.	Estudo para a construção do terceiro circuito da segunda interligação de transmissão de energia eléctrica de 220 kV	De acordo com os resultados das sucessivas revisões, estudar a construção do terceiro circuito da segunda interligação de transmissão de energia eléctrica de 220 kV, no intuito de alargar a capacidade do fornecimento electricidade.	2013	2015
34.	Implementação do novo Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade	De acordo com as opiniões recolhidas durante as duas consultas públicas, foi iniciado o processo de alteração da legislação que visa introduzir tarifas progressivas novo sistema tarifário, aperfeiçoando o regulamento vigente.	2011	Início de 2014
35.	Construção da rede de gasodutos de gás de cidade e fornecimento de gás	Construção da rede de gasodutos de gás de cidade e expansão, gradual, do fornecimento de gás aos clientes residenciais e comerciais.	2012	2017
Telecomunicações				
36.	Revisão da estratégia de desenvolvimento do mercado de telecomunicações	Na sequência dos resultados do ano anterior, relativos ao estudo e a recolha de opiniões sobre o desenvolvimento o futuro do mercado de serviço de televisão, definir progressivamente as políticas de serviço de televisão e, em articulação com o contexto de liberalização do mercado de telecomunicações, criar condições vantajosas para o novo modelo de serviço.	4.º Trimestre de 2013	2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
37.	Estudar a introdução da tecnologia da comunicação móvel da nova geração	Na sequência do estudo da introdução das tecnologias da comunicação móvel da nova geração em 2013, concretizaremos o trabalho de definição das licenças do serviço de comunicação móvel da nova geração pela tecnologia de LTE, permitindo que os cidadãos possam aceder quanto antes ao serviço de telecomunicações móveis trazido pela nova tecnologia.	2013	2014

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2014 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

— Síntese —

Área da Administração e Justiça

Balanço das acções governativas no ano de 2013

Concluímos e promovemos um conjunto de trabalhos no âmbito da administração pública, da construção do sistema jurídico, dos assuntos cívicos e qualidade de vida da população, de acordo com o plano de acções governativas do Chefe do Executivo e em resposta às necessidades de desenvolvimento sustentado da sociedade.

I. No domínio da Administração Pública

1. Implementação do regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e reforço do sistema de gestão de desempenho

Para implementar o plano de acção sobre o aperfeiçoamento do regime de avaliação do desempenho dos dirigentes, conforme referido no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013 apresentado pelo Chefe do Executivo, efectuando uma melhor apreciação da eficácia e do mérito dos dirigentes e aumentando o seu sentido de responsabilidade, definimos o regime de apreciação do desempenho dos quadros dirigentes de acordo com o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e o mecanismo de avaliação dos serviços públicos, tendo como referência as experiências e a teoria de outras regiões. Para além disso, foram publicados e implementados os padrões que regulam a apreciação do desempenho do pessoal de direcção, mediante o Despacho do Chefe do Executivo n.° 305/2013.

Este regime, através de uma abordagem multifacetada e um corpo de parâmetros de valoração do mérito e eficácia, definiu normas para o processo de apreciação, exigindo aos titulares de cargos que invistam todos os esforços para atingir os objectivos fixados e que se empenhem na auto-qualificação, interiorizando os valores correctos e a cultura de avaliação de mérito e eficácia. Também permitiu aumentar, mediante a adopção de medidas adequadas, a fiscalização do pessoal de direcção nas diversas vertentes, desde a sua capacidade de execução e gestão de políticas, a sua capacidade de liderança e de tomada de decisões, ao sentido de responsabilidade e de missão e conduta ética, de forma a elevar a consciência da prestação de serviço e o cultivo da ética profissional, cumprir as metas do plano de acção governativa e aumentar a eficiência do sistema das acções desenvolvidas pelo Governo.

2. Colaboração com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria e elevação da consciência dos valores de honestidade e integridade

Colaborámos com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, analisando e acompanhando os relatórios, orientações, sugestões e recomendações destes dois órgãos, aperfeiçoando e optimizando os regimes administrativo e financeiro e reforçando a fiscalização.

Organizámos um conjunto de acções de formação essencial subordinadas aos temas de conhecimentos jurídicos, valores de honestidade e integridade e conhecimentos especializados, com o objectivo de elevar o sentido de responsabilidade, consolidar a consciência de valores correctos e aumentar os conhecimentos dos trabalhadores, para efeitos de assegurar o cumprimento pleno das obrigações profissionais.

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Comissariado contra a Corrupção organizaram em conjunto uma nova edição do Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, num total de 11 turmas, contando com a participação de cerca de 240 pessoas, destinado a providenciar um domínio sólido da legislação relevante para a área de funções aos trabalhadores da Administração. Assim, pudemos garantir uma aplicação correcta e eficaz da lei e um cumprimento pleno dos deveres e responsabilidades pelos funcionários, reforçando as suas noções de administração segundo a lei e os valores de honestidade e integridade.

3. Alargamento dos serviços automáticos interdepartamentais e generalização da aplicação dos serviços de Governo Electrónico

1) Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau/Centro de Informações ao Público

A terceira fase das obras de construção do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau foi concretizada em finais de 2013. Temos continuado a elevar a qualidade da prestação de serviços e dedicado esforços para construir uma rede de serviços públicos de alto nível e acessíveis. Até 30 de Setembro deste ano, o Centro prestou serviço a 269 969 utentes, representando uma subida de 40% em comparação com igual período do ano passado.

O Centro de Informações ao Público instalou um sistema electrónico de senhas, integrando as funções de atribuição de senhas e atendimento por via electrónica, registando directamente o serviço de atendimento e a gravação sonora, optimizando deste modo o circuito de trabalho e elevando a eficiência no atendimento. Implementámos o sistema de consulta sobre o andamento dos processos por via de telemóvel, optimizando mais as vias de divulgação e transmissão de informações da Administração, elevando a transparência e o carácter público dos serviços administrativos.

2) Espaços dedicados exclusivamente a serviços automáticos interdepartamentais

Os quiosques de serviços automáticos passaram gradualmente a oferecer uma gama vasta de serviços de diferentes organismos públicos aos cidadãos, em vez de um só tipo de serviço como no passado. Assim, a integração de aplicações múltiplas nestes quiosques contribuiu para a partilha de recursos governamentais, facilitou a vida dos cidadãos e abriu caminho a um futuro acesso aos serviços electrónicos integrados de diferentes organismos públicos apenas com o Bilhete de Identidade do tipo "cartão inteligente".

O Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau aprofundou o modelo de serviços automáticos, reorganizou e aumentou os espaços dedicados exclusivamente à prestação de serviços automáticos, onde se pode recorrer aos quiosques de serviços para oferecer serviços automáticos de prova de vida, autenticação de documentos de identificação, inscrição para o uso da passagem electrónica para aqueles que se deslocam a Hong Kong e guia da cidade, entre outros.

Melhorámos a qualidade dos quiosques de serviços automáticos e promovemos a sua utilização e optimização. Para melhor facilitar a vida da população, foram instalados 41 quiosques de serviços automáticos em 28 lugares.

No corrente ano, começámos a destacar pessoal para providenciar o serviço de assistência testemunhal em 14 dos referidos lugares mais frequentados pelos cidadãos idosos. Caso o cidadão idoso não consiga ter as impressões reconhecidas, o pessoal destacado pode comprovar que este se deslocou pessoalmente para tratar das formalidades.

3) **Reconhecimento da "Carta de Qualidade"**

A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos fez um balanço da situação global dos trabalhos de revisão levados a cabo em 2012 e definiu as prioridades e metas para o futuro, de entre as quais se incluem o melhoramento do *feedback* e a integração dos mecanismos concernentes.

A Comissão, de acordo com os resultados de avaliação do projecto "Carta de Qualidade", identificou os problemas de recolha de sugestões e divulgação de informações dos organismos públicos e transmitiu-lhes orientações, nomeadamente sobre a "Avaliação do Grau de Satisfação dos Cidadãos" e a "Divulgação e Publicação de Informações", com vista a continuar a optimizar o sistema de gestão administrativa e elevar a transparência das políticas.

4) **Governo Electrónico**

Continuámos a ampliar a aplicação de meios electrónicos na prestação de serviços, na gestão interna e nas infra-estruturas.

Definimos o projecto de planeamento geral e desenvolvimento do Portal de Governo, no sentido de elevar gradualmente a funcionalidade deste portal. Elaborámos instruções normativas para as páginas electrónicas dos organismos da Administração, para serem aplicadas na concepção, conteúdo e funções destas páginas, facilitando o acesso da população à informação do Governo.

Concluímos a concepção geral do sistema "Plataforma de Aplicação do Governo Electrónico", assim como terminámos a primeira fase de construção dessa plataforma.

Alargámos a aplicação do mecanismo permanente do sistema de recuperação de dados pós-catástrofe do Centro de Dados do Governo, construímos as infra-estruturas necessárias e elevámos a segurança e a estabilidade do sistema informático.

Promovemos a construção do sistema de segurança e sistema padronizado do projecto de Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau, concluímos o relatório sobre o planeamento executivo do enquadramento de segurança informática e gestão de crises, e elevámos a capacidade do Governo de enfrentar e solucionar contingências e incidentes que põem em causa a segurança informática.

Impulsionámos a utilização de impressos electrónicos. De acordo com os dados estatísticos do Portal do Governo, até 30 de Setembro de 2013, 42 organismos públicos providenciaram, sem encargos, 1 035 tipos de impressos electrónicos para os utentes poderem fazer o *download*. A Imprensa Oficial lançou este ano a Plataforma para a Assinatura de Publicações Electrónicas do Governo. Através deste meio acessível e uniforme, os cidadãos interessados puderam adquirir as publicações electrónicas editadas pelos organismos da Administração. Em simultâneo, pudemos divulgar a mensagem sobre a importância de protecção ambiental, reduzindo o recurso ao papel e diminuindo os gastos decorrentes de serviços de tipografia, transporte e armazenamento.

Para que os organismos da Administração estivessem a par da ordem de publicação dos seus documentos no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau e pudessem informar de forma oportuna e fiel o público, lançámos este ano o sistema para consulta do processo da publicação do Boletim Oficial.

4. Aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta e das estruturas orgânicas e elevação da qualidade de execução de políticas

1) Mecanismos de consulta

A Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, enquanto entidade competente para assegurar a coordenação e a articulação das acções, tem mantido uma ligação estreita com os serviços envolvidos, coordenando e supervisionando todos os projectos de consulta de políticas públicas. A Comissão tem desempenhado as funções de coordenação com eficácia, providenciando o apoio e a assistência necessária aos organismos da Administração.

Concluída a revisão e análise do processo de aplicação das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, elaborámos um conjunto de esclarecimentos essenciais sobre a definição dos projectos de consulta de políticas públicas, planeamento preliminar e trabalhos preparatórios, organização das acções de consulta, balanço final e avaliação e apresentação de relatório e reforçámos a prestação de assistência, com vista a permitir que os organismos da Administração tenham um maior domínio da matéria e estejam habilitados a promover as acções de consulta em cumprimento rigoroso das Normas e tendo sempre em atenção as especificidades particulares de cada política, para efeitos de melhoramento da sua qualidade. Optimizámos a divulgação de informações por via electrónica, colocando os textos objecto de consulta na página electrónica dedicada à consulta de políticas no Portal do Governo, permitindo um acesso completo e centralizado dos cidadãos.

Os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários da zona Norte, Central e das Ilhas desempenharam activamente o seu papel de agente transmissor das sugestões e aspirações dos residentes e através da criação de grupos especializados, participaram directamente na resolução e acompanhamento dos assuntos dos bairros. Os Conselhos também trabalharam em ligação estreita com os Centros de Prestação de Serviços ao Público, promovendo um intercâmbio e diálogo profícuo com os organismos da Administração. Esta medida contribuiu para um conhecimento oportuno e resolução adequada das questões relativas à vida dos habitantes, garantindo deste modo que os Centros desempenhem de forma eficaz o papel de intermediários úteis entre o Governo e os bairros comunitários.

Os colóquios comunitários constituíram outra plataforma que permitiu a participação dos residentes nos assuntos comunitários. Os habitantes dos bairros e os representantes das associações puderam expressar as suas opiniões aos organismos públicos competentes que tratavam dos assuntos relacionados com a qualidade de vida dos cidadãos. Através do diálogo construtivo e da interacção eficaz, a Administração teve um melhor conhecimento das necessidades das comunidades e reuniu os contributos de todos para aperfeiçoar as medidas adoptadas no âmbito da qualidade de vida da população.

Os Conselhos e os colóquios comunitários puderam recolher as opiniões dos residentes de forma directa e eficaz e as matérias abordadas incluíam os transportes, cuidados médicos, educação, habitação, planeamento urbano, empreendimentos públicos, protecção ambiental, saneamento básico nos bairros, segurança alimentar e gestão de equipamento municipal. As opiniões recolhidas foram transmitidas aos organismos competentes, para efeitos de estudo, acompanhamento e resolução.

Os Conselhos acompanharam até 30 de Setembro deste ano 298 casos, dos quais 214 foram objecto de tratamento ou resolvidos e dentro destes, 127 casos exigiram uma intervenção inter-serviços. Organizámos 7 colóquios comunitários e reunimos 253 sugestões, sendo que todos os casos concernentes foram já objecto de tratamento ou resolvidos.

2) **Reorganização das funções estruturais**

Sob o prisma de divisão especializada de competências e integração de procedimentos, analisámos as situações de sobreposição e cruzamento de funções existentes nos organismos públicos e apresentámos propostas de reorganização das estruturas orgânicas da Administração Pública, incluindo pareceres sobre a reestruturação do Instituto de Habitação e da Capitania dos Portos (designação alterada para Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água).

Racionalizámos faseadamente as atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, começando por intervir nas competências nas áreas cultural e desportiva do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto. Criámos um grupo de trabalho inter-departamental para acompanhar o processo.

Devido às formalidades necessárias para efectuar a transição das funções e do pessoal e à necessidade de garantir a estabilidade dos serviços prestados, apresentámos um projecto para a transição de funções que será concretizado no próximo ano.

5. **Optimização da gestão do pessoal e aperfeiçoamento do recrutamento centralizado**

Analisámos os dados sobre as necessidades de pessoal dos organismos públicos e o seu planeamento para a abertura de concursos para efeitos de promoção do recrutamento centralizado de forma ordenada e optimização da gestão da dimensão do corpo de trabalhadores, em obediência rigorosa à Lei n.° 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos) e ao Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos) e de acordo com o princípio de conceder prioridade aos casos de vacatura de lugar, aditamento de funções e necessidades resultantes de acções governativas fundamentais.

Em articulação com a gestão de pessoal no âmbito do recrutamento centralizado para efeitos de ingresso, aperfeiçoámos o universo de recolha de dados sobre os recursos humanos e criámos um mecanismo permanente de recolha de dados, para efeitos de um melhor conhecimento da situação de recursos humanos da Administração e uma maior consolidação dos fundamentos que justificam a dimensão do corpo de funcionários. Para assegurar uma gestão mais eficaz da dimensão do corpo de trabalhadores dos serviços públicos e dos procedimentos orçamentais, definimos de forma preliminar um projecto de enquadramento geral da dimensão ideal do corpo de funcionários e um plano de estudos sobre esta matéria que servirá de base para impulsionar esta política.

No que diz respeito ao recrutamento para efeitos de ingresso e selecção de pessoal, iniciámos os concursos no âmbito do recrutamento centralizado para lugares da carreira de adjunto-técnico (áreas funcionais de apoio técnico-administrativo geral, de apoio técnico-administrativo com atendimento ao público e área informática). Confirmados os resultados das provas de conhecimentos específicos, iremos publicar a classificação dos candidatos e programar a fase de entrevista profissional no âmbito do processo de selecção. A fase de apresentação de candidaturas, bem como as provas escrita e oral de conhecimentos para o concurso de ingresso na carreira de técnico superior da área informática para preenchimento de 52 vagas no âmbito do recrutamento centralizado estão concluídas. Iniciámos, em finais de Outubro deste ano, os procedimentos de recrutamento centralizado para vagas de técnico superior da área de Direito.

Até 30 de Setembro deste ano, elaborámos parecer sobre 91 avisos de concurso (conteúdo funcional) e processo de recrutamento de 26 organismos públicos. Concluímos a concepção do sistema electrónico de sorteio e procedimentos de distribuição que entrará em funcionamento no próximo ano, para efeitos de colocação dos candidatos aprovados e preenchimento das vagas por concurso centralizado.

Concluímos a primeira fase da construção da plataforma de gestão e prestação de serviços de trabalhadores dos serviços públicos, que servirá para integrar e gerir os dados de pessoal, através de meios electrónicos.

6. Aperfeiçoamento das normas da função pública e elevação da qualidade do pessoal

1) Gestão da função pública

Concluímos as acções de consulta relativas ao Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos. Analisámos e apreciámos as opiniões expressas de acordo com os resultados de consulta e demos início aos trabalhos de redacção do projecto de lei e legislação complementar.

Elaborámos o projecto do regime de queixa e reconciliação dos trabalhadores dos serviços públicos, com vista a assistir estas entidades a resolver de forma eficaz as queixas do pessoal, a promover o diálogo interno e a elevar o nível de desempenho.

Concluímos o estudo sobre as novas opções, estruturas e estratégias de investimento do regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos, fixando o rumo a seguir a curto, médio e longo prazo (2013 a 2020). Revemos o regime de aposentação e sobrevivência, fizemos um estudo comparativo com a disposição de activos de outros países e regiões e fixámos as metas de investimento e as categorias de activos passíveis de ser objecto de investimento.

O número de contribuintes do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos atingiu os 16 608, com um nível de investimento global a rondar as 6 000 milhões de patacas, dos quais a proporção das componentes do "portfolio" é de 52% para o Fundo de investimento em acções internacionais, 23% para o Fundo de investimento em obrigações internacionais e 25% para a carteira de depósitos bancários. Até 30 de Setembro deste ano, o regime de previdência registou um rendimento acumulado de 8,1%. Se se contabilizar desde o dia da sua instituição, o rendimento anual registado é de 4,22%. Segundo os dados, cerca de 97% dos contribuintes obtiveram lucros resultantes dos investimentos.

Desde a sua criação em 2012, a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública tem discutido e estudado diversos temas, nomeadamente a política de actualização remuneratória, as opiniões sobre esta matéria, os procedimentos para a revisão salarial e os dados de referência, assim como se chegou a um consenso preliminar sobre a revisão regular e o mecanismo de análise, tendo deste modo fixado um enquadramento para a actualização salarial dos trabalhadores da Administração.

A Comissão de Avaliação, de acordo com o enquadramento consensual e os procedimentos e tendo em consideração global o nível de rendimento salarial do mercado, a taxa de inflação, a situação financeira do Governo e outros factores, elaborou um parecer para efeitos de referência sobre a actualização salarial dos funcionários públicos do ano de 2013 e outras matérias desta natureza. Após discussão pelo Conselho Executivo e

apreciação pela Assembleia Legislativa, a Lei intitulada "Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública" entrou em vigor no dia 1 de Maio. Cada ponto do índice remuneratório dos trabalhadores da Administração passou de 66 patacas para 70 patacas. Efectuámos uma revisão da forma de funcionamento e composição da Comissão de Avaliação, assim como procedemos à optimização e reestruturação da Comissão, integrando peritos, académicos e representantes da sociedade civil na sua composição, para efeitos de aumento da sua eficácia.

2) **Atenção e carinho ao corpo de funcionários públicos**

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem prestado grande atenção aos funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas e que apresentam dificuldades económicas. Deste modo, disponibilizámos mais recursos para atenuar a pressão sentida no seu quotidiano, lançámos medidas de apoio complementares com base na legislação em vigor, e procedemos à atribuição do "abono para sobrevivência", do "abono para despesas de reparação de veículos" destinado aos condutores de veículos públicos ou àqueles que conduzam veículos por motivos de serviço, bem como do abono de prestação única para os requerentes da "campainha de socorro". Em simultâneo, prosseguimos com a aceitação e a apreciação dos pedidos de apoio especial apresentados pelos funcionários públicos. E, por outro lado, desenvolvemos um estudo sobre o aperfeiçoamento do regime de regalias dos funcionários públicos e apresentámos propostas respeitantes.

Para além disso, continuámos a efectuar visitas domiciliárias e organizámos diversas actividades culturais, recreativas e desportivas que beneficiam a saúde física e mental dos participantes. O Fundo de Pensões tem continuado a colaborar com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, organizando actividades para os pensionistas e os beneficiários do subsídio de sobrevivência, com vista a enriquecer a sua vida e fortalecer as suas aptidões físicas. São medidas que reflectem o carinho e a solidariedade que o Governo tem para com estas pessoas.

A Brigada de Voluntários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, que conta com 125 membros, tem continuado a realizar acções de solidariedade dirigidas aos bairros comunitários, oferecendo regularmente serviços aos idosos que viviam sozinhos, às famílias monoparentais e grupos sociais fragilizados. É um gesto que reflecte a solidariedade do pessoal do Instituto para com a sociedade e o seu interesse sincero em participar nas actividades benéficas para os bairros comunitários.

Lançámos um serviço de aconselhamento para aliviar o *stress*, com a colaboração da Associação de Psicologia de Macau. Os interessados puderam fazer a marcação prévia para uma sessão com um psicólogo e receber assistência personalizada e específica. Realizámos também palestras e *workshops* sobre o tema de acções úteis para aliviar a pressão e manter o equilíbrio emocional, com vista a dotar os funcionários de conhecimentos sobre o *stress* e habilitá-los a enfrentar os problemas psicológicos e emocionais.

3) **Formação de pessoal**

O Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos efectuou a coordenação e integração dos recursos a nível dos programas e infra-estruturas, reforçando todo o planeamento das acções. O Centro tem oferecido cursos de formação sobre matérias específicas de uma gama variada para trabalhadores de todos os níveis, com vista a elevar as suas aptidões. Até 30 de Setembro deste ano, o Centro organizou 230 acções de formação, contando com a participação de cerca de 5 750 trabalhadores.

No corrente ano, continuámos a organizar vários cursos de formação prioritários, entre os quais o Curso de Altos Estudos da Lei Básica de Macau, o Curso de Mestrado em Administração Pública (MPA) para os funcionários públicos de Macau, o Curso de Estudos de Temas Específicos para Quadros Superiores de Macau, o Curso de Definição de Políticas, o Curso de Definição e Execução de Políticas e o Curso de Formação de Formadores.

Para cumprir a vocação de desenvolvimento de Macau enquanto plataforma de ligação ao mundo lusófono, continuámos a colaborar com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia para a organização do Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa. A terceira edição do Programa foi concluída com 8 formandos aprovados, e a quarta edição já foi iniciada contando com a participação de 10 formandos. A primeira edição do Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa também já se arrancou com 8 formandos. Para além destes projectos, estamos a colaborar com a Universidade de Lisboa, o Instituto Politécnico de Macau e a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia para lançar a primeira edição do Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências, com vista a preparar intérpretes e tradutores de alto nível.

No que toca à formação para efeitos de acesso, e na sequência da entrada em vigor do regulamento sobre "Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos", recolhemos os planos de concursos para efeitos de acesso dos organismos públicos de 2014 a 2016, constituímos os júris para os concursos de acesso e definimos o planeamento de formação para efeitos de acesso de 2014.

No que diz respeito à formação jurídica, temos organizado, desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, acções de formação, de frequência obrigatória, que se destinam aos funcionários recém-ingressados, entre as quais o Curso de Formação Essencial, cujo conteúdo inclui a Lei Básica, o Regime Jurídico da Função Pública, o Código do Procedimento Administrativo, entre outras. Este ano organizámos 28 cursos, contando com mais de 780 participantes recém-ingressados na Administração.

Organizámos também um conjunto de cursos e actividades ligadas ao Direito, destinados aos trabalhadores de todos os organismos públicos, incluindo dirigentes e chefias, juristas e pessoal com competências para fazer cumprir a lei. O objectivo é transmitir conhecimentos jurídicos aos trabalhadores e dotá-los da capacidade para exercer as suas funções obedecendo à lei. As matérias dos cursos abrangiam a Lei Básica, o Direito

Internacional Público, a produção legislativa, aprofundamento dos conhecimentos jurídicos sobre administração pública e linguagem jurídica.

A segunda fase do programa de cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia no âmbito jurídico tem como objectivo "a consolidação do sistema jurídico de Macau". Este projecto, com a duração de 4 anos, teve início em Dezembro de 2009 e terminará em Dezembro de 2013. No âmbito deste programa de cooperação, realizámos 82 acções que, para além dos colóquios, *workshops* e conferências internacionais, ainda incluíram a tradução de obras de Direito, a publicação de livros e panfletos e a produção de anúncios televisivos.

II. No domínio da Justiça

1. Procedimento dos trabalhos técnicos de recensão e adaptação legislativa

Concluímos os trabalhos de recensão e adaptação legislativa, com a duração de 3 anos. Esta iniciativa visava proceder à análise do estado de vigência de 2 123 leis e decretos-leis previamente vigentes promulgados no período de 1976 a 19 de Dezembro de 1999, ou seja, analisar artigo a artigo, num universo de cerca de 40 mil artigos, para efeitos de verificação da vigência de cada diploma legal, e bem assim, esclarecer a razão e os fundamentos de não vigência de cada diploma. Para além disto, pretendia-se proceder, de acordo com o disposto na Lei de Reunificação, à adaptação das leis e dos decretos-leis previamente vigentes que ainda estão em vigor, apresentando propostas de alteração às disposições que não correspondam ao sistema jurídico vigente. E, em simultâneo, apresentavam-se propostas de revisão relativamente às incorrecções nas traduções de língua chinesa e portuguesa daquelas leis e decretos-leis previamente vigentes.

Contando com a colaboração dos organismos públicos, produzimos uma lista de toda a legislação previamente vigente, registando-se assim um total de 668 diplomas legais que ainda estão em vigor (108 leis e 560 decretos-leis) e 1 455 diplomas que deixaram de vigorar (232 leis e 1 223 decretos-leis).

Assim sendo, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau submeteu no terceiro trimestre de 2013 um relatório sobre esta matéria à Assembleia Legislativa, no qual foi apresentada a solução proposta pelo estudo sobre o modo de integração dos resultados desses trabalhos técnicos no respectivo procedimento legislativo, a fim de em conjunto com a Assembleia Legislativa analisar as alternativas viáveis em termos de técnica legislativa e criar condições favoráveis para o início dos procedimentos legislativos.

A recensão e a adaptação dos diplomas legais previamente vigentes são acções fundamentais para a edificação do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, sendo que os resultados da recensão legislativa constituirão uma referência primordial tanto para definir o Plano de Produção Legislativa, como para elevar a qualidade da produção. Deste modo, o Governo irá estreitar o diálogo com a Assembleia

Legislativa, de maneira a que os resultados colhidos na recensão e adaptação legislativa se transformem ainda nos mais proveitosos frutos da edificação do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

2. Acção de formação de magistrados e oficiais de justiça

Reforçámos a distribuição de recursos humanos nos órgãos judiciais, com vista a elevar a eficiência judicial. O quarto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, com a duração de 2 anos, terminou no dia 17 de Julho de 2013. Um total de 12 formandos concluíram a sua formação, entre os quais 6 foram nomeados como magistrados judiciais e outros 6 para desempenhar as funções de magistrados do Ministério Público.

Em simultâneo, o terceiro Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça, com a duração de 1 ano, chegou ao seu termo no dia 26 de Abril de 2013. Dos 110 formandos que concluíram o curso, 80 tomaram posse no cargo de escrivão judicial auxiliar e os restantes 30 no cargo de escrivão do Ministério Público auxiliar.

3. Ponto de situação da publicação de leis e regulamentos e revisão de leis fundamentais

Para possibilitar um maior aperfeiçoamento do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, bem como a edificação do sistema jurídico, foram aprovadas 12 leis pela Assembleia Legislativa, com os esforços conjuntos e a articulação entre o Governo e o órgão legislativo.

Até 30 de Setembro deste ano, o Chefe do Executivo promulgou 22 regulamentos administrativos, cujo conteúdo ia desde o funcionamento de organismos públicos, até às normas de sectores de actividade, subsídio para aquisição de material escolar a estudantes, comparticipação nos cuidados de saúde, comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, apoio a jovens empreendedores e normas sobre assuntos médicos e tráfego, o que impulsionou de forma eficaz e atempada o desenvolvimento das acções nos vários domínios.

Desde a entrada em vigor do Regime geral de apoio judiciário em 1 de Abril de 2013 até 30 de Setembro de 2013, foram tratados 1 784 pedidos de esclarecimentos e 238 pedidos de apoio.

Com a aprovação da revisão do Código de Processo Penal pela Assembleia Legislativa, o Governo irá republicar subsequentemente a nova versão deste Código. Atendendo que a nova versão do Código entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014, os organismos competentes estão a desenvolver os trabalhos de divulgação e formação necessários.

As acções de consulta relativas ao Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio terminaram no dia 31 de Julho e os dados e informações recolhidas estão

a ser objecto de análise, para efeitos de elaboração de um relatório final. Iremos também ter em conta as experiências de outras regiões na preparação dos trabalhos de redacção do projecto legislativo.

4. Divulgação jurídica

Para comemorar o vigésimo aniversário da promulgação da Lei Básica, os organismos da Administração reforçaram a cooperação com as associações e desenvolveram um conjunto de actividades destinadas a promover a Lei Básica. Lançámos o concurso para a selecção do melhor plano de divulgação da Lei Básica nas escolas. Construímos painéis de exposição itinerantes dedicados à Lei Básica que circularam por 38 escolas e 20 centros comunitários. Realizámos mais de 140 palestras sobre a Lei Básica nas escolas primárias e secundárias durante o ano lectivo de 2012/2013, contando com a participação de 4 500 pessoas.

No ano lectivo de 2012/2013, realizámos 418 sessões de divulgação jurídica nas escolas primárias e secundárias, contando com a participação de mais de 17 500 estudantes. Organizámos também 12 visitas estudantis e 4 sessões de divulgação de Direito destinadas aos pais e professores.

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça colaborou com vários organismos públicos para organizar um conjunto de actividades de generalização do Direito, incluindo *workshops* sobre Direito, jogos sobre informações jurídicas, painéis de exposição itinerantes sobre temas jurídicos, bazares de larga escala, concursos para a concepção de jogos em balcões dos bazares e visitas interessantes. Impulsionámos a construção do Centro de Generalização do Direito. Logo que o Centro esteja apetrechado de pessoal e equipamento físico, pode entrar em funcionamento, criando condições mais favoráveis para a divulgação jurídica.

Recorremos de forma integrada a meios diversificados de divulgação jurídica para promover e divulgar activamente toda a legislação recém-aprovada. Continuámos a consolidar as redes de divulgação jurídica na comunicação social, no sentido de tirar partido do seu âmbito de cobertura. Em 2013, publicámos mais de 360 artigos em colunas dedicadas ao Direito na Imprensa e participámos na produção de programas televisivos e radiofónicos subordinados a temas jurídicos que foram transmitidos mais de 310 vezes e anúncios de divulgação jurídica transmitidos pela televisão e pela rádio mais de 2 000 vezes. Realizámos 24 sessões de formação jurídica e 33 palestras sobre temas específicos da área do Direito. Publicámos panfletos e brochuras de divulgação jurídica que têm por ano um volume de requisição de cerca de 210 000 unidades. A *Hotline* de divulgação jurídica atendeu 2 400 pedidos de esclarecimento.

5. Assuntos de Direito Internacional

O Governo, em cumprimento das disposições competentes da Lei Básica e com o apoio do Governo Central e no exercício dos poderes por este delegados, tem continuado

a desenvolver acções e trabalhos no âmbito do Direito internacional e inter-regional, com o objectivo de consolidar e alargar o intercâmbio e a cooperação da Região Administrativa Especial de Macau com outros países e regiões. Até 30 de Setembro de 2013, publicámos 7 tratados multilaterais, 10 convenções bilaterais e 20 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong assinaram no dia 7 de Janeiro de 2013 o Acordo sobre a Confirmação e a Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais, estando actualmente em curso as negociações relativamente ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

A delegação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau nos dias 18 e 19 de Março de 2013, pela primeira vez participou, com a denominação de "Macau, China", na sessão do Comité dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas para a apreciação do primeiro relatório sobre a implementação na Região Administrativa Especial de Macau do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

O Comité dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas emitiu as Observações Finais no dia 28 de Março, declarando que tinha desenvolvido um diálogo construtivo com a delegação da Região Administrativa Especial de Macau e estava satisfeito. Elogiou as medidas e os esforços desenvolvidos pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau para proteger os direitos humanos e tudo o que foi feito para produzir legislação destinada a proteger os refugiados, combater o tráfico de pessoas, reeducar os jovens infractores e reinseri-los socialmente.

Em relação às Observações Finais do Comité dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas, nomeadamente sobre o reforço da divulgação do Pacto, a adopção gradual de medidas de eliminação do problema da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres e a protecção dos trabalhadores não residentes, o Governo irá continuar a acompanhar os trabalhos consequentes à apreciação do relatório e às sugestões sobre como podemos melhorar o desempenho.

No primeiro semestre de 2013, concluímos a elaboração das respostas às questões sobre a implementação na Região Administrativa Especial de Macau da Convenção sobre os Direitos da Criança. Na segunda metade do mês de Setembro de 2013, a Região Administrativa Especial de Macau participou, na qualidade de membro da delegação chinesa, na reunião do Comité dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, em Genebra, para a apreciação do segundo relatório sobre o cumprimento na Região Administrativa Especial de Macau da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Recebidas as informações e sugestões, o Governo concluiu em Maio a primeira versão do segundo relatório nacional sobre os direitos humanos (a parte que diz respeito a Macau), contendo essencialmente informações sobre a legislação que promove e protege os direitos humanos, o enquadramento institucional, as políticas e a prática feita após o

primeiro relatório da Região Administrativa Especial de Macau apresentado em 2008, bem com as metas e objectivos a atingir e os desafios a enfrentar no futuro.

Em cumprimento dos critérios e exigências de elaboração do relatório sobre os direitos humanos do nosso país, realizámos uma vasta consulta sobre o projecto de redacção do segundo relatório nacional sobre os direitos humanos (a parte que diz respeito a Macau) no período de 31 de Maio a 30 de Junho de 2013, incluindo o envio de missivas aos organismos da Administração competentes, organizações consultivas e organizações não-governamentais para auscultar as suas opiniões. Os cidadãos puderam também fazer o *download* do texto no Portal do Governo ou na página electrónica da Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional e apresentar as suas opiniões e sugestões sobre o conteúdo do texto. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau participou como membro da delegação chinesa na reunião de apreciação que teve lugar, no dia 22 de Outubro de 2013, em Genebra.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Entrada em funcionamento do Centro de Segurança Alimentar

A Lei da Segurança Alimentar entrou formalmente em vigor no dia 20 de Outubro de 2013 e o Centro de Segurança Alimentar também entrou em funcionamento no mesmo dia, desenvolvendo a sua acção no âmbito da gestão, avaliação e comunicação de situações de risco alimentar.

O Centro de Segurança Alimentar utiliza o modelo de "gestão de riscos" de acordo com os padrões promovidos pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, no sentido de proceder à distribuição das suas funções por 3 unidades diferentes, nomeadamente a unidade de gestão e planeamento, a unidade de avaliação de riscos e a unidade de informação de riscos, com vista a assegurar a segurança dos géneros alimentícios. Por este motivo, iniciámos de forma organizada os trabalhos de padronização relativos à segurança alimentar de Macau, procedemos à fixação de parâmetros de segurança alimentar e efectuámos o planeamento dos trabalhos da fase seguinte.

O Centro de Segurança Alimentar tem continuado a intensificar as acções pedagógicas e de divulgação, optimizando a Linha Aberta sobre Segurança Alimentar, o programa *App* de informações sobre a segurança dos alimentos, bem como os serviços disponíveis na página electrónica "Informação sobre Segurança Alimentar", nas línguas chinesa, inglesa e portuguesa, o que permite proporcionar melhores meios de intercâmbio, publicitar as informações sobre a segurança dos alimentos e recolher os pedidos de informação e as opiniões dos cidadãos, com o objectivo principal de prevenção de situações de risco e aperfeiçoar a avaliação e a gestão de riscos, fiscalizar o circuito comercial dos géneros alimentares e salvaguardar a segurança dos alimentos, em resposta às expectativas da população.

Também foram prosseguidas as acções de formação de pessoal, no sentido de facultar um curso sistematizado sobre teorias fundamentais e práticas de segurança alimentar, dedicado especialmente aos devidos trabalhadores. Estes foram destacados para os organismos públicos concernentes, onde puderam adquirir prática operacional em contexto real de trabalho e fortalecer os seus conhecimentos sobre a fiscalização da segurança dos alimentos e a inspecção sanitária nos estabelecimentos alimentares.

2. **Recurso à cooperação entre a Província de Guangdong, Hong Kong e Macau para o reforço do intercâmbio entre as duas partes no âmbito da segurança e higiene alimentar**

Desenvolvemos grandes esforços para concretizar as medidas no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. A partir do dia 2 de Janeiro de 2013, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais começou experimentalmente a proceder à desalfandegação por meios electrónicos de produtos alimentares frescos e vivos (animais e aves vivos e ovos frescos) aprovados pela fiscalização sanitária no Mercado Abastecedor de Macau e Matadouro de Macau. Vários operadores do comércio de importação de ovos e aves domésticas vivas já usam o sistema electrónico de declaração para efeitos aduaneiros, facilitando os trâmites de inspecção sanitária e desalfandegação.

Reforçámos a nossa ligação e diálogo com a Administração Geral de Controlo de Qualidade do Interior da China e os serviços competentes nesta área da Província de Guangdong. Desenvolvemos projectos de estudo e inquéritos, colaborando com os Serviços de Inspecção Sanitária dos Postos Fronteiriços de Shenzhen, os Serviços de Inspecção e Quarentena Transfronteiriça de Zhuhai e o Centro de Prevenção e Controlo de Doenças da Província de Guangdong.

Com base nas reuniões conjuntas sobre a cooperação Guangdong-Macau realizadas em Junho de 2013, foi assinado um novo Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong/Macau nos Trabalhos relativos à Segurança Alimentar, do qual consta a criação de um mecanismo de comunicação das informações sobre as acções desenvolvidas entre as duas partes, o estreitamento das relações entre os organismos competentes das duas regiões, a troca de informações sobre a segurança dos diferentes géneros alimentícios de acordo com os procedimentos definidos, a verificação das informações não confirmadas sobre a segurança dos alimentos, bem como a realização periódica de intercâmbios sobre o ponto de situação da segurança alimentar nas duas regiões.

No mês de Setembro, uma delegação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau deslocou-se às cidades de Beijing, Shanghai, Hangzhou, Shengzhen, Zhuhai e Hong Kong, onde realizou intercâmbios com diversos organismos que exercem as funções de supervisão e inspecção sanitária no domínio da segurança alimentar, assim como procedeu de forma activa a um estudo profundo relativamente ao reforço dos mecanismos de cooperação recíproca a partir das bases lançadas, à troca de informações, à investigação e formação, com vista a melhorar a segurança dos produtos alimentares a fornecer a Macau.

3. Construção de infra-estruturas municipais, cívicas e de lazer

A Província de Guangdong e Macau vão colaborar na mudança do Mercado Abastecedor de produtos alimentares frescos e vivos para a zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço de Zhuhai/Macau. Hoje, o enquadramento e o projecto do novo Mercado Abastecedor já estão concretizados. Estamos a proceder à concepção do novo laboratório de análises consoante o andamento das obras. Neste mercado, será adoptado um modelo de gestão e um mecanismo de fiscalização adequados às necessidades reais do desenvolvimento social, para efeitos de elevação da eficiência na gestão e rigor na fiscalização, incluindo a gestão de veículos, a gestão de mercadorias que entram e saem do recinto, a gestão do arrendamento dos espaços comerciais, o saneamento e a segurança, entre outros.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem continuado a realizar obras para a limpeza, conservação e manutenção do sistema público de esgotos, trabalhando activamente para efectuar obras de reparação preventiva e inspecções regulares para testar a funcionalidade e a estrutura das canalizações de drenagem e dos esgotos. O Instituto também tem fiscalizado as caixas de retenção de óleos dos restaurantes e as condutas de filtração de resíduos dos terrenos em obras, com vista a evitar a poluição e o entupimento dos esgotos e garantir o seu funcionamento eficaz. Em 2013 concluímos a ampliação parcial das condutas de esgoto e iniciámos as obras de optimização da ligação entre esgotos, o que permitiu melhorar eficazmente o problema das inundações.

Para responder às necessidades dos vendilhões do Mercado da Ribeira do Patane no exercício das suas actividades, após coordenação, conseguimos efectuar a mudança dos vendilhões em Fevereiro de 2013. A reconstrução das novas instalações neste espaço está a ser realizada conforme o planeamento, prevendo-se que as obras de construção cheguem ao termo em 2016. Iremos também realizar obras no Mercado de S. Domingos e no Mercado Vermelho, com vista a optimizar as suas infra-estruturas e facilitar a vida das pessoas que lá se deslocam para fazer compras.

Para dar resposta às necessidades do grande número de residentes da urbanização de habitação pública de Seac Pai Van em Coloane que precisa de fazer compras, construímos um centro de compras que dispõe de um espaço de 2 000 metros quadrados, incluindo uma zona de pelo menos 700 metros quadrados destinada exclusivamente à venda de produtos frescos e vivos, incluindo pescado e marisco, carne, aves, fruta, produtos derivados da soja e outros géneros alimentícios, a fim de satisfazer as necessidades do desenvolvimento futuro deste bairro comunitário.

As obras de construção de uma ciclo-via na Taipa junto da Ponte de Sai Van estão basicamente concluídas. Estamos neste momento a aperfeiçoar as infra-estruturas complementares. Este projecto irá proporcionar um espaço para a prática desportiva e a realização de actividades à população.

Foi já divulgado, no dia 19 de Setembro, o relatório da segunda consulta sobre o projecto turístico integrado do Lago Sai Van. Considerando as opiniões recolhidas, não estão actualmente reunidas as condições necessárias para prosseguirmos com o desenvolvimento daquele projecto, pelo que verificámos, após análise, a necessidade de proceder à sua suspensão. Com as experiências obtidas nessas consultas, determinámos que, como a instalação de um mercado nocturno exige condições suficientes, nomeadamente no que se refere aos recursos de solos e à articulação com o ambiente, a adequabilidade da instalação do mercado nocturno dependerá de ajustamentos e estudos profundos a desenvolver no futuro. Por outro lado, a partir das sugestões viáveis colhidas no processo de consulta, vamos realizar, por fases, a optimização dos espaços verdes e das instalações recreativas e desportivas no Lago Sai Van e nas áreas adjacentes, entre as quais as vias verdes, as vias para corrida lenta e as vias pedonais.

Este ano, os efeitos da epidemia da "febre de Dengue" das regiões vizinhas têm sido bastante severas. O Governo instruiu os organismos públicos para trabalharem em estreita colaboração, incluindo o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, os Serviços de Saúde e as Obras Públicas. Com o apoio solidário e a colaboração das associações locais, pudemos intensificar as acções de inspecção e limpeza dos "pontos negros" de insalubridade e terrenos privados desocupados. Mobilizámos nos sábados e domingos residentes de diferentes bairros para participar nas acções de limpeza das zonas e a drenagem de águas estagnadas. Com os esforços conjuntos de todos, a população em geral adquiriu noções sobre a importância de prevenção contra a proliferação de mosquitos e ficaram alertados sobre o mal que representavam, razão pela qual a propagação da febre ficou sob controlo.

Desde a sua inauguração em Abril de 2012, o pavilhão do panda gigante tem funcionado bem. Concluímos as obras de aperfeiçoamento do recinto B do pavilhão e enviámos pessoal para participar na conferência sobre a conservação do panda gigante dos 4 locais dos dois lados do Estreito e a conferência anual da Comissão Técnica para a Procriação do Panda Gigante, que tiveram lugar em Taiwan. Enviámos pessoal a Chengdu para aprender técnicas sobre a conservação de crias, com o objectivo de preparar a procriação dos pandas gigantes.

Iniciámos as obras de aperfeiçoamento das facilidades do jardim zoológico no Parque de Seac Pai Van, para efeitos de construção do pavilhão para o panda pequeno. Para além disso, vamos apresentar à Assembleia Legislativa a Lei de Protecção de Animais, definindo os princípios normativos desta matéria, no sentido de reforçar a protecção dos animais e combater a violência e os maus tratos contra os animais.

4. Educação cívica

Continuámos a abraçar o lema "construir em conjunto uma comunidade harmoniosa" como tema principal da campanha de educação cívica, difundindo a mensagem essencial de "moral público, cumprimento da lei e respeito pelos outros". Queremos generalizar as noções de civismo e carinho pela comunidade, com vista a mobilizar todos para trabalhar

em prol de uma cidade saudável e uma sociedade estável. Devemos fazer esforços para sermos cidadãos responsáveis e trabalhar para elevar o civismo da população, dos trabalhadores de nacionalidade estrangeira e dos turistas.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, a partir dos centros e postos de prestação de serviços como núcleos irradiadores, fez penetrar a sua acção nos bairros para promover a boa vizinhança. Os 6 centros de actividades localizados nas diferentes zonas têm continuado a divulgar a mensagem de boa vizinhança, entreajuda e harmonia entre as comunidades. Os centros têm realizado todos os meses actividades colectivas com pequenos grupos, sob a orientação de assistentes sociais credenciados. Estas actividades incidem sobre a esfera individual para depois se estender ao meio familiar e ao meio comunitário, com vista a generalizar a noção de carinho à comunidade e espírito de solidariedade e amizade.

IV. Outros domínios

1. Assuntos eleitorais

O Governo, em rigoroso cumprimento da Lei Básica e da Interpretação e Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, concluiu o processo de revisão dos Anexos I e II da Lei Básica e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e com base nestes resultados positivos, terminou com eficácia os trabalhos relativos à eleição para a quinta Assembleia Legislativa.

As eleições para a quinta Assembleia Legislativa tiveram lugar no dia 15 de Setembro e destas eleições emergiram 14 deputados por sufrágio directo e 12 por sufrágio indirecto. Durante o período das eleições, os organismos públicos trabalharam em estreita cooperação, colaborando activamente com a implementação das medidas anunciadas pela Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, assim como foram optimizados os sistemas informáticos e meios complementares da rede electrónica, elevando a sua estabilidade e reforçando a sua capacidade para enfrentar contingências, com vista a reduzir o risco de as questões imprevistas afectarem o processo eleitoral. Com o auxílio do equipamento informático, pudemos prestar uma assistência eficaz aos trabalhos.

Através de diferentes meios de divulgação, incentivámos os cidadãos a votar. Publicámos o Guia de Formalidades das Eleições para a Assembleia Legislativa 2013 e a calendarização dos trabalhos, produzimos e transmitimos filmes curtos de divulgação, criámos mesas de voto simuladas e procedemos à divulgação de informações através das páginas electrónicas. O serviço automático de recenseamento eleitoral passou a dispor de uma função nova, ou seja, a de identificação da localização das mesas de voto, para facilitar a vida dos cidadãos.

Deste modo, as eleições para a quinta Assembleia Legislativa foram concluídas com sucesso, graças à participação activa dos vários sectores e dos residentes locais, bem como aos esforços e à dedicação da Comissão de Assuntos Eleitorais, da Assembleia

de Apuramento Geral, dos organismos públicos competentes e do pessoal de assuntos eleitorais, para além dos organismos que disponibilizaram os recintos para votação e dos órgãos de comunicação social que asseguraram a cobertura plena das informações eleitorais.

Por outro lado, o Governo irá proceder ao devido estudo, análise e acompanhamento com base nas condições e informações recolhidas nas referidas eleições e de acordo com o relatório final apresentado pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa.

2. Documentos de viagem e Bilhete de Identidade do tipo "cartão inteligente"

Em 2013, no exercício de poderes delegados pelo Governo Central, os portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau podem viajar para as Ilhas Mauritius e Granada, com isenção de visto de entrada. Até 30 de Setembro deste ano, os países e regiões que concordaram em conceder a facilidade de isenção de visto ou concessão de visto no porto de chegada são em número de 105, dois mais que no ano passado, entre os quais 75 países e 15 regiões concederam isenção de visto e 15 países autorizaram a concessão de visto no porto de entrada. Os países e regiões que concordaram em conceder isenção de visto ou visto no porto de entrada ao título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau são ao todo 10.

A Direcção dos Serviços de Identificação enviou pessoal para visitar as embaixadas estrangeiras sediadas em Beijing, no sentido de dar a conhecer os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Emitimos mensagens curtas aos residentes de Macau em viagem no estrangeiro, dando-lhes informações sobre contactos com embaixadas chinesas e sobre protecção consular. Enviámos também mensagens para alertar os residentes dos eventuais riscos em países estrangeiros, com o objectivo de aumentar a sua consciência da segurança e prevenção nas viagens para o estrangeiro.

Concluímos as obras para o "*upgrading*" do sistema de Bilhete de Identidade do tipo "cartão inteligente", assim como iniciámos, no dia 31 de Outubro de 2013, a emissão do Bilhete de Identidade de Residente com *chip* sem contacto, junto da população de Macau. O novo Bilhete de Identidade tem basicamente a mesma configuração do original, sendo-lhe, porém, acrescidos elementos de alta tecnologia que impedem a sua falsificação e procedido ao "*upgrading*" do programa já existente para garantir a segurança do documento.

O facto de o primeiro lote de Bilhetes de Identidade do tipo "cartão inteligente" com a validade de 10 anos ter chegado ao termo nos finais de 2012, os cidadãos vão precisar de tratar da renovação dos seus documentos de identificação. Para este efeito, a Direcção dos Serviços de Identificação procedeu à simplificação de um conjunto de circuitos administrativos internos e lançou os serviços automáticos para tratar das formalidades relativas ao Bilhete de Identidade de Residente e aos passaportes da Região Administrativa Especial de Macau, para fazer face às multidões de interessados. Para melhorar a tramitação no levantamento dos documentos e reduzir as filas de espera, em Setembro deste ano, foi lançado o serviço de levantamento de documentos por via electrónica. O público pode

introduzir o código do talão de levantamento no computador e depois dirigir-se ao balcão para levantar o documento.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2014

I. No domínio da Administração Pública

Em resumo das experiências que têm vindo a ser colhidas na área da administração e justiça, através da avaliação dos efeitos e das insuficiências da reforma administrativa e jurídica, as políticas prioritárias a desenvolver em 2014 irão centrar-se no impulso do mecanismo de gestão governamental e da rede de serviços públicos, persistindo-se no impulso da edificação de um "Governo prestador de serviços e responsável".

1. Aperfeiçoamento do regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e promoção do sistema de gestão de desempenho

Através da organização regular de acções de formação e orientações, iremos consolidar a consciência de responsabilização, para que o pessoal nas diferentes categorias conheça as suas responsabilidades no âmbito da interpretação correcta e cumprimento rigoroso da Lei Básica, da legislação concernente, normas e códigos de conduta.

Iremos acompanhar a implementação dos critérios a aplicar ao regime de apreciação do desempenho dos quadros dirigentes da Administração, bem como efectuar a avaliação do seu estado de execução, de maneira a aprofundar, através de acções de formação, os conhecimentos do pessoal sobre o conteúdo da apreciação e as capacidades exigidas. Também iremos proceder à sua revisão e aperfeiçoamento no âmbito dos requisitos, normas e operações processuais, com o objectivo de elevar os valores de mérito e eficácia, fortalecer a tomada de consciência relativamente às responsabilidades e à intensidade da execução de políticas.

Reforçaremos os parâmetros científicos e objectivos da apreciação do desempenho dos quadros dirigentes. Com base no inquérito sobre o grau de satisfação dos cidadãos e no mecanismo de avaliação dos serviços, efectuaremos um estudo relativo à extensão do conteúdo da apreciação do desempenho à avaliação dos organismos concernentes e seus serviços, assim poderemos estreitar a ligação do mérito e eficácia dos titulares de cargos aos resultados da execução de políticas e à qualidade dos serviços.

2. Intensificação da promoção da integridade e utilização correcta dos recursos públicos

Em articulação com as acções fiscalizadoras do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria, iremos proceder ao acompanhamento e à adopção de medidas sobre os relatórios e propostas por eles emitidos, de modo a melhorar o

funcionamento administrativo e financeiro, optimizar o fluxo das actividades e aumentar a eficiência de trabalho. Também iremos integrar a informação electrónica para elevar o nível de transparência da acção governativa e aperfeiçoar os mecanismos de tratamento das opiniões recolhidas, em defesa dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

Difundiremos uma cultura de servidor público sincero, responsável, diligente, zeloso, saudável e honesto, reforçaremos a consciência do Estado de Direito e a conduta profissional no corpo de funcionários públicos, elevaremos os seus conhecimentos sobre Direito, assegurando deste modo a aplicação correcta da lei. Continuaremos a recorrer a acções promocionais, educativas e fiscalizadoras, no sentido de incutir nos cursos de formação as ideias de integridade, imparcialidade, conhecimento e cumprimento da lei, e utilização correcta dos recursos públicos.

Iremos prosseguir com a realização do Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, de forma a aprofundar os conhecimentos dos funcionários públicos sobre as leis e os regulamentos inerentes às funções que desempenham, bem como sobre as suas responsabilidades e deveres, para além de elevar as suas qualidades a nível de integridade e correcção e assegurar o desempenho de funções de acordo com a lei.

3. Reforço da edificação do corpo de funcionários públicos e optimização do regime da função pública e das acções de formação

1) Gestão centralizada do pessoal

Iremos elevar a eficiência da gestão centralizada dos funcionários públicos e efectuar melhoramentos nas vertentes do plano de pessoal e admissão, da aquisição de conhecimentos e aptidões, da gestão, entre outros, com vista a tirar um maior proveito da aplicação dos recursos humanos e desenvolver as suas potencialidades.

Intensificaremos as funções da plataforma de gestão dos funcionários públicos, assim como integraremos a tecnologia informática nas acções de recrutamento centralizado, acesso e formação e nas actividades correntes, com vista a providenciar dados estatísticos e aumentar a eficácia e as funções de gestão na área de pessoal.

Fortaleceremos a aplicação dos valores de mérito e eficiência na gestão do planeamento dos recursos humanos e sua admissão, assim como implementaremos a Lei n.° 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos) e o Regulamento Administrativo n.° 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos). Também impulsionaremos de forma ordenada a realização de concursos centralizados de ingresso, optimizando os respectivos procedimentos. Decorridas as várias fases do processo de selecção do concurso de ingresso na carreira de adjunto-técnico, procederemos à publicação da lista classificativa e realizaremos o processo de afectação subsequente, com vista a preencher as vagas existentes nos diversos organismos públicos. Além disso, os concursos centralizados

de ingresso na carreira de técnico superior, nomeadamente nas áreas de informática e de Direito, também serão concluídos gradualmente para se efectuar, posteriormente, a respectiva afectação de pessoal.

2) **Regime da função pública**

Efectuaremos a revisão do regime do contrato de trabalho nos serviços públicos, criando o contrato administrativo de provimento, cuja entrada em procedimento legislativo está prevista para 2014. Impulsionaremos o regime centralizado de conciliação dos funcionários públicos, recorrendo a meios de conciliação para resolver, de forma justa e imparcial, os problemas de trabalho e as queixas apresentadas pelo pessoal dos organismos públicos.

Com base no mecanismo de actualização regular das remunerações previamente acordado, a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública irá efectuar a revisão periódica e a análise das matérias relativas às remunerações dos funcionários públicos, sendo apresentadas as devidas opiniões ao Governo. Na prossecução dos objectivos definidos, esta Comissão irá realizar um estudo sobre a necessidade e viabilidade da análise específica das tendências e do nível das remunerações praticadas no mercado privado. Também irá proceder ao estudo da política de actualização das remunerações dos funcionários públicos nas diferentes categorias, com vista a melhorar o mecanismo de actualização das mesmas.

Prosseguiremos com a adopção de medidas para atenuar a pressão sentida pelos funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas, aperfeiçoando o regime de regalias dos trabalhadores da Administração Pública. Proporcionaremos um maior leque de actividades para os pensionistas, com vista a enriquecer os seus tempos livres e reflectir o carinho e a solidariedade que o Governo tem para com estas pessoas. Continuaremos a prestar serviços de relaxamento psicológico aos trabalhadores, e realizar colóquios vocacionados para o reforço da consciência pela saúde mental, bem como diversas actividades culturais, recreativas e desportivas. Promoveremos de forma activa a constituição de grupos de funcionários públicos destinados a divulgar as acções de expressão de atenção e carinho a outras pessoas, organizando actividades de visita domiciliária aos debilitados e visitas aos doentes. Por outro lado, continuaremos a organizar o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho e o Concurso de Comentários Escritos sobre a Leitura de um Texto para os Funcionários Públicos.

Iremos desenvolver e implementar novas oportunidades de investimento para o regime de previdência dos funcionários públicos, nomeadamente novas estruturas e estratégias de investimento, no sentido de concretizar cada vez mais as diversas acções de desenvolvimento de curto prazo, a saber: concluir a selecção das sociedades/fundos de gestão de investimentos para efectuarem investimento em "fundo de investimento em acções internacionais do tipo de gestão passiva", proceder à revisão do sistema de gestão do fundo de previdência; desenvolver as acções pedagógicas sobre os investimentos para planos

de reforma e promover o diálogo com os subscritores, e bem assim, prestar informações completas e aprofundar os conhecimentos sobre temas de investimento.

Continuaremos a efectuar o planeamento sobre as propostas de médio prazo, articulando-as com as tendências de desenvolvimento, e procederemos à revisão do Regulamento Administrativo n.° 15/2006 (Regulamento da aplicação das contribuições do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos), bem como ao acompanhamento e avaliação da viabilidade do lançamento de outros produtos financeiros seguros.

Para assegurar o funcionamento sustentável do regime de aposentação e de sobrevivência, iremos impulsionar, no próximo ano, os modelos de estrutura relativos aos activos e passivos, no sentido de efectuar a análise das diferentes propostas de distribuição desses activos e passivos nas diversas situações, nomeadamente no que se refere ao nível e à amplitude das eventuais influências sobre a situação financeira do regime de aposentação e de sobrevivência. Em função dos resultados obtidos na avaliação e dos riscos suportados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, iremos seleccionar a distribuição adequada à situação dos activos e passivos do regime de aposentação e de sobrevivência, apresentando deste modo as propostas necessárias para garantir a sustentabilidade desse regime.

3) **Planeamento das acções de formação**

Em função do plano de formação dos funcionários públicos para efeitos de acesso em 2014, iremos continuar a organizar cursos diversificados articulando-os com as categorias dos trabalhadores, a natureza das suas funções e o desenvolvimento da sua carreira profissional.

Intensificaremos a cooperação com instituições locais, do interior da China e do exterior, aperfeiçoaremos a rede de organismos de formação, e bem assim, colaboraremos na organização de acções de formação temática e colóquios, de forma a alargar a visão dos funcionários públicos nas diversas categorias e criar oportunidades de troca de experiências.

Continuaremos a organizar cursos prioritários, incluindo o 6.º Curso de Mestrado em Administração Pública (MPA), o Curso de Altos Estudos da Lei Básica de Macau e o Curso de Estudos de Temas Específicos para Quadros Superiores de Macau, com vista a promover os conhecimentos correctos sobre a Lei Básica, consolidando o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e a concretização da administração segundo a lei.

Com o objectivo de aumentar os conhecimentos do pessoal sobre o sistema político do país e a conjuntura actual do seu desenvolvimento social e económico, prosseguiremos com a organização do Programa de Formação Essencial para Quadros Médios, destinado aos técnicos superiores, em cooperação com o Instituto Nacional de Administração, assim como colaboraremos com o Instituto de Administração de Guangdong na organização do Curso sobre Inovação e Responsabilização para pessoal técnico e adjunto-técnico. Em resposta às

necessidades funcionais específicas, continuaremos a realizar, em conjunto com o Instituto de Relações Diplomáticas, programas de formação no âmbito de protocolo diplomático, porta-vozes para conferências de imprensa e práticas sobre funções consulares, entre outros.

Em articulação com a necessidade de talentos da área de tradução chinês-português no futuro, iremos formar mais intérpretes-tradutores de alta qualidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento do papel de Macau como plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e bem assim, potenciá-la na formação de tradutores especializados nas línguas chinesa e portuguesa. Com base nos alicerces lançados, prosseguiremos com o impulso de uma série de acções, nomeadamente a continuação dos cursos organizados em colaboração com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia (DG-SCIC). O Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa será concluído em 2014, e prevemos o início do segundo Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa para o mês de Março do próximo ano. Além disso, iremos continuar a colaborar com o Instituto Politécnico de Macau, a DG-SCIC e a Universidade de Lisboa para realizar o 2.° Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências.

Em adequação às acções de reforma jurídica, iremos prosseguir com o reforço da formação jurídica dos funcionários públicos, dando prioridade à organização de actividades de formação diversificadas. Continuaremos a organizar acções de formação para difundir de forma ampla a implementação das leis e diplomas legais recém-publicados, e o conteúdo do regime da função pública, visando assegurar a aplicação correcta dessa legislação. Iremos continuar a realizar as várias actividades lançadas em 2013, assim como iremos conceber cursos especializados de formação jurídica de acordo com as necessidades específicas de cada organismo público.

4. Optimização das estruturas funcionais e dos mecanismos de consulta e elevação dos valores de mérito e eficácia do funcionamento administrativo

1) Ajustamento das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto, bem como das funções que envolvem a área dos transportes e obras públicas

Iremos optimizar os valores de mérito e eficácia e a gestão operacional dos organismos, fortalecer a cooperação inter-serviços, simplificar os procedimentos administrativos, bem como elevar a capacidade de execução de políticas, em resposta às mudanças no modelo de desenvolvimento social.

Concretizaremos as acções relativas à transferência de funções e de pessoal do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto. Desenvolveremos a reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais que envolvem a área dos transportes e obras públicas, nomeadamente a protecção ambiental, assuntos de obras públicas e cadastro, assim como efectuaremos a

distribuição do respectivo pessoal e criaremos grupos de trabalho interdepartamentais para realizar a coordenação e acompanhamento. Após a reorganização das suas funções e a distribuição do seu pessoal, iremos desenvolver as acções de reestruturação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

2) **Mecanismos de consulta**

Fortaleceremos a normalização e coordenação das consultas políticas, assim como impulsionaremos as acções de consulta de acordo com o disposto nas Normas para a Consulta de Políticas Públicas, aumentando a transparência e a qualidade das políticas, em resposta às necessidades reais da sociedade.

Iremos desenvolver de forma plena as funções dos organismos de consulta, reforçar a interacção com a sociedade civil e recolher experiências colectivas. Também iremos aperfeiçoar a rede de consultas comunitárias, tirando um maior proveito da orgânica entre os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários e os Centros de Prestação de Serviços ao Público nos diversos bairros, com vista a transmitir de forma activa as opiniões desses Conselhos relativamente aos assuntos comunitários e às diversas políticas e medidas, impulsionar cada vez mais a cooperação e coordenação interdepartamental, acolher as opiniões e sugestões dos mesmos Conselhos referentes a áreas diversificadas, que vão desde as acções realizadas no quotidiano à divulgação de políticas, e desenvolver a função de cooperação interactiva desses Conselhos com o Governo.

Reforçaremos a divulgação das políticas e a interacção com os residentes dos diversos bairros comunitários. Assim, prosseguiremos com a realização de colóquios comunitários, elevando cada vez mais o seu nível, alargando a participação dos organismos públicos e fortalecendo a descrição de políticas, de maneira a reforçar a interacção e o intercâmbio com os cidadãos, auscultando as suas opiniões com prontidão, com vista a aumentar a eficiência das acções de consulta comunitária.

3) **Certificação Internacional de Gestão ISO/Gestão de Qualidade**

Persistiremos no impulso da integração da Certificação Internacional de Gestão ISO. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá obter a certificação de gestão de qualidade para duas áreas novas, nomeadamente os trabalhos de fiscalização da higiene ambiental efectuados pela Divisão de Fiscalização Administrativa e Ambiental e os trabalhos de fiscalização dos vendilhões desencadeados pela Divisão de Vendilhões, de maneira a que ambas sejam objecto de candidatura à certificação para o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001, para além de continuar a ampliar e optimizar o âmbito dos serviços para efeito da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade.

Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Identificação constituiu, em 2013, grupos de trabalho para promover a sedimentação de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo, estando prevista a conclusão da 3.ª fase dos trabalhos inerentes à gestão de qualidade para 2014. Relativamente aos trabalhos nucleares, foram melhorados os circuitos de

trabalho entre os balcões de atendimento e os serviços de retaguarda (na área do Bilhete de Identidade de Residente), assim como foi implementado o sistema de distribuição automática dos documentos de identificação, reforçando deste modo o mecanismo de gestão e elevando a eficiência.

Continuaremos a encorajar os trabalhadores a impulsionarem a optimização do circuito dos procedimentos, orientando-se dos níveis inferiores aos mais elevados, providenciarem de forma afectiva serviços de qualidade aos utentes, e elevarem a cultura de prestação de serviços com excelência, a fim de alcançar a eficácia nos resultados de operação.

5. Optimização da eficiência do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau e aprofundamento do desenvolvimento dos serviços electrónicos

1) Serviços integrados e avaliação da sua qualidade

Persistiremos na optimização do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, no âmbito da gestão funcional e da eficiência da prestação de serviços. Deste modo, estamos a planear a realização do 3.° inquérito sobre o grau de satisfação dos cidadãos efectuado desde a sua entrada em funcionamento em 2009.

Melhoraremos o mecanismo de recolha de opiniões da Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, de modo a que estas opiniões sejam indicadores do mérito e eficácia dos serviços prestados e permitam avaliar de forma mais objectiva o grau de satisfação dos cidadãos relativamente aos serviços dos organismos públicos. Além disso, as opiniões colhidas serão também indicadores de avaliação para a atribuição do Prémio de Serviço de Alta Qualidade, assim permitem reflectir melhor a conjuntura social e a opinião pública. Por outro lado, publicaremos os resultados da 2.ª edição da actividade "Prémio de Serviço de Alta Qualidade", com vista a dar um incentivo para premiar os organismos públicos que tenham alcançado bons resultados na implementação da Carta de Qualidade e demais medidas de melhoramento, produzindo-se deste modo efeitos positivos à sua motivação.

Iremos efectuar um estudo sobre a optimização do funcionamento do regime de reconhecimento da Carta de Qualidade, estabelecer mecanismos de avaliação mais abrangentes, realizar a avaliação do nível dos serviços e premiar os organismos que se evidenciarem pela sua eficácia nos resultados alcançados.

2) Serviços electrónicos

Iremos assegurar a instalação de um sistema de segurança informática, definir as normas de avaliação de situações de risco, criar os mecanismos de tratamento e denúncia de erros informáticos, e fortalecer as capacidades do Governo relativas à informática e gestão de crises. Também iremos efectuar um estudo sobre a definição do sistema de comutação de dados, e reforçar a intercomunicabilidade dos dados entre os organismos públicos, bem como a partilha de informações, o que favorecerá o aprofundamento do desenvolvimento de serviços públicos electrónicos.

Promoveremos os serviços públicos electrónicos e desenvolveremos mais impressos electrónicos, para que a população possa usufruir de um maior número de serviços do Governo através da *internet*. Lançaremos as orientações sobre as páginas electrónicas dos organismos públicos, de forma a regular a sua concepção básica, conteúdo e funções, visando estabelecer os fundamentos orientadores para a criação da página electrónica de cada organismo público.

Intensificaremos as funções da plataforma de aplicações do Governo Electrónico, no sentido de fomentar o desenvolvimento de aplicações de gestão dos documentos a nível interno, bem como de *software* para utilização comum. Realizaremos um estudo sobre as aplicações de identificação e de gestão dos direitos, reforçaremos a integração, interligação e intercomunicação dos dados entre a plataforma e outros sistemas, e elevaremos os valores de mérito e eficácia no trabalho.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuará a aprofundar as acções relativas aos serviços electrónicos e ao desenvolvimento de sistemas diversificados, para além de dar início à pesquisa e experimentação para desenvolver um sistema novo de gestão de pessoal, elevar a eficiência administrativa e providenciar o serviço de apresentação de candidaturas a concursos *online*. Por outro lado, será optimizada a plataforma para apresentação de opiniões *online*, a qual permitirá responder de melhor forma aos autores das queixas, relativamente ao andamento dos casos e ao resultado. Também será lançada a versão móvel da página electrónica, com vista a facilitar aos cidadãos a utilização de dispositivos móveis para consultar as informações mais actualizadas, actividades e serviços desse Instituto.

Iremos elevar a transparência das aquisições efectuadas pela Imprensa Oficial, bem como a sua eficiência de trabalho e o nível de gestão, e proceder ao estudo sobre a edificação da "plataforma de aquisições electrónicas da Imprensa Oficial". Colaboraremos no impulso da opção pela utilização plena de publicações electrónicas nos diversos organismos públicos, de forma a auxiliar a respectiva venda e distribuição, reduzindo a quantidade de cada tipo de publicações impressas. Em simultâneo, o Fundo de Pensões continuará a colaborar com a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, para divulgar os serviços de "documentos da conta electrónica", e bem assim, promover a informatização do funcionamento administrativo, a redução do uso de papel e os conceitos de protecção ambiental.

II. No domínio da Justiça

1. Intensificação do diálogo com a Assembleia Legislativa e implementação do plano de produção legislativa

Para uma melhor coordenação das acções de produção e revisão da legislação em geral, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau intensificará cada vez mais o

diálogo e a cooperação com a Assembleia Legislativa, à qual se adaptará no cumprimento das suas funções. Também impulsionará, de acordo com o grau de premência e a ordem de prioridade, os projectos legislativos relacionados com os assuntos cívicos e com a vida da população, conjugando-os com as necessidades do desenvolvimento social, em resposta às diversas solicitações da sociedade.

O Governo irá recorrer aos meios electrónicos inerentes ao sistema de coordenação do Plano de Produção Legislativa, com vista a supervisionar a implementação dos projectos desse Plano. Em simultâneo, será dada continuidade ao aprofundamento das acções de coordenação da produção legislativa nas várias vertentes, nomeadamente na normalização dos procedimentos de produção e no aperfeiçoamento da elaboração do plano legislativo.

No tocante às acções de recensão e adaptação legislativa, concluímos o desenvolvimento dos respectivos estudos, cujos resultados foram já apresentados à Assembleia Legislativa. Deste modo, esperamos aprofundar cada vez mais o diálogo com o órgão legislativo, no sentido de estudar a forma de submeter a versão mais actualizada dos diplomas legais previamente vigentes a procedimento legislativo, e organizar as acções de produção legislativa e respectivo calendário para a conclusão do processamento da recensão e adaptação legislativa.

Após a conclusão das acções atrás referidas, iremos recapitular as experiências obtidas nas acções de recensão e adaptação legislativa, assim como iremos efectuar um estudo profundo relativo ao estabelecimento de mecanismos permanentes de recensão legislativa, à introdução de mecanismos de avaliação pós-produção legislativa, à organização das actuais páginas electrónicas sobre informações jurídicas, à uniformização das regras técnicas de produção legislativa, entre outros, com o objectivo de apresentar propostas concretas e proceder ao devido acompanhamento contínuo na acção governativa.

Tendo sido iniciada a consulta pública sobre o Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio em Abril de 2013, iremos proceder à realização de uma análise, tratamento e estudo mais profundo das opiniões recolhidas, elaborar o relatório de resultados e produzir a respectiva proposta de lei.

Efectuaremos a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, de modo a aperfeiçoar cada vez mais o funcionamento do sistema judiciário, nomeadamente no que se refere à actualização das competências do tribunal colectivo, bem como das alçadas do Tribunal de Segunda Instância e do tribunal colectivo dos tribunais de primeira instância, à definição da forma de acumulação de funções pelos magistrados judiciais e à criação de um regime de destacamento de magistrados judiciais.

Concluiremos o estudo de viabilidade das várias propostas de revisão do Código de Processo Civil, entre as quais as alterações que envolvem citações, audiência e regime de julgamento, estando previsto o início da respectiva consulta para 2014, efectuando-se de seguida as devidas acções de alteração da lei.

2. **Aprofundamento da divulgação da Lei Básica e acções de difusão e pedagógicas sobre a generalização da noção de Direito**

A Lei Básica constitui a base da estabilidade social e do desenvolvimento de Macau. Neste sentido, em 2014, fortaleceremos a cooperação entre os organismos públicos, aprofundaremos de forma activa o diálogo com a sociedade civil e associações, desenvolveremos diversos componentes favoráveis às acções de divulgação, integraremos a rede de recursos governamentais e populares e continuaremos a organizar actividades diversificadas, visando assim divulgar os conhecimentos sobre a Lei Básica junto da população e dos compatriotas no Interior da China.

O Pavilhão de Exposição sobre a Lei Básica irá aperfeiçoar o seu acervo e criar novas facilidades interactivas, bem como envidar esforços para se transformar numa base para a aprendizagem e divulgação da Lei Básica, difundindo o seu conhecimento junto das associações locais, escolas e organismos.

Em 2014 aperfeiçoaremos a comunicação com as escolas, intensificaremos a edificação da rede de generalização da noção de Direito, e optimizaremos os programas dos cursos concernentes, nomeadamente o conteúdo sobre *cyberbullying* e crimes de tráfico de droga. Iremos planear a concepção de painéis de exposição itinerantes nas escolas e divulgar a legislação sobre os diversos domínios, de maneira a criar condições para que os estudantes cresçam como bons cidadãos conhecedores e cumpridores da lei.

Continuaremos a organizar uma série de actividades destinadas à divulgação jurídica. Em 2014 planeamos conceber uma rede comunitária de divulgação jurídica, procedendo à articulação das palestras com os expositores nos vários centros comunitários, com vista a difundir os conhecimentos sobre as leis relacionadas com a vida quotidiana dos cidadãos. Também aumentaremos a dinâmica dos cidadãos na aprendizagem do Direito, através da sua participação nos jogos de perguntas e respostas na *internet*.

3. **Articulação com as acções dos órgãos judiciais**

Em resposta às solicitações do Conselho de Magistrados Judiciais, bem como do Procurador do Ministério Público, será realizado o concurso de admissão ao Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, assim como será efectuada a preparação do Quinto Curso de Formação para Acesso à Carreira de Magistrados.

Em 2014 iremos realizar as acções relativas ao processo de afectação no ingresso nas carreiras de oficial de justiça judicial e oficial de justiça do Ministério Público, em colaboração com os júris respeitantes. Já em relação ao curso de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público especialista e ao curso de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público adjunto iniciados em 2013, está prevista a sua conclusão para o mês de Fevereiro de 2014.

Continuaremos a organizar actividades de formação contínua e de reciclagem destinadas aos magistrados, em colaboração com o Instituto Nacional de Formação de Juízes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público do Interior da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura de França, entre outros.

4. Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e consolidação das relações de cooperação com o exterior

Iremos continuar a desenvolver as negociações relativas à cooperação judiciária regional em matéria penal, dando prioridade ao impulso das discussões sobre o Acordo de Cooperação no Âmbito de Processos Penais com a Região Administrativa Especial de Hong Kong.

No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá efectuar as negociações relativas ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga com o Governo da Coreia, bem como ao Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária com o Governo de Cabo Verde, após as quais será procedido ao impulso da celebração dos respectivos acordos entre as partes envolvidas.

Iremos acompanhar as discussões relativas aos assuntos propostos pelo Governo da Mongólia sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial, prosseguindo-se com o desenvolvimento das respectivas negociações após a autorização do Governo Central.

Também acompanharemos os trabalhos preparatórios de discussão e negociação com os países lusófonos, incluindo a elaboração do modelo do Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga, do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas e do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

III. Assuntos eleitorais

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tendo cumprido escrupulosamente a Lei Básica e a "Interpretação" e "Decisão" do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, concluiu os procedimentos relativos à revisão do Anexo I e Anexo II da Lei Básica, bem como da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, com base nas quais serão desenvolvidas as acções para a eleição do quarto mandato do Chefe do Executivo.

Conforme o citado na Lei n.° 11/2012 (Alteração à Lei n.º 3/2004 «Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo»), e dentro do quadro da manutenção do regime de o Chefe do Executivo ser eleito por uma Comissão Eleitoral amplamente representativa, o número de membros

da Comissão Eleitoral será aumentado de 300 pessoas para um total de 400, as quais vão compor a Comissão Eleitoral que promoverá o acto eleitoral do quarto mandato do Chefe do Executivo em 2014, permitindo deste modo alargar cada vez mais a representatividade da Comissão Eleitoral.

Por outro lado, o número de eleitores de pessoas colectivas para a eleição dos membros da Comissão Eleitoral será aumentado de 11 pessoas para 22, eliminando-se, em simultâneo, o mecanismo de "eleição automática" dos membros dessa Comissão. Em resposta à respectiva revisão, iremos efectuar um estudo mais profundo sobre a proposta de aplicação do sistema electrónico na contagem de votos para a eleição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo em 2014, com vista a elevar a eficiência na contagem de votos.

Envidaremos todos os esforços para uma maior adequação à referida Comissão Eleitoral, visando desenvolver de forma ordenada as acções relativas à eleição do Chefe do Executivo, proceder à prestação de um apoio estreito, sedimentar uma cultura eleitoral justa, imparcial e íntegra, e assegurar o sucesso na realização das eleições da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo e do quarto mandato do Chefe do Executivo no próximo ano.

IV. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. **Intensificação da cooperação interdepartamental e elevação do desempenho do Centro de Segurança Alimentar**

Na sequência da aprovação da Lei de Segurança Alimentar em 2013 e do estabelecimento do Centro de Segurança Alimentar, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuará a melhorar o funcionamento do Centro de Segurança Alimentar, de forma a elevar o seu desempenho e desenvolver as acções relativas à gestão, avaliação e comunicação de situações de risco.

No que toca à gestão de situações de risco, iremos recorrer ao programa de fiscalização da segurança dos géneros alimentícios colocados no circuito comercial, nomeadamente à realização de inquéritos regulares e inquéritos ocasionais sobre géneros alimentícios, para efectuar a avaliação das situações de risco dos produtos alimentares e adoptar as respectivas medidas de prevenção e controlo. Em simultâneo, através do mecanismo de mobilização inter-serviços, iremos concretizar a execução do programa de fiscalização do mercado comercial, com vista a fortalecer a fiscalização e avaliação das situações de risco e da higiene dos alimentos colocados no mercado. Iremos criar uma base de dados uniformizados sobre a indústria alimentar, de forma a recolher as informações sobre os estabelecimentos de comidas existentes em Macau e optimizar cada vez mais a fiscalização deste sector de actividade.

No que diz respeito à avaliação de situações de risco, efectuaremos diariamente a supervisão relativamente às informações e aos incidentes de segurança alimentar locais

e do exterior, procederemos à avaliação dos diversos tipos de perigos relacionados com os produtos alimentares, providenciaremos fundamentos científicos no âmbito da gestão e comunicação de situações de risco para definir as medidas de gestão adequadas e as informações a transmitir, criaremos uma base de dados respeitantes à avaliação de situações de risco e um sistema de identificação de fontes.

Tendo em consideração a gravidade e a premência das necessidades sociais, iremos desenvolver os trabalhos de padronização de segurança alimentar local, procedendo-se numa fase seguinte à preparação da lista de substâncias proibidas, bem como dos critérios sobre substâncias radioactivas.

No que se refere à comunicação de situações de risco, iremos continuar a recorrer ao mecanismo de divulgação de informações no âmbito da segurança alimentar, prosseguir com o reforço das acções pedagógicas e de divulgação, e aprofundar a cooperação entre o Governo, os operadores do sector e os cidadãos na salvaguarda da segurança alimentar.

Por outro lado, desenvolveremos grandes esforços para o impulso da cooperação regional e para a implementação de medidas no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Continuaremos a manter uma ligação estreita e um diálogo permanente com os organismos competentes do Interior da China e das regiões adjacentes. Através de estudos de investigação e intercâmbios técnicos sobre a segurança alimentar, iremos aumentar cada vez mais os conhecimentos sobre a dinâmica internacional no âmbito da segurança alimentar, e intensificar a edificação da rede de segurança alimentar a um nível internacional. Também iremos continuar a enviar técnicos para receber formação e participar em programas de intercâmbio com organismos de análise e inspecção sanitária e entidades de fiscalização do Interior da China e de Hong Kong, e bem assim, elevar as capacidades técnicas do pessoal de inspecção e sua experiência profissional.

2. Recolha, reciclagem e aproveitamento de resíduos vegetais das zonas verdes

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem desenvolvido um estudo prático sobre o "plano de recolha e compostagem de resíduos vegetais das zonas verdes" desde 2012, o qual permitiu a reciclagem desses resíduos e seu aproveitamento, tendo obtido deste modo resultados positivos quer na redução dos custos de aquisição de adubos, quer da pressão relativa ao transporte de lixo para os locais de aterro existentes em Macau.

Em 2014 será alargado o referido plano de compostagem, de forma a efectuar a recolha adequada de diversos materiais encontrados no tratamento diário das zonas verdes, nomeadamente os restos de plantas mortas e os excrementos de animais, os quais são tratados para servirem como produtos de melhoramento dos solos para as zonas verdes de vias públicas, áreas florestais, campos agrícolas e acções de enverdecimento tridimensional, com vista à elevação da eficiência dos resultados de trabalho nas zonas verdes de Macau. Prevemos que metade dos resíduos vegetais produzidos mensalmente nas zonas verdes locais possa ser aproveitada de forma eficaz em finais do próximo ano, prosseguindo-se gradualmente para efectuar a sua reciclagem e aproveitamento total.

3. **Coordenação e preparação das acções relativas à mudança das instalações do Mercado Abastecedor**

Com vista à optimização plena das condições de funcionamento do novo Mercado Abastecedor, planeamos, para além de aumentar o número de lojas para uma maior atracção de concorrentes, integrar conjuntamente o Centro de Segurança Alimentar responsável pela inspecção sanitária dos géneros alimentícios, os laboratórios de análise e os serviços de fiscalização sanitária, de modo a permitir uma maior facilidade e conveniência na execução das acções relativas à supervisão das condições de higiene, à inspecção e análises.

Os procedimentos das obras de concessão relativas à construção do novo Mercado Abastecedor serão acompanhados pelos organismos competentes da área das obras públicas, estando prevista a preparação do início das obras de construção e da mudança de instalações para 2014, com um prazo de realização de cerca de dois anos. Deste modo, iremos efectuar a devida articulação com a coordenação das acções de mudança de instalações do Mercado Abastecedor, e bem assim, continuar a proceder ao diálogo com a sociedade de gestão do Mercado e com o sector, efectuando o acompanhamento necessário em função das opiniões por ele apresentadas.

4. **Optimização das instalações municipais e das relacionadas com a vida da população e elevação da qualidade de vida**

Em 2014, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuará a optimizar e melhorar as condutas de esgotos existentes em Macau, e efectuará um estudo sobre a renovação integral e o aumento da capacidade da rede de esgotos. Em colaboração com os organismos da área das obras públicas, o Instituto desenvolverá também as acções de optimização e alargamento da capacidade do sistema de esgotos na zona urbana da Ilha da Taipa, substituindo as condutas de esgotos que não correspondam às condições de utilização, e bem assim, efectuará as obras relativas à construção de novas estações elevatórias para águas residuais na Rotunda do Ouvidor Arriaga, na Taipa, com vista a atenuar as inundações nas zonas baixas. Em relação às inundações no Porto Interior, estamos a planear a construção de estações elevatórias para águas pluviais naquela zona. Deste modo, prevemos a conclusão da concepção e a realização do concurso para a sua construção em 2014, articulando-as com os organismos competentes da área das obras públicas.

Planeamos efectuar a repavimentação, embelezamento e melhoramento das ruas e passeios na zona de aterro da Areia Preta e na zona da Colina da Penha, aumentar elementos de enverdecimento e instalações para descanso temporário dos cidadãos nas vias pedonais com condições favoráveis, melhorando deste modo a qualidade de vida. Em simultâneo, optimizaremos os espaços de jardim e de lazer mais desgastados, aumentaremos os espaços dedicados ao exercício físico, edificaremos uma cidade saudável e continuaremos o melhoramento da ciclo-via junto da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa e infra-estruturas na Praia de Hac-Sá.

Em resposta ao desenvolvimento da Ilha de Coloane, bem como às necessidades da urbanização de habitação pública de Seac Pai Van, iremos iniciar as acções de estudo e elaboração do planeamento geral referentes ao Parque de Seac Pai Van, para que se torne num espaço de lazer mais adequado aos residentes. Iremos proceder gradualmente ao enriquecimento das espécimes animais actualmente existentes no Parque de Seac Pai Van, assim como iremos construir um pavilhão para o panda pequeno e outros animais raros, efectuando um estudo sobre a integração desses animais e prosseguindo com a aprendizagem das respectivas técnicas de criação.

Para facultar estabelecimentos de actividades de ocupação dos tempos livres, planeamos construir, em 2014, um centro de actividades junto ao aglomerado de habitações públicas de Seac Pai Van, prestando os serviços necessários aos residentes e às associações comunitárias do bairro.

Planeamos construir bacias hidrográficas nas zonas de retenção de água que apresentem condições favoráveis e estejam localizadas nas montanhas florestais de Coloane, de maneira a aumentar o período de retenção de água natural, melhorar as condições de crescimento das montanhas florestais e elevar os valores ecológicos. Iremos manter o desenvolvimento sustentável e saudável das florestas do mangal em Macau, visando a formação de zonas verdes e do "arco de jade" na zona costeira de Macau. Além disso, continuaremos a aperfeiçoar a gestão e conservação das espécies arbóreas mais antigas, com base nas acções actualmente desenvolvidas.

Planeamos efectuar a remodelação do espaço vazio à frente dos estabelecimentos comerciais situados na zona E do Lago Nam Van, de forma a estabelecer um centro de artes e culturas onde serão efectuados intercâmbios sobre temas culturais e artísticos, com vista a disponibilizar um espaço para a realização de diversas actividades, leitura e entretenimento. Prevemos que as referidas obras serão executadas em meados do próximo ano e que este centro terá condições para entrar em funcionamento antes de 2015.

Com vista a proporcionar à população e aos visitantes uma gama variada e rica de ofertas culturais e recreativas, iremos organizar actividades de característica singular nas festividades tradicionais e dias especiais. Iremos organizar actividades diversificadas que tiram proveito das características singulares dos recintos temáticos disponibilizados nas bibliotecas comunitárias, no Museu da História da Taipa e Coloane e na Casa Cultural de Chá. O Centro Cultural de Macau irá continuar a realizar uma gama variada de actividades e espectáculos artísticos e culturais de alta qualidade, com um conteúdo criativo e inspirador. Estes eventos permitirão alargar a visão artística dos espectadores e reforçar a imagem de Macau como cidade turística cultural.

5. Fortalecimento das acções de educação cívica e elevação das qualidades humanas da população

A prioridade das acções de educação cívica consiste em incentivar as pessoas a respeitarem-se mutuamente, desenvolvendo laços de tolerância entre pessoas com e sem

deficiências, e solidariedade e auxílio mútuo entre os vizinhos, cultivando deste modo boas qualidades humanas da população. Iremos utilizar canais de divulgação diferentes, entre os quais meios de comunicação social, materiais publicitários, materiais didácticos, *workshops* e jogos, para difundir informações sobre educação cívica aos cidadãos, aos trabalhadores não-residentes e aos turistas. Por outro lado, edificaremos uma plataforma dedicada à educação cívica, continuaremos a organizar o "Convívio de Educação Cívica" e efectuaremos uma análise específica sobre os assuntos relativos ao cumprimento das leis e regulamentos.

Iremos promover a consciência de carinho e ajuda mútua entre as pessoas e criar um bom ambiente social, impulsionar o espírito de entreajuda e auxílio mútuo entre os vizinhos começando pelos bairros comunitários onde os residentes vivem, recorrer às mais variadas formas para incutir na população as noções de consciência cívica, de respeito pelo Regulamento Geral para os Espaços Públicos, de salubridade urbana, das boas relações de vizinhança, entre outros.

V. Outros domínios

1. Documentos de viagem e bilhete de identidade de residente do tipo cartão inteligente

Com o apoio sólido do Governo Central e a colaboração activa do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado em Macau, continuaremos a divulgar o passaporte da Região Administrativa Especial de Macau e a negociar com mais países estrangeiros e regiões para que concedam a facilidade de isenção de visto aos documentos de viagem emitidos pela Região Administrativa Especial de Macau, assim como enviar pessoal para visitar as embaixadas estrangeiras sediadas em Beijing, para abordar sobre a viabilidade da isenção mútua de vistos, criando assim condições para a concessão da isenção de vistos por mais países ao passaporte da Região Administrativa Especial de Macau.

Iremos continuar a manter uma relação estreita com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado em Macau, no sentido de efectuar os trabalhos relacionados com a protecção consular e os assuntos consultares. Iremos continuar a realizar palestras nas escolas e associações locais para dar a conhecer aos residentes de Macau os eventuais problemas dos portadores de documento de viagem da Região Administrativa Especial de Macau no estrangeiro, relativamente à protecção consular e aos serviços consulares.

Iremos tirar partido de diversos canais de divulgação, entre os quais a Rádio, Televisão, Imprensa, *internet* e a distribuição de panfletos, para efectuar uma propaganda contínua. Aumentaremos a disponibilização de uma versão para telemóveis da página electrónica da Direcção dos Serviços de Identificação, bem como um sistema de código de resposta rápida *(QR Code)*, com vista a facilitar o uso de telemóvel para aceder à coluna de visitantes da página electrónica. E iremos estabelecer a ligação à página electrónica do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, a fim de facultar aos residentes as informações sobre os endereços, números de telefone e fax dos diversos postos consulares.

Continuaremos a emitir mensagens curtas sobre protecção consular aos residentes de Macau a viajar no estrangeiro, aumentado os países cobertos por este serviço.

Para responder ao período auge de substituição ou emissão dos bilhetes de identidade de residente do tipo cartão inteligente sem contacto, serão amplamente disponibilizados, em 2014, os quiosques de serviços automáticos para a renovação dos mesmos. Assim, os cidadãos poderão optar pelo pedido automático de substituição, ou dirigir-se pessoalmente ao balcão de atendimento da Direcção dos Serviços de Identificação para tratar das formalidades de substituição. Numa fase inicial, serão instalados os quiosques de serviços automáticos de renovação do bilhete de identidade na secção de atendimento à entrada da Direcção dos Serviços de Identificação, assim como serão aumentados posteriormente os locais de instalação, entre os quais o edifício do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, para além de serem facultadas áreas de prestação de serviços electrónicos aos cidadãos.

2. Acções de reinserção social e do Instituto de Menores

Em 2014 iremos lançar um programa específico de combate à droga destinado aos jovens, no sentido de introduzir vários componentes novos, nomeadamente treinos de aventura *Ricky* e experiências de aprendizagem no internato, para ajudar os jovens a abandonar o vício e a retomar uma vida saudável. Através deste método de conjugação dos prémios com a fiscalização das medidas judiciais, iremos exercer um controlo duplo para evitar o abuso de drogas pelos jovens e ajudá-los a abandonar o vício.

No próximo ano, o Instituto de Menores irá dedicar-se à concepção de um modelo de orientação e correcção complementares para as jovens internadas, o qual terá em conta o estado emocional específico e as necessidades na perspectiva das jovens. Com recurso a orientação individual ou em grupo, será proporcionado o apoio às jovens internadas na aprendizagem de formas eficazes para lidar com o seu estado emocional, dando-lhe a conhecer as técnicas de resolução dos problemas de relações humanas. Esta aprendizagem permitirá elevar a sua auto-confiança e fortalecer o seu mecanismo de mudança, o que irá ajudá-los a adquirir uma atitude de vida positiva e activa.

Com vista a promover a cultura de valores morais junto dos jovens internados, o Instituto de Menores irá desenvolver, no próximo ano, uma série de cursos educativos multidireccionais sobre os valores morais, aprofundando o conteúdo dos programas de estudo sobre o valor das virtudes humanas. Tais cursos irão centrar-se nas normas relativas à moralidade, ética e qualidades humanas mais importantes, pelo que será possível elevar, através desses programas sistematizados, a consciência de normas sociais e ética, aumentar os valores morais e a formação pessoal, favorecer a criação de hábitos e atitudes de vida correctos, e formar gradualmente membros sociais com auto-disciplina e auto-estima e que se preocupem com a comunidade em geral.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2013

Em 2013, a economia de Macau tem apresentado um desenvolvimento relativamente estável, prevendo-se a manutenção do seu crescimento positivo a uma taxa de um dígito ao longo do corrente ano. No decurso deste ano, foram desencadeadas acções essencialmente focadas no seguinte:

Manutenção da estabilidade do desenvolvimento. Foram envidados esforços contínuos para a captação de investimentos, prestando apoio na concretização dos projectos privados, assegurando a manutenção dos investimentos públicos a um certo nível e promovendo a estabilidade do desenvolvimento dos sectores predominantes, para que seja mantida estável a economia local. Assim, no primeiro semestre do corrente ano, o Produto Interno Bruto (PIB) da RAEM registou um crescimento real de 10,5%. O número de novas sociedades constituídas, entre Janeiro e Julho p.p., aumentou, atingindo 2.575 unidades, mais 20,6% em relação ao período homólogo do ano transacto, e as dissolvidas somaram 313 unidades, pelo que, deduzidas estas últimas, o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 2.262 unidades.

Reforço da monitorização do sector do jogo. Deu-se continuidade aos trabalhos de ajustamento e controlo da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo, tendo sido desencadeadas diligências no sentido de restringir o crescimento do número de bancas novas e assegurar a manutenção do desenvolvimento do sector a um ritmo adequado. Continuaram-se os trabalhos de fiscalização da implementação das normas legais sobre o limite máximo das comissões pagas aos promotores de jogo, procedendo-se à inspecção rigorosa da situação financeira das operadoras de jogo e intensificando a auditoria aos registos contabilísticos respectivos. Foi ainda reforçada a monitorização da situação das máquinas de jogo nos casinos mediante uma fiscalização electrónica, remota, sincronizada e em tempo real. Envidaram-se também esforços para aperfeiçoar os conteúdos e procedimentos de registo dos fabricantes de máquinas de jogo, das máquinas de jogo e do pessoal técnico relacionados, bem como os respectivos modelos de impressos para requerimento e autorização, procedendo ainda ao acompanhamento dos trabalhos de apreciação e autorização das modalidades de jogos de fortuna e azar das máquinas de jogo. Foi reforçada a fiscalização das actividades de lotarias desportivas, acompanhando a auditoria às operadoras de jogo quanto ao cumprimento dos "Requisitos Mínimos de Controlo Interno" e efectuando a segunda ronda de auditoria no âmbito do combate ao branqueamento de capitais. Continuou-se a promoção do jogo responsável e o desenvolvimento dos trabalhos relacionados com a deslocação dos recintos de máquinas de jogo para fora das zonas residenciais, prestando apoio na implementação da lei do "Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo" em casinos.

Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. As acções realizadas incluem: optimizou-se o "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições",

tendo sido introduzidas novas medidas de apoio para a realização de convenções, nos âmbitos de propaganda e promoção, e dos serviços de interpretação e tradução, quer oral quer escrita, reforçando apoio em matérias relacionadas com os artigos para exibição, transporte de mercadorias, divulgação e promoção; prestou-se apoio à Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e aos grupos de trabalho subordinados, na realização de estudos dos planos de apoio financeiro, de formação do sector, bem como das medidas de logística e de desalfandegamento; prosseguiu-se o aprofundamento da cooperação com o sector de convenções e exposições do Interior da China, empenhando-se, através do mecanismo de cooperação estabelecido com o Ministério do Comércio do Estado no domínio de convenções e exposições, na promoção das medidas da facilitação do desalfandegamento das duas localidades; continuou-se a captar a vinda e realização em Macau de convenções e exposições de marca do Interior da China, tendo sido realizada, com sucesso, a 4.ª edição do "Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas"; prosseguiram-se os trabalhos de incubação da indústria de convenções e exposições de marca de Macau, tendo sido realizados, com êxito, diversos eventos desta natureza, incluindo a "Feira Internacional de Macau (MIF), o "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF), a "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" e a "Exposição de Franquia de Macau (MFE)", prestando ainda apoio aos operadores do sector na organização das actividades da mesma natureza; promoveu-se activamente o fomento da cooperação regional no domínio de convenções e exposições, encorajando as empresas a organizar e participar nas feiras e exposições realizadas/a realizar em Macau ou no exterior; continuou-se a prestar apoio à comunidade empresarial nas visitas de estudo e intercâmbio às cidades de prestígio no exterior, no âmbito da organização de convenções e exposições, proporcionando assistência aos operadores do sector na formação de pessoal qualificado para a indústria de convenções e exposições; prestou-se apoio na realização, em regime itinerante, da "Semana Dinâmica de Macau" nas cidades de Jinan, Guiyang e Xi'an.

Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs). Deu-se continuidade à implementação dos diversos planos de apoio e de garantia de créditos a favor das PMEs, bem como das medidas de bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial, além da prestação de apoio para o desenvolvimento das PMEs através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Foi lançado o "Plano de apoio a jovens empreendedores" que visa conceder uma verba de apoio reembolsável, isenta de juros, aos jovens de Macau que pretendem criar os seus próprios negócios, mas com falta de capital suficiente, a fim de incentivá-los a explorarem novas opções e oportunidades. Foi proposto o aumento do montante máximo de crédito garantido pelo Governo da RAEM ao abrigo do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", de 500 milhões de patacas para 900 milhões de patacas, no sentido de dar resposta às necessidades das PMEs na obtenção de créditos. Para efeitos da atenuação contínua das dificuldades sentidas pelas PMEs em matéria de falta de mão-de-obra, procedeu-se à aceleração do processo de apreciação dos seus pedidos para a contratação de trabalhadores não residentes (TNRs), continuando a prestar-lhes assistência na transformação e renovação do seu modelo de

negócios através de franquias, lojas em cadeia e agenciamento de marcas. Foi diligenciado para o reforço das funções do Centro de Exposição de Produtos de Macau "Macao Ideas" na promoção dos produtos e marcas de Macau, prestando apoio às PMEs na exploração de mercados, providenciando-lhes assistências variadas na sua participação em conferências e feiras, bem como apoio na concretização da sua gestão sistematizada. Continuaram-se as acções vocacionadas para a valorização das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviços das PMEs (SMEC), intensificando os serviços de bolsas de contacto prestados em prol da promoção da cooperação empresarial. Foram prosseguidos os trabalhos de prestação de serviços nos domínios de actividades *offshore*, de fixação de residência por investimento, de apoio ao comércio electrónico e de formação, tendo ainda sido alargados os serviços de envio de produtos locais ao exterior para testes e análises.

Manutenção do pleno emprego. Neste contexto, empenhou-se na promoção contínua do emprego com vista à manutenção de uma baixa taxa de desemprego; na optimização do serviço de colocação profissional e elevação da sua eficácia; no fomento da conciliação entre a oferta e a procura de recursos humanos mediante uma comunicação constante com as entidades associativas representativas de empregadores e trabalhadores. Foram intensificados os serviços de aconselhamento profissional prestados aos jovens, facultando apoio aos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade na sua integração e reintegração laboral, e dando continuidade aos trabalhos de encorajamento aos empregadores na contratação de indivíduos com deficiências. Reforçaram-se as acções tendentes à salvaguarda dos direitos e interesses de emprego dos trabalhadores residentes (TRs), apreciando e autorizando, com maior prudência, todos os pedidos de contratação de TNRs dos diferentes tipos, procedendo-se constantemente à fiscalização da situação de utilização dos trabalhadores nas empresas. Entre Junho e Agosto do corrente ano, a taxa de desemprego situou-se nos 1,9%.

Reforço da formação profissional. Deu-se continuidade à organização de cursos de formação profissional diversificados para os diversos sectores locais. Entre Janeiro e Setembro do corrente ano, a DSAL organizou um total de 310 cursos de formação, tendo participado 7.560 formandos (pessoas físicas). O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), por seu turno, realizou, entre Janeiro e Agosto p.p., 747 cursos onde participaram 13.925 formandos (pessoas físicas). Foram reforçados os cursos para certificação de qualificação profissional, continuando a organizar acções de formação ao abrigo do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a Indivíduos de Meia-idade" e da "Série de Formação para Pessoas de Meia-idade", promovendo a formação contínua do pessoal empregado, dando continuidade à implementação das "Acções de Formação da 2.ª Aptidão Profissional" e de cursos destinados a aliviar pressões económicas dos trabalhadores. Promoveu-se o alargamento da cobertura dos testes de técnicas profissionais para incluir mais tipos de trabalhos, com o lançamento, neste ano, do "Teste de Técnicas de Mediação Imobiliária", promovendo a criação de um regime de avaliação de técnicas profissionais, dando continuidade à implementação do teste de técnicas do modelo

"1 teste 2 certificados". Foram ainda introduzidos novos exames profissionais no sentido de formar talentos em coordenação com a indústria criativa e cultural.

Aprofundamento da cooperação regional. Promoveu-se o aprofundamento da implementação do CEPA, com vista à criação de uma relação mais estreita com o Interior da China na área económica e comercial. Com a celebração, no passado mês de Agosto, do Suplemento X ao Acordo CEPA que entrará em vigor a partir de Janeiro do próximo ano, o Interior da China irá alargar a liberalização do comércio de serviços em relação a Macau, totalizando, cumulativamente, 383 medidas de liberalização. No âmbito da implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau para fomentar o fortalecimento da cooperação bilateral, foi empenhado no desenvolvimento de acções em coordenação com o impulsionamento da liberalização do comércio de serviços entre as duas localidades e no reforço da parceria no desenvolvimento da Ilha de Hengqin com a criação da "Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no âmbito do Desenvolvimento de Hengqin", tendo sido iniciados os trabalhos de recolha de propostas de projectos de investimento durante o período de 3 meses. Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau, foram lançadas, neste ano, as fases da sua construção, tendo sido concluída a construção do respectivo Pavilhão de Exposições e dando-se início aos trabalhos de captação de investimentos. Quanto à cooperação Guangzhou-Macau no desenvolvimento de Nansha, Guangzhou, foram registados progressos satisfatórios, tendo sido celebrados 7 protocolos de cooperação entre o Conselho de Gestão dessa Zona com o sector empresarial de Macau durante a sessão de apresentação sobre o plano de desenvolvimento da Nova Zona de Nansha do Município de Guangzhou que teve lugar em Macau, bem como assinadas cartas de intenção sobre turismo individual de barcos de recreio com as entidades competentes de Nansha e Zhongshan, respectivamente. Foi ainda reforçada a parceria bilateral nas áreas económica e comercial entre Macau e Guangzhou, com a assinatura de vários protocolos de cooperação entre as associações e câmaras de comércio dos dois territórios. Guangdong e Macau continuaram a organizar, em conjunto, acções promocionais no exterior para a captação de investimento, tendo as duas partes deslocado, este ano, à Nova Zelândia, Austrália, Alemanha, Suíça e Reino Unido, para a realização conjunta de sessões de apresentação empresarial e acções tendentes à captação de investimentos. Além disso, registaram-se também avanços significativos na parceria entre as duas partes nas áreas das convenções e exposições, da cooperação entre os serviços de coordenação económica, dos critérios, da propriedade intelectual, das actividades financeiras, entre outras. No âmbito da participação activa na cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, foram organizadas delegações empresariais para participarem nas acções de promoção económica e comercial nas províncias e regiões da Região, ajudando activamente as empresas do Pan-Delta do Rio das Pérolas na utilização da plataforma de Macau para o desenvolvimento dos mercados ultramarinos, designadamente dos da Lusofonia e da União Europeia. Deu-se prosseguimento aos trabalhos de construção da plataforma de cooperação entre o Pan-Delta do Rio das Pérolas e a comunidade industrial internacional, na área da protecção ambiental, tendo sido desenvolvidas acções para aprofundar o intercâmbio e a cooperação económica e comercial Fujian-Macau, Pequim-

Macau, Taiwan-Macau, bem como com outras províncias e cidades do Interior da China. No âmbito da consolidação e aprofundamento da cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa, com vista à promoção da construção da plataforma de serviços, foi empenhado na prestação de apoio em sintomia com a realização da 4.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau; na participação para a criação do Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa que tem por objectivo fomentar o intercâmbio e a parceria bilateral nos domínios económico e comercial. Assim, foram organizadas várias delegações empresariais de Macau e do Interior da China para efectuarem visitas de estudo aos países lusófonos como Portugal, Brasil e Timor-Leste e participarem em feiras aí realizadas, tendo sido dadas, em contrapartida, assistências aos empresários dos países lusófonos para a participação nas actividades comerciais realizadas no Interior da China, Hong Kong e Macau, procurando, assim, ser impulsionada a cooperação sino-lusófona a nível empresarial.

Concretização das medidas relacionadas com a vida da população. Foram implementadas, com eficácia, as medidas de reduções e isenções fiscais, subsídios e Plano de Comparticipação Pecuniária do corrente ano. Foram lançadas, de forma contínua, acções inspectivas e vistorias periódicas sobre a segurança dos produtos, particularmente os alimentares. Por outro lado, para estabilizar o abastecimento de mercadorias, reforçaram-se as acções de inspecção aos produtos comercializados no mercado local, procurando combater as situações de fraude e de açambarcamento de produtos para especulação, dando ainda acompanhamento à evolução dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis, elevando a sua transparência.

Aperfeiçoamento da administração financeira. Procedeu-se ao aprofundamento contínuo da reforma do regime de finanças públicas, efectuando estudos sobre a alteração da Lei de Enquadramento Orçamental. Foi empenhado na concretização do Regime Jurídico da Reserva Financeira, procurando, com base na salvaguarda da segurança do capital da reserva financeira e da liquidez dos activos da RAEM, ser realizada, por fases, a diversificação da carteira de investimentos da reserva financeira. Em Maio p.p., foi assinado o Acordo de Troca de Informações Fiscais com os representantes do Governo de Malta. Até à presente data, foram assinadas pelo Governo da RAEM, 16 convenções bilaterais sobre rendimentos em matéria fiscal com outros países e regiões.

Manutenção da solidez e salubridade financeira. As acções desenvolvidas para o efeito consistem: reforço da supervisão bancária mediante a aplicação da "Directiva relativa à publicação de informações financeiras"; implementação do Regime de Garantia de Depósitos e criação do Fundo de Garantia de Depósitos; reforço da supervisão ao sector segurador, dando continuidade à realização da 2.ª ronda de inspecções temáticas *"on-site"* ao sector segurador, em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (*AML/CFT*), tendo sido efectuadas, ao mesmo tempo, avaliações periódicas *"off-site"* para um melhor conhecimento do sector; continuação da implementação das diversas medidas de combate a essas actividades e reforço dos trabalhos da produção legislativa na área do combate ao branqueamento de capitais; continuação do

acompanhamento dos procedimentos de avaliação e monitorização subsequente efectuado pelo Grupo Ásia Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (*APG*) em relação aos seus membros; reforço da cooperação internacional no domínio do branqueamento de capitais.

Defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Foram optimizados os recursos humanos e os processos de atendimento para o tratamento atempado das reclamações e pedidos de informação apresentados pelos consumidores, tendo sido reforçada a investigação dos preços dos produtos postos à venda nos supermercados e a análise do valor prático dos dados relativos aos preços dos produtos, promovendo o aperfeiçoamento da plataforma de pesquisa dos dados relativos aos preços dos produtos. Foram efectuadas diligências para elevar a eficácia administrativa e a taxa de utilização do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, aperfeiçoando o sistema de supervisão e avaliação das "lojas certificadas", aumentando o número de inspecções a essas lojas, no sentido de assegurar o desempenho estável das mesmas.

Aperfeiçoamento do sistema estatístico. Alargou-se o âmbito estatístico do "Inquérito às Necessidades de Mão-de-Obra e às Remunerações", passando a incluir serviços de creche e para idosos. Foi concluída a operação de recolha de informação do "Inquérito aos Orçamentos dos Agregados Familiares 2012/2013", desencadeando, de seguida, antes do fim do corrente ano, os trabalhos de verificação, tratamento e apuramento dos respectivos resultados. Foram desencadeados trabalhos de preparação da revisão do índice de preços no consumidor e intensificados os trabalhos de análise dos preços das fracções autónomas habitacionais. Foram ainda envidados esforços para reforçar os trabalhos estatísticos no âmbito sócio-demográfico, tendo sido, para o efeito, concluída a avaliação do "Inquérito sobre a Participação dos Cidadãos em Actividades Culturais" (Inquérito-Piloto); intensificada a promoção do Sistema de Informação Geográfica dos Censos 2011 para elevar o respectivo grau da sua utilização; e promovidos trabalhos para a edição de relatório(s) temático(s) sobre a demografia. Foi definido o Indicador da Conta Satélite do Turismo, tendo sido concluído o cálculo da respectiva estimativa preliminar, prevendo-se a sua divulgação no quatro trimestre do corrente ano. Foi ainda organizada a "Conferência Satélite do 59.º Congresso Mundial de Estatística".

Revisão dos diplomas e regulamentos legais. Foram concluídos os trabalhos de alteração ao disposto sobre o "período de impedimento" previsto na "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", tendo sido aprovado pela Assembleia Legislativa e publicado no Boletim Oficial de Macau. Concluiu-se a revisão da proposta de "Lei do Comércio Externo", tendo ainda dado acompanhamento aos trabalhos legislativos sobre a aplicação em Macau da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). Lançaram-se os trabalhos de revisão e alteração do "Regime Jurídico da Propriedade Industrial", tendo sido finalizado o projecto da "Directiva sobre governança empresarial para as seguradoras autorizadas", e desencadeadas acções de acompanhamento para a elaboração do "Regulamento dos Contabilistas". Promoveu-se, por outro lado, o acompanhamento da produção legislativa sobre a fixação

do salário mínimo para os trabalhadores que exercem funções de segurança e limpeza no sector de administração de propriedades, e estudo sobre a revisão de diversos diplomas e regulamentos legais na área de trabalho.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2014

Em 2014, embora verificada a gravidade e complexidade do ambiente económico externo, com eventuais riscos de instabilidade, a economia de Macau poderá deter um número relativamente mais elevado de factores favoráveis ao seu desenvolvimento, constituindo assim uma base económica sólida que permita conjecturar a manutenção de um crescimento de um dígito.

Linhas gerais da acção governativa da área da economia e finanças. Estabilização do crescimento, optimização das estruturas, promoção da reconversão e valorização industrial e melhoramento da qualidade de vida da população.

Metas da acção governativa para a área da economia e finanças. Crescimento estável da economia em geral; manutenção do pleno emprego; manutenção da solidez e salubridade dos sistemas financeiro e das finanças públicas; promoção da diversificação progressiva e adequada da economia; aperfeiçoamento do ambiente de negócios e melhoramento contínuo da qualidade de vida da população.

Promoção da diversificação adequada da economia

1) Reforço do apoio ao sector de convenções e exposições. Empenhar-se-á no lançamento da "Medida de Apoio Financeiro às Convenções Internacionais e Exposições Profissionais"; na continuação dos trabalhos de captação para a vinda e realização em Macau, de feiras de marcas famosas do exterior; na valorização plena do papel de entidade responsável pelo sector de convenções e exposições; na formação activa de pessoal qualificado do sector; na prestação de apoio na realização da "Semana Dinâmica de Macau; na criação de feiras e exposições de marca de Macau, realizando, com sucesso a MIF, o MIECF, a "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" e a MFE, tornando-as, quanto possível, em feiras e exposições de marca no contexto regional; na implementação do "Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio"; no reforço da cooperação entre os operadores de convenções e exposições a nível regional.

2) Fomento da reconversão e valorização industrial. Nesta área, será proporcionado apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado, através da facultação de serviços de apoio técnico e de apoio em *design*, realização do "Festival do Vestuário de Macau" e prestação de assistência às actividades de *design* de vestuário locais para a criação

de marcas próprias, dando encorajamento à participação de *designs* e marcas locais em exibições e actividades de intercâmbio na China Continental e no exterior. Envidar-se-ão esforços para a elevação da competitividade dos produtos industriais, apoiando as empresas na utilização de formas e métodos de concepção (*designs*), produções, gestão técnica e logística adequadas para a realização da resposta rápida, incentivando e promovendo as mesmas para a elevação da qualidade e segurança dos seus produtos, prestando, de forma mais ampla, os "Serviços de envio de produtos ao exterior para testes e análises", mediante o aumento dos tipos de produtos industriais abrangidos por esse plano de serviços. Além disso, será empenhado no fomento das empresas industriais para alteração da forma de gestão adoptada, através da organização de cursos de formação relativos a esta matéria e prestação de apoio às mesmas na modernização dos seus modelos de gestão.

3) Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e de medicina tradicional chinesa. Além de se participar nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, será promovida a definição de políticas estratégicas e medidas vocacionadas para o fomento da expansão dessas actividades, desenvolvendo acções no sentido de reforçar os conhecimentos das empresas dedicadas ao comércio externo e às actividades logísticas quanto à gestão de riscos e do fornecimento em cadeia, organizando cursos sobre gestão e funcionamento da logística, de nível avançado, para ajudar a elevar, de forma gradual, as qualificações dos profissionais do sector para um patamar de nível regional ou internacional, incentivando os operadores do sector locais a intensificarem a cooperação com os congéneres das regiões vizinhas, a fim de alargarem o horizonte de desenvolvimento das suas actividades. Continuar-se-á a instalar, na MIF, do "Pavilhão da Criatividade de Macau" e da zona de exposição temática sobre a indústria cultural e criativa, programando as respectivas actividades, promovendo efectivamente a valorização do papel do "Macao Ideas", reforçando os serviços das bolsas de contacto prestados e ajudando o sector cultural e criativo local na industrialização e desenvolvimento dos mercados, além de facultar aos empresários e trabalhadores das respectivas indústrias acções de formação e apoio nas áreas de criação de negócios, marcas, venda, financiamento e operação. Irá fomentar o bom aproveitamento da "Galeria de Moda de Macau" cuja gestão fica a cargo do CPTTM a pedido do Instituto Cultural, para, por um lado, promover as obras dos estilistas de vestuário locais e actividades artísticas relacionadas, alargando a visão dos cidadãos de Macau sobre cultura e artes aplicadas, e, por outro, servir do local para desenvolver, a título experimental, a venda a retalho dos produtos criativos modernos locais para que as estilistas de vestuário locais possam retirar dessas actividades valiosas experiências comerciais. Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, irá, de acordo com as condições próprias de Macau, participar, de forma pragmática na construção e desenvolvimento do Parque e impulsionar,

através da *Guangdong-Macau Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co.,* a construção do mesmo, dando ainda apoio às PMEs locais na sua entrada e desenvolvimento no Parque, prestando os respectivos serviços e assistência. Sobre o apoio ao desenvolvimento do sector dos serviços, nomeadamente a venda a retalho, serviços turísticos, restauração, entre outros, será prestada ajuda ao sector na criação de um sistema de gestão de qualidade e elevação da qualificação dos seus profissionais, facultando ao sector de venda a retalho cursos de formação pública ou de formação interna por encomenda de empresas, dando apoio às empresas de prestação de serviços na introdução ou criação de um modelo de gestão sistematizada que melhor adapte às suas necessidades, além de proporcionar às empresas sugestões sobre a operação e venda empresariais, através dos serviços de mediação prestados a favor das PMEs.

4) Lançamento de outras políticas e medidas destinadas ao fomento do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Neste sentido, irá continuar a empenhar-se na valorização do papel do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC) para promover a diversificação adequada da economia, e na captação, através dos serviços aos investidores, de mais projectos favoráveis à diversificação adequada do tecido económico local. Além disso, serão envidados maiores esforços para a fiscalização do cumprimento dos contratos por parte das operadoras de jogo, no âmbito da promoção da expansão de outras actividades a que dizem respeito, encorajando e promovendo, mediante os recursos de jogo disponibilizados, o progresso dos sectores além do jogo e respectivos projectos, com vista ao estímulo do desenvolvimento de novas indústrias, criando um novo foco de crescimento económico.

Apoio às pequenas e médias empresas.

1) Implementação eficaz das medidas de apoio. Irá diligenciar para a implementação do "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico", "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial", "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial", entre outros, procedendo-se à optimização dos processos de apreciação e serviços prestados e reforçando a divulgação e propaganda dessas medidas no sentido de beneficiar mais empresas. Através da utilização eficaz dos recursos do FDIC, irão ser financiadas as actividades que contribuam para a elevação do nível de operações empresariais e o aumento da competitividade das PMEs, ajudando as mesmas a explorar os mercados internos e externos, efectuando-se estudo sobre a criação, no âmbito do FDIC, de um plano de apoio financeiro às PMEs para a criação de website empresarial. Quanto à atenuação das dificuldades sentidas pelas PMEs no âmbito dos recursos humanos, será promovido o estudo de aperfeiçoamento mais aprofundado das formalidades para os pedidos de contratação dos TNRs, acelerando, especialmente o processo de apreciação dos

apresentados por PMEs. Irá ainda empenhar-se na implementação, com eficácia, do "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores", providenciando-lhes serviços de aconselhamento e consultadoria sobre candidatura a este plano e criação de negócios, organizando periodicamente *workshops* e criando um grupo de consultores voluntários constituído por empresários das PMEs locais para prestar apoio aos jovens na resolução dos problemas e dificuldades encontradas.

2) Incubação empresarial para elevação da sua competitividade. Neste contexto, irão ser desenvolvidas as seguintes acções: impulsionamento da modernização da gestão empresarial, facultando às empresas cursos de formação sobre criação de negócios e capacidade empresarial, continuando a implementar o "Programa de Incentivos para a Certificação/Acreditação de Sistemas Internacionais de Gestão", dando assistência às empresas na criação de um sistema de contabilidade perfeito, além do melhoramento dos seus modelos de gestão financeira, disponibilizando às PMEs cursos de formação desta matéria, por forma a elevar o respectivo nível de gestão operacional e a qualificação dos seus gestores e trabalhadores, e fomentando a aplicação das tecnologias de informação (IT) para o aumento da produtividade empresarial; apoio às PMEs para a elevação da competitividade das suas actividades, organizando eventos temáticos, cursos de formação da respectiva área e visitas de estudo ao exterior, e realizando acções de formação no âmbito do comércio *franchise*/lojas em cadeia; apoio às PMEs no reforço da cooperação externa, criação de plataformas de cooperação e prospecção de novos mercados; apoio às PMEs para a participação no desenvolvimento de Hengqin (Ilha de Montanha), através da "Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A." e dos grupos de trabalhos envolvidos nesta matéria; apoio às PMEs na exploração e desenvolvimento dos produtos e serviços de marca de Macau, esforçando-se pela valorização das funções do "Macao Ideas" para atrair a adesão de mais empresas com características próprias de Macau, ajudando as empresas na promoção dos seus produtos e serviços mediante o "Macao Ideas"; apoio às PMEs no desenvolvimento do mercado da China Continental através da "Semana Dinâmica de Macau".

3) Reforço e aperfeiçoamento dos serviços de apoio empresarial. Assim, será prestada assistência às PMEs locais na elevação da sua capacidade empresarial através da prestação de uma série de serviços, nomeadamente realização de *workshops* para os respectivos sectores e fornecimento de serviços de consultadoria económica e comercial, realizando trabalhos de integração dos serviços e recursos do MBSC e do SMEC, optimizando os serviços destinados às PMEs, procedendo-se ainda ao melhoramento dos serviços de bolsas de contacto prestados.

Elevação da qualificação dos recursos humanos

1) Continuação da realização de cursos de formação profissional diversificados. Assim, serão realizados cursos de formação profissional direccionados e com visão para o futuro para a população dos diferentes sectores e camadas sociais

do território, planeando a DSAL, organizar, em 2014, 400 cursos de formação com cerca de 10.000 vagas, além dos cursos de formação profissional especializada, com atenção no desenvolvimento de cursos de formação sobre gestão supervisional e gestão avançada, alinhando-os às séries de formação de certificação profissional, facultando ao pessoal do nível médio, um meio de formação para a sua ascensão profissional, tendo o CPTTM planeado, em 2014, a organização de cerca de 900 cursos de formação, disponibilizando não menos de 20.000 vagas. Irá também empenhar-se na intensificação da cooperação com os serviços competentes a nível de formação profissional; na continuação da implementação do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a Indivíduos de Meia-Idade", a fim de aumentar a sua competitividade, além das "Acções de Formação da 2.ª Aptidão Profissional" e dos "Cursos de Aprendizagem" e "Plano de formação de técnicos estagiários"; na organização de cursos de formação sobre técnicas de entrevista e atitude profissional para os candidatos a emprego; no reforço de formação profissional destinada às classes mais carenciadas.

2) Apoio aos residentes locais na obtenção de certificação nacional ou internacional, co-organizando com associações e instituições profissionais, locais ou do exterior, cursos para a certificação de qualificação profissional, ajudando os formandos a obter uma certificação de qualificação profissional com reconhecimento do Interior da China, local ou internacional.

3) Aumento da empregabilidade dos jovens e dos indivíduos de meia-idade, lançando, para o efeito, uma série de planos de formação em prol dos trabalhadores activos, nomeadamente a "Série de formação sobre empregabilidade fundamental", a "Série de formação de capacidade administrativa e de gestão" e a "Série de formação de capacidade de desenvolvimento sectorial/profissional", entre outros.

4) Reforço da cooperação com a Província de Guangdong na área da avaliação técnico-profissional, procedendo-se, em colaboração com Guangdong, à formação do pessoal de Macau para desempenhar funções de júri dos testes de técnicas, promovendo o aprofundamento da cooperação bilateral na área de testes de técnicas, na perspectiva de passar do modelo "1 teste 2 certificados" para o modelo "1 teste vários certificados", procurando ainda assimilar as experiências de Guangdong na área de testes de técnicas.

5) Promoção plena de testes de técnicas profissionais para o sector de construção.

Aprofundamento da cooperação regional

1) Aprofundamento da implementação do CEPA, promovendo a aplicação dos conteúdos do CEPA e seus suplementos, reforçando a divulgação e promoção dos novos conteúdos da liberalização constantes no Suplemento X ao Acordo CEPA, apoiando o sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais

estabelecidas no CEPA para dinamizar a publicidade no Interior da China de serviços e produtos *"Made in Macao"* e de "Marca de Macau", ajudando as empresas titulares de marcas de Macau na exploração dos mercados do Interior da China. Continuar-se-á a implementar, com eficácia, as medidas relacionadas com o comércio de mercadorias consagrados no CEPA, procedendo-se, atempadamente, à revisão da aplicabilidade do actual critério de origem, aproveitando o Acordo CEPA para a captação de investimentos, a fim de fomentar a diversificação adequada da economia local e reforçando a cooperação com o Interior da China no domínio da protecção da propriedade intelectual. Irá também intensificar a cooperação com o Ministério do Comércio do Estado, em termos da promoção e formação no âmbito do Acordo CEPA; aperfeiçoamento dos diversos mecanismos para a implementação do CEPA; promoção do reforço da cooperação bilateral no domínio do sector dos serviços, entre outros, desenvolvendo, em pleno, o papel de impulsionamento e promoção desempenhado pelas "Cidades Exemplares para a Implementação do CEPA", intensificando a parceria com o Interior da China na área da segurança de produtos e impulsionando o intercâmbio e cooperação entre as empresas de Macau e do Interior da China.

2) Implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e avanço geral da cooperação económica e comercial bilateral. Assim, serão desenvolvidas acções em articulação com a política de liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau, procurando que esta meta possa ser concretizada, básicamente e de forma pioneira, até finais de 2014. Irá também empenhar-se na promoção da participação do sector empresarial na exploração de Hengqin (Ilha de Montanha), incentivando, através da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A., o sector na participação da construção da Zona do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, procurando a Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no âmbito do Desenvolvimento de Hengqin recomendar às entidades competentes de Hengqin, durante o primeiro trimestre de 2014, os projectos de investimento interessados em instalar-se no Parque Industrial Guangdong-Macau; na promoção da cooperação económica e comercial entre Guangzhou e Macau, incentivando, sob o mecanismo do grupo de trabalho especializado na cooperação bilateral, a implementação eficaz do "Acordo Guangzhou-Macau sobre a Promoção Conjunta da Zona Integrada de Nansha para a Implementação Piloto do CEPA"; no fortalecimento da cooperação Guangdong-Macau na área de convenções e exposições, dando continuidade à organização conjunta da "Feira de Produtos de Marca da Província Guangdong e Macau", da "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou" e demais eventos. Serão envidados esforços para a exploração conjunta dos mercados dos Países de Língua Portuguesa e de outras regiões ultramarinas, dando continuidade à realização das acções conjuntas de promoção comercial e captação de investimentos, nos Países de Língua Portuguesa e noutras regiões ultramarinas, em cooperação com os Serviços de Coordenação Económica da Província de Guangdong, nomeadamente para a apresentação do ambiente de

investimento da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas nos países lusófonos, impulsionando a cooperação entre Macau e as cidades de segundo nível e zonas montanhosas de Guangdong, promovendo, de forma global, a cooperação e intercâmbio Guangdong-Macau no domínio económico e comercial, fomentando, em coordenação com o Governo Provincial de Guangdong, a reconversão industrial e valorização das empresas com capitais de Macau e com sede na mesma província. Irão ser efectuadas diligências para a implementação dos projectos de cooperação para o ano 2014 definidos no "Memorando de Cooperação Guangdong-Macau no Domínio da Propriedade Intelectual", nas vertentes de partilha de informações e recursos, divulgação e formação, intercâmbio e visitas mútuas, entre outras, reforçando a cooperação nos trabalhos relacionados com critérios, promovendo a implementação do "Acordo do Grupo Especializado para os Trabalhos de Critérios Guangdong-Macau", continuando a fomentar a cooperação financeira entre Guangdong e Macau, no sentido de promover avanços significativos nas seguintes matérias: constituição transfronteiriça de instituições, operações em RMB, regularização de fundos, liquidação de despesas (incluindo a compatibilização de cartões financeiros com IC incorporados e interconexão dos sistemas de liquidação de despesas em tempo real – *Real Time Gross Settlement*), cooperação em área de produtos de seguros e sua articulação e, promoção de Macau para desempenhar funções de plataforma de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, quer nas áreas económica e comercial quer na de liquidação de despesas de operações comerciais em Renminbi. No âmbito da intensificação da cooperação e intercâmbio na área de recursos humanos qualificados, será empenhado em aprofundar a cooperação entre as duas regiões na área de desenvolvimento de recursos humanos, alargando os testes de técnicas do modelo "1 teste 2 certificados" para incluir mais tipos de trabalho e optimizando os respectivos procedimentos de funcionamento, além da implementação dos testes de técnicas segundo o modelo "1 teste 3 certificados".

3) Fortalecimento da cooperação Hong Kong-Macau no domínio económico e comercial, com prioridade no reforço da cooperação bilateral nas áreas financeira, da protecção ambiental, do turismo, entre outras.

4) Valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com atenção focada essencialmente na prestação de assistência ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa na efectivação dos diversos trabalhos agendados para o ano de 2014, dando acompanhamento às acções plasmadas nos "Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" assinados nas Conferências Ministeriais do Fórum de Macau; fomentando o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa. Continuará a organizar delegações empresariais de Macau

para participarem no "Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", e deslocarem-se aos Países de Língua Portuguesa para visitas de estudos e participação em feiras e conferências, realizando acções em coordenação com o funcionamento do "Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa", dando acompanhamento aos projectos de investimento e de cooperação económica e comercial sino-lusófonos.

5) Participação activa na cooperação económica e comercial da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. As actividades a desenvolver incluem: organização, em conjunto com a Província de Guangdong e Hong Kong, da 10.ª edição do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e Feira para a Cooperação Económica e Comercial a realizar em 2014, e organização de delegações empresariais para a participação nas respectivas actividades; participação e desenvolvimento, com dinamismo, das acções económicas e comerciais no âmbito do "Protocolo-Quadro de Cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas"; reforço da cooperação no âmbito da propriedade intelectual; continuidade na promoção do intercâmbio e da cooperação entre Macau, a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e as regiões ultramarinas, no domínio de protecção ambiental, através do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2014" (MIECEF), bem como da cooperação com as províncias e regiões da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, nas áreas industrial, financeira, de formação e avaliação profissionais, defesa dos direitos dos consumidores, entre outras.

6) Promoção da cooperação económica e comercial com outras províncias e municípios do Interior da China, organizando delegações empresariais de Macau para acções de intercâmbio noutras províncias e municípios da China Continental, procurando, ao mesmo tempo, atrair a vinda de empresas de mais províncias e municípios continentais para participação em actividades de intercâmbio, feiras e exposições de relevância em Macau.

7) Impulso à cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan. Para efeitos de implementação do protocolo de cooperação celebrado com o "*Taipei World Trade Center*" em 2009, o IPIM irá organizar delegações empresariais de Macau para a participação nas actividades promocionais de natureza económica e comercial, em Taiwan.

8) Expansão das ligações económicas e comerciais entre Macau e os países emergentes e outras regiões do mundo. Neste sentido, serão reforçadas as trocas comerciais com os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), continuando a organizar delegações empresariais de Macau para visitas de estudo e intercâmbio e participação em feiras e exposições nos países membros da ASEAN.

9) Continuidade da expansão da rede de cooperação e ligações económicas e comerciais internacionais, dando acompanhamento à evolução das negociações havidas no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e cumprimento dos seus deveres, e participando activamente nas actividades da iniciativa da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP) e nas organizadas pela Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC).

Melhoramento contínuo da qualidade de vida da população

1) Promoção do emprego dos residentes: continuar a optimização do serviço de colocação profissional; reforçar a comunicação e cooperação entre as partes laboral e patronal e promover activamente a concertação entre a oferta e procura de recursos humanos; intensificar o serviço de aconselhamento profissional dos jovens; continuar a acompanhar e apoiar na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade; incentivar, de forma contínua, os empregadores na contratação de indivíduos com deficiência, reforçando os serviços de aconselhamento e de colocação profissional dos mesmos; promover a ascensão profissional dos TRs, especialmente os da classe de base; proceder ao estudo da criação do Fundo de Protecção no Desemprego.

2) Garantia do direito ao emprego dos residentes. Nestes termos, serão apreciados, rigorosamente e nos termos da lei, os pedidos de importação de TNRs, empenhando-se em estreitar a cooperação com os serviços competentes nas acções de combate ao trabalho ilegal, a fim de assegurar eficazmente o direito ao emprego dos residentes; em fiscalizar a situação da utilização de trabalhadores nas empresas; em aperfeiçoar continuamente os procedimentos da divulgação das informações sobre TNRs importados; em ajustar atempadamente o número de TNRs de acordo com a situação de procura e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho.

3) Atenuação das dificuldades de sobrevivência dos residentes, lançando atempadamente cursos para atenuação das suas dificuldades, empenhando-se na implementação eficaz das medidas de devolução do imposto profissional e de redução e isenção fiscal, dando continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica a favor das unidades habitacionais locais, bem como às medidas do subsídio complementar destinado aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos.

4) Manutenção da estabilidade da oferta de produtos no mercado e acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população. Para o efeito, serão explorados mais canais de abastecimento de produtos alimentares, assegurando a quantidade de armazenamento, da oferta e da estabilidade dos preços de mercado dos artigos de primeira necessidade, reforçando o controlo da

segurança dos produtos, com destaque para a segurança alimentar e intensificando a monitorização do mercado.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Para além de prosseguir os trabalhos de melhoramento do regime de administração financeira da RAEM, dando continuidade ao estudo de revisão da Lei de Enquadramento Orçamental e à elaboração da respectiva proposta de alteração, irá também empenhar-se em aperfeiçoar o sistema fiscal, com destaque no reforço da cooperação internacional para prevenir a evasão fiscal, continuando a celebrar convenções bilaterais em matéria fiscal, com países e regiões que tenham estreitas relações económico-comerciais com o território, procedendo-se à implementação do mecanismo da troca de informações fiscais e à revisão progressiva das legislações fiscais da RAEM, apresentando propostas de alteração respectivas. Será ainda reforçada a gestão patrimonial, intensificando a fiscalização do sector contabilístico e efectuando a elaboração do "Regulamento dos Contabilistas".

Reforço da supervisão financeira. Neste contexto, serão desencadeadas acções que incluem, entre outras, o seguinte: gestão efectiva da Reserva Financeira nos termos da lei, com vista à elevação da taxa de rentabilidade das aplicações da mesma; continuação do acompanhamento da concretização do regime de garantia de depósitos, implementando o "sistema de cálculo e atribuição de compensação"; implementação, por etapa, do "Novo Acordo de Capital" determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB); criação e implementação experimental do sistema de avaliação CAMELS; reforço do estudo em matéria de protecção aos consumidores financeiros; intensificação da cooperação na área de seguros entre Guangdong e Macau; estudo para a implementação do plano de desenvolvimento profissional para os mediadores de seguros; combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo nos termos da lei, dando acompanhamento à implementação das 40 novas recomendações do *Financial Action Task Force* (FATF) e preparação para a próxima ronda de avaliação do *APG* relativamente à RAEM, estando ainda prevista a realização em Macau, em Julho de 2014, da 17.ª Reunião Anual do *APG*.

Defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Serão aperfeiçoados os serviços prestados no domínio de defesa dos direitos e interesses dos consumidores e elevada a eficácia dos trabalhos de tratamento das reclamações apresentadas, procedendo-se, de forma contínua, à optimização das leis e regulamentos relativamente à mesma matéria. Irá também aprofundar o desenvolvimento das tarefas concernentes à investigação dos preços dos produtos postos à venda no mercado local, esforçando-se pela elevação da eficácia administrativa e taxa de utilização do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo; melhoria do sistema de supervisão e avaliação das "lojas certificadas" e reforço dos trabalhos de sensibilização e educação para a generalização dos conhecimentos sobre a defesa dos direitos e interesses dos consumidores.

Melhoramento dos trabalhos da produção estatística. Irá divulgar os resultados do "Inquérito aos Orçamentos do Agregados Familiares 2012/2013"; rever o período base do índice de preços no consumidor; divulgar o índice de preços no consumidor com o novo

período base 2013/2014 e o Indicador da Conta Satélite do Turismo; lançar os Intercensos 2016 (inquérito-piloto); proceder-se ao estudo sobre os diversos procedimentos de trabalho em matérias de aplicação da tecnologia informática, afectação de recursos humanos, recolha de informações e tratamento de dados, e reforçar a divulgação e promoção estatísticas.

Aperfeiçoamento dos diplomas e regulamentos legais

1) Apoio às PMEs: rever a Lei intitulada "Contracção de Dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau", aumentando o montante máximo de dívidas a contrair pelo Governo da RAEM, prestando garantias de crédito concedido a favor das pequenas e médias empresas pelas instituições bancárias autorizadas a operar na RAEM;

2) Finanças públicas: iniciar os trabalhos de alteração da Lei de Enquadramento Orçamental, procedendo-se à elaboração da respectiva proposta de revisão e efectuando uma revisão integral da legislação em vigor sobre fiscalidade; criar, em colaboração com outros serviços competentes relevantes, um grupo de trabalho interdepartamental, com o objectivo de efectuar, de forma exaustiva, estudos sobre a alteração ou não das normas respeitantes à isenção de imposto sobre veículos de turismo previstas no "Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados", em articulação com as políticas da RAEM na área turística e de trânsito; elaborar as "Normas de Desempenho Profissional dos Contabilistas" e rever as "Normas de Contabilidade".

3) Actividades financeiras: elaborar o regime jurídico da intermediação financeira, no sentido de regular, de modo completo, todas as actividades dos mediadores financeiros; efectuar estudo sobre a revisão do diploma legal das bases gerais da emissão monetária; proceder-se alterações ao quadro legal da actividade seguradora, no sentido da sua harmonização com as normas imperativas da RAEM, elevando as condições de acesso ao exercício destas actividades e optimizando ainda os regimes sobre a concessão de licenças, a supervisão e a disciplina da actividade seguradora; aperfeiçoar o regime jurídico do exercício da actividade de mediação de seguros com vista a simplificar os procedimentos administrativos para requerimento de licenças, optimizando o sistema de supervisão à actividade de mediação de seguros;

4) Combate ao branqueamento de capitais (*AML*) e financiamento ao terrorismo (*CFT*): proceder-se à revisão da Lei "Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais" e do Regulamento Administrativo "Medidas de natureza preventiva dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo", por forma a cumprir os mais recentes requisitos na área *AML/CFT* do FATF;

5) Sector económico e comercial: elaborar a "Lei para execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de

Extinção (CITES)", com o intuito de implementar um regime de gestão das espécies ameaçadas de extinção mais próximo possível do vigente internacionalmente;

6) Trabalho: acompanhar a produção legislativa sobre a fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem funções de segurança e limpeza no sector de administração de propriedades, bem como sobre o aumento do limite máximo da remuneração mensal de base em caso de indemnização rescisória por despedimento sem justa causa, constante da "Lei das Relações de Trabalho"; rever o "Regime Jurídico da Reparação por Danos provocados por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais; continuar o acompanhamento da produção legislativa da proposta de lei sobre a "Garantia de Créditos Emergentes das Relações de Trabalho", do projecto de regulamento administrativo sobre o "Fundo de Garantia de Créditos Laborais" e da proposta de lei sobre o "Regime do Cartão de Segurança Ocupacional na Construção Civil"; proceder-se à elaboração da proposta de lei do "Regime do Trabalho a Tempo Parcial", com base nos resultados das negociações contínuas realizadas entre as partes patronal e laboral; acompanhar os trabalhos sobre a revisão geral e a alteração dos actuais diplomas sobre o regime de formação profissional, bem como a alteração ou elaboração de diplomas e regulamentos legais no domínio da segurança e saúde ocupacional; prosseguir as acções de acompanhamento da revisão e alteração da "Lei das Relações de Trabalho" e da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes"; participar em grupos interdepartamentais, continuando a analisar detalhadamente o projecto sobre o regime de gestão de empreitadas de obras na construção civil.

Área da Segurança

Balanço dos trabalhos executados em 2103

No decurso do ano de 2013, tomando por guião as Linhas de Acção Governativa empenhamo-nos na implementação de uma politica de proximidade, transversal a todas as todas as valências desta àrea de governação, com destaque para a melhoria do policiamento comunitário, partindo desta postura para construção de uma relação mais harmoniosa com a população, visando incrementar o sentimento de segurança nos cidadãos.

Assim, durante o ano que ora termina, protagonizamos aos seguintes trabalhos e medidas:

1. Reforço da coordenação Policial

No que diz respeito à actividade Policial, os Serviços de Polícia Unitários (SPU) e respectivos organismos subordinados, Polícia Judiciária e Corpo de Polícia de Segurança Pública, envidaram todos os seus esforços para cumprir a missão que lhes está determinada, prosseguindo o esforço de optimização dos serviços prestados e a simplificação dos procedimentos, tendo sempre por objectivo a proximidade com a população e a atenção sistemática às suas queixas e às suas sugestões.

Os SPU coordenaram o fornecimento de sistemas de videovigilância em espaços públicos, aplicando e desenvolvendo um código de boas práticas, em coordenação com os serviços respectivos, bem como com outros departamentos envolvidos nos trabalhos de instalação.

As polícias das três regiões de Guangdong, Hong Kong e Macau desenvolveram entre Agosto e Setembro, a operação Policial denominada pelo código Trovão 13, visando o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e outros tráficos ilícitos, como sejam os tráfico de seres humanos, lenocínio, lavagem de dinheiro, etc..

2. Arquitectura de um novo modelo de desalfandegamento aduaneiro com vista a favorecer o desenvolvimento das operações comerciais

Promoveu-se o bom relacionamento com as autoridades alfandegárias de Hong Kong em matéria de facilitação do desalfandegamento, implementando medidas de facilitação e conveniência para o trânsito de mercadorias entre ambas as regiões. Consensualizou-se a abolição do certificado de descarga, vigente nos SA de Macau, para o tabaco e bebidas alcoólicas importadas. Durante a execução de tais medidas ambas as partes mantêm estreita comunicação, para suprir eventuais lapsos originados pela abolição do sistema de controlo anterior.

A compra de equipamentos de Raio X móveis de grande dimensão para inspecção de veículos, de equipamentos dedicados à detecção de drogas e explosivos, bem como de outros equipamentos sofisticados. Incrementou-se a cooperação com as autoridades de GongBei, tendo sido criada uma equipa conjunta, vocacionada para a troca de informações

entre ambas as jurisdições e para a implementação de planos operacionais que visem a detecção de situações de fuga às regras aduaneiras, particularmente protagonizada com recurso a veículos de passageiros.

No que concerne à protecção dos direitos de propriedade intelectual, os SA em articulação com os detentores da *marca registada* procederam a várias acções de fiscalização. Além disso, as autoridades alfandegárias de Macau e de Hong Kong uniram-se nma operação conjunta para a detecção de *malware*, logrando desmantelar uma ocorrência de violação do direito de propriedade e de lavagem de dinheiro, neutralizando um importamte gangue vocacionado para a criminalidade informática altamente sofisticada.

Os vários projectos de construção nas costas estão em fase de conclusão, o que obrigam a um incremento dos trabalhos de policiamento das respectivas orlas costeiras, nele estando empenhados os barco-patrulha, a fim de manter a ordem marítima e assegurar a legislação aduaneira, tarefa para a qual é muito importante a implementação de acções conjuntas com as autoridades de segurança pública de Zhuhai.

3. Progressos que se registam na luta contra crime em geral e contra o crime de tráfico e consumo de estupefacientes.

Ao longo do ano, temos vindo a analisar uma série de factos criminosos que induzem uma avaliação com vista a quantificar a sua relevância, mormente pela evidência de meios sofisticados de que se prevalecem. Pretendemos com esta análise caracterizada pela aplicação de métodos modernos de *intelligence* aplicada à investigação criminal, encontrar mecanismos de resposta não só no âmbito do combate ao crime como no da sua prevenção.

As autoridades policiais estão preocupadas com as novas tendências dos crimes relacionados com estupefacientes, focando-se muito especialmente naquilo que poderá vir a suceder com os jovens no novo *campus* universitário, quanto ao consumo de estupefacientes, razão porque estudam a aplicação de medidas preventivas específicas. Esforçamo-nos por promover organização interna adequada estabelecendo uma boa divisão dos trabalhos e equipando-nos com os melhores métodos científicos anti-narcóticos. Associamos a esta luta a cooperação com os cidadãos e bem assim a cooperação internacional e inter-regional, procurando acompanhar as ultimas tendências dos criminosos. Com este esforço visamos manter a estabilidade social de Macau e da sua comunidade residente, bem como prover a uma boa saúde pública.

Este ano, no dia 4 de Maio, e após um longo período de investigação e análise de informações, foi possível efectuar a maior detenção de sempre de cocaína no Aeroporto Internacional de Macau, no volume de cerca de 50 Kgs, com o valor de mercado de 200 milhões de patacas, realçando-se o seu elevado grau de pureza. Com esta acção foi identificado e neutralizado com sucesso um grupo que se dedicava ao tráfico internacional de drogas em Macau. Este êxito da investigação é ilustrativo das capacidades que as

autoridades policiais, em particular a Polícia Judiciária, tem para o combate ao tráfico de estupefacientes.

4. Reconhecimento público do policiamento comunitário.

Durante o ano que ora finda, foi incrementada pela polícia um plataforma de comunicação e aproximação à população, no que se traduz, aliás, o *policiamento comunitário*.

Foram assim desenvolvidas iniciativas de contacto com as escolas, associações de todo o tipo e demais organizações, com vista a transmitir-lhes mensagem de prevenção de condutas criminosas, promovendo-se a construção de uma rede solidária em volta destas preocupações, especialmente vocacionada para os residentes permanentes de Macau.

O policiamento comunitário tem a sua génese exactamente nesta plataforma ideal de comunicação entre autoridades policiais e população residente, envolvendo-a na reflexão sobre a segurança que queremos para a nossa comunidade e convencendo-a de que sem a sua prestimosa colaboração esse desiderato não será atingido. A ajuda da comunidade é imprescindível para se construir uma sociedade organizada onde impere a ordem pública como garante do exercício da liberdade e de cidadania. Para se alcançar tal objectivo há que recorrer necessariamente às redes de interacção já existentes, estabelecendo com elas mecanismos de cooperação regular.

5. Facilitação dos procedimentos de trânsito de pessoas nos postos fronteiriços

A simplificação dos procedimentos e de todas as operações relacionadas com o controlo dos fluxos migratórios, passa fundamentalmente pela automatização da verificação dos documentos de viagem ou identificação.

A partir de Abril de 2013 foram implementadas medidas significativas de facilitação, acordadas entre os Serviços de Migração e as autoridades da China interior que permitiram reduzir o tempo de passagem de cada pessoa em cerca de 3 segundos, o que representa um enorme ganho relativo.

Desde o passado mês de Março que está implementada uma plataforma digital que permite aos cidadãos terem acesso a informação, e em *live stream*, ao grau de congestionamento dos postos fronteiriços, o que lhe é acessível a partir de qualquer terminal informático, seja ele um computador ou um smartphone, bastando para tanto aceder ao website www.fsm.gov.mo/m/ ou www.fsm.gov.mo/psp e assim melhor decidir sobre o melhor momento de passagem de determinada fronteira.

6. Novo Campus Universitário em Hengqin e o planeamento do controlo de fronteiras e de prevenção e combate ao fogo.

A próxima entrada em funcionamento do novo campus universitário em Hengqin tem constituído preocupação fundamental das autoridades no que diz respeito a todas

as vertentes da segurança dos cidadãos, com particular destaque para as acções de prevenção e combate a incêndio, socorro, resgate e emergência. Para tal efeito, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCSeg) preparou um Plano de Contingência, com base no qual foi assinado em 14 de Junho com as Autoridades Protecção Civil de Guangdong um **Acordo de cooperação para situações de emergência no Campus**, o que constitui uma garantia para todos os cidadãos que o frequentarem.

Nesse sentido, e para garantir eficiência em quaisquer necessidades de socorro e emergência junto da população estudantil, docente e de mais pessoal de apoio que faça a sua vida no Campus Universitário de Hengqin, o Corpo de Bombeiros vai instalar um Posto Operacional. Nessa altura serão testados os planos, especialmente nos túneis de acesso, nos armazéns de matérias perigosas e outros pontos sensíveis, mais vulneráveis à incêndios por forma a garantir a melhor eficiência em caso de algum incidente que reclame socorro ou resgate, assim reduzindo o risco de ocorrência de danos. O pessoal vem promovendo um sistemático estudo de toda a zona por forma a identificar todas as vulnerabilidades. A par disto será desenvolvida uma acção de interacção com a comunidade universitária, a fim de sensibilizar e educar para a localização das bocas de incêndio, dos caminhos de evacuação e, em geral, para a promoção de procedimentos de segurança, com vista a, por um lado, melhorar a prevenção e, por outro preparar alunos, professores e demais pessoal de apoio, para a eventualidade de terem que reagir a acidentes.

7. Fortalecimento da sensibilização da sociedade para o combate ao crime

A assunção da ideia de que "aos recursos limitados da polícia se contrapõem os recursos inesgotáveis da população" mostra-se de extrema importância no contexto do combate ao crime e do envolvimento da comunidade nessa tarefa. Na verdade, o inesgotável campo de colheita de informações que a população constitui e a qualidade de veículo de propagação de mensagens anti-crime, caracterizam uma filosofia de policiamento assente na auto-vigilância, fundamental à segurança das pessoas.

No início do ano, a Polícia Judiciária encetou uma campanha de de prevenção de crimes de furto, roubo, e fraude tendo para o efeito visitado 390 unidades residenciais, tomando contacto com os administradores, empresas de gestão de condomínios e moradores, explicando a sua missão e aconselhando medidas preventivas no sentido de uma melhor salvaguarda da segurança pública. Com vista a promover a prevenção da delinquência juvenil e fortalecer a interacção com a comunidade escolar, foi lançado o *"projecto pioneiro anti-crime"*, no qual foi desenvolvendo competências e firmando conhecimentos, para o que se prevaleceu de visitas a escolas e da organização de *workshops* sobre o tema, procurando incutir na população escolar um conjunto de valores fundamentais à vida em sociedade, no que se inclui o repúdio dos comportamentos desviantes em geral e os criminosos em particular.

Igualmente, o CPSP, desenvolveu um importante trabalho no âmbito da prevenção da delinquência juvenil, intensificando as suas acções junto dos cafés, e dos locais de

entretenimento, como os Karaokes, e salas de jogos, locais mais vulneráveis à criminalidade juvenil, designadamente o consumo de drogas. Esta corporação também não esqueceu as escolas, e aqui desenvolveu, também, o seu papel de sensibilização para o afastamento das condutas criminosas.

8. O equilíbrio entre a gestão prisional e a sua função correccional e de reinserção

A gestão do Estabelecimento Prisional de Macau (EPM) tem vindo a evoluir significativamente, o que muito se acentuou em 2013. Sinalizam-se alterações aos seus regulamentos, pretendendo-se uma maior racionalidade e rendimento dos seus recursos humanos e materiais, bem como a respectiva supervisão e auditoria, evidenciando-se os esforços em curso para dotar os seus quadros de pessoal médico que possa dar resposta às necessidades e cuidados primários de saúde da população prisional.

Destacamos a atenção que foi prestada em ambas as alas, feminina e masculina, às acessibilidades para portadores de deficiência física ou pessoas menos capacitadas, dotando as respectivas instalações de acessos e corrimões adaptados, de casas de banho com dispositivos especiais que facilitam o seu uso e, ainda, criando condições de assistência médica dedicada.

A construção da nova prisão está prestes a entrar na sua segunda fase e, em breve poderemos lançar-nos na projecção da terceira fase, que tem a ver com os edifícios de apoio administrativo e de formação de pessoal. O EPM não descura a supervisão e acompanhamento da obra, atentas as suas especiais especificidades.

9. Protecção Civil, socorro, resgate e emergência.

O Gabinete Coordenador de Segurança realizou um *exercício de sala*, simulando um ciclone tropical, visando testar a arquitectura do Centro de Comando Operacional e testar os demais mecanismos de protecção civil, bem como a respectiva resposta dos dispositivos localizados em Macau e nas Ilhas.

Foi elaborado um *"Plano de Contingência relativo à segurança do abastecimento de Água a Macau"*, cujas directrizes se incluem no Plano Geral de Protecção Civil, e que visa providenciar a medidas preventivas e reactivas a quaisquer incidentes relacionados com o abastecimento de água. Serão reescritos e divulgados novos panfletos de protecção anti-tufão e organizadas novas campanhas dedicadas à protecção civil para Rádio e Televisão.

Até ao momento, vem-se verificando que a actuação conjunta de todos os organismos envolvidos na protecção civil, independentemente da tutela a que pertencem, se tem realizado em bom plano, tendo permitido sem incidentes de coordenação e com eficácia, o alerta, o salvamento, o resgate e, em geral, a ordem pública, do que destaque o ordenamento do tráfego rodoviário, para bem da tranquilidade e paz social.

10. Fiscalização externa da disciplina

Prestámos muita atenção às sugestões que nos foram formuladas pela Comissão de Fiscalização das Forças de Serviços de Segurança de Macau (CFD), veiculando-as para as

entidades visadas, numa atitude de compreensão da representatividade deste ógão de controlo externo.

Linhas de Acção Governativa para 2014

Prosseguiremos no próximo ano uma política orientada para o serviço e interesse público, caracterizada por transparência, eficiência e integridade e caracterizada pela projecção no longo prazo, para tanto adoptando conceitos e desenvolvendo conceitos de proximidade, designadamente de policiamento comunitário, de formação contínua e de boa gestão que assegurem internamente um forte sentimento de autoestima e, externamente, uma trabalho eficiente e respeitado pelos cidadãos.

1. Melhor coordenação interdepartamental e optimização da gestão.

Os Serviços de Polícia Unitários concentram a responsabilidade de coordenação das acções de polícia com vista à realização das políticas públicas do Governo desenhadas para enfrentar e responder aos desafios que lhes coloca o desenvolvimento social e económico. Os seus organismos subordinados, Polícia Judiciária e Corpo de Polícia de Segurança Pública, na programação das respectivas actividades futuras têm sempre em atenção a motivação dos novos condicionalismos, todavia não podem deixar de enquadrar a resposta na sua própria realidade orgânica, porquanto dela também depende a eficácia da sua acção.

Entendemos que a superação da escassez de recursos humanos só pode ser suprida lançando mão de novos e modernos equipamentos, assentes nas mais modernas tecnologias com vista a que sejam os verdadeiros auxiliares da actividade das forças e serviços de segurança, o que será complementado com um reforço do treino e da formação do pessoal.

Trabalhamos também na optimização do sistema de videovigilância, centrando o seu desenvolvimento numa responsabilidade partilhada entre as polícias, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e os Serviços das Obras Públicas, o que permite uma melhor planificação.

Queremos que os organismos desta àrea de governação se afirmem pela actuação justa, imparcial e transparente, nesse sentido dirigindo um esforço de gestão de procedimentos, alinhada por rigorosa disciplina e códigos de boa conduta, de uma forma vertical e em todos os escalões da hierarquia, de modo a que se possa externar uma boa imagem e criar índices elevados de conciliação com a missão e de auto-estima no pessoal, de entre o qual promoveremos a recompensa dos bons e a censura daqueles que se desviarem do dever

Nesse sentido, representatividade popular que a composição da CFD induz, demanda-nos que dediquemos toda a atenção às sugestões decorrentes da apreciação que faz das

queixas que lhe são apresentadas, pelo que veicularemos às corporações e serviços as recomendações que nos forem formuladas por este órgão de controlo externo da disciplina e do funcionamento das entidades sob tutela da área de governação da segurança.

Lançaremos mão de todos os recursos disponíveis que possam contribuir para a elevação dos índices de auto estima e confiança dos nossos agentes, cientes da sua primacial importância para a segurança da RAEM, designadamente através do desenvolvimento das carreiras e dos institutos de recompensa do mérito que a legislação permite. Neste contexto reservamos, também, um papel muito especial aos apoios que as Obras Sociais das corporações e serviços podem proporcionar e cuidaremos de facultar apoio psicológico a quem a ele pretender recorrer.

2. Garantir uma cidade segura, dotada de uma boa ordem pública

No próximo ano o CPSP vai intensificar a análise da situação de segurança através do tratamento da informação recolhida por forma a poder capacitar-se para uma resposta eficaz, designadamente no que diz respeito à definição do dispositivo e à sua implantação no terreno, focando-se na monitorização dos locais de incidência de pequena, mas difusa, criminalidade, como sejam os furtos em residência, as burlas, os roubos na via pública, o fogo-posto, etc., cientes do grau em que estes actos criminosos afectam a segurança da generalidade das pessoas.

Vamos envolver mais agentes nos patrulhamentos, especialmente nos feriados e de noite, por forma a evitar e combater ilegalidades. Acompanharemos de perto o ambiente nos estabelecimentos de diversão, especialmente os de diversão nocturna, como discotecas e Karaokes, saunas, bares e estabelecimentos de jogos electrónicos, por forma a prevenir ocorrências criminosas.

No ano que se avizinha operaremos uma redefinição racional do patrulhamento das ruas e dos aglomerados habitacionais, que na cidade de Macau quer nas Ilhas, adequando-o ao actual *lay out* e ao surgimento de novas edificações. Melhoraremos o sistema de controlo das patrulhas e facultaremos formação em exercício ao pessoal patrulheiro por forma a que, com maior mobilidade, possa desempenhar bem o seu ofício e melhor acudir a quaisquer solicitações de emergência.

O tráfico de pessoas é um crime grave de que são vítimas essencialmente as mulheres e os menores de idade, a que a administração se opõe e em particular as autoridades de segurança, em pleno respeito pelos diversos instrumentos de direito internacional a que se vinculou, tudo fazendo para punir aqueles que controlam e promovem esta actividade em Macau.

Não descuraremos a sempre presente ameaça de actos de terrorismo, própria das sociedades modernas, nas quais se insere a de Macau. Procuraremos reunir sinergias internas e interdepartamentais para reagir contra este fenómeno e melhor salvaguardar os valores que informam uma sociedade segura;

Em articulação com os Serviços de Assuntos Laborais promoveremos acções contra a mão-de-obra ilegal, bem como sobre quem a ela recorrer.

3. Reforço dos meios forenses com vista ao combate ao crime

O combate ao crime passa muito pelas apostas estruturais que vimos e continuaremos a fazer, designadamente pelos equipamentos de apoio à vertente de *intelligence*, a qual constitui veículo de aproximação à comunidade, bem pelo recurso ao intercâmbio externo e interdepartamental e ao incremnto da capacidade global do pessoal.

Os crimes que mais atormentam o dia-a-dia dos residentes são os crimes de burla, furo e roubo, consumo e tráfico de drogas, pelo que é para a sua prevenção e combate que dirigimos as nossas forças e capacidades e empenhamos os nosso meios, promovendo estratégias que, simultaneamente, concorrem para o bem estar da população residente mas também para o desenvolvimento social. A indústria do jogo de fortuna e azar, pela sua vulnerabilidade, reclama uma maior e mais específica atenção, o que promovemos por via de uma alocução de pessoal mais racional e especializada, assim aumentando o sentimento de segurança de quem frequenta os casinos. O recurso às novas tecnologias e software dedicado permite uma análise forense mais cuidada e precisa no combate à criminalidade mais sofisticada, grave e altamente organizada.

Quanto à recolha de informação, a PJ irá continuar a reforçar a capacidade de recolha de informações, alargando a respectiva rede, aproveitando o sistema network internacional para acompanhar a evolução das informações, a fim de melhorar a análise de crime e a avaliação de segurança.

Relativamente ao fogo – posto, cujo combate também conta com a ajuda dos sistemas de videovigilância, não só como meios dissuasores, mas principalmente como auxiliares de identificação, o que será acompanhado por outros meios de investigação e análise forense, já disponíveis e prontos a utilizar, sem embargo do respeito pela legalidade e protecção da reserva da intimidade privada, como demanda a Lei n.º 2/2012.

Cada vez mais a criminalidade relativa ao jogo surge a coberto de organizações criminosas o que a tornam muito mais sofisticada, perigosa e grave. Apesar de termos um dispositivo Policial empenhado 24/24 horas, a fim de podermos intervir em qualquer incidente, de uma forma rápida e pronta, vamos incrementar as acções de fiscalização bem como as equipas de investigadores residentes, pretendendo, assim, uma maior eficácia na intervenção, sempre que necessária.

4. Combate ao contrabando e aos crimes contra a propriedade intelectual e facilitação do desembaraço aduaneiro

Os Serviços de Alfândega vêm desenvolvendo um sistema de declarações electrónicas (EDI), destinado a simplificar e desmaterializar os procedimentos de desembaraço aduaneiro, o que continuará a incrementar, sem que faça incidir uma fiscalização atenta sobre as diversas formas de contrabando, incluindo o contrabando formigueiro, como

seja o de tabaco, de carnes e legumes frescos, pelo que a referida desmaterialização não prejudicará uma fiscalização mais atenta. Para o efeito os Serviços de Alfândega vão dotar-se de equipamento móvel de raio x, que permite uma fiscalização mais eficiente das cargas que atravessam a fronteira.

O rápido desenvolvimento da internet e suas potencialidades permitem formas de comunicação que podem ser utilizadas de forma malévola e dolosa, tendo em vista prejudicar, por via de actividades ilícitas usando a internet, a imagem de Macau, nomeadamente no que diz respeito às violações dos direitos de propriedade intelectual, pelo que os Serviços de Alfândega propõem-se lançar mãos de métodos e equipamentos destinados a salvaguardar, sempre no respeito pela Lei, designadamente o disposto no Código de Processo Penal.

A orla costeira de Macau vai continuar a aumentar o seu perímetro, mormente como resultante da construção da nova ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai e daí resultarão maiores exigências de fiscalização, porque aumenta a zona de acção. Paralelamente é admissível que se venha a sentir um aumento de factores de instabilidade, com maior ocorrência de crimes e outras condutas ilícitas como o contrabando, a emigração ilegal, se venham evidenciar mais frequentes. Por outro lado, estas infra-estruturas podem induzir uma maior demanda das valências de socorro e resgate por parte dos SA, que vai assumir, por isso, uma maior frequência dos patrulhamentos costeiros de todo o perímetro das águas por cuja segurança Macau partilha responsabilidades.

Tendo em presença o actual estádio de desenvolvimento socio-economico da nossa RAEM, vamos trabalhar na regulamentação e bem assim nas formas de sensibilização para a questão da circulação de dinheiro nas fronteiras, bem como de outros títulos transaccionáveis, com a implementação do canal verde (nada a declarar) e do canal vermelho (declaração alfandegária), sinalizando aos cidadãos aquelas que são as suas obrigações legais.

Para a prevenção de riscos de descaminho aduaneiro, adquirimos equipamento móvel de raio x, destinado a prospectar presença de substâncias proibidas, como a droga ou os explosivos. Para além disso, o novo sistema de avaliação do risco facultará aos funcionários alfandegários da linha da frente melhores indicações e orientação para uma fiscalização mais assertiva.

5. Optimização dos processos de investigação criminal

Com o avanço das tecnologias, constatamos uma evolução das metodologias a que os criminosos recorrem para a levar a bom porto as suas práticas ilícitas, o que fazem sempre com o propósito paralelo de iludir e dificultar a investigação criminal. No sentido de acompanhar essa evolução, vimos dotando a valência de investigação criminal com o software e o hardware mais avançado possível, providenciando melhores meios de actuação.

A gestão da informação é uma das preocupações primeiras porquanto cada vez maior é o seu volume e há que proceder ao seu melhor tratamento possível, designadamente providenciar a uma melhor cooperação entre todos os departamentos com funções de polícia, para que possamos ter uma investigação eficiente.

Não esqueceremos também uma atenção especial à melhoria da organização interna, a qual não passa somente pelas modificações de natureza orgânica, mas também e muito particularmente, pela formação dos nossos quadros e do seu apetrechamento com saberes e técnicas capazes de remover os obstáculos que dia-a-dia lhe vão sendo opostos pelos protagonistas do crime. Com esta opção pela melhoria do desempenho técnico individual pretendemos também uma melhor racionalização dos meios humanos, porquanto ela permite ganhos capazes de suprir a intervenção humana.

Paralelamente será desenvolvido durante todo o ano de 2014 um banco de dados, ao passo que o departamento responsável desenvolverá a instalação de um sistema de varrimento de dados em arquivo, o qual muito facilitará a análise de informação. Este sistema estará disponível para o serviço responsável pelas informações, investigação e identificação, assim se alcançando uma partilha de recursos de que muito beneficiará o combate ao crime.

A evolução das técnicas de investigação criminal cada vez mais são subsidiárias da computação forense, surgindo constantemente avanços tecnológicos importantes que permitem uma actividade de investigação criminal mais eficaz. Nesse sentido faremos evoluir de uma forma permanente e sistemática todo o nosso equipamento laboratorial forense, garantindo que atinja elevados níveis de padronização e eficiência, devidamente acreditados. Desta opção resultará uma gestão da investigação muito mais científica e resultará manifestamente elevado o nível do trabalho técnico de perseguição dos crimes.

6. Educação, prevenção e fiscalização rodoviária

Prover a um tráfego rodoviário fluído e seguro, constitui, assim, o objectivo do departamento de trânsito do CPSP. Nesse sentido daremos o nosso melhor, actuando em todas as frentes, passando pelo recurso a todos os meios tecnológicos que permitam agir em tempo útil perante quaisquer situações de constrangimento. Designadamente atentaremos em todas as questões relacionadas com o excesso de velocidade não só com recurso a meios fixos de detecção como recorrendo a equipamentos móveis, convencidos de que, esta conduta a par de outras infracções tidas por graves, constituem o principal motivo de ocorrência de acidentes.

Prosseguiremos, em particular, a cooperar com a Direcção de Assuntos de Tráfego Rodoviário (DSAT), com a finalidade de consciencializar residentes e visitantes para as questões da segurança rodoviária, a fim de prevenir os acidentes, tomando todas as medidas para tal concorrentes em cooperação com as demais entidades administrativas.

Incrementaremos o sistema de controlo da alcoolemia na condução automóvel, com o aumento das operações STOP e procuraremos contribuir da melhor forma para a melhoria do sistema de sinalização e de ordenação do trânsito por forma a aumentar a sua fluidez.

O planeamento rodoviário, particularmente na zona do projecto do Metro Ligeiro e de entretenimento do COTAI bem como do novo posto fronteiriço e do novo canal entre Guangdong e Macau, é deveras importante, sendo que prosseguimos um esforço conjunto com os demais parceiros no sentido de encontrar vias rodoviárias alternativas que possam facilitar a circulação, fazendo-o acompanhar de um dispositivo de patrulhamento dinâmico, sensível às alterações que se forem introduzindo.

Contamos com o apoio da sociedade civil para nos ajudar nas campanhas de sensibilização e educação para uma circulação rodoviária segura. Proporcionaremos aos nossos agentes um contacto com o exterior não só para observar aspectos de natureza operacional de gestão do tráfego, mas também para observação de novos programas tecnológicos que auxiliem essa missão, através dos meios mais avançados.

7. Modernização dos Procedimentos da Migração

Para suprir esta enorme e visível dificuldade tem havido uma forte aposta na modernização tecnológica, a qual vai prosseguir sem cessar, em permanente actualização e modernização dos procedimentos, com vista a garantir um trabalho mais eficiente. No sentido de corresponder às necessidades operacionais e ao bem comum, tomaremos as medidas que forem necessárias e possíveis.

Apostamos num serviço em que a qualidade esteja sempre em permanente avaliação, promovendo um inquérito de satisfação junto dos utentes, porquanto achamos interessante e importante para mensalmente termos uma ideia das necessidades de evolução e do lançamento de novos projectos com interesses para os cidadãos. Isto a par de um programa de supervisão sistemático para que o nosso compromisso público se apresente como sustentável. Na verdade, sentimos que é preciso manter uma constante motivação do pessoal da linha da frente, consciencializando-o da importância do seu trabalho, envolvendo-os também na reflexão sobre a melhor forma de dar respostas a estes desafios.

Os "picos" de afluência nos postos fronteiriços, especialmente em dias e períodos festivos constituem uma preocupação constante deste departamento, pelo que manteremos em alerta permanente um sistema de avaliação e de reserva que permita acorrer a situações excepcionais, correspondendo-lhe com pessoal e equipamento capaz de amenizar os problemas mais complexos, para o que contamos, também, com a indeclinável cooperação com as autoridades do continente.

A par disto prosseguiremos o programa de instalação dos sistemas de passagem automática, num total de 55 pórticos a distribuir pelos Terminais marítimos da Taipa e de Macau, instalações que dotaremos, também, da demais logística e pessoal que se mostrar necessário.

Em articulação com a futura emissão do salvo-conduto electrónico para Hong Kong e Macau, estamos a desenvolver as tarefas relacionadas com o hardware e de software adequados a um bom funcionamento desta modalidade de cruzamento fronteiriço, sem prejuízo de um bom controlo dos documentos.

8. Combate ao fogo e operações de resgate

No âmbito do programa do Governo da RAEM, o Corpo de Bombeiros propõe-se, para futuro, prosseguir um trabalho que tome em atenção as novas realidades. Desenvolvemos planos de contingência destinados a agilizar a resposta a incidentes. No próximo ano, cumpre-se o 15.º Aniversário da implementação Região Administrativa Especial de Macau, o qual coincide com o 65.º Aniversário da fundação da República Popular da China, pelo que se esperam grandes comemorações, o que faz concentrar ainda uma maior atenção nas acções preventivas de incidências, a bem da segurança de todos.

O Corpo de Bombeiros enfrentará todos estes desafios orientando a sua operação para o interesse das pessoas, procurando adaptar-se às dificuldades que lhe colocam estas grandes infra-estruturas. Implementar-se-á um trabalho com os planos de emergência e faremos exercícios vocacionados para o treinamento do pessoal nestes novos ambientes e, bem assim, para a identificação de novas necessidades de equipamentos ou reconfiguração dos já existentes. Procuramos com esta atitude uma melhor racionalização dos meios disponíveis e uma maior capacitação por forma a proporcionar garantias de salvamento e de resgate da população.

Promoção de exercício de evacuação em instalações governamentais bem como em instalações privadas, escolas, oficinas, e outros edifícios frequentados pelo público, por forma a que as pessoas treinem a auto-protecção face a incidentes de fogo.

Reforço da cooperação com as demais instituições da RAEM, no que diz respeito à implementação quer do projecto da nova Ponte entre Hong Kong-Macau-Zhuhai, quer dos projectos de construção de habitação pública, desenvolvendo as diligências de teste de protecção e combate a incêndios. Protagonizaremos um programa de inspecções contra incêndios de natureza mensal em locais em locais diversos e de diferente natureza, a fim de verificar cumprimento das regras regulamentares e recomendar procedimentos complementares ou ajustamentos ao sistema implementado.

As infra-estruturas novas continuam a surgir e, em 2014, registar-se-á um significativo aumento do seu número, pelo que daremos continuidade ao nosso esforço de adequação à nova realidade. Atenderemos particularmente à boa distribuição dos meios operacionais para responder a ocorrências tanto no novo *Campus*, como na nova Ponte.

Antecipando-se à época dos tufões, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCSeg) vai lançar uma campanha de sensibilização para a protecção civil, além de manter em permanente actualização o Plano de Geral da Protecção Civil. Dar-se-á particular atenção

à manutenção primária de protecção contra os efeitos dos tufões, desde a desobstrução de bueiros, sinalização de árvores em risco de queda, permanente monitorização de riscos, etc., tendo isto em articulação com os demais departamentos da administração. Além disso procederemos a exercício de protecção civil bem como a várias reuniões preparatórias interdepartamentais, por forma a melhor definir a arquitectura de protecção contra os tufões, bem como a equacionar novas e actualizadas formas de dar respostas mais eficazes.

9. Por uma gestão científica do Estabelecimento Prisional e uma boa política de Reinserção Social

O Estabelecimento Prisional vai incrementar as melhores medidas de reinserção possíveis para efeitos de ressocialização dos condenados a penas de privação de liberdade, porquanto se entende que a sua principal tarefa é mesmo a de criar condições de uma boa reintegração da pessoa uma vez restituída à liberdade. Esta preocupação social não nos afasta do rigor e da segurança que deve ser colocada na execução das penas, sendo nesse sentido que se empenham, também, os nosso recursos humanos.

No sentido de melhorar a eficiência não pouparemos esforços na redefinição das funções dos funcionários e bem assim quanto à sua formação, a qual será acompanhada por um bom planeamento e gestão dos recursos humanos disponíveis. Faremos um esforço de melhor recrutar na sociedade civil.

A ressocialização e reintegração do recluso na sociedade após a sua libertação é uma preocupação parceira do rigor e segurança na execução das penas privativas de liberdade. Nesse sentido, proporcionamos um conjunto variado de acções que visam desenvolver um espírito positivo na pessoa do recluso, facultando-lhe formação profissional que contribua para a sua auto valorização.

Prosseguiremos o acompanhamento da construção do novo estabelecimento prisional, que em 2014 iniciará a sua terceira fase, intensificando os trabalhos de preparação para as fases posteriores daquela construção, particularmente no que respeita aos sistemas de segurança e de monitorização.

10. Formação profissional e recrutamento de talentos

Desenvolveremos um programa de actividades voltado para aumentar os níveis de capacitação, certos de que esta será a via de incrementar a eficácia do trabalho. O cosmopolitismo de Macau exige que os seus agentes policiais e os elementos das forças de segurança, em geral, atinjam um nível de correspondente qualidade e transmitam a quem nos visita de todo o mundo uma imagem adequada ao desenvolvimento que se constata a cada canto. É essencial que os seus recursos humanos sejam fluentes nas línguas estrangeiras, por forma a facilitar a comunicação com a maioria dos nossos visitantes, pelo que não regatearemos esforços no sentido de melhor capacitar o nosso pessoal nessas específicas valências do conhecimento, sendo particularmente mais exigentes no recrutamento.

Olharemos também para o aspecto geral do nosso pessoal privilegiando não só a sua capacitação linguística, mas também, o seu preparo físico e as suas competências e conhecimentos para um bom desempenho da sua condição de fiscalização e execução da lei. Procuraremos, assim, facultar-lhes o treino adequado, o que vimos planeando a longo prazo, para maior segurança e acompanhamento da evolução social.

Em 2014 proporcionaremos uma formação profissional reforçada em todos os escalões e categorias da estrutura das carreiras de pessoal, adequando os conteúdos às reais necessidades da sociedade. A capacitação profissional é muito importante e desejável, na medida em que o incremento das suas competências pessoais vai dar ao agente uma maior segurança psicológica na execução das suas tarefas.

Particularmente a Policia de Segurança Pública e a Polícia Judiciária beneficiarão desta nossa intenção e a sua melhor qualificação profissional constituirá, em 2014, uma prioridade absoluta, com vista a uma melhor especialização técnica. De registar que os diversos departamentos têm desenvolvido um planeamento sustentado por uma avaliação das necessidades.

O *Stress* profissional é outro dos aspectos que está no centro das nossas preocupações pelo que desenvolveremos trabalho específico nesta particular área. Iremos criar condições para que os agentes possam ocupar os seus tempos livres de uma forma lúdica e saudável por forma a descomprimir o stress e a reforçar as suas capacidades físicas e mentais. Dar-lhes-emos competências ao nível das melhores técnicas de interrogatório e facultar-lhes-emos acções e dinâmicas que reforçam a sua autoconfiança e conhecimento no sentido de minimizar a pressão que muitas vezes é induzida por *déficit* de conhecimento profundo.

11. Policiamento comunitário e qualidade do recrutamento

Temos vindo a atribuir a máxima importância ao policiamento comunitário, orientando os seus conteúdos para o conceito de proximidade das polícias aos cidadãos. Nesta tarefa é fundamental envolver o grande público, em parcerias e acções de cooperação, essenciais a uma efectiva prevenção. Para além da segurança e ordem públicas propriamente ditas, esta interacção policia / cidadão irá permitir ganhos ao nível do trânsito, em particular.

No próximo ano manteremos esta nossa postura, orientando-nos para uma optimização das relações entre as autoridades policiais e a população, recriando as formas de comunicação por forma a garantir uma interacção permanente e sistemática, que favoreça a prevenção criminal e faculte aos cidadãos conhecimentos e competências de autoprotecção face a comportamentos delituais, bem como os desiniba para efeitos de trazerem até nós quaisquer tipos de informações que sejam relevantes.

Neste nosso propósito envolveremos também, de uma forma geral, o movimento associativo, e o sector da educação num reconhecimento da sua importância estrutural da sociedade de Macau, sensibilizando as associações e as escolas para a importância da sua cooperação no alcance do objectivo comum da segurança dos cidadãos. As suas ajudas

serão de relevante importância para a prevenção criminal e contribuirá para diminuir a ansiedade quanto à própria segurança. Juntos reflectiremos sobre assuntos que conduzem à prevenção e à investigação dos comportamentos desviantes, promovendo estratégias que enfileiram na prossecução do interesse público.

Paralelamente desenvolveremos um bom relacionamento internacional e inter-regional, na certeza de que ele reforça a autoridade policial. Um bom relacionamento internacional e inter-regional, quer ao nível bilateral, quer ao nível multilateral, constitui hoje pedra angular do combate ao crime e sua prevenção, especialmente quando falamos da criminalidade grave e altamente organizada, como a transnacional e transfronteiriça.

Com a finalidade de promover a prevenção da delinquência juvenil reforçaremos a nossa presença junto das escolas, levando aos jovens informações e ensinamentos que se enquadrem no seu esquema de bons valores da vida em sociedade, para que desta forma não só de desviam do crime como colaborem no despiste de comportamentos ou tendências criminógenas no seio da comunidade estudantil em que se inserem.

Conclusão

Uma vista panorâmica daquelas que são as Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2014 e com as quais nos comprometemos, motiva-nos a um trabalho de conjugação de esforços interdepartamental de todas as forças e seviços de segurança sob nossa tutela e de alocação de meios humanos e materiais que permitam a sua inteira realização.

De facto, é nosso firme propósito prosseguir uma atitude de acção governativa sectorial que contribua para uma vivência estável e tranquila de todos os seus cidadãos quer sejam residentes quer sejam visitantes. Prosseguiremos com determinação os trabalhos que já vimos desenvolvendo do antecedente, modernizando os procedimentos e métodos operativos, com a plasticidade adequada às dinâmicas da sociedade da Região Administrativa Especial de Macau, prestando-lhe o melhor de nós em prol da fruição de uma cidadania plena, em particular, e do interesse público em geral.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Em 2013, no respeito pelo princípio de acção governativa "melhorar as regalias da população para um desenvolvimento a longo prazo" e tendo como lema "ter por base os interesses da população", tendo em consideração o desenvolvimento a longo prazo de Macau e os anseios de toda a população, prestando atenção às suas necessidades, com especial prioridade para o melhoramento do bem-estar em todas as suas vertentes e da formação dos recursos humanos, a fim de construir uma sociedade harmoniosa e saudável, foram empenhadamente estabelecidas e concretizadas várias políticas e medidas no âmbito dos trabalhos da área dos assuntos sociais e cultura.

Em 2014, no espírito do princípio de governação "elevar a capacidade global e promover um desenvolvimento sustentável", nesta área, manter-se-á a preocupação com a melhoria da vida da população bem como com o aumento da sua qualidade geral; aperfeiçoar-se-ão, de forma progressiva, mecanismos eficazes a longo prazo nos domínios dos cuidados de saúde, educação e segurança social, reforçar-se-á o apoio aos grupos em situação vulnerável, intensificar-se-ão os serviços sociais, elevar-se-á a qualidade dos serviços turísticos, implementar-se-á a generalização da cultura e da arte, reforçar-se-á a saúde física e mental da população, no sentido de serem proporcionados serviços de melhor qualidade nos diferentes domínios da área dos assuntos sociais e cultura.

Os funcionários de todos os níveis da área dos assuntos sociais e cultura vão manter uma atitude científica e pragmática e, de acordo com os princípios de uma acção governativa legal, íntegra, zelosa e eficiente, elaborar e implementar os diversos planos de desenvolvimento e dedicar-se concreta e seriamente às tarefas relacionadas com a vida dos cidadãos, a fim de atingir os objectivos da acção governativa.

No domínio da Saúde

Em 2013, face ao envelhecimento da população e à tendência de evolução das doenças crónicas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau aumentou a aposta em recursos, desenvolvendo plenamente o serviço de prestação de cuidados de saúde a idosos, reforçando e melhorando diversas medidas adoptadas ao longo da cadeia dos serviços de prevenção, tratamento e reabilitação. Para além disso, mediante a ampliação do Centro de Apoio a Doentes, foi prestado apoio aos doentes oncológicos e diabéticos. Realizaram-se, de forma contínua, sessões de ensino para a saúde e acções de formação sobre a auto-gestão de doenças crónicas, num esforço pela diminuição da sua incidência.

O novo Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário e o posto de saúde provisório em Seac Pai Wan, Coloane, já entraram em funcionamento, garantindo, respectivamente, o aumento da capacidade do Serviço de Urgência e a acessibilidade dos residentes aos cuidados de saúde primários. Os Centros de Saúde encontram-se em fase de solicitação de acreditação internacional e empenham-se em aperfeiçoar a gestão da qualidade dos cuidados de saúde através do melhoramento dos procedimentos. Para além disso, foi reforçada a colaboração com as instituições médicas

sem fins lucrativos, tendo sido acrescentados locais de assistência médica subsidiados, serviços de prestação de consulta externa nocturna e nos feriados bem como elevado o valor total dos vales de saúde, no sentido de aperfeiçoar a prestação de cuidados de saúde.

Em resposta à situação de escassez de leite em pó ocorrida no mercado de Macau, o Governo da RAEM tratou-a como situação de emergência de saúde pública, tendo respondido rápida e eficazmente às solicitações dos cidadãos. Quanto aos trabalhos de prevenção e controlo de saúde pública, foi atentamente acompanhada a situação de prevalência do novo tipo de coronavírus e a situação epidemiológica da gripe aviária H7N9, sendo definidas as medidas de resposta e conservados recursos suficientes para uso médico, tendo também sido actualizado atempadamente o conteúdo da tabela de doenças de declaração obrigatória; reforçaram-se os trabalhos de prevenção e resposta face à eventual eclosão de surtos de febre de dengue, enterovírus e gripe sazonal, intervindo-se activamente em doenças particulares ou graves. Com vista a melhor proteger a saúde dos cidadãos, o Governo da RAEM já incluiu vacina contra o papilomavírus humano no Programa de Vacinação e continua a adoptar como prioridade a promoção da escola saudável e de edifício saudável para incentivar a participação das comunidades e dos cidadãos na promoção conjunta de modos de vida saudáveis. Foi executado rigorosamente o "Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo", tendo sido inspeccionada a situação das áreas para fumadores nos casinos. Adoptou-se a medida de redução da dimensão das áreas para fumadores aos casinos cuja qualidade de ar não cumpriu os parâmetros exigidos. Ao mesmo tempo, continua-se a reforçar a propaganda sobre o controlo do tabaco, no sentido de promover um ambiente livre do tabaco.

Os Serviços de Saúde aceleraram a construção das diversas instalações abrangidas no "Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde" e intensificaram o seu esforço na formação de médicos e no recrutamento de profisssionais de saúde, melhorando a qualidade do serviço de prestação de cuidados de saúde através da formação profissional. Em 2013, a entrada em funcionamento do Conselho para os Assuntos Médicos, recentemente criado, ajudou à definição de políticas e à elaboração de mais e melhores diplomas legais no âmbito da saúde. Em simultâneo, os trabalhos legislativos relativos ao "Regime Jurídico de Tratamento de Litígios decorrentes de Erro Médico" e ao "Regime Legal dos Internatos Médicos" já entraram na fase final.

Foi impulsionada, sustentadamente, a implementação do "Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau" e reforçados o contacto e o intercâmbio com a Organização Mundial de Saúde, a Comissão Nacional de Saúde e de Planeamento Familiar e os serviços de saúde das regiões vizinhas, como Singapura e Hong Kong, a fim de, através da organização de conferências internacionais e acções de formação, desenvolvimento de diferentes tipos de colaboração no âmbito da saúde e contratação ao exterior de médicos para trabalharem em Macau, se continuar a melhorar o nível de saúde pública e dos serviços de prestação de cuidados de saúde de Macau, em prol da protecção da saúde física e mental dos cidadãos.

Em 2014, o Governo da RAEM cumprirá a linha de acção "tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção", acompanhando com atenção o desenvolvimento harmonioso da economia e da sociedade. Para além de prevenir as doenças transmissíveis e reforçar o diagnóstico e a terapêutica da doença, continuar-se-á a transmitir conceitos correctos sobre os cuidados de enfermagem, através do Centro de Apoio a Doentes e da realização de cursos de auto-gestão de doenças crónicas, no sentido de aumentar a eficácia de diagnóstico e terapêutica da doença. Relativamente aos cuidados de saúde para os idosos, redobrar-se-á o esforço na prestação de apoio abrangente para os doentes crónicos com idade a partir de 65 anos que tenham alta hospitalar e planeia-se divulgar junto dos lares comunitários as experiências sobre a prevenção de escaras, assim reforçando os cuidados de saúde destinados a este grupo etário ao nível da prevenção e da reabilitação. Com a construção de várias instalações destinadas à prestação de cuidados de saúde e do reforço da triagem de doentes para as instituições médicas não governamentais, permite-se que o público tenha acesso a serviços de cuidados de saúde adequados.

Em observância das orientações da Organização Mundial de Saúde, executar-se-ão permanentemente os trabalhos de vigilância rotineira de doenças, reforçar-se-ão a prevenção e o tratamento das doenças transmissíveis graves e de outras doenças crónicas, optimizar-se-á o sistema de inspecção e quarentena nos postos fronteiriços e aperfeiçoar-se-á continuamente o mecanismo de prevenção e actuação conjuntas entre as regiões. Através da Comissão para a Cidade Saudável e da Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas, desenvolver-se-ão actividades promotoras de saúde e promover-se-ão modos de vida e hábitos saudáveis, de forma a que sejam activamente desenvolvidas as funções da prevenção. Continuar-se-á a reforçar a eficácia no controlo do tabagismo através de uma execução rigorosa da lei, divulgação de informações e educação, bem como do encorajamento de desabituação tabágica, entre outras medidas; manter-se-á a medição da qualidade do ar nas áreas para fumadores dos casinos e proceder-se-á aos preparativos para a terceira fase do trabalho de controlo do tabagismo a ser desenvolvida em 2015.

Garantida a protecção da privacidade dos doentes, o Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau entrará em funcionamento, a título experimental, no fim do ano de 2014. Com a introdução contínua da acreditação da gestão da qualidade, regularizar-se-ão os procedimentos de prestação de cuidados de saúde e de outra assistência, estabelecendo-se um mecanismo de gestão da qualidade. Intensificar-se-ão a vigilância das reacções adversas a medicamentos e a aplicação das informações electrónicas, para que seja garantida a segurança no uso de medicamentos pelos cidadãos.

No futuro, a entrada em vigor dos diplomas legais relativos à garantia dos direitos e interesses dos prestadores e dos utentes dos cuidados de saúde e à formação de médicos, permitirá a melhoria da construção do sistema de saúde. Os Serviços de Saúde envidarão esforços para a ampliação da cooperação com o exterior, mantendo a colaboração com a Organização Mundial de Saúde, a Comissão Nacional de Saúde e de Planeamento Familiar e as regiões vizinhas. Por outro lado, unir-se-ão as potencialidades dos recursos dos

hospitais locais, intensificar-se-ão as actividades de formação de médicos e contratar-se-ão no exterior profissionais e especialistas da área de saúde para prestarem serviço em Macau, de modo a impulsionar o desenvolvimento sustentado das actividades de saúde de Macau a longo prazo.

No domínio da Educação

Em 2013, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau continuou a optimizar o regime do ensino superior, por um lado, promovendo o processo legislativo do "Regime do Ensino Superior" e, por outro lado, começando os trabalhos de elaboração dos diplomas complementares, com vista a acelerar o melhoramento dos vários regimes nesta área. Iniciaram-se as acções preparatórias da primeira fase da definição do plano de desenvolvimento do ensino superior, a médio e longo prazo, configurando o enquadramento do seu regime de avaliação, para que se impulsione um desenvolvimento estável deste nível de ensino em Macau.

Melhorou-se, de forma constante, a Base de Dados sobre Recursos Humanos Qualificados, concluindo-se a previsão da oferta e da procura de quadros qualificados do ensino superior de Macau em cinco sectores e alargando-se, gradualmente, a área de estudo. Elaborou-se o "Relatório dos Indicadores do Ensino Superior de Macau" e, ao mesmo tempo, iniciou-se uma pesquisa específica, no sentido de aperfeiçoar, de forma permanente, os dados dos indicadores sobre o ensino superior de Macau.

Coordenaram-se as instituições envolvidas na prova unificada de acesso às instituições do ensino superior de Macau, para que sejam, conjuntamente, elaborados o programa e a modalidade da prova, bem como os respectivos critérios de avaliação, por forma a desenvolver ordenadamente o processo preparatório. Além disso, aumentaram-se, tanto o montante do "Subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior" como o número e montante das bolsas de mérito para estudos pós-graduados, no sentido de consolidar o apoio aos estudantes.

Continua a optimizar-se o "*Blog* para os Estudantes de Ensino Superior de Macau", como plataforma da *internet*, para intensificar a ligação entre os estudantes do ensino superior de Macau, que estudam em Macau ou no exterior. Subsidiaram-se os estudantes na organização autónoma de várias actividades relativas ao serviço social, à prática profissional, aos conhecimentos do sistema jurídico e ao alargamento de horizontes, fazendo com que aumentem, durante o processo, as suas capacidades gerais no campo do planeamento, coordenação e organização. Por outro lado, através de actividades diversificadas, disponibilizaram-se informações abrangentes e enriquecidas ajudando assim os estudantes a melhor preparar o seu plano de carreira, com a maior brevidade possível.

As várias instituições de ensino superior já iniciaram os trabalhos de alteração dos seus estatutos. De acordo com o seu tipo de ensino, continuam, com entusiasmo, a formar quadros qualificados. Concluíram-se as obras de construção do novo campus da

Universidade de Macau, na Ilha da Montanha. Quanto à mudança, a Universidade definiu um plano detalhado bem como acções preparatórias, efectuando gradualmente a sua mudança para este novo campus, no ano lectivo de 2013/2014, de acordo com o plano estabelecido.

Em 2014, o Governo da RAEM continuará a assumir como linha orientadora "Promover a prosperidade de Macau através da Educação", melhorando, de forma sistemática, os respectivos diplomas legais e regimes, promovendo o processo legislativo da lei do "Regime do Ensino Superior", iniciando os trabalhos de elaboração dos diplomas complementares, onde se inclui o ajustamento da organização e do funcionamento dos serviços administrativos da área do ensino superior, para que seja favorecida uma melhor concretização e execução das disposições constantes dos respectivos regimes jurídicos.

Iniciar-se-á a elaboração do plano de desenvolvimento do ensino superior, a médio e longo prazo, reforçando-se, continuamente, o apoio às instituições de ensino superior. Iniciar-se-á o plano-piloto, servindo de preparação para a futura implementação do regime de avaliação. Serão estimulados o desenvolvimento estável e o melhoramento da qualidade do ensino superior de Macau.

Dar-se-á continuidade ao aperfeiçoamento dos conteúdos da Base de Dados sobre Recursos Humanos Qualificados, alargando-se, de forma ordenada, a área da investigação na previsão das necessidades futuras de quadros qualificados do ensino superior em diversos sectores e publicando-se, atempadamente, as respectivas informações. Por outro lado, serão actualizados e melhorados os dados do sistema de indicadores estatísticos, no sentido de entender melhor a situação do desenvolvimento do ensino superior de Macau através da comparação e da análise desses dados.

Continuará a atribuição do "Subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior". Neste âmbito, considera-se a possibilidade de, no futuro, transformar esta medida numa medida permanente. Serão revistos o número e montante das bolsas de mérito para estudos pós-graduados, explorando-se, simultaneamente, a forma de resolução mais apropriada e viável para a integração das bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, na área do ensino superior. Dar-se-á continuidade às tarefas de coordenação do grupo de trabalho da prova unificada de acesso às instituições de ensino superior, composto pelas instituições envolvidas, mantendo-se uma ligação estreita com o sector educativo, no sentido de auscultar as suas opiniões.

Será planeado e desenvolvido o "Centro dos Estudantes do Ensino Superior", através do qual se iniciarão diversas actividades com características de desenvolvimento, onde se disponibilizarão informações enriquecidas, por forma a desenvolver, em pleno, as suas funções quanto à prestação de apoio e fornecimento de condições para a formação dos quadros qualificados. Além disso, criar-se-ão mais oportunidades de estágio, para que seja promovido o desenvolvimento geral dos estudantes e bem preparado o seu acesso ao mercado de trabalho.

As instituições de ensino superior continuarão a acompanhar os trabalhos da revisão dos seus estatutos, no sentido do seu desenvolvimento sustentável. A Universidade de Macau realizará, de forma ordenada, a mudança das suas instalações para o novo *campus*, na Ilha da Montanha, garantindo, assim, segurança e estabilidade na mudança.

No âmbito do ensino não superior, em 2013, em conformidade com as linhas que apostaram no "desenvolvimento prioritário da Educação, na melhoria da sua qualidade, na formação pessoal como eixo central e na promoção da igualdade", aumentou-se o investimento em recursos, aumentando os subsídios da escolaridade gratuita, de propinas e do ensino recorrente, bem como da aquisição de manuais escolares; para os alunos em situação económica mais vulnerável, alargaram-se os limites do redimento médio per capita dos agregados familiares dos alunos candidatos relativamente aos subsídios envolvidos; aumentou-se o número de vagas bem como o montante das bolsas de mérito e de estudo. Reforçou-se a definição de normas, realizando-se a primeira fase da consulta pública do "Estatuto das Escolas Particulares" e impulsionando-se o processo legislativo do "Regime da Escolaridade Obrigatória" e do "Quadro da organização curricular da educação regular".

Concretizou-se a lei do "Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior" (adiante designado como "Quadro Geral") e desenvolveram-se os trabalhos inerentes, através dos quais se implementou, com sucesso, o regime dos níveis do pessoal docente, aumentou-se o montante do subsídio para o desenvolvimento profissional, aperfeiçoou-se, de forma contínua, as componentes lectivas semanais dos professores, bem como se apoiaram as escolas para colocarem em prática os regimes de avaliação de desempenho do pessoal docente, do fundo de previdência e da diferença salarial entre níveis, elevando-se o seu espírito e o estatuto profissional, criando condições para que os professores possam cuidar dos alunos, de forma ainda mais eficaz, e realizar actividades científicas e pedagógicos. Ao mesmo tempo, reforçaram-se as diversas acções de formação dos docentes principais e dos docentes da disciplina de Educação Moral e Cívica, bem como dos dirigentes, quadros superiores e médios de gestão das escolas, impulsionando o desenvolvimento do regime de investigação pedagógica das escolas e reforçou-se, significativamente, o apoio aos alunos distintos para que frequentem cursos superiores na área da Educação. Para além disso, por respeito e atenção ao pessoal docente experiente, foi-lhe atribuído, por uma única vez, um subsídio.

Implementou-se a reforma curricular, concretizando os Planos piloto dos currículos para os ensinos infantil e primário, reforçando também a pesquisa e a definição das exigências das competências académicas básicas para todas as disciplinas do ensino secundário geral e para algumas disciplinas do ensino secundário complementar e, iniciou-se, ainda, a actualização dos materiais didácticos de Educação Moral e Cívica do ensino primário. Continuou a implementar-se a avaliação escolar global e a avaliação específica e criou-se, de uma forma dinâmica, o sistema de indicadores de auto-avaliação das escolas. Reforçaram-se os trabalhos de aconselhamento aos alunos, aperfeiçoando o sistema e os modelos dos trabalhos da educação moral, no sentido de melhorar a sua qualidade psicológica e moral.

Os ensinos técnico-profissional e especial foram aperfeiçoados, incentivando as escolas regulares do ensino secundário a ministrarem "cursos de utilização dos conhecimentos apreendidos", procurando, assim, encontrar a melhor forma para o desenvolvimento deste tipo de ensino de modo a corresponder às futuras necessidades de Macau, promovendo um desenvolvimento diversificado dos alunos. Concretizou-se, metodicamente, o disposto no "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau" e concedeu-se subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentam o ensino secundário complementar nas cidades de Zhuhai e Zhongshan da província de Guangdong. Ao mesmo tempo, a participação dos alunos e docentes, em vários exames de credenciação de línguas, foi subsidiada, para os ajudar a melhorar as suas capacidades linguísticas; facultou-se apoio financeiro às escolas para a aquisição de desfibrilhadores externos automáticos de modo a optimizar a segurança do meio escolar.

A educação contínua foi desenvolvida com base na experiência da implementação da primeira fase do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", tendo-se planificado o seu desenvolvimento para uma nova fase. Ao mesmo tempo, realizou-se o "Plano de Incentivo 100% Pais", elaborou-se o manual de referência das associações de pais excelentes, impulsionando-se, de forma dinâmica, a educação dos pais e a colaboração entre a família e a escola.

No âmbito da Juventude e de acordo com a linha orientadora "Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens", houve um esforço para definir e promulgar a "Política da Juventude de Macau", tendo sido iniciados um estudo preliminar e os trabalhos preparatórios sobre a revisão desta Política. Continuou a aprofundar-se as relações de parceria com a juventude, as associações juvenis e as instituições envolvidas, realizando-se, em conjunto, diversos trabalhos juvenis. Prestou-se grande atenção à criação de um bom ambiente para o crescimento dos jovens, melhorou-se o Plano de Promoção da Nova Geração do Sol, subsidiaram-se as escolas para a concretização de diversas actividades; foi prolongado o horário de abertura dos centros de actividades juvenis nas férias de Verão; subsidiaram-se as escolas para a criação de ginásios multidesportivos, para que oferecessem mais espaços para a realização de actividades ao ar livre; continuou a implementar-se o Plano "Trata-se de um professor, trata-se também de um amigo", divulgando histórias emocionantes e desenvolvendo a energia positiva dos jovens.

Foram, também, impulsionados os trabalhos relativos à participação dos jovens na sociedade a três níveis: governo, escola e comunidade. Quanto ao incentivo aos jovens participantes no serviço de voluntariado, criou-se e promoveu-se o "registo do trabalho voluntário", ajudando as escolas a criarem o "Registo do Trabalho Voluntário" dos alunos e desenvolveu-se, a título experimental, uma organização estrutural de formação profissional para jovens voluntários, estudando-se mecanismos de louvores e de prémios. Ao mesmo tempo, continuou a realizar-se o colóquio "Os Jovens Reflectem sobre a Sociedade", alargando os canais para que estes possam participar nos assuntos da governação e no desenvolvimento da RAEM. Também se lançaram diversas actividades extracurriculares,

disponibilizando mais oportunidades de intercâmbio e de competição no exterior; os jovens foram organizados para visitarem as indústrias emergentes noutras regiões e continuou a implementar-se o Plano de Financiamento "Tenho Talento Natural", apoiando os jovens na organização de actividades demonstrativas dos seus talentos e concretização dos seus projectos.

Em 2014, baseando-se no desenvolvimento do princípio de acção governativa "Promover a prosperidade de Macau através da Educação", aumentar-se-á o investimento em recursos. Os subsídios da escolaridade gratuita e de propinas serão actualizados regularmente, aumentar-se-á, significativamente, o financiamento e reforçar-se-á o desenvolvimento do sistema escolar de escolaridade gratuita, melhorar-se-á o mecanismo de atribuição das diversas bolsas de mérito e de estudo, optimizar-se-ão os subsídios para aquisição de manuais escolares, alimentação e aquisição de material escolar; continuar-se-á a conceder o subsídio de propinas aos alunos de Macau que estão a estudar nas cidades de Zhuhai e Zhongshan, alargando, ordenadamente, o número de alunos beneficiados, para permitir que todos tenham igual oportunidade de acesso aos estudos.

Fortalecer-se-á, de forma activa, a criação de um mecanismo eficaz a longo prazo para a educação. Quanto ao sistema educativo, esforçar-nos-emos por impulsionar o processo legislativo relativo ao diploma legal da escolaridade obrigatória e, entretanto, iniciar-se-á a segunda fase da consulta do "Estatuto das escolas particulares" e promover-se-á a revisão dos diplomas legais da educação contínua, do ensino técnico-profissional e do ensino especial, bem como se elaborará o regime de avaliação dos alunos. Em relação à educação contínua, lançar-se-á a segunda fase do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", com a duração de três anos na sequência dos princípios de concretização e do quadro geral deste programa estabelecidos para a primeira fase, bem como será reforçado, significativa e adequadamente, o financiamento destinado a estimular a participação dos cidadãos na aprendizagem contínua. Ao mesmo tempo, estudar-se-á a possibilidade da criação de acções de formação para encarregados de educação e reforçar-se-á, significativamente, a promoção da cooperação entre a família e a escola.

Reforçar-se-á a criação da equipa do pessoal docente. No âmbito da concretização do "Quadro geral" bem como dos trabalhos inerentes, nomeadamente quanto ao aumento das exigências para o exercício das funções docentes, continua-se-á a apoiar as escolas na aplicação do regime da diferença salarial entre níveis e na criação do fundo de previdência. Serão, ainda, apreciadas e seleccionadas as candidaturas a "Professor Distinto"; ao mesmo tempo, ajudar-se-ão as escolas a optimizarem a avaliação do desempenho do pessoal docente. Em relação ao desenvolvimento profissional, definir-se-ão, de forma activa, as normas profissionais aplicáveis ao pessoal docente e as normas e critérios de verificação do número de horas utilizadas em actividades de desenvolvimento profissional, bem como se apoiarão as escolas na criação de grupos de investigação educativa, reforçando a investigação nas disciplinas. Serão ainda dados mais apoios aos alunos distintos para que frequentem cursos superiores em Educação, dando ênfase ao complemento do pessoal docente do ensino infantil e do ensino primário.

Promover-se-á a reforma curricular e do ensino, designadamente, colocando em prática o novo quadro de organização curricular da educação regular, aumentando adequadamente o número de dias de actividades educativas, por ano lectivo, para cada nível de ensino e pondo em prática a reforma curricular do ensino infantil; continuar-se-á a estudar e a elaborar as exigências das competências académicas básicas para cada nível de ensino e as instruções sobre os currículos; estimular-se-á a elaboração de materiais didácticos locais sobre língua chinesa e geografia. Ao mesmo tempo, estudar-se-ão as experiências de sucesso no âmbito da execução curricular e as estratégias pedagógicas relativas ao regime de turmas reduzidas, promovendo o ensino neste regime. Os resultados do teste do "Programa Internacional de Avaliação de Alunos" (PISA) 2012 serão analisados, orientando as escolas e professores na utilização de novos conceitos e técnicas de avaliação nos currículos, na pedagogia e na avaliação.

Para se promover, de forma contínua, o desenvolvimento integral dos alunos, cooperar-se-á com as respectivas entidades para a criação de um prémio de classificação distinta das disciplinas para incentivar os alunos a empenharem-se ainda mais nos estudos; aumentar-se-á o apoio aos alunos que abandonaram os estudos, aperfeiçoando o mecanismo do respectivo serviço; fortalecer-se-á, significativamente, a promoção da educação sexual, da educação sobre a vida e sobre os valores correctos de vida, filosofia de valores e de moralidade, cultivando continuamente nos alunos a autoconfiança, o sentido de responsabilidade, o espírito de criatividade e a capacidade de agir em prol da sociedade; aperfeiçoar-se-á o diploma legal do ensino especial, será aumentado o apoio financeiro ao ensino especial, optimizando o serviço de transporte dos alunos e as instalações e equipamentos escolares, serão incentivadas as escolas e instituições do ensino especial, depois das aulas ou nas férias, a prestar serviços gratuitos de acolhimento temporário e serviços terapêuticos. Apoiar-se-ão, financeiramente, os encarregados de educação, para lhes reduzir a pressão, em relação à atenção a dar aos seus educandos. Em articulação com as futuras necessidades do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e da preparação dos quadros qualificados, preparar-se-á a criação, num lote de habitação pública em Seac Pai Van, do "Centro prático do ensino técnico-profissional" especializado, introduzindo-se as experiências das instituições profissionais, melhorando, de forma eficaz, o ensino técnico-profissional e o ambiente da prática profissional dos alunos, criando também condições para a participação dos cidadãos na formação de competências e nos exames de credenciação, no sentido de que sejam impulsionados a formação dos talentos técnicos e o desenvolvimento do trabalho de credenciação profissional. Encarregar-se-á uma instituição profissional de estudar as formas de desenvolvimento do ensino técnico-profissional, orientado para a formação de talentos com competências profissionais, criando assim um mecanismo de funcionamento deste tipo de ensino, com a participação conjunta e uma articulação estreita entre o sector educativo e outros sectores envolvidos.

Para aumentar a capacidade linguística dos cidadãos e melhorar o ambiente de crescimento dos quadros qualificados em línguas, preparar-se-á a criação, num lote da habitação pública em Seac Pai Van, de um centro de formação linguística, para disponibilizar

aos alunos um ambiente de aprendizagem prática e interactiva, bem como uma plataforma de aprendizagem do dia-a-dia, apoiando-os na aprendizagem eficaz do mandarim, português e inglês, em especial, no aumento da sua capacidade de utilização real das línguas, ao mesmo tempo, apoiando também os professores das disciplinas linguísticas no aumento das suas competências profissionais.

No âmbito da Juventude, continuar-se-á a apoiar, significativamente, o crescimento dos jovens; por um lado, aumentando-se o investimento nos diversos recursos, de modo a apoiar o seu desenvolvimento e o das associações juvenis em termos financeiros, de instalações e de formação, entre outros apoios, no sentido de criar condições para um crescimento saudável e elevação do estatuto social dos jovens e, por outro lado, será executada, de forma dinâmica, a "Política de Juventude de Macau", aprofundando nos jovens a compreensão destas políticas e preparando a criação de um mecanismo integrado de promoção e aferição das políticas, para elevar o seu nível de planeamento e de decisões. Para além disso, cooperar-se-á com as instituições educativas, associações juvenis e instituições de serviços sociais particulares, ouvindo, de forma ampla, as opiniões dos jovens e de todos os sectores, para criar um mecanismo eficaz a longo prazo para a promoção do seu desenvolvimento.

Em articulação com o desenvolvimento de Macau, formar-se-ão mais jovens talentos. Por um lado, haverá maior empenho na criação de uma série de acções de formação que tem por objectivo o aumento da capacidade prática dos jovens, da sua capacidade de liderança, do pensamento autónomo e do espírito crítico, bem como da missão de contribuição, impulsionando assim o crescimento de jovens líderes; por outro lado, continuar-se-á a estimular os jovens para que conheçam os sectores emergentes, a saber, a conservação ambiental, o trânsito ferroviário, as convenções e exposições e o design, entre outros. Iniciar-se-á formação sobre gestão financeira comercial e sobre a criação de negócios, aumentando nos jovens a capacidade de adaptação às mudanças sociais e de realização dos seus projectos. Para além disso, ajudar-se-ão os jovens a conhecer a sociedade, a criar uma correcta filosofia de valores e uma consciência de responsabilidade social, bem como se aumentará o número de oportunidades de deslocação ao exterior para intercâmbio e aprendizagem, alargando os seus horizontes e aumentando a sua capacidade competitiva.

Incentivar-se-ão os jovens à participação social, criando uma plataforma de informações sobre o trabalho voluntário, estabelecendo o prémio dos jovens voluntários e optimizando o sistema de registo *online* desse trabalho voluntário; reforçar-se-á o financiamento e a promoção relativamente ao voluntariado, dando atenção aos apoios técnicos, realizando acções de formação para jovens voluntários, procurando atingir um progresso claro na generalização do voluntariado; será organizado, de forma diversificada e periódica, o intercâmbio entre jovens das várias áreas e governantes, aumentando os canais e oportunidades da sua participação nos assuntos públicos.

Aperfeiçoar-se-ão os diversos serviços direccionados aos jovens, desenvolvendo, de forma contínua, actividades artísticas, culturais, desportivas, de generalização científica e de tempos livres, realizando a Jornada de Educação sobre a Defesa Nacional, o Campismo Educacional e o Acampamento Militar de Verão, incutindo-lhes o amor pela Pátria e por Macau e reforçando o seu conhecimento sobre o jogo problemático, utilização saudável da *internet*, relação entre os dois sexos e comportamentos desviantes. Reforçar-se-á o Plano da Promoção "Uma nova geração da luz solar", realizar-se-á a nova edição do Festival Juvenil Internacional de Dança, apoiando e organizando diversas competições e actividades de intercâmbio no exterior. Aquando da celebração do 15.º aniversário do estabelecimento da RAEM, o sector escolar será apoiado na realização de um grande espectáculo cultural e artístico, intitulado "Herdar o passado e abrir novos horizontes", que visa mostrar a dinâmica dos jovens e o seu amor pela Pátria e por Macau.

No domínio da Acção Social

Em 2013, o Governo da RAEM dedicou-se ao aperfeiçoamento do regime de apoio social e dos seus diversos serviços, lançando uma série de medidas, com vista à melhoria da qualidade de vida dos grupos em situação vulnerável.

Com a finalidade de enfrentar a subida da inflação e permitir que mais famílias necessitadas possam obter apoio adequado e oportuno, procedeu-se a um aumento do valor do risco social, de acordo com o mecanismo de ajuste. Em simultâneo, lançou-se uma série de medidas específicas para apoiar esses grupos; nomeadamente, foi atribuída às actuais famílias beneficiárias do subsídio, uma prestação adicional única de valor correspondente ao montante total do subsídio; os doentes com autismo, demência e epilepsia passaram a incluir-se nos destinatários do apoio aos três tipos de famílias em situação vulnerável; foi aumentado o valor de apoio à renda do alojamento para as famílias beneficiárias do subsídio; alargou-se o prazo de apoio previsto no Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo e os idosos isolados a partir dos 75 anos de idade passaram a estar isentos do limite máximo de poupança nos bancos; foram, simultaneamente, aumentados os valores do subsídio para idosos e do subsídio de invalidez.

Relativamente aos serviços de apoio prestados às famílias e comunidade, organizou-se uma série de actividades alusivas aos temas "Vida amorosa, família feliz" e "Difusão do amor na comunidade, famílias felizes num convívio harmonioso", com o objectivo de divulgar junto da população a consciência de uma sociedade feliz e criar na sociedade um ambiente positivo.

Em 2013, para responder às necessidades dos serviços das creches por parte da sociedade, concluiu-se a construção de 5 creches que permitem disponibilizar cerca de 1.400 vagas. A fim de promover o desenvolvimento diversificado destes serviços, duas creches começaram a prestar serviço de acolhimento de meio dia e uma outra a prestar serviço para pais e filhos. Para incentivar a participação activa dos idosos nas actividades sociais,

realizou-se uma série de actividades subordinadas ao tema "Vamos todos respeitar e dar carinho aos cidadãos seniores" e o "Plano de Atribuição de Prémios aos Voluntários Idosos". Procedeu-se à prestação de apoio financeiro às instituições particulares para estabelecer um centro de memória e serviços de linha aberta. Através da organização de diversas actividades de divulgação e de formação, aumentou-se o conhecimento sobre a demência senil e melhorou-se a capacidade de prestação de cuidados junto da população e dos familiares das pessoas com essa doença. A fim de se proceder ao planeamento a longo prazo dos serviços de apoio a idosos e a pessoas com deficiência, o Governo da RAEM criou os "Grupo Interdepartamental de Estudo do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau" e "Grupo Interdepartamental de Estudo do Planeamento dos Serviços de Reabilitação no Próximo Decénio". Efectuou-se a revisão global do "Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão"; implementou-se o "Plano de apoio financeiro às actividades educativas, para a descoberta dos talentos artísticos de 2013" e deu-se continuidade ao lançamento do "Programa de financiamento às actividades de educação e de apoio, destinado aos familiares/cuidadores dos utentes das associações de reabilitação mental", para apoiar as pessoas deficientes no desenvolvimento das suas potencialidades e assistir aos seus cuidadores.

No que é relativo à prevenção e ao tratamento da toxicodependência e do vício do jogo, recorreu-se a projectos específicos e temáticos do combate à droga para a construção conjunta de uma linha de defesa, nomeadamente, através da digressão da peça teatral "Dia da Amizade sem Droga" nas escolas, da organização de palestras aos professores sobre a identificação de drogas, da exibição do filme anti-drogas "A Verdade" e da organização do Concurso de Filmagem de um Microfilme Anti-Drogas e da Conferência Nacional sobre a Prevenção e Tratamento da Toxicodependência 2013. No que toca aos trabalhos de desintoxicação, continua-se a desenvolver, junto dos jovens toxicodependentes, o trabalho de intervenção precoce e a efectuar o plano da promoção dos respectivos serviços. Foram colocados "Quiosques de Informações sobre o Jogo Responsável" nos casinos das 6 concessionárias e subconcessionárias de exploração dos jogos de fortuna ou azar e ainda em diversos postos de apostas existentes, a fim de reforçar o conhecimento da população sobre o "Jogo Responsável".

Para promover o desenvolvimento profissional do serviço social, foi dada continuidade à optimização do "Projecto de Desenvolvimento Profissional dos Trabalhadores de Serviço Social" e do "Plano de Comparticipação Financeira do Seguro de Saúde das Instituições Particulares de Solidariedade Social Subsidiadas". Iniciou-se o "Programa de Estudo sobre o Subsídio Regular destinado à Realização dos Serviços Sociais de Macau", de modo a melhorar o actual regime de concessão do subsídio. Com a finalidade de melhor impulsionar os trabalhos relativos ao "Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais", o Conselho de Acção Social criou a Comissão Especializada para a Revisão da Proposta da Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais, constituída por vogais deste Conselho e stakeholders.

Deu-se continuidade à preocupação com os direitos e interesses das mulheres. Concluiu-se um inquérito acerca do "Relatório sobre a Condição da Mulher de Macau em 2012". Criou-se uma base de dados com informações sobre as mulheres, para que sejam, de forma eficaz, estabelecidas as políticas para as mulheres.

Em 2014, o Governo da RAEM dará continuidade ao reforço do apoio aos grupos em situação vulnerável, ajustando o valor do risco social segundo o mecanismo de ajuste, de forma a apoiá-los no enfrentar da pressão decorrente da inflação e na melhoria da sua qualidade de vida. No âmbito do Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo, aumentar-se-á o campo dos destinatários, alargar-se-á o prazo de apoio, aumentar-se-á a variedade dos alimentos e conceder-se-á o direito a uma prestação de apoio alimentar às famílias que pela primeira vez requererem o subsídio, numa tentativa de prestar serviços de apoio mais completos à população necessitada. Para demonstrar o amor e carinho às pessoas idosas e deficientes, o Governo da RAEM aumentará mais uma vez, os valores dos subsídios para idosos e de invalidez.

O IAS vai proceder ao estudo e análise do estado de pobreza dos actuais beneficiários, no sentido da definição de políticas adequadas e oportunas que lhes permitam reintegrarem-se na sociedade. Relativamente aos serviços de apoio à família, proceder-se-á à junção das funções dos centros comunitários e dos centros de apoio à família, com vista a alcançar uma maior eficácia dos serviços.

Em relação aos serviços de apoio às crianças e jovens, para responder à procura dos serviços das creches, envidar-se-ão todos os esforços para implementar medidas que visem satisfazer essa procura, de forma a aumentar as vagas nas creches. Desenvolver-se-ão os serviços integrados, com carácter de prevenção e de aconselhamento, junto dos jovens e encarregados de educação, bem como se apoiarão as instituições particulares no lançamento de projectos temáticos destinados a elevar nos jovens a inteligência emocional e a capacidade de resistência às pressões.

No que diz respeito aos serviços de apoio aos idosos, acompanhar-se-ão seriamente os trabalhos de planeamento definidos pelo "Grupo Interdepartamental de Estudo do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau", bem como se concretizarão o enquadramento das políticas de segurança social para a velhice e o estabelecimento dos planos de acção para os próximos dez anos; será realizado o projecto de avaliação e de melhoramento contínuo dos cuidados prestados pelos centros de dia para idosos, de forma a criar um sistema favorável ao desenvolvimento sustentável de serviços de qualidade; serão alocados mais recursos para apoiar as instituições particulares na organização de actividades de formação junto da população, no sentido de que haja um maior conhecimento acerca dos cuidados a prestar aos idosos no domicílio, dar-se-á continuidade ao acompanhamento dos serviços relativos à avaliação da segurança e à melhoria dos equipamentos domiciliários.

Relativamente aos serviços de reabilitação, proceder-se-á, de forma activa, ao acompanhamento dos trabalhos no âmbito do plano de desenvolvimento decenal dos

serviços de reabilitação através do "Grupo Interdepartamental de Estudo do Planeamento dos Serviços de Reabilitação no Próximo Decénio". Quanto aos trabalhos relativos à avaliação da deficiência, serão, de forma progressiva, concretizados os resultados das revisões e as sugestões sobre o "Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão", melhorando-se e aproveitando-se melhor a "Base de dados sobre avaliação de deficiência".

No tocante à prevenção e ao tratamento do vício de jogo e do consumo de drogas, será criada uma linha aberta de aconselhamento, a funcionar 24 horas, para debelar o vício do jogo, bem como será estabelecido um serviço de aconselhamento e de prestação de informações através da *internet*, de forma a que a população necessitada possa beneficiar de serviços adequados e oportunos; será criado o "Plano de sensibilização sobre a gestão racional de recursos financeiros", no sentido de que os jovens possam ter um conceito de gestão financeira correcta; terá lugar um curso de formação relativo ao jogo responsável para o respectivo sector. Reforçar-se-á a divulgação do Programa "Escolas sem Drogas" para efeitos da prevenção e do tratamento, bem como se realizará um estudo sobre a detecção dos jovens viciados pela droga, que permita definir políticas adequadas e oportunas.

O Programa de Estudo sobre o Apoio Pecuniário Permanente aos Serviços de Beneficência Social de Macau, lançado com o sentido de melhorar a qualidade dos serviços das instituições particulares e de lhes permitir uma maior flexibilidade na distribuição dos recursos, será concluído. Além disso, dar-se-á continuidade aos trabalhos inerentes à proposta de lei sobre o "Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais", através da Comissão Especializada subordinada ao Conselho de Acção Social.

Com a finalidade de impulsionar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos e elevar a posição social das mulheres na Região Administrativa Especial de Macau, será acompanhada, de forma contínua, a criação da base de dados para fornecer valiosas informações de referência na elaboração de políticas prospectivas para mulheres.

No domínio da Segurança Social

Em 2013, com o objectivo de ter suporte em várias vertentes e protecção múltipla, o Governo da RAEM aumentou várias prestações do regime da segurança social, incluindo o montante da pensão para idosos e da pensão de invalidez, aumentado de 2.000 para 3.000 patacas por mês, e o acréscimo do montante de outros 5 subsídios atingiu também os 70% (subsídios de desemprego, de doença, de casamento, de nascimento e de funeral). A fim de assegurar a estabilidade e o funcionamento sustentável do regime de segurança social, o Governo da RAEM procedeu gradualmente à injecção extra de capital para o FSS; assim, em 2013, foi injectada uma verba de 5 mil milhões de patacas e, relativamente à verba anual de 3% das receitas brutas do jogo, a parte da verba atribuída ao FSS viu aumentada a sua percentagem de 60% para 75% e, ao mesmo tempo, através de promoção da reforma do regime de contribuições, assegurou-se o funcionamento sustentável e o desenvolvimento estável do FSS.

O FSS e o Instituto de Acção Social criaram um grupo de trabalho, no sentido de proceder ao estudo e análise das várias possibilidades de inclusão da atribuição do subsídio para idosos no sistema de segurança social, procurando, assim, uma proposta concreta.

Em 2013, os titulares das contas individuais de previdência que preenchiam os requisitos legais puderam obter uma verba, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, no valor de 6.000 patacas, registando-se cerca de 330 mil pessoas beneficiadas.

No que respeita à constituição do regime de previdência central do segundo nível, o FSS elaborou uma proposta sobre o regime de previdência central não obrigatório e irá proceder a uma consulta pública.

Quanto ao melhoramento da qualidade de serviços, foi aumentado o número de quiosques automáticos que, além de prestarem aos residentes os serviços relativos à prova de vida e ao requerimento de levantamento da verba de conta individual de previdência, também prestam serviços de consulta referentes ao registo de contribuições, à lista de atribuição de verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais e ao saldo de conta. Entretanto, com a finalidade de reforçar a promoção da importância de educação sobre gestão financeira e de planeamento da vida após a aposentação junto dos residentes, foram realizados um concurso de publicidade criativa sobre gestão financeira e várias palestras relativas ao planeamento financeiro.

Em 2014, o FSS implementará paulatinamente o regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, depois de proceder à consulta pública sobre essa proposta, será feita uma revisão de acordo com as opiniões recolhidas e submetida ao Conselho Permanente de Concertação Social para discussão sendo, ao mesmo tempo, iniciados os trabalhos de produção jurídica. Por outro lado, em relação ao trabalho de acompanhamento da integração do subsídio para os idosos no âmbito da segurança social, será apresentada a respectiva proposta ao Conselho de Acção Social e à Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior, para recolha das suas opiniões, procedendo-se ao trabalho legislativo subsequente.

O FSS dará continuidade ao aperfeiçoamento de diversos serviços, incluindo o estudo sobre a possibilidade de declaração, por meios electrónicos, das informações de contribuições do regime obrigatório e do seu pagamento; o aditamento de mais itens de serviços nos quiosques automáticos; a nova coordenação com os bancos em cobrança de contribuições do regime facultativo através de caixas automáticas, entre outros, a fim de proporcionar aos residentes serviços mais flexíveis e convenientes.

Através de vídeos promocionais, realização de *workshops* sobre gestão financeira, palestras de gestão financeira e carnavais atinentes à segurança social, reforçar-se-á a apresentação do regime de segurança social de dois níveis e vários serviços do FSS junto da população, promover-se-á a sensibilização para a gestão financeira ao longo da vida, bem como se transmitirá a mensagem da preparação antecipada da vida após a aposentação.

No intuito de que a situação financeira do FSS se reflicta de forma mais exacta, em 2014, ir-se-á adoptar o regime da contabilidade de acréscimo.

No domínio do Turismo

A transformação de Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer" é considerada um futuro objectivo estratégico de Macau. Em articulação com esse objectivo, os Serviços de Turismo definiram, em 2013 e atempadamente, as políticas e medidas para o desenvolvimento das suas áreas.

Tendo por fim conhecer as características dos turistas e o seu comportamento em viagem, uma instituição de investigação foi incumbida de realizar um estudo sobre os "Turistas de Taiwan que visitam Macau" e o "Modo de viagem dos turistas que utilizam os serviços de transporte ferroviário Guangzhou-Zhuhai", para servir de referência às estratégias de promoção do turismo e do mercado. Por outro lado, concluiu-se o "Relatório do Estudo da Optimização da Sinalização Turística", para além de se detectarem os problemas existentes nas actuais sinalizações turísticas, foram realizados também a "Configuração do sistema da sinalização turística e o manual de design" .

No tocante ao impulso do turismo de qualidade, tem-se trabalhado na revisão legislativa dos diplomas associados ao sector. Com base no estudo e coordenação, com os serviços intervenientes, do processo de licenciamento, procedeu-se à simplificação dos procedimentos para o licenciamento de uma série de estabelecimentos. A fim de garantir os direitos e interesses dos visitantes, tem-se mantido a fiscalização de rotina aos estabelecimentos e actividades sujeitos ao licenciamento dos Serviços de Turismo, dá-se continuidade às inspecções aleatórias junto dos grupos turísticos nos postos fronteiriços e nos pontos de interesse turístico. Sobre a prestação ilegal de alojamento, mantém-se a colaboração com o Grupo de Trabalho Interdepartamental nas operações do combate às irregularidades e, ao mesmo tempo, alertam-se os visitantes para a importância de se alojarem em estabelecimentos hoteleiros licenciados.

Os Serviços de Turismo continuam a prestar atenção ao problema da capacidade de acolhimento de Macau, em especial no tocante às várias situações de entrada de visitantes nos períodos de pico e, a par disso, têm mantido uma boa comunicação e cooperação com os respectivos serviços intervenientes e fornecido, ainda, um sistema de melhoramento da gestão de triagem. Por outro lado, está a ser reforçada a estreita colaboração com a indústria do sector do Turismo e com as instituições da área da formação, apoiando-se e assistindo-se, em paralelo, à organização e realização de cursos de formação para profissionais no exercício das suas funções.

No que respeita ao incremento do turismo cultural, deu-se seguimento ao desenvolvimento de vários elementos constantes do "Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos de Macau". Simultaneamente, destaca-se o lançamento do "Projecto de optimização e promoção das montras das lojas" para impulsionar, em Macau,

o desenvolvimento do turismo de compras. Em sintonia com a diversificação do desenvolvimento do turismo integrado e da indústria com ele relacionada, foi lançado o "Programa de Pontuação de participação nas feiras de incentivo" e prolongado o "Plano de Apoio ao Turismo de Incentivos".

Para transformar Macau numa "Cidade de Festividades", os Serviços de Turismo organizaram e co-organizaram, de forma contínua, uma série de eventos e festividades, com destaque para o 25.º Concurso Internacional de Fogo de Artifício e o 60.º Grande Prémio de Macau. Também, este ano, se organizou, pela primeira vez, uma Parada de carros alegóricos para Celebração do Ano da Serpente e a sua exibição ao público, sendo que o desfile teve como pontos de partida a Av. Panorâmica do Lago Nam Van e a Zona Norte da cidade. O Grande Prémio de Macau comemora o seu 60.º aniversário, celebração que contará com corridas em dois fins-de-semana.

Com vista a desenvolver as zonas antigas da cidade, lançou-se o "Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário", de modo a que seja dinamizado o seu desenvolvimento, sendo as zonas alvo as ilhas e a zona norte de Macau. Por outro lado, em Janeiro de 2013, relançou-se a "Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau" e, assim, através de várias actividades, pretendeu-se sensibilizar os residentes para as informações positivas de turismo.

Através de diferentes canais, continuou-se a fortalecer o diálogo com a comunicação social. Instalou-se um "Sistema Telefónico e de Gravação Automática", permitindo, assim, que o público possa, através do telefone, obter informações sobre os serviços prestados pelos Serviços de Turismo.

Quanto à promoção turística, adicionou-se um novo *item* - Momentos "Emocionantes"- bem como se acrescentaram as festividades de Macau às principais divulgações, tendo-se intensificado a promoção, através de meios multimédia e aplicações interactivas, com o objectivo de promover, no exterior, os eventos e festividades de todo o ano em Macau. Iniciou-se, ainda, o procedimento de renovação do balcão de informações turísticas no Terminal Marítimo do Porto Exterior.

Para alcançar o objectivo da diversificação do turismo, foi criada uma representação da DST na Rússia; por outro lado, está em curso o recrutamento de um novo representante para a nossa representação na Tailândia. Reforçou-se a cooperação com o sector turístico, organizando em conjunto seminários para apresentação dos produtos turísticos e outras actividades promocionais.

No âmbito da cooperação internacional, participámos em várias actividades organizadas pelas associações internacionais do sector turístico e, no âmbito da cooperação regional, continua-se a reforçar a cooperação no campo da divulgação e promoção do turismo e da gestão do mercado entre Guangdong e Macau, Guangdong, Hong Kong e Macau, Hong Kong e Macau e da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas. Ao mesmo tempo, realizaram-se actividades promocionais turísticas sobre Guangdong e Macau e os

itinerários multi-destinos em comboio de alta velocidade. A propósito da entrada em vigor, a 1 de Outubro de 2013, da "Lei do Turismo da República Popular da China", foi convidado um especialista do Interior da China para fazer uma apresentação do diploma aos departamentos relacionados com o turismo e aos operadores da indústria turística local.

Em 2014, para permitir à indústria turística de Macau atingir o objectivo de "Centro Mundial de Turismo e Lazer", torna-se necessário elaborar políticas e estratégias específicas e ter um projecto de actuação e, assim, serão iniciados os trabalhos do "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo". Para acompanhar a mudança do desenvolvimento urbano, continuar-se-á a prestar atenção à capacidade de recepção no âmbito do modelo de turismo e lazer e, dar-se-á seguimento, através do mecanismo interdepartamental existente e na perspectiva do desenvolvimento turístico, à análise de várias medidas de optimização. Continuaremos, ainda, a acompanhar os trabalhos da optimização da sinalização turística e da criação do mecanismo para o seu aperfeiçoamento.

Na sequência do desenvolvimento acelerado do turismo registado nos últimos anos, dar-se-á continuidade ao acompanhamento estreito do trabalho da revisão legislativa dos diplomas que regulam a indústria turística. Planeia-se, ainda, o início de um estudo específico sobre a tendência da evolução do turismo e da hotelaria. Por outro lado, através de uma estreita colaboração com os operadores e agentes turísticos, acelerar-se-á a concretização dos diversos projectos de infra-estruturas turísticas. Será criado um grupo de trabalho especializado para acompanhar, prioritariamente, os pedidos de licenciamento dos estabelecimentos hoteleiros económicos. Ao mesmo tempo, através de um processo de sistematização, diminuir-se-á o tempo dispensado à apreciação, aumentando-se assim a eficiência administrativa.

Com a finalidade de defender a disciplina do mercado, para além dos trabalhos específicos e sustentados de fiscalização, aumentar-se-á a consciência dos parceiros turísticos, para a necessidade do cumprimento da lei e para a prestação de serviços de qualidade e fortalecer-se-á a competitividade de Macau como destino turístico, através da divulgação de orientações e recomendações.

Para reforçar a imagem de Macau como destino turístico internacional, planeia-se o lançamento do "Programa para Serviços de Qualidade em Turismo". Atribuir-se-á o "Prémio Serviços de Qualidade em Turismo" aos prestadores e distribuidores de serviços, com vista a reconhecer a sua qualidade. Continuar-se-á a desenvolver a "Campanha de Sensibilização para o Turismo", através da realização de várias actividades de promoção e programas de formação, transmitindo, gradualmente, o conceito de Turismo de Qualidade de Macau aos seus residentes.

A fim de permitir aos turistas que realizem percursos turísticos que lhes confiram um conhecimento mais profundo sobre Macau e, ao mesmo tempo, descongestionar os principais pontos turísticos através da distribuição dos turistas pelas diferentes zonas da cidade, dar-se-á continuidade à promoção do "Plano de Desenvolvimento para o Turismo

Comunitário". Aproveitar-se-ão as características locais para desenvolvimento do turismo cultural de Macau, explorando e usando os recursos existentes. Continuaremos a dar ênfase ao desenvolvimento de novos elementos no âmbito do "Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos de Macau". Ao mesmo tempo, dar-se-á seguimento à organização, co-organização e prestação de apoio a eventos e festividades, para criar uma atmosfera festiva e colorida em Macau.

Em 2014, os Serviços de Turismo continuarão a desenvolver os trabalhos de promoção turística para consolidar os mercados geradores de turistas. Realizar-se-á uma série de promoções turísticas para dar a conhecer os produtos e itinerários turísticos específicos de Macau. Explorar-se-ão, de forma dinâmica, os mercados geradores de turistas, entre as cidades servidas pelo caminho-de-ferro de alta velocidade e, neste sentido, planear-se-ão actividades promocionais nas principais cidades da linha Wuhan/Guangzhou. Por outro lado, tendo em consideração as mudanças do mercado indiano, em 2014, será substituída a representação neste mercado.

Desenvolver-se-ão, sucessivamente, os trabalhos de renovação dos outros balcões de informações e preparar-se-á o procedimento do concurso público para a produção de um novo vídeo promocional e de um novo *spot* publicitário.

A nível internacional, através da participação em reuniões e actividades organizadas por várias organizações internacionais, será levantado o nome de Macau nos círculos internacionais do turismo. Ao nível da cooperação regional, dar-se-á ênfase, no âmbito dos acordos-quadro de cooperação turística, à ampliação de projectos de cooperação proeminentes, desenvolvendo, em conjunto, os recursos de turismo comuns da região. Ao mesmo tempo, através do intercâmbio com dirigentes das entidades responsáveis pelo turismo das regiões vizinhas, sobre experiências ao nível da implementação da legislação, procurar-se-á analisar e melhorar a aplicação da lei, bem como impulsionar o desenvolvimento sustentável e saudável da indústria turística na região.

Estudar-se-á a viabilidade do desenvolvimento de uma "Plataforma Electrónica com Informações de Turismo", para uso da comunicação social local e estrangeira, dos operadores turísticos, funcionários dos serviços de turismo e representantes no exterior, entre outros, a fim de servir com maior eficiência e ter maior qualidade da comunicação.

No domínio da Cultura

Entre os trabalhos da área da Cultura em 2013, os mais importantes foram o acompanhamento do processo legislativo da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", a expansão dos espaços culturais, a formação de talentos nas artes e cultura, o lançamento de planos de apoio direccionados às indústrias culturais e criativas e o reforço do intercâmbio cultural com o estrangeiro, entre outros.

Quanto ao processo legislativo, a "Lei de Salvaguarda do Património Cultural" foi aprovada na Assembleia Legislativa a 13 de Agosto de 2013, entrando em vigor a 1 de Março de 2014. Em simultâneo, o Instituto Cultural prosseguiu as escavações arqueológicas junto às Ruínas de S. Paulo, bem como as obras de recuperação e reutilização de vários edifícios patrimoniais de interesse arquitectónico, incluindo as do "Plano de Revitalização Integral dos edifícios da Travessa da Paixão n.os 9-13 e da Associação Hó Sông-I-Tong", do "Plano de Renovação do n.º 80 da Rua das Estalagens", da "Recuperação Faseada da Fábrica de Panchões Iec Leong", entre outros mais de 40 projectos. Planearam igualmente actividades públicas destinadas à divulgação da história e cultura locais e à transmissão de indústrias tradicionais, como a campanha "Património Cultural, Panorama Literário", a exposição "Uma Arte de Precisão – Construção Naval em Macau: Gente, Artes e Sociedade", etc., aprofundando assim os conhecimentos e a atenção da população pela cultural local.

Relativamente à expansão dos espaços culturais, as obras na Biblioteca da Taipa estarão terminadas em 2013, prevendo-se que entre em funcionamento em 2014; as "Oficinas Navais", junto ao Templo de A-Ma, serão convertidas em espaço de exposição de arte contemporânea e ainda espaço de exibição e comercialização de produtos criativos da cidade, devendo entrar parcialmente em funcionamento em 2014.

Concebeu-se o "Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura" destinado a apoiar cidadãos locais que desejem exercer a sua actividade nas áreas cultural e artística e que tenham sido admitidos em instituições de ensino superior; deu-se continuidade ao "Plano de Especialização Técnica na Área Cultural", organizando-se, em conjunto com artistas, organizações civis uma série de cursos técnico-culturais; no que respeita à formação de pessoal na área de administração cultural, continuou a ser oferecido o "Certificado em Administração das Artes"; lançou-se ainda um plano de "Apoio à Penetração de Associações Artísticas nos Bairros".

De modo a promover o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas locais, formularam-se o "Plano de Subsídios à Criação de Mostras de Design de Moda" e o "Programa de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-Metragens", entre outras estratégias específicas.

Usando o Festival de Artes de Macau, entre outros eventos, como plataforma de intercâmbio cultural, facultaram-se aos artistas locais mais oportunidades de troca de experiências. Por exemplo, os criadores espanhóis de "Encontros: Mapping Audiovisual nas Ruínas de S. Paulo" foram convidados em 2012 a deslocarem-se a Macau para orientar um curso especializado, tendo os formandos apresentado em 2013 as suas próprias criações "Mapping: Fabricado em Macau I e II". Este ano, foram também convidados encenadores seniores de Singapura e de Taiwan para realizarem em Macau oficinas especializadas de encenação e representação dramática. A Orquestra Chinesa de Macau foi convidada a participar no "30.º Festival Internacional de Música de Primavera de Xangai", realizando também uma digressão no noroeste do Interior da China. A Associação dos Comerciantes de Peixe Fresco de Macau e a Casa de Portugal em Macau foram seleccionadas, entre os

participantes no "Desfile por Macau, Cidade Latina", para integrar o "Carnaval de Nice", levando além-fronteiras a imagem de Macau como cidade de características culturais ocidentais e orientais.

Os departamentos competentes estudaram problemas relacionados com sobreposições na estrutura governamental e funções interdisciplinares, dando início aos respectivos trabalhos. Prevê-se a conclusão, em 2014, do ajustamento de funções e da revisão legal, a fim de se atingir uma distribuição racional dos recursos, uma divisão clara de tarefas e uma simplificação da estrutura governamental. Além disso, o novo "Fundo das Indústrias Culturais" entrará em funcionamento no 1.º trimestre de 2014, respondendo assim ao pedido de apoio financeiro solicitado pelo sector.

Em 2014, de modo a assegurar a sistematização e continuidade do trabalho de desenvolvimento cultural e a elevar a sua eficiência e o nível, o Instituto Cultural estabelecerá cinco áreas principais de trabalho, nomeadamente o "Desenvolvimento do Levantamento do Património Cultural e da Investigação e Exploração da Cultura Local", "Implementação Plena da Divulgação Cultural e do Ensino Artístico", "Dedicação à Formação de Talentos nas Artes", "Expansão e Aperfeiçoamento dos Espaços Culturais" e "Eventos Artísticos de Relevo e Intercâmbio Cultural".

Após a aprovação e promulgação oficial da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", o Governo da RAEM irá criar um Comité do Património Cultural, a fim de executar os poderes que lhe são conferidos pela lei. O Instituto Cultural irá criar um grupo de trabalho especializado para o planeamento da gestão do Centro Histórico, um grupos de trabalho para o levantamento do património, um grupo de trabalho relacionado com o património imaterial, entre outros, de modo a realizar as tarefas de forma mais eficaz; vai organizar palestras especializadas nas comunidades e em escolas, redigir o "Panorama Literário – Viagem Literária pelo Centro Histórico de Macau" entre outros, divulgando e protegendo o património cultural através de planos de trabalho diversificados. Ao mesmo tempo, procederá ao "Levantamento do Património Arquitectónico de Macau" bem como dará início a trabalhos preparatórios da primeira fase para o "Levantamento do Património Cultural Intangível".

De modo a elevar a qualidade cultural da cidade e implementar, com empenho, trabalhos de educação e de generalização das artes e da cultura, será lançado o projecto "Fórum Cultural" que, partindo de temas culturais estimulantes, consiste em palestras destinadas ao ensino secundário geral sobre variados assuntos, permitindo aos estudantes alargar os seus horizontes culturais e elevar a sua capacidade criativa e o sentido estético. Será também lançado o projecto "Semear as Artes", no qual profissionais das artes locais realizarão oficinas destinadas à formação de professores nas áreas das artes performativas e visuais e serão ainda estabelecidos diversos planos e modos de financiamento para o plano de "Apoio à Penetração de Associações Artísticas nos Bairros", prosseguindo assim a promoção do desenvolvimento das artes e da cultura no seio das comunidades.

De modo a dar continuidade à promoção da formação de talentos na área cultural, em 2014 prosseguir-se-á com a implementação do "Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura", do "Programa de Subsídios à Criação de Mostras de Design de Moda" e do "Programa de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-Metragens", lançando ainda o "Plano de Financiamento para a Produção de Álbuns de Música *Pop*", com a finalidade de formar pessoal qualificado nesta área.

De modo a equilibrar gradualmente a desigualdade de circunstâncias das instalações culturais públicas de Macau, em 2014 esforçar-nos-emos para que se concluam as obras das Bibliotecas do Patane e da Taipa e se prepare a sua abertura ao público bem como para que seja desenvolvido o projecto da Biblioteca de Seac Pai Van a fim de que possa entrar em funcionamento em 2015. Além disso, serão concluídos os trabalhos de revitalização do n.º 80 da Rua das Estalagens, os trabalhos preparatórios do Museu do Seminário de S. José e da Sala de Exposições de Zheng Guanying, para a sua abertura ao público. Em paralelo, dar-se-á seguimento ao planeamento de funcionalidades do espaço para a Nova Biblioteca Central de Macau e iniciar-se-á a construção de armazéns exteriores para o espólio do Arquivo Histórico de Macau, de modo a preparar o seu futuro desenvolvimento.

Em 2014, para além de continuar a organizar melhor os habituais Festival de Artes de Macau e Festival Internacional de Música de Macau, haverá a Celebração do 15.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China e o "Desfile por Macau, Cidade Latina". No âmbito do intercâmbio académico, serão ainda convidados académicos de renome internacional para darem palestras sobre cultura, artes e literatura, visando elevar a qualidade cultural da cidade.

No domínio do Desporto

Em 2013, o Instituto do Desporto continuou a aprofundar a política do desenvolvimento do desporto de rendimento e do desporto para todos. A fim de sensibilizar a participação activa da população no desporto, estes serviços continuaram a investir em recursos para a expansão das instalações desportivas, o aumento de actividades desportivas e a organização regular das actividades do desporto para todos em cooperação com as entidades da sociedade civil. Foram elaborados três exercícios físicos simplificados para serem promovidos junto dos cidadãos de diferentes grupos etários, fazendo com que se sensibilizem para criarem o hábito da prática permanente do desporto, de acordo com a sua própria condição física e em diferentes horários e locais, bem como a terem estilos de vida saudáveis através da prática desportiva ao longo da vida.

Com a finalidade de expandir a rede das instalações desportivas públicas, o Instituto do Desporto intensificou a cooperação com as entidades da sociedade civil e escolas, com vista a promover a integração dos espaços para actividades destas entidades e das instalações desportivas das escolas na rede, assim facilitando a prática desportiva da população.

No âmbito do desporto de rendimento, procedeu-se ao melhoramento e implementação dos projectos de apoio financeiro para a formação de atletas de elite e para a sua formação após o fim da sua carreira desportiva; os atletas de elite podem obter apoio nas diferentes fases da sua vida desportiva, sensibilizando-os, deste modo, para estarem mais concentrados na formação e nas competições desportivas, empenhando-se na obtenção de sucessos desportivos. Através da prestação de assistência técnica e da atribuição de apoios financeiros, apoiaram-se as associações desportivas na organização de formação regular. O Instituto do Desporto procedeu à promoção de um conjunto de acções de formação para treinadores, proporcionando-lhes oportunidades de melhoramento e de desenvolvimento das técnicas de formação. Organizaram-se os dias da selecção de talentos para as escolas de formação desportiva e fundaram-se novas escolas de formação desportiva, para que seja promovido o estabelecimento de um quadro de jovens atletas e consolidada a reserva de talentos para o desporto de rendimento.

A celebração dos protocolos de cooperação e intercâmbio com os países estrangeiros e com várias províncias e cidades do Interior da China proporcionou aos atletas de Macau, aos jovens e às pessoas portadoras de deficiência, oportunidades de intercâmbio com os atletas estrangeiros e chineses, com vista à promoção do desenvolvimento desportivo das respectivas áreas. Em simultâneo, o Instituto do Desporto prestou apoio às associações desportivas na organização das suas delegações para a participação em competições internacionais importantes e em diversos eventos multidesportivos de grande escala, proporcionando aos atletas oportunidades de interacção e intercâmbio com os atletas dos países e regiões estrangeiros, elevando-se assim o nível competitivo dos atletas locais.

Em 2014, no domínio do desporto, intensificar-se-á a promoção do desporto para todos e impulsionar-se-á o desenvolvimento especializado do desporto de rendimento, pelo que, com base no desenvolvimento contínuo de actividades desportivas regulares, o Governo da RAEM reforçará a promoção do desporto para todos, estimulando a participação activa da população na prática desportiva. Além disso, de forma a aumentar o interesse e o nível de conhecimento dos jovens sobre o desporto, proporcionando-lhes um maior conhecimento sobre o conceito da sua prática ao longo da vida, o Instituto do Desporto vai, em cooperação com os serviços da área educativa, intensificar a promoção e divulgação dos conhecimentos do desporto e da saúde nas escolas, elevando o interesse e o nível de participação desportiva dos estudantes. Será dada continuidade à sensibilização da integração das instalações desportivas das entidades da sociedade civil e das escolas na rede das instalações desportivas públicas, contribuindo para a sua utilização pela população, deste modo aliviando a pressão registada na procura daquela rede. Incentivar-se-ão as referidas entidades a desenvolverem actividades do desporto para todos nas suas próprias instalações desportivas, proporcionando a mais cidadãos a oportunidade de participar em acções de formação e em actividades desportivas. Proceder-se-á à utilização partilhada das instalações desportivas pertencentes aos diferentes serviços com vista a implementar com eficácia a política desportiva da RAEM.

No âmbito da especialização do desporto de rendimento, a construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas e o aumento do nível dos dirigentes desportivos irão propiciar o desenvolvimento especializado do desporto de rendimento. Por isso, o Instituto do Desporto intensificará a comunicação com os respectivos serviços, com vista a avançar com as obras de construção e de reconstrução de várias instalações desportivas. Continuará a prestar assistência e a atribuir apoios financeiros às associações desportivas para a contratação de treinadores especializados, apoiando-as na elaboração de planos de formação com melhores efeitos e de planos de desenvolvimento a longo prazo para as selecções. Reforçará a formação especializada de atletas e agentes desportivos e dará seguimento ao melhoramento das instalações desportivas, no sentido de que seja promovido o desenvolvimento especializado do desporto de rendimento. Para os treinadores conseguirem elaborar, de forma científica, planos de formação para os atletas, será criada uma base de dados de informações sobre a formação desportiva. Mediante um método sistemático de gestão científica, serão obtidos diferentes dados dos atletas, servindo para a preparação dos vários treinos e gestão após a abertura do Centro de Formação e Estágio de Atletas.

Através de diferentes plataformas de informação, será proporcionado à população o conhecimento sobre a aplicação dos dados científicos à prática desportiva. Em articulação com os serviços, como de avaliação da condição física e de realização de um teste geral sobre a capacidade atlética, os cidadãos ficam cientes da sua própria condição física e, deste modo, poderão escolher melhor as modalidades desportivas e os planos de formação mais adequados. Reforçar-se-á permanentemente o conceito de "gestão verde", com vista a promover gradualmente este reconhecimento junto das instalações desportivas. Através da substituição dos equipamentos e manutenção dos sistemas electromecânicos, assegurar-se-á o bom funcionamento das instalações com vista a proporcionar aos cidadãos recintos desportivos de qualidade.

Área de Transportes e Obras Públicas

Prefácio

Em 2013, todas as acções previstas na área dos Transportes e Obras Públicas progrediram conforme os objectivos da acção governativa. Temos envidado esforços para melhorar a qualidade dos equipamentos comunitários e do ambiente urbano. A conclusão da construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) concretizou o novo modelo de cooperação entre Guangdong e Macau. A produção legislativa foi concretizada com sucesso, com a aprovação da revisão da "Lei de Terras" e da "Lei do Planeamento Urbanístico", pela Assembleia Legislativa, foi criada uma base para o desenvolvimento sustentável de Macau.

O "Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção" e a "Lei da Actividade de Mediação Imobiliária", implementados em meados do corrente ano, visam promover a protecção dos direitos e interesses das partes contratuais nos contratos de compra e venda de imóveis.

Paralelamente, concluímos a atribuição das fracções do projecto da construção de dezanove mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera e reabrimos o concurso para atribuição de habitações sociais, no intuito de resolver a carência de habitação dos residentes mais necessitados.

Em 2014, face à análise das necessidades da sociedade e no seguimento dos resultados obtidos, continuaremos a dar sequência e a aprofundar os trabalhos em curso. Relativamente aos planos de urbanização que estão a ser implementados proceder-se-á à apreciação das fases já concluídas, nomeadamente quanto ao cumprimento do calendário e à sua qualidade. Tendo por base a experiência adquirida na construção de empreendimentos, avaliar-se-á o andamento da execução de cada um dos planos e a optimização dos trabalhos, de modo a proceder-se à sua consolidação.

Balanço da Execução da Acção Governativa no ano 2013

1. Cooperação Regional

A promulgação do 12.º Plano Quinquenal Nacional e a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau constituem uma base relevante que contribuirá para o futuro desenvolvimento da RAEM. O Governo da RAEM tem-se empenhado em transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, participando activamente na cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau.

No corrente ano, de forma contínua, obtiveram-se bons resultados na área da cooperação regional. Assim, foram concluídos os trabalhos preparatórios para a construção do novo acesso transfronteiriço, e as obras de construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin, tendo sido acordada a extensão e aplicação da jurisdição da RAEM na Ilha de Hengqin, a partir de 20 de Julho do corrente ano.

As obras da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau decorreram de forma progressiva, o aterro da ilha artificial onde ficará instalado o posto fronteiriço Zhuhai – Macau, ficou concluído no final de Novembro do corrente ano.

Quanto à articulação do planeamento dos transportes inter-regional, deu-se início ao estudo de viabilidade da circulação do sistema de transportes públicos entre Macau e Hengqin, ao mesmo tempo promoveu-se a inter-operacionalidade do cartão porta-moedas electrónico utilizado nos transportes públicos de Macau e Guangdong.

Além disso, continuaremos a proceder ao "estudo sobre a emissão de licenças de condução de veículos ligeiros nos territórios de Guangdong e Macau" e ao "estudo de viabilidade da aplicação do sistema de identificação por radiofrequência", para servir de base ao plano de entradas e saídas de Hengqin. Foi celebrado o Acordo de Cooperação Estreita para a Implementação do Projecto de Expansão Transfronteiriça da Ligação até *Hengqin* de *Zhuhai*, tendo-se chegado a acordo na resolução das questões que envolvem a ligação ao Metro Ligeiro de Macau a *Hengqin*.

Paralelamente, através da cooperação, deu-se um grande passo sobre as questões de reutilização e tratamento de resíduos sólidos inertes, resultantes da demolição e remoção de construções e do abate de veículos. Macau irá proceder, em primeiro lugar, à construção de instalações de selecção de resíduos sólidos inertes, resultantes da demolição e remoção de construções, preparando-os para que sejam reutilizados regionalmente.

Quanto ao abastecimento de água, acompanhámos proactivamente o andamento e implementação do empreendimento hídrico de Datengxia. As duas regiões Guangdong e Macau iniciaram um "estudo sobre a viabilidade da construção da 4.ª rede de abastecimento de água bruta a Macau", bem como, abordaram a questão do traçado da 4.ª rede de abastecimento de água a Macau e à Ilha de Hengqin.

Para a integração da rede regional de monitorização do ar, o posto de monitorização do ar na Taipa Grande, da RAEM, passou a estar incluído na "Rede Regional de Monitorização da Qualidade do Ar do Delta do Rio das Pérolas, de Guangdong, Hong Kong e Macau", de forma a concretizar, gradualmente, o mecanismo de partilha de informação de monitorização do ar.

2. Planeamento Urbanístico

O planeamento urbanístico é uma importante peça no desenvolvimento sustentável de Macau. Em 2013, com a aprovação da Lei do Planeamento Urbanístico, pela Assembleia Legislativa, iniciámos a elaboração dos diplomas complementares a esta lei.

Paralelamente, o Governo da RAEM tem continuado a promover o reordenamento dos bairros antigos, tendo dado início a estudos e ao planeamento dos vários bairros antigos, nomeadamente, o Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de Coloane, o Plano Conceptual de Intervenção Urbanística da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente, o Estudo sobre o Plano de Reordenamento Urbano da Taipa Norte, a

Concepção Urbanística Geral da Zona da Barra, o Plano de Reordenamento da Zona do Porto Interior, o Estudo sobre o Plano Urbano da Zona Noroeste de Macau, optimizando o ambiente da zona e contribuindo para a indústria de turismo e de lazer.

3. Gestão de Solos e Urbanização

A nova Lei de Terras foi aprovada pela Assembleia Legislativa e entrará em vigor em Março de 2014. Deu-se já início aos estudos de revisão dos respectivos diplomas complementares; os trabalhos relativos à nova revisão e alteração periódica dos factores para o cálculo do montante do prémio devido pela concessão de terrenos ficaram concluídos no final de Outubro de 2013.

Por outro lado, temos vindo a envidar esforços para tratar de forma programada os terrenos concedidos mas não aproveitados. Até agora já se deu início, nos termos legais, aos procedimentos de audiência e às respectivas tramitações ulteriores relativas a mais de 20 casos de declaração de caducidade da concessão dos terrenos.

Continuaremos a promover os trabalhos de gestão da construção urbana, para o melhoramento de vida da população. Quanto aos trabalhos de combate às obras ilegais, obtivemos resultados preliminares relativos às medidas implementadas, tendo-se vindo a verificar anualmente um aumentado da consciencialização dos cidadãos para a necessidade de procederem de forma voluntária à demolição das suas obras ilegais, ao mesmo tempo com a implementação do "Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais" no corrente ano, incentivou-se a demolição voluntária por parte dos cidadãos. Paralelamente, deu-se início aos trabalhos de criação de uma base de dados sobre os prédios antigos, com vista a melhorar a sua fiscalização.

Por outro lado, implementámos as "Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores nas Empreitadas de Obras Públicas", ao abrigo das quais foram fixadas as técnicas e os critérios de fiscalização, melhorando-se a fiscalização dos equipamentos electromecânicos.

A fim de melhorar a capacidade de escoamento global das redes de drenagem de Macau, faseadamente procedeu-se a modificações nas redes de esgotos dos bairros antigos. No corrente ano acelerámos e concluímos várias obras de reordenamento das redes de esgotos, a fim de minimizar a ocorrência de situações de inundação nas imediações da Avenida Horta e Costa e da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Rua do Regedor na Taipa. Além disso, para o acompanhamento e concretização das medidas provisórias de prevenção das cheias, que carecem de soluções a curto prazo, nomeadamente no tratamento do problema das inundações na zona do Porto Interior, foram criados projectos-piloto nas ponte-cais n.ºs 26 e 28 na próxima fase dar-se-á início às obras contra cheias nas restantes ponte-cais. Optimizámos ainda no corrente ano o mecanismo de notificações durante o período de chuvas intensas. Além disso, a fim de reforçar a monitorização, vão ser construídas, faseadamente, 8 estações para registo do nível de água nas diversas zonas.

No intuito de articulação com o trânsito regional, coordenar o respectivo desenvolvimento e optimizar as infra-estruturas, já concluímos o Relatório do Estudo de Viabilidade da Obra da Quarta Passagem entre Macau e a Taipa, bem como o estudo do túnel da Taipa Grande, estando a proceder-se à sua concepção pormenorizada, e a obra de construção do túnel de Ká Hó já teve o seu início. Além disso, a obra de construção do acesso para veículos situado no piso inferior da Rotunda do Istmo fica concluída no 4.º trimestre de 2013 e já iniciámos a obra de construção da passagem superior para peões que fará a ligação a esse acesso. Paralelamente, lançámos o Plano de Embelezamento da Rua da Encosta e do Acesso Pedonal de Ligação entre a ZAPE e a Colina da Guia. Em 2014 algumas das zonas vão ser concluídas faseadamente, várias passagens superiores para peões vão ser concluídas no corrente ano, melhorando o ambiente pedonal.

4. Habitação

Em 2013, concentrámo-nos na atribuição e venda das fracções do projecto da construção de dezanove mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera. Tratámos os casos dos agregados familiares em lista de espera de habitação social e estamos a proceder aos trabalhos de atribuição das fracções habitacionais aos agregados familiares admitidos na lista de espera de habitação social, em 2009.

Quanto à habitação económica, com a conclusão da atribuição das fracções aos agregados familiares em lista de espera do projecto da construção de dezanove mil habitações públicas, lançar-se-á o concurso de habitação económica para várias tipologias, ainda, durante o 4.º trimestre do corrente ano

No corrente ano, iniciámos os concursos de habitação económica das fracções de tipologia T1, e da habitação social. Iremos esforçar-nos para concluir brevemente a apreciação e publicação dos resultados.

Por outro lado, continuaremos a proceder à atribuição do abono provisório de residência aos agregados familiares da habitação social, sendo aumentado o montante mensal desse abono. Até final de Setembro de 2013, 7 300 agregados familiares beneficiaram da atribuição deste abono, orçando um total de 295 milhões de patacas. Por outro lado, o Governo isentou do pagamento da renda todos os arrendatários de habitação social, durante os anos 2011 a 2013, até Setembro do corrente ano, o valor total da isenção das rendas foi de 117 milhões de patacas.

Paralelamente, até ao final do mês de Setembro de 2013, o Fundo de Reparação Predial deferiu cerca de 2 410 pedidos, orçando o total do apoio financeiro concedido em 263 milhões de patacas, tendo sido efectuadas reparações em mais de 2 000 edifícios. Quanto ao Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, este acompanhou 8 906 casos, aproximadamente 6 375 dos mesmos ficaram resolvidos, e foram tratados 90 casos de conflitos pelo Centro de Arbitragem de Administração Predial.

No início do ano foi feita uma compilação dos resultados da consulta da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, estando a decorrer os estudos sobre o princípio

"Terra de Macau destinada a residentes de Macau", prevendo-se que o relatório do estudo esteja concluído no final do corrente ano.

Em articulação com os resultados dos estudos elaborados sobre o princípio "Terra de Macau destinada a residentes de Macau" e os trabalhos da consulta a realizar no primeiro trimestre do próximo ano, procuraremos concluir a versão final da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública com a maior brevidade possível.

No âmbito da produção legislativa para o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário, a Lei da Actividade de Mediação Imobiliária e a respectiva regulamentação foram implementadas no corrente ano. O Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção também entrou em vigor no corrente ano, de modo a permitir o funcionamento do mercado imobiliário sem obstáculos e elevar a sua transparência.

5. Trânsito e Transportes

O Governo da RAEM continua a ter como filosofia principal a "primazia dos transportes públicos", continuamos a centrar-nos na melhoria do espaço pedonal e medidas de apoio, aperfeiçoando a rede de autocarros públicos, criando carreiras rápidas e iniciando os trabalhos de avaliação dos serviços de autocarros. Além disso, a fim de promover a utilização de autocarros ecológicos, no princípio deste ano, foram postos em circulação 20 autocarros movidos a gás natural e iniciou-se o projecto de testes a 1 autocarro eléctrico, durante o período de 2 meses.

Por outro lado, tendo a Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A. requerido o processo de falência, o Governo da RAEM por razões de interesse público procedeu ao sequestro da concessão da Reolian, a partir de 2 de Outubro, por um prazo de seis meses.

Quanto ao Sistema de Metro Ligeiro este entrou num novo patamar em 2013, foram concluídos os trabalhos de projecto final dos comboios e do sistema e as obras de construção civil dos segmentos da Taipa/Cotai foram iniciadas integralmente, encontram-se em desenvolvimento os trabalhos preparatórios de construção do viaduto dos comboios do Metro Ligeiro e da sua oficina.

Em relação ao traçado da Península de Macau, que passa pelo NAPE, após a apresentação do pedido ao Governo Central, foi autorizado um pequeno ajuste na parte da área dos aterros, sob a promessa de não alterar a área total dos novos aterros urbanos. De modo a satisfazer as necessidades das infra-estruturas de transportes terrestres, vamos proceder a estudos aprofundados sobre o traçado na Península de Macau, ao mesmo tempo proceder-se-á à avaliação da viabilidade e exploração por fases, esforçando-nos por dar início às obras do traçado da Península de Macau, no sentido de procurarmos o mais rapidamente possível proceder à sua entrada em circulação.

Será dada continuidade à promoção dos actos preparatórios relativos ao concurso público para os serviços de operação e manutenção do Metro Ligeiro. Relativamente ao plano da rede do traçado do Metro Ligeiro a longo prazo, foi iniciado, nomeadamente, o

estudo de viabilidade da Linha Seac Pai Van e está prevista a realização de uma consulta para recolha de opiniões sobre o projecto do traçado, a ter lugar entre o final do corrente ano e o início de 2014.

Quanto aos assuntos portuários e aviação, com o objectivo de transformar o Aeroporto Internacional de Macau num aeroporto multifuncional de pequena e média dimensão, estamos empenhados em desenvolver dois aspectos, que são: a estratégia de desenvolvimento e o projecto de expansão, por forma a melhorar os seus equipamentos complementares, em articulação com a promoção do modelo de transporte interligado aéreo-terrestre-marítimo.

Continuamos a melhorar o *software* e *hardware* de todos os terminais marítimos de passageiros; acompanharemos com zelo os trabalhos preparatórios do funcionamento, a título experimental, do novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a fim de proporcionar aos visitantes um ambiente confortável e conveniente.

6. Protecção do Ambiente e Energia

No ano de 2013, as duas actividades em destaque no âmbito das Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM foram o fortalecimento do controlo da poluição do ar e a melhoria do nível de tratamento de resíduos sólidos, dando, ainda, continuidade à optimização das instalações de infra-estruturas ambientais.

Foi concluída a consulta para recolha de opiniões sobre a proposta da «Elaboração de Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Aperfeiçoamento do Regime de Inspecções de Macau», estando prevista a elaboração da respectiva Proposta de Lei em 2014.

Desenvolveu-se a 3.ª fase do "Estudo e demonstração sobre política de implementação de eco-veículos e experiências em Macau", para elaborar as políticas de introdução e implementação de eco-veículos a curto, médio e longo prazo para o futuro de Macau.

Além disso, para apressar a eliminação de veículos altamente poluidores em Macau, procedeu-se à elaboração do respectivo plano de apoio financeiro, no sentido de possibilitar a recepção de candidaturas ao apoio financeiro a partir do ano de 2014.

Quanto ao Fundo para a Protecção Ambiental e à Conservação Energética, conforme as aspirações da sociedade foi alargado o seu âmbito de intervenção às escolas.

Por outro lado, publicaram-se, em 2013, a lista classificativa de empreendimentos sujeitos à avaliação do impacto ambiental e as suas orientações técnicas, promovendo-se junto das várias camadas sociais o conceito correcto de avaliação do impacto ambiental.

Continuamos a acompanhar os trabalhos de revisão relativa à nova lei de Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental, vamos reforçar a sua implementação em breve.

Com o intuito de alterar e aperfeiçoar o sistema tarifário de electricidade, que vem sendo usado há mais de 25 anos, concluiu-se a consulta profissional sobre o "Sistema Tarifário de

Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade" e iniciaram-se os respectivos trabalhos de revisão.

Foi concluída, em 2013, a primeira fase das obras de construção da rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade. Os residentes dos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van podem usar gás natural, significando que o gás natural entrou, oficialmente, nas residências.

Vamos continuar a acompanhar os trabalhos para a abertura do concurso público para a construção da primeira estação de tratamento de água reciclada. O "Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau 2013-2022", que já foi formalmente lançado, definiu o rumo a ser seguido no desenvolvimento da água reciclada, na próxima década.

7. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia

No sentido de acompanhar as novas necessidades de desenvolvimento da liberalização do mercado das telecomunicações de Macau, no primeiro semestre de 2013, foram emitidas duas "licenças de instalação e operação de rede pública de telecomunicações fixa".

Por outro lado, encontrou-se uma solução para resolver o problema dos serviços de televisão. Assim, a TV Cabo Macau, S.A. e os 14 fornecedores do serviço de antena comum assinaram um acordo de cooperação de curto prazo, sendo a prestação da fonte dos sinais televisivos da responsabilidade da TV Cabo os quais são retransmitidos através das redes existentes dos referidos fornecedores.

Por outro lado, com o objectivo de melhor regular o futuro desenvolvimento do mercado do serviço de televisão, delegámos numa entidade terceira e independente a elaboração dos respectivos estudos, de modo a fazer um esforço para recolher, durante este ano, as opiniões da sociedade.

Linhas de Acção Governativa para 2014

1. Cooperação Regional

Para a promoção da cooperação regional, o Governo continuará a assumir uma atitude entusiástica e pragmática relativamente à nova estrutura da cooperação regional, no sentido duma articulação escrupulosa com o 12.º Plano Quinquenal do Estado e de implementação das diversas formas de cooperação previstas no Acordo – Quadro de Cooperação Guangdong-Macau.

Quanto à construção das infra-estruturas regionais, estamos a proceder ao estudo sobre a forma de trabalhos por zonas e à concepção do novo acesso Guangdong-Macau, e já desencadeámos os trabalhos de avaliação do impacto ambiental do novo mercado abastecedor.

A fim de concretizar o objectivo de conclusão simultânea das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, estamos a proceder à concepção preliminar das infra-estruturas da Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial, e continuaremos em 2014 a realizar os trabalhos de concepção das outras superestruturas e iremos elaborar os processos de concurso público para as respectivas obras. Ao mesmo tempo, vamos envidar esforços para a concretização do plano de transporte inter-regional entre Hong Kong e Macau.

Quanto às obras dos novos aterros, as obras de aterro da zona E2 e da zona E já estão concluídas, e na zona A estão a realizar-se as obras de construção de diques, os trabalhos de aterro terão início no 2.º trimestre de 2014.

No futuro, a Leste da zona A haverá uma ligação à ilha artificial que está a ser construída e que servirá como ponto de chegada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Para além disso, a mesma zona terá, ainda, ligação à 4.ª travessia entre Macau e a Taipa, ao Novo terminal marítimo da Taipa, em construção, e ao Aeroporto Internacional de Macau.

Em relação ao "estudo sobre a emissão de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente" ambas as partes chegaram a consenso sobre o avanço do processo. Esperamos que em 2014 haja resultados concretos. A par disso, para acompanhar o estudo de gestão dos veículos com autorização temporária para passagem da fronteira de Guangdong-Macau, continuar-se-á a abordagem dos resultados do programa de passagem temporária da fronteira de Guangdong-Macau em veículos particulares, para servir de base à elaboração do plano de entrada e saída de Hengqin de veículos motorizados de Macau.

Quanto à ligação dos sistemas de transporte ferroviário, em 2014, com base no Acordo de Cooperação, manter-se-á uma comunicação e cooperação mais estreita com a parte de *Hengqin* de *Zhuhai*, com vista a coordenar e resolver os problemas sobre a extensão do Metro Ligeiro de Macau até *Hengqin*, procuraremos brevemente confirmar os requisitos técnicos e o plano em concreto sobre a ligação directa do Metro Ligeiro de Macau e a extensão da ferrovia interurbana *Guangzhou-Zhuhai* ao Posto Fronteiriço de *Hengqin*,

Tendo por objectivo tratar adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos, os Governos da RAEM e da Província de Guangdong irão cooperar na reutilização e no tratamento de resíduos sólidos inertes, resultantes da demolição e remoção de construções e do abate de veículos em Macau. Para o ano 2014, o Governo da RAEM pretende desenvolver um projecto de demonstração a levar a efeito no recinto do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, que visa efectuar a reutilização e a separação dos resíduos de materiais de construção, assim como a implementação do projecto da remoção, tratamento e reutilização regional de veículos usados e inutilizados de Macau.

Além disso, realizar-se-á em conjunto com Hong Kong e Guangdong um estudo sobre PM 2,5, sendo a primeira amostragem em cooperação regional de grande escala e de longo prazo para analisar a composição química de PM 2,5, os resultados da investigação darão a compreender o padrão para o controlo da poluição do ar, a nível regional, promovendo uma monitorização e controlo em conjunto.

Continuaremos a manter uma estreita comunicação com os organismos hídricos do Interior da China; acompanharemos proactivamente o andamento e implementação do empreendimento hídrico de Datengxia, procedendo à execução dos devidos trabalhos para assegurar a segurança no abastecimento de água a Macau.

No que diz respeito ao fornecimento de energia, promovemos que antes de 2015, será adicionado o terceiro circuito da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, e, a meio do ano, entrará em funcionamento a subestação de Jialin da rede eléctrica de Zhuhai, de 500 kV, garantindo o fornecimento estável da electricidade de Macau.

2. Planeamento Urbanístico

A "Lei do Planeamento Urbanístico" entrará em vigor em Março de 2014, estamos a envidar esforços para a elaboração dos diplomas complementares desta lei e os estudos sobre a elaboração dos planos urbanísticos, no sentido de assegurar uma melhor implementação do diploma.

Ao mesmo tempo, vamos envidar esforços para dar início à 3.ª auscultação pública relativamente ao plano urbanístico dos novos aterros. Tendo por base o plano director e as disposições da Lei do Planeamento Urbanístico procederemos à elaboração dos planos de pormenor das diferentes zonas, de forma a garantir o início da sua implementação. Para além disso, a fim de se alcançar uma melhor articulação entre a Lei do Planeamento Urbanístico, a Lei de Salvaguarda do Património Cultural e a, nova, Lei de Terras, em 2014 iremos reconsiderar o projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, que foi retirado da Assembleia Legislativa a pedido do Governo.

Com os aterros da zona A da nova zona urbana, iremos estudar a introdução no mesmo plano da quarta passagem Macau/Taipa, do Eixo de Ligação Este de Macau-Taipa do Metro Ligeiro e o Segmento de Extensão ao Novo Acesso, com vista a promover a articulação eficaz entre os planos.

3. Gestão de solos

Em articulação com a implementação da nova Lei de Terras, que entrará em vigor em Março de 2014, temos envidado esforços para dar início à revisão dos diplomas complementares relativos a essa lei, procurando-se concluir até ao final de 2014 a revisão dos mesmos, nomeadamente os diplomas complementares referentes ao Método de Determinação do Montante do Prémio de Concessão, às Rendas e à Composição e Funções da Comissão de Terras.

Além disso, temos vindo a envidar esforços para tratar da situação dos terrenos concedidos mas não aproveitados. Após a respectiva análise, caso se comprove que a responsabilidade pelo não aproveitamento dos respectivos terrenos é imputável aos concessionários dos mesmos, dar-se-á imediatamente início ao procedimento de declaração da caducidade da concessão dos mesmos, nos termos legais.

4. Urbanização

Em 2014 continuaremos a apresentar propostas de lei para aperfeiçoamento da legislação relativa à construção urbana e à criação de um regime de fiscalização, de modo a promover o desenvolvimento e a gestão urbana.

No que toca à revisão do Regime Jurídico da Construção Urbana e dos seus diplomas complementares, já entrámos na última fase, podendo dar-se início à produção legislativa.

Além disso, será criado o Sistema de Gestão Informática dos Edifícios em Mau Estado de Conservação, a fim de apoiar a inspecção e acompanhar os processos relativos às queixas.

Paralelamente face à melhoria da qualidade na elaboração dos projectos, serão lançadas as "Instruções de Trabalho para o Técnico Responsável pela Direcção da Obra", as "Instruções para Redacção do Livro de Obra" e as "Instruções para Vistoria da Conclusão da Obra dos Edifícios já Construídos" no sentido de criar condições para a aprovação dos projectos. Com as instruções acima referidas e a emissão da "Certidão referente ao Andamento da Execução dos Pisos Estruturais" fixada no Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção, em vigor, será reduzido o tempo para a emissão das licenças de obras.

Além disso, será aperfeiçoado o sistema informático de gestão integral, procedendo-se assim à clarificação do tempo necessário para a apreciação de cada fase e as situações relativas às respostas aos pedidos.

Continuaremos a reforçar a exigência dos equipamentos e fiscalização da segurança do sistema de equipamentos dos elevadores. Em 2014, a base central de dados entrará em funcionamento para tornar públicas as informações sobre a entidade responsável, o ponto de situação da reparação e conservação e o seu prazo de validade.

Relativamente à revisão do Regulamento de Segurança contra Incêndios, está programado que entre em fase de produção legislativa em 2014, ajustando-se as competências assumidas pelos departamentos, de modo a permitir uma execução mais eficaz através da divisão do trabalho.

Para além disso, em 2014 acompanharemos a produção legislativa do Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos no âmbito da Edificação e do Urbanismo.

Quanto à construção de equipamentos pedonais, planearemos o reordenamento, de forma faseada, das actuais instalações rodoviárias junto à Rua de Cantão e à Avenida da Amizade, e melhoraremos os equipamentos de atravessamento da Rua da Ribeira do Patane e da Travessa de Lam Mau.

Por outro lado, iremos implementar de forma célere o "Plano de embelezamento da Rua da Encosta e do acesso pedonal entre a ZAPE e a Guia" e a "Empreitada de construção de escadas rolantes na Rua da Surpresa", bem como construir um acesso de ligação entre a Estrada da Bela Vista e a Avenida de Venceslau de Morais e impulsionar o estudo para a

construção de uma passagem pedonal desnivelada na Avenida Doutor Mário Soares, perto da Avenida de D. João IV, construindo, assim, uma rede pedonal na zona de Nam Van, de forma faseada.

Quanto à Taipa, iremos ouvir as opiniões dos cidadãos respeitantes à passagem superior para peões da Avenida de Guimarães, opiniões essas que servirão de base para o respectivo projecto. Continuaremos a acompanhar a construção do sistema de separação entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário na Rotunda Ouvidor Arriaga, e a obra de construção da passagem superior para peões da Rotunda do Istmo.

Em 2014 continuaremos a optimizar sucessivamente as redes de drenagem, implementando as medidas de curto, médio e longo prazo, para optimizar e reordenar a rede de canalizações existente em Macau. Iniciar-se-ão as obras de reordenamento das redes de drenagem da Rua da Baía do Sul e da Avenida Marginal do Patane, em Macau, e da Avenida de Kwong Tong, na Taipa.

Através de obras graduais, iremos resolver de uma forma contínua o problema das inundações do Porto Interior. Ao mesmo tempo, far-se-á uma avaliação sobre as redes de drenagem existentes e a elaboração de uma proposta de melhoramento. Iremos proceder ao estudo do reordenamento da zona do Porto Interior, a fim de resolver o problema das inundações.

5. Habitação

Iremos continuar a dispor dos recursos públicos com rigor, de acordo com a política de habitação pública, "tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário", a fim de apoiar as famílias com reais necessidades na resolução dos problemas habitacionais.

Logo após a execução do plano de construção das dezanove mil fracções de habitação pública, foram iniciados, no corrente ano e implementados de forma célere, os trabalhos de construção de mais habitações públicas, nomeadamente os empreendimentos de habitação pública nos Lotes 1 e 2 do Bairro da Ilha Verde e na Estrada Nordeste da Taipa. Os empreendimentos de habitação pública nos Lotes L4 e L5, no Fai Chi Kei, nos Lotes E e F, na Bacia Norte do Patane, em Macau, e no Lote PO3, na Taipa.

Em 2014 continuaremos a acompanhar o lançamento dos concursos públicos relativos às fracções de tipologia T1 da habitação económica e da habitação social. Em articulação com os actuais recursos de habitação pública, procedemos à atribuição das fracções da habitação económica e da habitação social. Em 2014 iremos concluir os procedimentos relativos à apreciação e publicação das listas dos concorrentes ao concurso público, realizado em finais de 2013, para atribuição de várias tipologias de habitação económica.

Além disso, reforçaremos a atribuição ordenada das fracções da habitação social aos agregados familiares admitidos na lisa de espera de candidatos de 2009. Iremos continuar a promover a política de isenção do pagamento de renda e elaborar uma medida para definir

o valor máximo de isenção de renda, a fim de promover o mecanismo de saída das famílias não carenciadas da habitação social.

Iniciaremos a investigação e o estudo sobre as habitações públicas recentemente concluídas, e procederemos à revisão global do actual regime de arrendamento dos espaços comerciais de habitação pública. Vamos concentrar-nos no problema do envelhecimento da população, iremos proceder a um estudo, sobre a influência que esse evelhecimento poderá provocar no desenvolvimento da habitação pública e do seu modelo de atribuição.

Além disso, iremos estudar medidas especiais para completar o regime de habitação social vigente, a fim de alargar o âmbito de aplicação de habitação social, com o objectivo de dar de arrendamento, prioritariamente, habitações às famílias com especiais dificuldades.

Procuraremos concluir em breve o texto final da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública.

Após a conclusão do relatório de análise e do estudo sobre o tema "terra de Macau destinada a residentes de Macau", iniciar-se-ão, na próxima fase, os trabalhos de consulta.

Quanto ao mercado imobiliário, continuaremos com a implementação da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, para que o exercício da actividade imobiliária obedeça à lei, e continuaremos a actualizar a base de dados dos mediadores e agentes imobiliários. No intuito de manter a oferta de fracções autónomas de edifícios em construção, proceder-se-á à optimização e agilização dos trabalhos ulteriores do Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção, a fim de permitir a elevação da eficiência na apreciação e aprovação dos projectos. Através da Rede de Informações das Fracções Autónomas de Edifícios em Construção visa-se permitir que os consumidores possam obter as informações necessárias relativamente à situação dos edifícios.

Quanto à administração de edifícios, com a utilização sucessivamente das dezanove mil habitações públicas e a fim de assegurar os serviços de administração de edifícios, o Centro de Serviços da Administração de Edifícios, instalado no Edifício do Lago da Taipa, de habitação económica, entrará em funcionamento no quarto trimestre de 2014, no intuito de prestar as informações e os serviços de apoio relativos à administração de edifícios aos residentes desta zona.

Iremos continuar a acompanhar os trabalhos legislativos relativos à Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro, à revisão do Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, através do aumento do valor do apoio financeiro, de modo a consciencializar os proprietários quanto ao cumprimento das suas obrigações relativas à reparação dos edifícios.

6. Política de transportes terrestres

Continuaremos a promoção da política de "primazia dos transportes públicos", com a necessidade de assegurar a prioridade na utilização dos autocarros, salvaguardando a

eficácia do serviço dos transportes públicos, colmatando as limitações espaciais. Além disso, a rede de carreiras de autocarros públicos será objecto de racionalização e optimização; empenhar-nos-emos em elevar as condições de acessibilidade entre as novas zonas urbanas e os bairros antigos. No que respeita à optimização das instalações de transportes públicos, diligenciaremos em participar na concretização dos projectos dos terminais de autocarros de grande dimensão e no centro modal de transportes, incluindo o terminal permanente de autocarros de Seac Pai Van e o terminal de autocarros junto do novo terminal marítimo de passageiros de Pac On, na Taipa.

A par disso, tendo em conta as diferentes condições objectivas das novas zonas urbanas, dos bairros antigos e do "Centro Histórico de Macau", serão elaboradas as correspondentes estratégias de trânsito.

Em paralelo, proceder-se-á à optimização do ambiente pedonal e das instalações de transporte sem barreiras arquitectónicas para resolver, em termos globais, o ambiente do trânsito terrestre de Macau.

Para a via rápida dos transportes públicos entre a Barra e as Portas do Cerco, iremos continuar a levar por diante, em 2014, a concretização das obras viárias que se estendem desde a Rua do Almirante Sérgio até à Rua Visconde de Paço d'Arcos, criando condições para estabelecer a via rápida de transportes públicos.

Quanto aos serviços dos táxis, procuraremos conhecer, de forma mais aprofundada, os serviços de táxis especiais e de táxis normais, com vista a abordar a orientação do desenvolvimento dos mesmos.

Para resolver a questão da distribuição desequilibrada dos serviços de táxis, iremos obrigar que toda a frota dos táxis especiais (táxis amarelos) funcione apenas por rádio chamada, estando a ser preparada a introdução do primeiro táxi para pessoas com mobilidade reduzida.

Iremos proceder oportunamente à revisão e ajustamento da quantidade de táxis existentes na RAEM. Iremos alterar, através de regulamento administrativo, o Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis, e, caso seja necessário, iremos dar prioridade à implementação das disposições que se referem às sanções e à definição de competência para aplicação da lei, no intuito de melhorar os serviços de táxis.

Em 2014 o Sistema de Metro Ligeiro entrará na principal fase de execução de obras. Será executada a obra de construção civil da superestrutura principal de cada segmento do Metro Ligeiro na Taipa, e continua-se as obras de construção da oficina do Metro de Ligeiro. Em conjugação com a entrega dos comboios, iniciaremos os trabalhos preparatórios, os testes, bem como aos ensaios de simulação da operação dos comboios no viaduto, estações e Parque de Materiais e Oficina.

O concurso para a prestação de serviços de operação e manutenção da 1.ª fase do Metro Ligeiro será aberto em 2014, no sentido de desempenhar um bom desenvolvimento da operação no futuro.

Quanto ao traçado do lado de Macau da primeira fase do Metro Ligeiro, prosseguiremos com a análise aprofundada, ao nível técnico sobre o ajustamento do traçado do NAPE, por forma a produzir diversas soluções e proceder ao estudo de viabilidade do traçado e à auscultação das opiniões dos cidadãos.

Além disso, vamos iniciar a consulta de opiniões do Planeamento do Traçado da Linha Seac Pai Van, de acordo com as opiniões recolhidas na mesma, iremos finalizar a análise aprofundada e o projecto de referência. Está prevista também a realização da elaboração e consulta sobre o projecto de planeamento do traçado do Eixo de Ligação Este entre Macau e Taipa, bem como do estudo consolidado do projecto de traçado do segmento de extensão do novo acesso do Metro Ligeiro, a fim de coordenar com o progresso da 1.ª fase do Metro Ligeiro.

Em articulação com o desenvolvimento da RAEM como Centro Mundial de Turismo e Lazer, continuaremos a reforçar a construção das infra-estruturas marítimas e aéreas, com vista a criar condições para o desenvolvimento sustentável. Aproveitando a oportunidade de cooperação regional, estamos empenhados em adoptar políticas de céu aberto para assim criar condições operacionais seguras para o transporte aéreo.

Ao mesmo tempo, vamos empenhar-nos na transformação das fronteiras marítimas em infra-estruturas de alto nível, capazes de atender às necessidades do público e optimizando o espaço do Terminal Marítimo do Porto Exterior. Com o novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que entrará em breve em funcionamento, iremos proporcionar, em articulação com o Aeroporto Internacional de Macau, um serviço de alta qualidade e conveniente de "transporte marítimo-aéreo".

7. Protecção do ambiente e Energia

Para 2014 continuaremos a considerar o controlo da poluição do ar e o aumento do nível de tratamento de resíduos sólidos como duas principais actividades nas acções governativas, de forma a elevar, por completo, o nível da preservação ambiental e a qualidade do ambiente, mediante a produção legislativa, fixação de critérios científicos, medidas de incentivo e aperfeiçoamento do sistema jurídico, para que se avance cada vez mais rumo a uma cidade amiga do ambiente.

Para diminuir a emissão de gases poluentes de escape de veículos motorizados, implementar-se-á a primeira fase do plano de trabalho para a eliminação de veículos altamente poluidores.

Além disso, faremos os possíveis para levar a cabo, em 2014, a elaboração do regulamento administrativo – "Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Diesel Leve para Veículos", assim como o diploma legal relativo às normas de emissão de gases de escape de

veículos em circulação. Será, igualmente, implementada e executada a política de introdução de eco-veículos a curto prazo.

A nova lei "Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental" e as respectivas disposições complementares, devem ser aprovadas e publicadas, previsivelmente, em 2014. Por outro lado, dar-se-á início à consulta de opiniões sobre a elaboração de normas reguladoras da emissão das principais fontes de poluição atmosférica e de emissão de fumos negros e oleosos e de cheiros dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

Além disso, desenvolver-se-ão estudos sobre as normas de qualidade do ambiente de modo a aperfeiçoar, sucessivamente, o sistema de normas ambientais de Macau.

Paralelamente, vamos acelerar a sistematização do regime de avaliação de impacto ambiental. Ao mesmo tempo, será impulsionada a "Lista classificativa de projectos de construção que precisam de avaliação de impacto ambiental", bem como procuraremos concluir a proposta de lei e iniciar as actividades de consulta e recolha de opiniões.

Por conseguinte, iremos impulsionar as medidas de, voluntariamente, o utilizador reduzir o uso de sacos de plástico; para além disso, proceder-se-á aos trabalhos preparatórios da pré-fase, destinados à aplicação de medidas compulsórias.

Planeamos aumentar o limite máximo de apoio financeiro do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética para 1 milhão de patacas e ajustar a proporção de apoio, a fim de melhorar a eficácia dos trabalhos de protecção ambiental.

Quanto aos recursos energéticos, a garantia do fornecimento de electricidade e de gás natural, com segurança e estabilidade, continuará a ser considerada um princípio orientador. Continuar-se-á a reforçar a cooperação regional na área da energia, a promover a construção de instalações eléctricas regionais, a garantir o fornecimento, a longo prazo, de gás natural a partir de várias fontes, a promover a eficiência energética e a conservação de energia, bem como a desenvolver estudos sobre a aplicação das energias renováveis.

Após estudos prolongados e demoradas consultas, procedemos à revisão do programa do "Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade", estimando-se que o novo sistema tarifário de electricidade e os novos preços possam vir a ser implementados oficialmente no início de 2014.

No intuito da construção de uma cidade economizadora de água, e de implementação das respectivas medidas, estudaremos um mecanismo de tarifas por classe e por escalões progressivos, para ajustar adequadamente as tarifas de água canalizada dos utentes de classe diferente, de forma a evidenciar a eficácia de conservação de água através de um suporte económico. Paralelamente, iremos construir uma Estação de Tratamento de Água Reciclada e uma rede pública de canalização de água reciclada, para preparar os alicerces necessários à construção de infra-estruturas para o futuro abastecimento de água reciclada.

8. Políticas de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia

Em 2014, com o termo do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição, vão ser criadas condições por forma a concretizar ainda os objectivos para o desenvolvimento do mercado da televisão. Em conformidade com a política de telecomunicações de liberalização do mercado, elaboraremos o respectivo mecanismo de licenciamento.

Em articulação com a emissão da "licença de instalação e operação de rede pública de telecomunicações fixa", a nova rede pública de telecomunicações fixa será gradualmente instalada de acordo com o planeado, sendo que com a popularização dos *smart device* e a remodelação do mercado do serviço de televisão, prevemos que se verifique uma fusão dos vários tipos de redes de telecomunicações, tais como a rede de telecomunicações, a rede de televisão e a rede de Internet, permitindo que se caminhe para uma estrutura de convergência. Para este efeito, em 2014, procederemos a uma melhor preparação para o desenvolvimento do mercado das telecomunicações.

Continuaremos os estudos efectuados no passado, estudando o regime de regulação aplicável ao futuro mercado de telecomunicações, a fim de aperfeiçoar a respectiva regulação sob vários aspectos.

Em articulação com a aplicação da tecnologia de comunicação móvel da nova geração, concretizaremos, em 2014, o trabalho de definição das licenças do serviço de comunicação móvel da nova geração, com base na tecnologia LTE, permitindo que os cidadãos possam gozar o quanto antes do serviço de telecomunicações móveis proporcionado pela nova tecnologia.

Quanto aos serviços de Correios, continuaremos a apostar na formação de uma equipa profissional, bem como no aumento da eficiência operacional e da qualidade dos serviços. Para acompanhar a política de Governo Electrónico da RAEM, vamos continuar a aprofundar as aplicações da plataforma de pagamentos electrónicos. Ao mesmo tempo, vamos envidar esforços para oferecer serviços postais diversificados, nomeadamente na promoção da divulgação dos serviços de Caixa Postal Electrónica Segura (SEPBox) e de Correio Electrónico Registado Postal (CERP); será ainda melhorado o serviço "e Direct Mail" (eDM) para divulgação de serviços e produtos aos clientes.

Relativamente ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, à medida que o ambiente e as bases de investigação científica em Macau têm sido melhorados, a partir de 2014, vamos alargar o foco de acção, encorajar e promover o desenvolvimento da investigação do sector da indústria da ciência e da tecnologia, bem como, impulsionar a industrialização dos resultados da investigação científica.

Por outro lado, continuaremos a promover as actividades de popularização científica, acompanharemos os requerimentos para atribuição de prémios nas ciências e da tecnologia, e em seguida iremos apresentar as candidaturas de Macau aos prémios das ciências e da tecnologia.

Vamos ainda reforçar o apoio para os projectos dos Laboratórios de Referência do Estado, estimulando-os a publicarem mais dissertações e mais realizações científicas diversificadas. Continuaremos, através do mecanismo do "Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau", a estabelecer uma maior cooperação com as instituições de investigação científica do Interior da China e a criar mais oportunidades de participação nos projectos científicos a nível nacional.

Conclusão

Em 2014, o planeamento urbanístico, o aproveitamento apropriado dos recursos de terrenos, o aumento da capacidade dos equipamentos sociais, são assuntos que necessitam de ponderação nas linhas de acção governativa. Vários projectos vão ter início, como por exemplo as obras da rede de drenagem de águas, da rede rodoviária e de infra-estruturas, construção de novas habitações públicas, em articulação com os grandes empreendimentos que estão a ser executados, entrando a construção urbana numa fase de construção em geral. A nossa equipa vai prosseguir os objectivos fixados com empenho e de forma faseada proceder a uma análise sistemática da eficácia e do andamento dos trabalhos conforme as prioridades, articulando com os objectivos da acção governativa de "elevar a capacidade, promover o desenvolvimento sustentável".

Comissariado contra a Corrupção

Parte I: Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos em 2013

1. Em 2013, o CCAC, continuou a implementar, no âmbito das suas competências, as políticas de "prevenção e de combate" à corrupção e à ilegalidade administrativa através da criação de um sistema comunitário íntegro. Ao mesmo tempo, de acordo com as disposições das convenções internacionais aplicáveis a Macau, o CCAC dedicou-se com grande empenho à consolidação do sistema jurídico da prevenção da corrupção, e desenvolveu estratégias e programas específicos destinados às eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa da RAEM. Assim, perante actos de corrupção eleitoral, foi adoptada a estratégia de "reforço na prevenção e firmeza no combate", assegurando dessa forma a integridade, a justiça e a imparcialidade nas eleições.

Com a entrada em vigor da nova "Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau" (doravante Lei Orgânica) e do novo Regulamento Administrativo sobre a "Organização e Funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção" em 2012 e 2013, respectivamente, foram melhoradas as condições das instalações do CCAC, entretanto, está a ser feito ainda o aperfeiçoamento gradual dos seus recursos humanos para responder às necessidades do desenvolvimento social.

2. No âmbito do combate à corrupção, para melhor se adaptar às novas realidades, o CCAC adoptou um modelo de gestão interna que permite uma divisão de trabalho mais pormenorizada e também mais científica. Em simultâneo, foi feito um aperfeiçoamento contínuo dos equipamentos destinados à investigação, e de acordo com as observações actuais, quanto à eficácia das investigações tem correspondido basicamente ao cumprimento dos prazos de investigação previstos na lei orgânica, e relativamente à qualidade de investigação, registou-se igualmente uma evidente melhoria. Em 2013, o CCAC resolveu vários casos de corrupção no sector privado bem como casos de corrupção e fraude por funcionários públicos que foram remetidos ao Ministério Público para o devido acompanhamento. Quanto aos trabalhos de investigação de casos de corrupção no sector privado, tendo em conta que na lei vigente existe ainda espaço para aperfeiçoamento, o CCAC tem vindo a impor uma adequação da sua estrutura orgânica para melhorar a fluidez do trabalho, elevar a eficiência operacional e as técnicas de investigação no sentido de suprir as insuficiências verificadas naquela legislação que constituem obstáculos neste âmbito, entendendo-se que a revisão da mesma seja a única solução para ultrapassar as dificuldades encontradas.

Por outro lado, tendo em especial consideração as eleições da 5.ª Assembleia Legislativa que decorreu em 2013, o CCAC começou, em 2012, a desenvolver os preparativos necessários, designadamente, a promover reajustamentos adequados para um melhor funcionamento interno bem como a pôr em prática os trabalhos de recolha de informações para combater a corrupção eleitoral. No segundo semestre de 2013, concluiu, de forma atempada, o processo de recrutamento de novos investigadores que foram submetidos a um curso intensivo de formação, tendo sido criados ainda o Grupo de informação e o

Grupo operacional para, com todo o empenho, assegurar que as eleições decorressem sob o princípio da integridade, justiça e imparcialidade.

3. No âmbito da provedoria de justiça, o CCAC tem adoptado uma postura activa no tratamento de participações e pedidos de informação por parte dos cidadãos. Numa perspectiva global, a maior parte destas participações e pedidos de informação contínua relacionada com insatisfações relativas à omissão e irregularidade de actos administrativos pelos serviços públicos. O CCAC desenvolveu ainda actos de investigação em relação às participações e queixas apresentadas pelos cidadãos, com vista à verificação da legalidade e da razoabilidade dos actos e dos procedimentos administrativos realizados pelos serviços e entidades públicas. Por conseguinte, segundo os resultados de investigação, o CCAC recomendou aos serviços competentes a correcção das ilegalidades ou irregularidades administrativas, assegurando o estrito cumprimento da lei na actuação administrativa pelos mesmos.

No ano em análise, as queixas recebidas estiveram relacionadas com o regime da função pública, obras ilegais, irregularidades e ilegalidades administrativas na gestão pública e desperdício de dinheiros públicos. Com a análise de casos concretos, o CCAC procedeu à verificação de deficiências eventuais nos respectivos regimes, estudou e adoptou medidas que contribuíram para aperfeiçoar circuitos de trabalho.

Em 2013, o CCAC e a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes criaram, conjuntamente, o sistema informático de troca de informações sobre queixas, utilizando as tecnologias informáticas para elevar a eficiência do tratamento de queixas relativas a obras ilegais.

A Direcção dos Serviços da Provedoria de Justiça (DSPJ) colaborou com o Departamento de Relações Comunitárias para a realização de palestras sobre a integridade, destinadas aos serviços e entidades públicas, promovendo assim a conduta íntegra dos funcionários públicos. A par disso, realizou acções de apresentação e promoção da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto das entidades privadas e das organizações dos diferentes sectores profissionais. Por outro lado, a DSPJ enviou pessoal para participar em actividades de organizações internacionais no âmbito da provedoria de justiça, por forma a que os procedimentos e modelos adoptados no exterior para o tratamento das participações e queixas possam servir de referência para o desenvolvimento e melhoramento da provedoria de justiça local.

4. No âmbito da sensibilização, o CCAC continuou a aperfeiçoar as acções promocionais da integridade junto do sector público, para fomentar a conduta íntegra dos trabalhadores da Administração Pública, e desenvolver acções de sensibilização sobre a legislação junto do sector privado, para reforçar a consciência do cumprimento da Lei dos sectores profissionais e promover a ideia de um ambiente empresarial justo. Para além disso, o CCAC divulgou mensagens de combate à corrupção e promoção da integridade por diversos canais, construindo, activamente, um sistema íntegro junto da comunidade.

No âmbito das eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa, o CCAC realizou, especialmente, trabalhos de sensibilização para umas eleições limpas. Por meios diversificados, nomeadamente a realização de palestras, peças de teatro e exposições itinerantes, organização de um concurso de concepção de *slogan*, produção de uma canção dedicada a eleições limpas e divulgação das mensagens sobre o tema nos *media*, o CCAC sensibilizou a população em geral para as normas da Lei Eleitoral e os aspectos que deve ter em consideração no mesmo diploma, para obter o apoio de todos os cidadãos da RAEM em eleições isentas de corrupção. Todo o pessoal do CCAC foi mobilizado para assegurar a ordem e o normal funcionamento das eleições.

5. Em 2013, o CCAC mobilizou alguns juristas para dar todo o seu empenho e prestar a colaboração nos trabalhos de avaliação dos especialistas das Nações Unidas em relação ao cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção por parte da República Popular da China (incluindo a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong). A par disso, o CCAC participou, activamente, na avaliação de que a China é responsável, em relação ao cumprimento da mesma Convenção pelo Afeganistão.

6. Para além disso, no intuito de cumprir as normas da Convenção acima referida, isto é, sobre a adopção pelos Estados Partes de medidas legislativas contra a corrupção de funcionários públicos estrangeiros e de funcionários de organizações internacionais públicas, o CCAC elaborou e entregou ao Conselho Executivo a proposta da lei sobre o regime de repressão dos actos de corrupção no comércio internacional, procedendo assim ao início do processo legislativo e integrando a respectiva lacuna do direito.

7. Considerando que o novo "Regime da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses" entrou em vigor em 2013, o CCAC realizou uma série de acções promocionais, incluindo a abertura da página electrónica dedicada ao tema, bem como a revisão e impressão das novas orientações e folhetos de divulgação para o preenchimento da declaração de bens patrimoniais e interesses. Por outro lado, nos termos da lei, o CCAC ofereceu os impressos na sua página electrónica para *download* e, ao mesmo tempo, simplificou os trâmites procedimentais de declaração, reduzindo assim o custo administrativo e elevando a eficiência administrativa. Para além disso, o CCAC colaborou com a Direcção dos Serviços de Identificação, prestando, às individualidades sujeitas à entrega da Parte IV das declarações de bens patrimoniais e interesses, um serviço de consulta de dados sobre as associações nas quais as respectivas individualidades participam e de cargos ou funções que exercem.

8. O CCAC continuou a participar, activamente, nas acções de cooperação e intercâmbio com o exterior, tais como as conferências e actividades desenvolvidas no âmbito do Instituto Internacional de Ombudsman, da Associação Asiática de Ombudsman, da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção e do Grupo Orientador da Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico. Através desta participação, o CCAC trocou impressões e discutiu os temas de prevenção e combate à corrupção e de provedoria de justiça com os representantes, especialistas e académicos provenientes de vários países e regiões.

Em Janeiro de 2013, o CCAC e o Departamento da Supervisão da Província de Guangdong assinaram o "Protocolo de intercâmbio e cooperação para a promoção e desenvolvimento da integridade entre Guangdong e Macau", no sentido de estabelecer um mecanismo de cooperação entre as partes sob a orientação do princípio "Um país, dois sistemas" e o quadro jurídico vigente em ambas as regiões, bem como reforçar ainda o intercâmbio de pessoal e de informações. O CCAC recebeu as delegações enviadas pelo Departamento da Supervisão e Comissão de Inspecção Disciplinar da Província de Guangdong, que vieram conhecer *in loco* o regime da supervisão e da declaração de bens patrimoniais e interesses da RAEM. A convite da Comissão de Inspecção Disciplinar da mesma Província, o CCAC, por sua vez, organizou uma visita ao Município de Zhuhai, para conhecer *in loco* a execução da obra de construção da Ponte entre Hong Kong-Zhuhai-Macau e as medidas e estratégias tomadas no âmbito da prevenção da corrupção.

Parte II: Orientação dos trabalhos e estratégias de 2014

Em 2014, com base nos trabalhos já desenvolvidos, o CCAC vai orientar-se pela estratégia de combinação da punição com a prevenção, empenhando-se em reforçar a cooperação com os serviços e entidades públicas, alargar a comunicação e contacto com os diversos sectores sociais e continuar a impulsionar o desenvolvimento da construção de uma sociedade íntegra da RAEM. Por outro lado, esforçar-se-á por salvaguardar a integridade, a justiça e a imparcialidade das eleições para o 4.º Chefe do Executivo da RAEM.

I. No âmbito do combate à corrupção

(1) Continuará a exercer fiscalização rigorosa no domínio das actividades da Administração Pública mais expostas ao crime de corrupção. Reforçará a comunicação e o intercâmbio com os órgãos judiciais, com o fim de elevar a eficiência de investigação de casos. Persistirá em investigar e combater de forma rigorosa os casos que revelam provas da prática da corrupção, concretizando o princípio da governação por um governo íntegro e transparente.

(2) Serão intensificadas as acções destinadas a combater os actos de corrupção no sector privado, por forma a estabelecer um sistema de gestão da integridade e ainda uma cultura de gestão empresarial assente na integridade, permitindo assim criar um ambiente empresarial íntegro.

(3) Para fazer face aos crimes de corrupção, que se tornam cada vez mais complexos e dissimulados, é necessário aumentar as competências profissionais dos investigadores através da aquisição de conhecimentos jurídicos, de técnicas de investigação criminal, operacionais, bem como de recolha da informação. Assim, para além de continuar organizar acções de formação interna, o CCAC cooperará com instituições de formação locais e estrangeiras, com vista a proporcionar ao seu pessoal acções de formação profissional diversificadas.

(4) Proceder-se-á a um balanço sobre os trabalhos relacionados com a aplicação da lei nas eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa. As respectivas propostas de aperfeiçoamento serão apresentadas após realização dos estudos.

(5) Serão desenvolvidos de forma empenhada os trabalhos relacionados com a eleição para o 4.º mandato do Chefe do Executivo da RAEM em 2014, assegurando que a eleição decorrerá de forma íntegra, justa, imparcial e ordenada.

(6) Apresentar-se-á ao Governo da RAEM o projecto da lei sobre "tráfico de influência", com vista a aperfeiçoar a promoção de um sistema íntegro em Macau, evitando que a gestão pública seja influenciada pelas relações com familiares ou amigos, ou outras relações especiais, com vista à posterior obtenção de vantagens ilícitas.

(7) Tendo em conta que há uma tendência para o crescimento de alguns crimes de corrupção transfronteiriça, o CCAC continuará a promover e reforçar, de acordo com a lei, a cooperação transfronteiriça na investigação de casos. No âmbito da cooperação inter-regional e frente ao desafio colocado pela globalização, empenhar-se-á em participar e apoiar na promoção da execução da lei e da assistência judicial a nível internacional.

(8) O grupo de especialistas do CCAC dará todo o seu empenho e prestará a devida cooperação à avaliação, efectuada por peritos das Nações Unidas, do cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção pela República Popular da China.

II. No âmbito da provedoria de justiça

(1) Realizará, nos termos da Lei Orgânica, acções de investigação, com vista à verificação da legalidade e da razoabilidade dos actos e procedimentos praticados pelos serviços públicos, entidades e pessoas colectivas e, por conseguinte, recomendará a reparação das eventuais ilegalidades ou irregularidades administrativas, assegurando assim os direitos, liberdades e garantias das pessoas.

(2) Considerando a nova Lei Orgânica e a necessidade de desenvolvimento, o "Grupo de Trabalho para as questões relacionadas com Direitos Fundamentais" foi criado em 2013 pelo CCAC. Em 2014, com base nos trabalhos já desenvolvidos, será designado um grupo a que competirá o tratamento das queixas relacionadas com os direitos fundamentais dos cidadãos por forma a assegurar o cumprimento de disposições dos dois Pactos Internacionais sobre Direitos Fundamentais pelos serviços públicos, trabalho este que será assumido como um projecto especial.

(3) Verificará se existem deficiências nas normas jurídicas, nomeadamente as que afectem direitos, liberdades, garantias ou interesses legítimos das pessoas.

(4) Continuará a realizar palestras para promover os valores de integridade nos serviços ou entidades públicos, instituições privadas e associações de sectores, entre outros, incrementando a cultura de integridade nos sectores público e privado.

(5) Organizará acções e actividades de formação específicas destinadas ao pessoal da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, servindo de referência os casos tratados anteriormente na área de provedoria de justiça, com o fim de elevar a capacidade e eficiência de trabalho do pessoal.

(6) Participará nas actividades das organizações internacionais no âmbito de provedoria de justiça, trocando experiências profissionais sobre o tratamento de queixas, com vista ao seu aperfeiçoamento.

III. No âmbito da sensibilização

(1) Continuará a aprofundar as acções de sensibilização de integridade junto dos trabalhadores da Administração Pública, com vista a elevar a conduta íntegra dos mesmos.

(2) Aperfeiçoará ainda mais a divulgação e sensibilização para a prevenção de corrupção no sector privado, dando apoio aos diversos sectores na elaboração dos respectivos códigos internos de conduta íntegra, no intuito de criar uma cultura empresarial íntegra.

(3) Envolver-se-á na comunidade para a divulgação do sentido de integridade e para estimular a participação activa da população na construção de uma sociedade íntegra, promovendo assim a criação de um sistema comunitário íntegro.

(4) Aperfeiçoará os materiais didácticos de educação ética, que estão a ser fornecidos gratuitamente aos alunos do ensino secundário e primário agora. Continuará a realizar, em conjunto com escolas, actividades como a Semana de Integridade, reforçando a educação da integridade, guiando a juventude para formar valores morais correctos.

Parte III: Conclusão

A implementação do valor da integridade é apenas um dos elementos constituintes do sistema da gestão dos serviços públicos, sendo o bom funcionamento de todos esses elementos uma base sólida para o desenvolvimento e estabilidade a longo prazo de uma região. A imperfeição ou ausência dos mecanismos é uma das questões que urgem resolver. O CCAC, enquanto entidade de fiscalização, envida, por um lado, esforços

para o bom desenvolvimento do sistema de integridade e impulsiona, por outro lado, os Serviços a criar mecanismos favoráveis à implementação do valor da integridade. Todavia, as insuficiências verificadas nalguns Serviços, nomeadamente a fraca consciência, a baixa eficácia da gestão de serviços públicos e a falta de visão e planeamento global, continuam a ser as maiores barreiras. Capturar moscas com jaulas para leões ou vice-versa não permite obter o resultado pretendido, mas sim um resultado oposto ao que se espera. Criar um sistema de integridade com precisão, em tempo oportuno e de forma adequada é uma das melhores soluções para ultrapassar o dilema. O CCAC irá continuar a assumir o papel de impulsionador do sistema de integridade, fiscalizando e incentivando a implementação do valor da integridade, por forma a promover a modernização do sistema da gestão dos serviços públicos e a melhorar o sistema de integridade. No que se refere à execução das leis, o CCAC irá, com persistência e determinação, reprimir severamente as mais diversas formas de corrupção, seguindo sempre o lema "Proceder à investigação quando reunidas as condições e punir a corrupção quando provados os actos".

Comissariado da Auditoria

Execução das Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2013

Em 2013, o Comissariado da Auditoria (CA) concentrou recursos na generalização da aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), na realização dos trabalhos de auditoria, no aprofundamento das auditorias de resultados e na realização de auditorias concomitantes e específicas. Na implementação e execução dos referidos trabalhos, o CA procedeu sempre de forma rigorosa e independente, em estrita obediência à legalidade e às suas atribuições no domínio da auditoria, analisou aprofundada e detalhadamente todas as matérias auditadas com vista a identificar e relevar as questões cruciais e, consequentemente, apresentar, sem reservas, opiniões pertinentes e sugestões de aperfeiçoamento adequadas.

Ao mesmo tempo, para acompanhar as tendências de desenvolvimento tecnológico e a execução dos trabalhos no âmbito do projecto de governo electrónico, o CA procedeu, de forma ordenada e conforme o plano estabelecido, à modernização do seu equipamento informático, com o objectivo de tornar mais eficientes e eficazes os métodos de auditoria aplicados. Os parágrafos seguintes resumem os principais aspectos da execução das Linhas de Acção definidas para o presente ano.

Pela primeira vez, tecnologias de informação e comunicação foram amplamente aplicadas na realização da auditoria de contas

O CA tem vindo a efectuar, nos últimos anos, estudos aprofundados sobre as tecnologias informáticas com o objectivo de realizar os trabalhos de auditoria de forma mais eficiente e eficaz. Neste contexto, em 2013, com o apoio do Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional, o CA deu por concluída a segunda fase de desenvolvimento do "Programa Informático de Auditoria in loco" (Programa), o qual, depois dos necessários ensaios, foi de imediato aplicado nos trabalhos de auditoria, substituindo, assim, a tradicional conferência de contas em suporte de papel pelo exame generalizado de dados contabilísticos electrónicos. Com base na experiência resultante da aplicação do Programa ao longo dos dois últimos anos, o CA alargou a cobertura da auditoria apoiada nas TIC à totalidade dos serviços integrados, aos serviços dotados de autonomia administrativa, aos serviços autónomos, aos bancos agentes, à conta central e à conta integrada antes das eliminações. A nova abordagem não só aumentou a eficiência e o rigor dos trabalhos de auditoria, como permitiu também a reafectação de parte do pessoal para desenvolver outras tarefas. A conclusão do «Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2012» dentro do prazo estabelecido é testemunho do sucesso da aplicação generalizada das TIC nos trabalhos de auditoria.

Com vista à boa execução dos trabalhos de auditoria, o CA concebeu e disponibilizou um programa informático ("Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos") para apoiar os sujeitos a auditoria na verificação e adaptação dos seus dados contabilísticos

electrónicos ao formato e especificações constantes do Despacho do Comissário da Auditoria n.° 2/2012. Em Março, o CA realizou três sessões para apresentar detalhadamente as principais funções do programa de apoio e para demonstrar as operações do mesmo. Entretanto, tendo em conta a experiência resultante da sua aplicação no presente ano, o CA está a planear o desenvolvimento da auditoria baseada nas TIC, passando, nomeadamente, pelo aperfeiçoamento das funcionalidades do Programa.

Aprofundar o estudo das teorias e sua aplicação na execução prática das auditorias de resultados, específicas e concomitantes

O CA tem continuado a acompanhar a aplicação e a gestão dos recursos públicos mediante a realização de auditorias de resultados, específicas e concomitantes, sendo que a supervisão varia de acordo com a natureza das matérias auditadas e a relevância dos problemas evidenciados, adoptando-se a modalidade de auditoria que se mostre mais adequada e viável para cada caso.

Paralelamente ao desenvolvimento contínuo dos métodos de auditoria aplicados, o CA aposta também na investigação e introdução de métodos de auditoria inovadores. Os relatórios de auditoria concluídos e divulgados pelo CA em 2013 incidem principalmente sobre a orçamentação de despesas em projectos de obras públicas e sobre questões respeitantes ao bem-estar da população. Para além dos princípios de independência, de objectividade, de equidade e de justiça que são sempre rigorosamente observados aquando da realização de qualquer auditoria, que avalie o grau de eficiência, de eficácia e de economia das matérias auditadas, o CA fixou, na fase de definição dos procedimentos de auditoria, as metodologias estatísticas mais apropriadas e eficazes a aplicar, com vista a, de entre o grande volume de elementos a examinar, identificar os reais problemas subjacentes, proporcionando, assim, um maior rigor no processo lógico conducente às conclusões a constar dos relatórios de auditoria e, ao mesmo tempo, fundamentação bastante quanto à viabilidade das respectivas opiniões e sugestões de auditoria.

Por outro lado, o CA não descurou o contacto com os sujeitos a auditoria, o qual é crucial na criação duma relação interactiva e frutuosa entre as duas partes. Em Abril do corrente ano, o CA convidou peritos do Gabinete de Auditoria Nacional para, em conjunto com associações profissionais de contabilidade locais, realizar o "Seminário sobre a Auditoria de Resultados e o Funcionamento das Instituições Empresariais", seminário este dirigido aos serviços públicos e ao sector de contabilidade, com o objectivo de, através dos temas analisados, evidenciar a importância das auditorias de resultados na gestão das instituições.

Reforçar a equipa de auditoria

O CA tem contado com o apoio do Gabinete de Auditoria Nacional na formação de pessoal com vista ao reforço contínuo das competências gerais das suas equipas de auditoria. No ano em curso, o CA enviou trabalhadores para participar nos cursos de

"Auditoria a Projectos de Construção", "Auditoria Informática – nível intermédio", "Auditoria Informática – nível intermédio (continuação)" e "Formação de Jovens Quadros Auditores", com o objectivo de aperfeiçoar os conhecimentos do pessoal de auditoria no domínio das técnicas utilizadas em auditorias a obras públicas, em auditorias baseadas nas TIC e em gestão dos projectos de auditoria. No âmbito dos recursos humanos, o CA reforçou, ainda, a valência jurídica da equipa de auditoria, para assegurar melhor a profundidade dos exames de auditoria e a qualidade das suas conclusões.

Implementar medidas de controlo de qualidade de auditoria e de auditoria interna

Os trabalhos de auditoria envolvem um volume considerável de dados e informações, pelo que, para melhor garantir a qualidade dos relatórios de auditoria, o CA aplicou em todos os projectos de auditoria medidas de controlo de qualidade harmonizadas com as normas emitidas pelas instituições internacionais superiores de auditoria, por forma a que todos os trabalhos de auditoria fossem executados de acordo com as normas relevantes. Em simultâneo, a auditoria interna do CA, uma estrutura com autonomia de funcionamento, examinou exaustivamente todos os processos de auditoria, a fim de verificar se os mesmos foram conduzidos de acordo com as normas, as políticas e as instruções aplicáveis. O âmbito de exame da auditoria interna sendo mais vasto que o das medidas de controlo de qualidade, assegura, assim, o mesmo rigor a todos os trabalhos de auditoria.

Diversificar o conteúdo das acções de divulgação de auditoria

O CA realizou sessões de divulgação da cultura de auditoria dirigidas aos trabalhadores da Administração Pública, para os incentivar a serem mais parcimoniosos na utilização de recursos públicos, independentemente das funções que exercem, bem como para lhes transmitir a mensagem de que a auditoria apoia os serviços públicos na resolução dos seus problemas e no aperfeiçoamento do seu desempenho.

O CA realizou *workshops* de auditoria financeira dirigidos aos sujeitos a auditoria. Esses *workshops* foram conduzidos por auditores e auditores superiores, os quais conjuntamente com os representantes dos sujeitos a auditoria analisaram e trocaram pontos de vista sobre aspectos de gestão financeira do ano económico anterior que constituíam motivo de interesse para ambas as partes. Esta forma de comunicação reforça a interacção, contribui para a criação duma relação de parceiros com os serviços públicos e promove em ambiente de auditoria um sentimento de confiança mútua.

O CA reforçou o intercâmbio com as associações profissionais de auditoria e realizou em conjunto com as mesmas actividades destinadas ao desenvolvimento da profissão e, ao mesmo tempo, afirmadoras do seu valor junto de diversos sectores sociais.

Ouvir as opiniões dos cidadãos

O CA mantém uma linha telefónica e uma caixa de correio exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões sobre a prestação dos serviços

administrativos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para os serviços públicos competentes para tratamento, contribuindo assim para o aumento da qualidade do serviço prestado pelos mesmos. Até Outubro do corrente ano, o CA recebeu 40 queixas relativas a serviços públicos, tendo encaminhado 31 para os serviços públicos competentes.

Reforçar o intercâmbio com profissionais homólogos locais e internacionais

O Comissário da Auditoria, como membro da delegação da China, participou na XXI Assembleia Geral da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) e, como observador, participou no III Seminário Internacional da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), realizado em São Tomé e Príncipe. Para reforço da competência técnica e aprofundamento dos contactos do pessoal de auditoria do CA com profissionais de instituições congéneres de outros países e regiões, pessoal do CA participou, a convite e em Pequim, nos trabalhos de apoio técnico à Assembleia Geral da INTOSAI. Ainda e a convite do CA, representantes das Instituições Supremas de Controlo da CPLP realizaram um Encontro em Macau após o encerramento da Assembleia Geral da INTOSAI em Pequim.

O CA continuou a dinamizar o relacionamento com o Gabinete de Auditoria Nacional, com a Sociedade de Auditoria da China, com o Instituto de Auditoria de Nanjing, com a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, com a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e com a Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, consolidando laços de cooperação e amizade conducentes ao aprofundamento de assuntos de interesse comum e ao reforço da partilha de informação.

Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2014

Em 2014, com o reforço integrado das competências das equipas de auditoria e da aplicação de processos tecnológicos apropriados, o CA pretende executar e concluir todos os trabalhos do seu plano anual de actividades e cumprir com maior eficácia a função de fiscalização que lhe compete.

Auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação

O CA vai proceder ao balanço exaustivo sobre a aplicação generalizada do "Programa Informático de Auditoria in loco" na auditoria às contas, melhorar as suas funcionalidades de auditoria e, com base nos conhecimentos práticos adquiridos, planear a próxima fase de desenvolvimento do Programa, com vista a aprofundar a especificação e a abrangência da aplicação informática na auditoria às contas, bem como aperfeiçoar técnicas relevantes para elevar a eficiência e exactidão das auditorias.

Planeamento e gestão dos projectos de auditoria

Reforçar o planeamento e a gestão dos projectos de auditoria de resultados, específica e concomitante, centrando a atenção na gestão prospectiva do plano anual de actividades e nas metodologias de gestão de cada projecto de auditoria. Serão adoptadas medidas para tornar mais rigorosos os processos tendentes à identificação e aprovação dos objectos de auditoria, tendo em conta a adequada afectação dos recursos de auditoria.

O CA vai adquirir equipamentos que permitam ao pessoal de auditoria proceder ao tratamento de um volume considerável de dados, aumentando assim a eficiência dos trabalhos de auditoria. Por outro lado, o CA vai iniciar a concepção de um sistema integrado de gestão dos processos de auditoria, bem como estudos de viabilidade tendentes à informatização dos documentos de auditoria.

Formação de pessoal

Para responder a necessidades decorrentes de tarefas prioritárias futuras, o CA continuará a estimular a autovalorização, bem como a reforçar a cooperação com o Gabinete de Auditoria Nacional, com o Instituto de Auditoria de Nanjing e com o pólo de formação da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia na organização de cursos de formação profissional ajustados ao seu pessoal de auditoria, para melhorar o desempenho técnico das equipas de auditoria.

Actividades de divulgação e promoção

O CA vai continuar a realizar palestras e *workshops* sobre a cultura de auditoria para que os trabalhadores dos serviços públicos conheçam melhor os trabalhos de auditoria e os seus efeitos benéficos na gestão dos serviços públicos.

Com o objectivo de intensificar o diálogo com os participantes dos serviços públicos e, assim, dinamizar a divulgação da cultura de auditoria, o CA vai continuar a incluir auditores nas actividades de divulgação, os quais contribuirão para uma abordagem prático-operacional na troca de opiniões sobre matérias de gestão financeira de interesse mútuo.

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2014

— Síntese —

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2014 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo	
RECEITAS CORRENTES	**141,287,275,000.00**
01 - Impostos directos	123,524,541,300.00
02 - Impostos indirectos	5,553,860,700.00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	1,609,695,600.00
04 - Rendimentos da propriedade	2,660,945,100.00
05 - Transferências	6,704,486,300.00
06 - Venda de bens duradouros	1,408,600.00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	1,140,036,900.00
08 - Outras receitas correntes	92,300,500.00
RECEITAS DE CAPITAL	**2,944,505,200.00**
09 - Venda de bens de investimento	1,024,148,100.00
10 - Transferências	-
11 - Activos financeiros	345,069,000.00
13 - Outras receitas de capital	1,554,720,500.00
14 - Reposições não abatidas nos pagamentos	20,567,600.00
Receita Ordinária Integrada do Governo	**144,231,780,200.00**
Rendimentos dos Organismos Especiais	
11-00 Receitas legais e transferências do OR	16,374,100,100.00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	205,890,800.00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	4,278,359,500.00
14-00 Outros rendimentos	68,578,700.00
Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais	**20,926,929,100.00**
Ajustamento	11,539,008,600.00
Receita Global	**153,619,700,700.00**
A transportar ……	153,619,700,700.00

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2014 Proposta
Despesa Ordinária Integrada do Governo	
01-01 Governo da RAEM	15,450,000.00
01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	259,321,400.00
01-03 Conselho Executivo	22,439,000.00
01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	33,710,000.00
01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	42,266,500.00
01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	26,240,500.00
01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	194,028,800.00
01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	59,162,700.00
01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	13,915,000.00
01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	5,442,000.00
01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	25,752,300.00
01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	13,330,900.00
01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	62,787,300.00
01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	85,080,300.00
01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	39,686,600.00
01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	84,961,100.00
01-23 Gabinete de Informação Financeira	30,979,400.00
01-24 Gabinete para os Recursos Humanos	50,605,600.00
01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	63,148,100.00
01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	47,785,000.00
01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau	17,281,900.00
01-30 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	128,618,500.00
03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	424,485,200.00
05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	4,747,178,800.00
07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	175,027,500.00
08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	105,988,000.00
09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	386,117,000.00
11-00 Pensões e Reformas	30,314,600.00
12-00 Despesas Comuns	14,295,586,900.00
13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	235,562,600.00
14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,884,331,900.00
16-00 Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	87,300,000.00
18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	255,199,000.00
19-00 Direcção dos Serviços de Economia	179,762,500.00
20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	458,913,400.00
21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	557,208,200.00
22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	86,747,200.00
23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	249,868,400.00
24-00 Gabinete de Comunicação Social	126,349,000.00
25-00 Serviços de Polícia Unitários	35,236,800.00
26-00 Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos	220,143,300.00
27-00 Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,002,390,200.00
28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	3,449,469,200.00
29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	360,284,400.00
30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	620,000.00
31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	69,397,800.00
32-00 Polícia Judiciária	727,956,400.00
33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	214,504,900.00
34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	234,454,600.00
35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	454,347,200.00
37-00 Instituto do Desporto	139,100,000.00
38-00 Instituto Cultural	344,607,000.00
40-00 Investimentos do Plano	14,801,383,500.00
50-00 Contas de Ordem - Consignações, Comparticipações e Transferências Orçamentais	11,461,508,600.00
50-03 Fundo de Acção Social Escolar	487,751,000.00
A transportar ……	59,611,088,000.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014
– SÍNTESE –

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2014 Proposta
Transporte……	153,619,700,700.00
Receita Global	**153,619,700,700.00**

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2014 Proposta
Transporte……	59,611,088,000.00
50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	43,460,900.00
50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	1,138,582,000.00
50-06 Fundo de Turismo	1,035,478,600.00
50-07 Instituto de Acção Social	2,425,072,400.00
50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	7,137,000.00
50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	32,030,200.00
50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	183,090,000.00
50-17 Imprensa Oficial	73,119,000.00
50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	8,628,000.00
50-23 Instituto de Habitação	450,376,300.00
50-25 Autoridade de Aviação Civil	65,757,000.00
50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	392,693,000.00
50-27 Comissariado contra a Corrupção	238,000,000.00
50-28 Serviços de Saúde	5,228,913,400.00
50-29 Universidade de Macau	1,913,498,000.00
50-31 Instituto Politécnico de Macau	635,104,000.00
50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	579,895,100.00
50-33 Fundo de Cultura	500,000,000.00
50-35 Conselho de Consumidores	36,742,200.00
50-36 Instituto de Formação Turística	278,697,100.00
50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	37,314,600.00
50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	7,402,000.00
50-41 Comissariado da Auditoria	125,809,100.00
50-42 Gabinete do Procurador	371,966,000.00
50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	461,100,000.00
50-44 Assembleia Legislativa	148,808,000.00
50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	2,400,026,000.00
50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	4,004,800.00
50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	177,565,900.00
50-49 Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	3,000,000.00
50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	90,000,000.00
50-51 Fundo de Reparação Predial	176,460,000.00
50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	772,715,600.00
50-53 Fundo dos Pandas	7,200,000.00
50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	157,009,000.00
50-56 Fundo das Indústrias Culturais	253,305,200.00
Despesa Ordinária Integrada do Governo	**80,071,048,400.00**
Gastos dos Organismos Especiais	
50-15 Direcção dos Serviços de Correios	298,673,000.00
50-15 Caixa Económica Postal	36,155,000.00
50-18 Fundo de Pensões	1,258,049,300.00
50-20 Fundo de Segurança Social	2,963,895,900.00
50-22 Autoridade Monetária de Macau	2,422,606,200.00
50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	5,129,600.00
50-45 Fundação Macau	2,091,988,400.00
50-55 Fundo de Garantia de Depósitos	3,195,000.00
Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	**9,079,692,400.00**
Ajustamento	11,539,008,600.00
Despesa Global	**77,611,732,200.00**
Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
Saldo do Orçamento Central	64,160,731,800.00
Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	11,847,236,700.00
Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	**76,007,968,500.00**
Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	**153,619,700,700.00**